

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA



Academia Militar

Centro de Estudos Internacionais

A Geopolítica da Lusofonia na 2.ª Guerra Mundial - Portugal e Brasil entre a Neutralidade e a Beligerância

Carlos Eduardo Gomes de Queiroz

Doutoramento em História, Estudos de Segurança e Defesa.

Orientador: Doutor António José Barreiros Telo, Professor Catedrático, Academia Militar

Maio, 2021

iscte

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS



Academia Militar

Centro de Estudos Internacionais

A Geopolítica da Lusofonia na 2.^a Guerra Mundial - Portugal e Brasil
entre a Neutralidade e a Beligerância

Carlos Eduardo Gomes de Queiroz

Doutoramento em História, Estudos de Segurança e Defesa.

Orientador: Doutor António José Barreiros Telo, Professor
Catedrático, Academia Militar

Maio, 2021

Centro de Estudos Internacionais

A Geopolítica da Lusofonia na 2.ª Guerra Mundial - Portugal e Brasil
entre a Neutralidade e a Beligerância

Carlos Eduardo Gomes de Queiroz

Doutoramento em História, Estudos de Segurança e Defesa.

Júri:

Doutora Maria João Vaz, Professora Associada, Iscte-Instituto
Universitário de Lisboa (Presidente);

Doutor Alexandre Moreli, Professor Auxiliar, Instituto de Estudos
Internacionais, Universidade São Paulo (Brasil);

Doutor Fernando Martins, Professor Auxiliar, Universidade de Évora;

Doutor Bruno Cardoso Reis, Professor Auxiliar, Iscte-Instituto
Universitário de Lisboa;

Doutora Maria Inácia Rezola, Professora Adjunta, Escola Superior de
Comunicação Social (IPL);

Doutor António Telo, Professor Catedrático, Academia Militar.

Maio, 2021

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi rascunhada durante uma das aulas do Seminário de História I, quando foi exposta a participação brasileira na II Guerra Mundial ao Professor António José Telo. Durante a exposição, como foi dada uma ênfase nas ações políticas executadas pelo ditador brasileiro, Getúlio Vargas, percebeu-se que a nomeação de Estado Novo em Brasil e em Portugal ultrapassava uma mera coincidência. Aparentemente, ao princípio, Vargas e Salazar percebiam a importância dos seus espaços geográficos naquele contexto de graves eventos políticos e militares ocorridos de 1939 a 1945, em escala mundial. E foi na leitura das obras do caro Professor Telo “Os Açores e o Controlo do Atlântico (1993)” e “Treze Teses sobre a Disfunção Nacional – Portugal no Sistema Internacional (1997)” que se pode entender a dimensão da capacidade portuguesa de utilizar os trunfos territoriais para tirar dividendos junto aos interessados em proveito próprio. Portanto, o Professor António José Telo foi muito além do relevante papel de ser orientador, foi quem despertou a curiosidade em juntar as três vertentes do curso – História, Segurança e Defesa – e quem teve o dom de inspirar para o estudo e a investigação de um tema tão instigante no conteúdo, quanto complexo na forma. A profundidade e a vastidão do conhecimento sobre o assunto do Professor Telo aliaram-se à sua capacidade de conduzir este investigador e suas idiosincrasias pessoais, as quais poderiam inviabilizar a conclusão desta tese. Desta forma, ter o Professor Telo como orientador deste trabalho foi de uma honra, que transcende a qualquer titulação académica.

O acolhimento de um estudante estrangeiro, durante a sua jornada académica, longe de seu lar e dos entes mais queridos, é um fator crucial para a sua conclusão. Assim, agradecemos ao meu querido irmão Luís Otávio e a sempre simpática Maria José (Zé), e as suas miúdas Inês, Leonora e Filipa pelo tempo inicial de feliz convivência. Já na Cova da Piedade, no Concelho de Almada, os agradecimentos à família Silva, ao Sr Manuel, à Sra Alice e ao grande amigo Rui, que receberam e incluíram em seu seio familiar um brasileiro de meia-idade e ainda pleno de sonhos e planos. À minha família portuguesa!

A menção aos colegas de curso, Joana Araújo, Sofia Geraldês, José Viegas, Davi Silva e Nikola Novak, está longe de ser uma simples formalidade, mas, um sincero preito de admiração e de reconhecimento pelos momentos de convivência e pelas sempre agradáveis conversas nos intervalos e nas cafeterias, seja no Iscte/IUL, seja na Academia Militar (Campus Dona Estefânia).

Não passaram despercebidos por nós, alunos, os esforços e os desapegos dos professores, civis e militares, durante a fase presencial, no ano letivo de 2016/2017, para que o curso de Doutoramento funcionasse no imprescindível nível de excelência, marca indefetível das instituições condutoras. Do Iscte/IUL, Professora Maria João Vaz e professores Luís Nuno e Bruno Cardoso Reis, e da Academia Militar, Professor (Retirado) António José Barreiros Telo, Brigadeiro-General Nuno Correia Barrento de Lemos Pires e os Coronéis João Luís Rodrigues Leal e Luís Fernando Machado Barroso.

Uma especial citação aos bons camaradas da cadeira de História Militar I, da Escola Preparatória de Cadetes do Exército – primeiro ano do curso de formação e graduação dos oficiais da linha de ensino militar bélica do Exército Brasileiro –. Distintos soldados de Caxias, permanentes interlocutores dos mais palpitantes factos históricos do Brasil e grandes incentivadores para investigações académicas. Aos coronéis Sérgio Bueno, Everton, Vannuchi e Campos e ao Tenente-coronel Relva um fraterno obrigado. Destaco que o Coronel Campos (Doutor) colaborou marcadamente nas investigações pertinentes ao Brasil e no aperfeiçoamento do texto deste trabalho.

À minha mãe, Doris Noemy Gomes de Queiroz, e ao meu pai, João Villar de Queiroz (em memória), por terem sempre instigado em nós, filhos, a perene busca pelo conhecimento, não só pelas palavras, mas, principalmente, pelo exemplo.

Para mim, tornou-se costume deixar as últimas linhas dos agradecimentos às pessoas de maior significado para a minha vida, pois, amalgamam os meus caros valores de ser uma pessoa digna. Às minhas queridas Sarah e Virginia a gratidão pela compreensão e, principalmente, pela motivação permanente, manifestada direta e indiretamente.

RESUMO

A II Guerra Mundial teve como teatros de operações, no período de 1939 a 1945, o Continente Europeu e o Oceano Atlântico, dentre outros. Os aspetos geográficos dos países abarcados podiam contribuir enormemente para os esforços de guerra dos contendores, de forma que eram fundamentais para as decisões políticas dos líderes nacionais, nomeadamente, dos Estados Unidos da América, da Grã-Bretanha e da Alemanha. A guerra foi encontrar Portugal e Brasil sob governos ditatoriais, ambos autointitulados como Estado Novo, que se perceberam envolvidos nesses interesses geopolíticos e que, por conseguinte, reagiram aos estímulos das nações em litígio. O Objetivo Central desta investigação é analisar a evolução das Políticas Externa e de Defesa de Salazar e de Vargas, tendo como cenário o Teatro de Operações do Atlântico, em decorrência do jogo de interesses geopolíticos dos líderes das forças aliadas e do Eixo nos fatores geográficos continentais e insulares de Portugal e de Brasil, o qual foi determinante para que os ditadores dos Países Lusófonos escolhessem deliberadamente a neutralidade portuguesa e a beligerância brasileira, tudo com a finalidade de trazer vantagens aos países por eles liderados e de manutenção e sobrevivência dos próprios Estados Novos, de forma a concretizar uma lusofonia nessas políticas e decisões. Assim, esta investigação teve como cerne uma análise comparativa das Relações Internacionais dos dois líderes lusófonos, mediante uma revisão bibliográfica e pesquisa primária nos discursos e pensamentos geopolíticos de Salazar e de Vargas, nas quais os aspetos históricos contextuais mais relevantes a este trabalho serão expostos e serão indicados os caminhos trilhados por ambos os ditadores no período. Por meio de uma pesquisa circunscrita aos principais autores e fontes primárias fundamentais, tanto portuguesas como brasileiras, poderão ser verificados os momentos em que as Políticas Externas e de Defesa Portuguesas perfeitamente alinharam-se à declarada neutralidade e, por algum momento, distanciaram-se, quase a se aproximarem de situações de beligerância, e que as Brasileiras levou um país neutro à guerra na Itália, em face às Relações Internacionais dos dois países lusófonos com os Aliados e com a Alemanha.

Palavras-chave: II Guerra Mundial; Geopolítica; Lusofonia; Política Externa; Defesa. Estado Novo.

ABSTRACT

The World War II had theaters of operations, from 1939 to 1945, the European Continent and the Atlantic Ocean, among others. The geographical aspects of the countries covered could greatly contribute to the war efforts of the contenders, so they were central to the political decisions of the national leaders, namely the United States of America, England, and Germany. The war was to find Portugal and Brazil under dictatorial governments, both self-denominated as Estado Novo, that realized themselves involved in these geopolitical interests and that, therefore, reacted to the stimuli of the nations in litigation. The central objective of this investigation is to analyze the evolution of the Foreign and Defense Policies of Salazar and Vargas, taking as a scenario the Theater of Operations of the Atlantic due to the geopolitical interests of the leaders of allied forces and the Axis in continental geographical factors and islands of Portugal and Brazil, which was decisive for the dictators of Portuguese-speaking countries to deliberately choose Portuguese neutrality and Brazilian belligerence, all with the purpose of bringing advantages to the countries they led and of maintaining and surviving the New States themselves, in order to concretize a lusophony in these policies and decisions. This research was based on a comparative analysis of the International Relations of the two lusophone leaders, through a bibliographical review and primary research in the speeches and geopolitical thoughts of Salazar and Vargas, in which the contextual historical aspects more relevant to this work will be exposed and will be indicated the paths taken by both dictators in the period. By means of a search circumscribed to the main authors and primary sources, both Portuguese and Brazilian, the moments in which the Portuguese External and Defense Policies perfectly aligned themselves with the declared neutrality and, for some time, were distanced, almost to approach situations of belligerence, and that the Brazilians led a neutral country to the war in Italy, in the face of International Relations of the two Portuguese-speaking countries with the Allies and with Germany.

Keywords: World War II; Geopolitics; Lusophony; Foreign policy; Defense; New State.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	Pág. 13
1. IDENTIFICAÇÃO E PROBLEMÁTICA	Pág. 14
1.1. Identificação	Pág. 14
1.2. Problemática	Pág. 15
2. METODOLOGIA	Pág. 16
3. QUESTÕES E HIPÓTESES	Pág. 17
3.1. Questão e subquestões	Pág. 17
3.1.1. Principal questão de pesquisa	Pág. 17
3.1.2. Subquestões de pesquisa	Pág. 17
3.2. Hipótese e sub hipóteses	Pág. 17
3.2.1. Hipótese central da tese	Pág. 17
3.2.2 Sub hipóteses da tese	Pág. 18
4. DAS FONTES	Pág. 18
5. ESTADO DA ARTE	Pág. 21
CAPÍTULO 1 – Enquadramento teórico e conceptual	Pág. 25
1.1. Influências e Geopolítica, beligerância e neutralidade.	Pág. 25
1.1.1. Influência no léxico e no semântico	Pág. 25
1.1.2. Uma definição para Geopolítica	Pág. 25
1.1.3. Situações de neutralidade e de beligerância	Pág. 33
1.2. O Atlântico Lusófono	Pág. 35
1.3. As relações entre Portugal e Grã-Bretanha	Pág. 43
1.4. O Brasil e a Doutrina Monroe (EUA)	Pág. 47
1.5. Portugal, Brasil, o Nazi e o fascismo.	Pág. 52
1.6. A II Guerra Mundial na Europa e os seus reflexos na América	Pág. 56
1.6.1. A fase de supremacia do Eixo – de 1939 a 1942	Pág. 60
1.6.2. A neutralidade na fase de equilíbrio de forças – de 1942 a 1943	Pág. 65
1.6.3. A neutralidade portuguesa e a beligerância brasileira na fase de supremacia aliada – de 1943 a 1945	Pág. 69

CAPÍTULO 2 – A Geopolítica Portuguesa	Pág. 73
2.1. Aspetos geográficos de interesse	Pág. 73
2.2. Os aspetos geográficos portugueses	Pág. 79
2.2.1. A posição relativa do espaço geográfico português	Pág. 81
2.2.2. Os recursos naturais e minerais	Pág. 84
2.2.3. A dinâmica populacional no espaço geográfico português	Pág. 87
2.3. Manifestação da Alemanha	Pág. 87
2.3.1 Os interesses económicos alemães e suas manifestações	Pág. 87
2.3.2 Quanto ao espaço geográfico de Portugal	Pág. 93
2.3.3 Quanto aos aspetos naturais	Pág. 102
2.3.4 Quanto à dinâmica populacional no espaço geográfico de Portugal continental	Pág. 104
2.4. Manifestação dos Aliados	Pág. 109
2.4.1 Os interesses económicos dos Aliados e suas manifestações	Pág. 109
2.4.2 Quanto ao espaço geográfico de Portugal	Pág. 110
2.4.3 Quanto aos aspetos naturais	Pág. 127
2.4.4 Quanto à dinâmica populacional no espaço geográfico de Portugal continental	Pág. 132
2.5. As decisões políticas do Governo Português	Pág. 133
CAPÍTULO 3 – A Geopolítica Brasileira	Pág. 155
3.1. Aspetos geográficos de interesse	Pág. 155
3.2. Os aspetos geográficos brasileiros	Pág. 156
3.2.1. A posição relativa do espaço geográfico brasileiro	Pág. 159
3.2.2. Os recursos naturais e minerais	Pág. 162
3.2.3. A dinâmica populacional no espaço geográfico brasileiro	Pág. 165
3.3. Manifestação da Alemanha	Pág. 167
3.3.1 Os interesses económicos alemães e suas manifestações	Pág. 167
3.3.2 Quanto ao espaço geográfico do Brasil	Pág. 168
3.3.3 Quanto aos aspetos naturais	Pág. 169
3.3.4 Quanto à dinâmica populacional no espaço geográfico brasileiro	Pág. 169
3.4. Manifestação dos Aliados	Pág. 173
3.4.1 Os interesses económicos dos Aliados e suas manifestações	Pág. 173
3.4.2 Quanto ao espaço geográfico do Brasil	Pág. 174
3.4.3 Quanto aos aspetos naturais	Pág. 178

3.4.4 Quanto à dinâmica populacional no espaço geográfico brasileiro	Pág. 178
3.4. As decisões políticas do Governo Brasileiro	Pág. 179
CONCLUSÃO	Pág. 199
FONTES	Pág. 212
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	Pág. 215
ANEXO A	Pág. 225
ANEXO B	Pág. 227
ANEXO C	Pág. 231
ANEXO D	Pág. 233
ANEXO E	Pág. 235
ANEXO F	Pág. 237
ANEXO G	Pág. 239
ANEXO H	Pág. 241
ANEXO I	Pág. 243
ANEXO J	Pág. 245
ANEXO K	Pág. 247
ANEXO L	Pág. 249
ANEXO M	Pág. 251
ANEXO N	Pág. 253
CURRICULUM VITAE	Pág. 255

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1	Fatores Geopolíticos	Pág. 31
Quadro 2.1.	Ocupação económica da superfície de Portugal continental	Pág. 85
Quadro 2.2.	Extração de minérios não radioativos – em milhares de toneladas (Ton) (1935 a 1939)	Pág. 85
Quadro 2.3.	Produção e exportação de volfrâmio a 60 % de WO ₃ – em toneladas (1935 a 1939)	Pág. 86
Quadro 2.4.	Exportações de concentrados de volfrâmio a 65 % de WO ₃ – em toneladas (1935 a 1939)	Pág. 87
Quadro 2.5.	Presença de estrangeiros em território de Portugal (1930 e 1940)	Pág. 89
Quadro 2.5.	Presença de estrangeiros em território de Portugal (1930 e 1940)	Pág. 89
Quadro 2.6.	Balança comercial de Portugal com a Alemanha – em milhares de contos. (1939 e 1940)	Pág. 92
Quadro 2.7.	Importação de armamento e cartuchame da Alemanha – em milhares de contos. (1936 e 1939)	Pág. 92
Quadro 2.8.	Exportações de concentrados de volfrâmio a 65 % de WO ₃ – em toneladas (1935 a 1939)	Pág. 103
Quadro 2.9.	Exportações de concentrados de volfrâmio a 65 % de WO ₃ – em toneladas (1935 a 1939)	Pág. 127
Quadro 2.10.	Exportações de volfrâmio e seu peso na balança comercial – em milhares de escudos (1935 a 1939)	Pág. 146
Quadro 3.1.	Principais produtos de exportação	Pág. 163
Quadro 3.2.	Principais produtos minerais de exportação (meses janeiro a maio)	Pág. 163
Quadro 3.3.	Comércio Exterior – Importações por procedências	Pág. 164
Quadro 3.4.	Comércio Exterior – Exportações por destinos	Pág. 164
Quadro 3.5.	Intercâmbio comercial com os principais países — 1939	Pág. 165
Quadro 3.6.	Relações Comerciais Brasil - Alemanha — 1936 a 1940 (em percentagem)	Pág. 168
Quadro 3.7.	Filiação ao NSDAP fora da Alemanha superior a 1.000 associados – 1937.	Pág. 170
Quadro 3.8.	Relações Comerciais Brasil – EUA — 1936 a 1940 (em percentagem)	Pág. 174
Quadro 3.9.	Relações Comerciais Brasil – Inglaterra — 1936 a 1940 (em percentagem)	Pág. 175

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1.	<i>Heartland</i> euroasiático de Mackinder	Pág. 27
Figura 1.2.	O Atlântico Sul	Pág. 37
Figura 1.3.	Triângulo estratégico Brasil – Angola – Cabo Verde	Pág. 38
Figura 1.4.	Triângulo estratégico Português	Pág. 38
Figura 1.5.	Triângulo estratégico Açores – Madeira – Canárias	Pág. 39
Figura 1.6.	Sobreposição dos três triângulos estratégicos	Pág. 39
Figura 1.7.	Zona Neutra – Conferência do Panamá	Pág. 39
Figura 1.8.	Zona Neutra adjacente à costa brasileira	Pág. 41
Figura 1.9.	O Atlântico Lusófono	Pág. 42
Figura 1.10.	O Atlântico Lusófono no Oceano Atlântico	Pág. 42
Figura 1.11.	Acordo destróieres por bases	Pág. 64
Figura 1.12.	Batalha do Atlântico – abril a dezembro de 1941	Pág. 65
Figura 1.13.	Batalha do Atlântico – agosto de 1942 a maio de 1943	Pág. 69
Figura 2.1.	Território Português definido pela Constituição Política da República Portuguesa de 1933.	Pág. 80
Figura 2.2.	Distribuição dos cabos de comunicações submersos (croqui).	Pág. 83
Figura 2.3.	Localização do Arquipélago de Cabo Verde e distâncias aproximadas a sítios de interesses desta pesquisa.	Pág. 84
Figura 2.4.	Dispositivo das tropas alemãs na Operação Félix.	Pág. 95
Figura 2.5.	A AEV saúda o Presidente do Conselho António de Oliveira Salazar.	Pág. 107
Figura 3.1.	Possessões britânicas cedidas aos EUA	Pág. 187

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

1ª. DIE	1ª. Divisão de Infantaria Expedicionária
AA	<i>Auswärtiges Amt</i>
AAS	Arquivo Azeredo da Silveira
AHDMNE	Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros
AHI	Arquivo Histórico do Itamaraty
AHN	Arquivo Histórico Nacional
AOS	António de Oliveira Salazar
CC	Comitê Central
CFCE	Conselho Federal de Comércio Exterior
CPC	Comitê de Planeamento Conjunto
CPDOC	Centro de Estudo de História Contemporânea
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DSI	Divisão de Segurança e Informação
ESG	Escola Superior de Guerra
EU	Estados Unidos
EUA	Estados Unidos da América
FDR	Franklin Delano Roosevelt
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GB	Grã-Bretanha
GV	Getúlio Vargas
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
II GM	II Guerra Mundial

Iscte	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
IUL	Instituto Universitário de Lisboa
NARA	<i>National Archives and Records Administration</i>
NSDAP	<i>Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei,</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
UAL	Universidade Autónoma de Lisboa
US	<i>United States</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

Quando a Alemanha cruzou as fronteiras da Polónia, no dia 1º de setembro de 1939, e iniciou efetivamente a II Grande Guerra Mundial (II GM), que somente terminou em 1945, Portugal e Brasil eram governados por ditadores. Tanto António de Oliveira Salazar, em Portugal, como Getúlio Dornelles Vargas, em Brasil, batizaram os seus próprios períodos, nos quais foram dirigentes desses países, com o mesmo título: Estado Novo. O termo não foi a única coincidência entre as duas nações. Além de serem lusófonas¹, dentro do período compreendido entre o início e o fim da II GM, ambas foram alvos de interesses e de cobiças pelos Aliados, particularmente pelos Estados Unidos da América (EUA) e pela Grã-Bretanha (GB), como, de igual forma, pela Alemanha, que se juntou à Itália e ao Japão para formarem o Eixo, que fora o partido antagónico aos Aliados.

Destacam-se que as possibilidades decorrentes das posições geográficas dos dois países lusófonos no Oceano Atlântico muito provavelmente poderiam dar vantagens excecionais ao partido que pudesse delas usufruir, primordialmente no contexto da Operação *Torch*², após os aliados desembarcarem em Norte da África, no dia 08 de novembro de 1942, e alemães e italianos ocuparem o Sul da França³, as principais operações militares mudaram-se da Europa para o Norte da África e, por conseguinte, ao Mar Mediterrâneo.

Neste sentido, em razão de a parte continental de Portugal estar na entrada do Mar Mediterrâneo, tinha a capacidade de efetivar, juntamente com Gibraltar, o absoluto controlo de todas as embarcações que entrassem ou saíssem daquele estratégico mar, bem como interferir diretamente nas ligações marítimas da Europa com o Norte da África, de acordo com a afirmação de Ninhos (2017: 276)⁴: “Para além das colónias, a Alemanha ambicionava também as posições estratégicas nos Arquipélagos da Madeira e dos Açores, essenciais numa altura em que a rivalidade anglo germânica se disputava no Atlântico”. A ambição relatada não encontrava base, em razão das longas distâncias, das dificuldades logísticas consequentes e das reais possibilidades de retaliações imediatas, vindas dos Aliados

Após a entrada dos Estados Unidos da América (EUA), em dezembro de 1941 (Teixeira, 2017: 494)⁵, e a possibilidade dos alemães decidirem atacar o território norte-americano, os aliados anteviram uma imensa dificuldade no Teatro de Operações do Atlântico, pois para

¹ Adj. (país, povo) cuja língua oficial é o português. (Dicionário, 2016, p. 489).

² Operação ofensiva no Norte de África de autoria inglesa que pressupunha um desembarque no Marrocos francês para combater as tropas do Eixo no Norte de África (Telo, 1993).

³ 11 de novembro de 1942.

⁴ Ninhos, Cláudia (2017). *Portugal e os Nazis – Histórias e segredos de uma aliança*. Ed A Esfera dos Livros. 326 p. Lisboa.

⁵ Teixeira, Nuno Severiano (Coord); Monteiro, João Gouveia; Domingues, Francisco Contente (2017), *História Militar de Portugal*, Ed, A Esfera dos Livros, 1ª. Edição, Lisboa.

Churchill a “[...] batalha do Atlântico era o único teatro onde a Alemanha podia ganhar a guerra” (Telo, 1993: 359)⁶. Assim sendo, a posse e o controlo sobre o conjunto de ilhas dos Açores e do Cabo Verde⁷ seriam de imensa importância para o partido que desejasse ter excepcional base para proporcionar um apoio logístico fundamental para as operações no Oceano Atlântico, na Europa, na África e para acessar os países da América do Sul.

Para o desenvolvimento das referidas operações militares no Norte Africano, a posição geográfica do Promontório Nordestino⁸, na região do Nordeste Brasileiro, que domina a porção ocidental da região denominada como Garganta do Atlântico⁹, tornou-se crucial, posto que o seu controlo favorecia o fundamental suporte logístico às operações militares no Teatro de Operações no Norte da África, bem como servia como porta de entrada para as riquezas existentes na região Setentrional do Continente Americano.

Diante das ações e pressões dos litigantes, decorrentes das notórias vantagens geopolíticas listadas no Atlântico, e, ao vislumbrarem as oportunidades que estavam a se descortinar, os governantes de Portugal e de Brasil desenvolveram as suas respectivas Políticas Externas e de Defesa, conforme as suas próprias intenções, dentro dos seus programas de se manterem no poder, e acordos internacionais antecessores.

As decisões tomadas pelos dois países lusófonos em questão, em face das circunstâncias internas e externas, tiveram características particulares e conduziram os dois países a assumirem a escolha por um dos polos da guerra – Eixo ou Aliados, assim como o grau de envolvimento no conflito, beligerância ou neutralidade.

1. IDENTIFICAÇÃO E PROBLEMÁTICA DO TEMA

1.1. Identificação

O período que abrange o tema inicia-se no dia 1º de setembro de 1939 e prossegue até o dia 8 de maio de 1945, durante o qual as ações bélicas aconteceram nos Continentes Europeu e Africano e no Oceano Atlântico, particularmente no seu trecho Lusófono, mas com reflexos diretos e objetivos na América. Os principais atores foram os líderes da Alemanha (Adolf Hitler), da Grã-Bretanha (Primeiro Ministro Winston Churchill), dos Estados Unidos da América (Presidente Franklin Delano Roosevelt) e os ditadores lusófonos de

⁶ Telo, António José Barreiros (1993). Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898-1948), Edições ASA, Porto.

⁷ As ilhas do Cabo Verde eram, naqueles anos, territórios insulares pertencentes a Portugal.

⁸ Que Pontes (2012: 8) descreve a sua importância geopolítica: “... o mesmo papel de bastião avançado de defesa contra ações extracontinentais provindas do Atlântico ou de outras áreas, além de ser uma vital plataforma de projeção para o oriente.”

⁹ “Esse oceano possui áreas estratégicas relevantes como a “Garganta Atlântica”, entre a costa do nordeste brasileiro e a África ocidental, espaço intercontinental de grande importância para o comércio mundial.” (Pontes, 2017).

Portugal e Brasil (António de Oliveira Salazar e Getúlio Dorneles Vargas, respetivamente). Assim, a análise dos fatores geográficos de posse dos países lusófonos e da relação dos diversos atores políticos durante a II GM se apresenta como de grande relevância para compreender a importância da Geopolítica na execução de Políticas Externas e de Defesa, tanto para Portugal como para Brasil, que resultaram em decisões influenciadoras nas rotinas de portugueses e de brasileiros, quando os primeiros mantiveram-se em seu território e os sul-americanos rufaram os seus tambores ao marcharem para o Velho Mundo, a fim de combaterem na frente italiana ao lado de estadunidenses e ingleses, dentre outros aliados.

1.2. Problemática

Factos aconteceram naqueles anos conturbados do século XX, notadamente nos continentes americano e europeu, que levaram dois blocos de países a se confrontarem na Europa, inicialmente, na África e na Ásia, na conjuntura da II GM.

Interesses geográficos muitas vezes estiveram em pauta no tabuleiro das nações envolvidas, por serem capazes de alterarem substancialmente os rumos da Guerra, ao ocasionarem posturas e decisões políticas de imensa relevância no concerto das nações em litígio.

Assim posto, Portugal e Brasil utilizaram os interesses geográficos dos dois partidos, os quais resultaram em decisões políticas, que conduziram os dois países lusófonos às políticas externas decorrentes. Por conseguinte, as opções dos ditadores de Portugal e de Brasil, respetivamente Salazar e Vargas, eram de se declararem neutros ou se considerarem em beligerância, conforme cada caso.

A situação de beligerância não se pode ser definida apenas por uma decisão ou vontade própria. Um país neutral pode se tornar beligerante ao ser atacado por outro, como aconteceu com os Estados Unidos da América, inicialmente neutro, que se tornou beligerante após o ataque do Japão a Pearl Harbour, base da United States Navy¹⁰ (USN) no Oceano Pacífico, no contexto da II Guerra Mundial.

Em rápida vista, a escolha pela situação de neutralidade ou de beligerância por um Estado está diretamente vinculada aos seus interesses e assuntos domésticos, às pressões internacionais, que podiam ser diretas (nestas estão incluídas ações bélicas agressivas), ou ser indiretas, por meio de tratados históricos e atitudes tradicionais, e à situação geográfica em face ao teatro de operações.

¹⁰ Marinha dos Estados Unidos.

Apesar de não ocorrer previsão no seio do Direito Internacional¹¹, há situações em que uma nação se decide por opções de um meio termo, mantendo-se entre a neutralidade e a beligerância, mas, atenta para qual lado os ventos da vitória se dirigem e, de tal modo, a alterar a sua Política Externa de acordo.

A opção a ser adotada é uma decisão no Campo Político, que, por sua vez, atende questões das demais expressões dos campos do Poder Nacional (económico, militar, psicossocial, diplomático, ambiental e demais). Todavia, a escolha feita pelo Estado não é definitiva, como se pode constatar ao longo da História da humanidade, haja vista que todos os aspetos envolvidos são muito dinâmicos e, muitas vezes, voláteis.

2. METODOLOGIA

A metodologia que foi empregada neste estudo comparativo foi eminentemente qualitativa, em razão de o tema abranger dados e análises subjetivos, que foram facilitados pela possibilidade de realizar a pesquisa diretamente em fontes primárias em sítios históricos, museus e arquivos físicos e digitais, depositados em sítios oficiais e transcritos em obras tornadas públicas, portanto a pesquisa foi de campo no intuito de montar um quadro amplo.

Desta forma, a investigação foi exploratória, documental, descritiva de fatos já registados e, também, explicativa, ao aprofundar factos históricos difundidos.

Para tanto, a metodologia escolhida seguiu as etapas preconizadas por Minayo (2010)¹², ou seja, “(1) fase exploratória; (2) trabalho de campo; (3) análise e tratamento do material empírico e documental.”.

Na primeira fase, as referências teóricas foram reunidas e os locais das pesquisas nas fontes primárias foram mapeados e contatados. Na etapa intermediária, para cada pesquisa realizada em campo teve um roteiro, no qual conteve o objeto a ser investigado e, conforme o caso, os dados da personagem a serem coletados, bem como os resultados obtidos. Na última etapa, o material coletado – fotos e dados – foi fichado em ordem cronológica digitalmente para as consultas sucessivas e necessárias.

Além de terem sido ordenados cronologicamente e antecipadamente, os dados foram categorizados de forma adequada, conforme o grau de inferência em relação ao objeto, e teve uma observação de interpretação, por meio de uma síntese ou conclusão parcial.

¹¹ Verifica-se que em Rezek (2011: 419) – Rezek, José Francisco (2011), *Direito internacional público: curso elementar*. 13. ed. rev., aumen. e atual. Ed Saraiva. São Paulo, são deveres do país neutro a imparcialidade e abstenção de qualquer envolvimento direto ou indireto nas hostilidades.

¹² Minayo, Maria Cecília de Souza (org.) (2010), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*, 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Durante a análise, os dados colhidos foram decompostos e as partes inter-relacionadas, a fim de facilitarem que as devidas interpretações dialogassem com o tema, com a principal questão e as subquestões derivadas, com a hipótese central da tese e suas sub hipóteses, tudo devidamente focado nos objetivos estabelecidos para esta investigação.

3. QUESTÕES E HIPÓTESES

3.1. Questão e subquestões

3.1.1. Principal questão de pesquisa

Assim, surge a principal questão de pesquisa:

- Em que medida as Políticas Externas e de Defesa de Portugal e de Brasil, as quais refletiram a hesitação entre a neutralidade e a beligerância dos seus governantes, foram influenciadas pelos interesses geopolíticos dos Aliados e do Eixo, nomeadamente no conjunto lusófono presente no Oceano Atlântico, de forma a caracterizar uma Geopolítica da Lusofonia ou evidenciaram geopolíticas distintas?

3.1.2. Subquestões de pesquisa

Posta a questão central, ficam as subquestões:

- Quais foram os fatores geográficos em Portugal de interesse dos dois partidos antagónicos? Existiram possíveis vantagens políticas a serem obtidas pelo Estado Novo português?

- Quais foram os fatores geográficos em Brasil de interesse dos dois partidos antagónicos? Existiram possíveis vantagens políticas a serem obtidas pelo Estado Novo brasileiro?

- Como Portugal e Brasil utilizaram a Geopolítica para estimular os partidos antagónicos de acordo com os seus objetivos políticos?

- Existiram ou não coincidências nas Políticas Externas e de Defesa adotadas pelos dois Estados Lusófonos, em resposta às grandes estratégias de Aliados e do Eixo?

3.2. Hipótese e sub hipóteses

3.2.1. Hipótese central da tese

Da principal questão de pesquisa levantada, pode se extrair a hipótese central da tese:

- Governantes portugueses e brasileiros conduziram as suas políticas, Externa e de Defesa, para obter reações, em função dos interesses geopolíticos no Oceano Atlântico, dos Aliados e do Eixo, ao penderem entre os dois partidos e, por conseguinte, entre a neutralidade e ser envolvido pela beligerância, em uma conjuntura concretamente lusófona, ou seja, semelhante, ou foram completamente dissociadas e distintas.

3.2.2 Sub hipóteses da tese

Consequentemente surgem as sub hipóteses:

- A utilização dos fatores geográficos de posse e de controlo de Portugal no Oceano Atlântico, de comum interesse aos dois partidos antagónicos, dava uma vantagem ao aliado escolhido, conforme as visões estratégicas de cada um dos protagonistas;

- A utilização dos fatores geográficos de posse e de controlo do Brasil no Oceano Atlântico, de comum interesse aos dois partidos antagónicos, dava uma vantagem ao aliado escolhido, conforme as visões estratégicas de cada um dos protagonistas;

- Portugal e Brasil alteraram as suas políticas fundamentais, com pontos comuns, conforme os interesses externos e internos de cada um dos países lusófonos e segundo as grandes estratégias dos contendores;

- Portugal e Brasil alteraram as suas políticas fundamentais, sem pontos em comum, apenas em consonância aos interesses externos e internos de cada um dos países lusófonos e segundo as grandes estratégias dos contendores.

Poderiam ser desenvolvidas outras questões, porém a intenção desta análise é caracterizar o porquê, dentro do espectro geopolítico, e como os dois países lusófonos encaminharam as suas Políticas Externas e de Defesa para se aproximarem decisivamente a um dos partidos, apesar de demonstrarem interesses e algum alinhamento com o outro, na intenção de atender às demandas políticas convenientes para cada um dos Estados Novos, a fim de levantar possível existência de pontos de semelhanças e de diferenças e, por fim, concretizar ou não uma Geopolítica que se possa denominar apropriadamente como Lusófona.

3. DAS FONTES

Com a finalidade de cumprir os objetivos deste trabalho, foi realizada uma intensa pesquisa. Os dados considerados pertinentes foram coletados com o devido cuidado de serem fontes primárias, pinçados de obras específicas.

As obras escolhidas, buscadas em Portugal e em Brasil, trazem em seu texto documentos originais, expostos integralmente ou em trechos significativos.

Para a contextualização e discorrer sobre os conceitos concretos sobre a História de Portugal, foram tomadas, como principais fontes, dentre as que se fizeram necessárias, uma publicação atual e as obras de Telo (1987a, 1987b, 1991, 1993, 1996, 2000a e 2000b). Vale ressaltar que o Professor António José Telo primou em se basear em fontes primárias para escrever os seus livros e artigos.

Novamente Telo e o seu livro “Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898-1948)”, edição de 1993, ofereceu uma visão sobre os acontecimentos contemporâneos que envolveram o Arquipélago dos Açores e foi a base para clarificar a importância do conjunto de ilhas para esta análise, as Grandes Estratégias dos EUA, da Grã-Bretanha e de Portugal, e os factos que envolveram uma parte considerável do Oceano Atlântico, nomeadamente no período de 1939 a 1945.

Para direccionar os assuntos da História do Brasil, em seus aspetos gerais, a fonte principal foi escrita por Fausto (2000); enquanto no que tange aos aspetos económicos, o livro de Furtado (1971).

A fim de subsidiar os assuntos tangentes à História Militar de Portugal, a recente obra de Teixeira (2017) foi o ponto de partida.

Ninhos (2017) foi o marco inicial para a compreensão das relações entre Portugal e os Nazis dentro dos aspetos culturais.

A fim de entender as decisões políticas tomadas pelos então presidentes de Portugal e do Brasil foram considerados os trabalhos comparativos de Cardoso (2013), de Rota (2013), de Castilho (2008) e de Mustafá (2012), bem como as relações de poder entre os dois governos lusófonos, que foram analisados por Schiavon (2008) e por Sousa (2010).

A evolução das Políticas Externas e das Relações Internacionais dos países lusófonos foram consultados, no que tange ao Brasil, Cervo (2001) e Garcia (2005), e a Portugal, Nunes (1993), Nogueira (2005) e Pereira (2012).

Contudo, para as pesquisas sobre as personagens há tanto tempo falecidas, como os líderes do Estado Novo português e brasileiro, foram necessárias investigações em fontes primárias localizadas em arquivos históricos nacionais dos países abrangidos e respetivos sítios digitais na rede mundial (Internet), a fim de se verificar a premissa de que decidiram conforme os estímulos geopolíticos internos e externos. O “Diário” (Vargas, 1995), pessoal de Getúlio Vargas, auxiliou na percepção do pensamento do ditador diante dos factos de relevância. O volume III dos “Discursos e Notas Políticas” (Salazar, 1943), editado por Salazar, forneceu algumas pistas quanto às intenções que revestiam as atitudes do Presidente do Conselho.

Para tanto, o mapeamento dos locais de guarda desses documentos foi realizado, tanto em Portugal como em Brasil. Neste aspeto, os diversos documentos provenientes das relações interpessoais e institucionais entre Vargas (Brasil) e Roosevelt (EUA) estão

arquivados e disponibilizados no Arquivo Azeredo da Silveira (AAS), do Centro de Estudo de História Contemporânea (CPDOC)/Fundação Getúlio Vargas (FGV), bem como os oriundos das relações entre Vargas e Hitler (Alemanha).

No mesmo sentido, a obra de Lochery (2015) tornara-se fundamental para a condução da análise, porque mostra a intimidade, o pensamento e as relações do antigo Presidente Vargas durante aqueles anos de intensos conflitos.

Por outro lado, os arquivos existentes no Arquivo Oliveira Salazar (AOS), disponibilizados no citado Volume III (dos discursos e notas políticas) (Salazar, 1943), do então líder de governo português, foram de grande valia para as pesquisas sobre os colóquios entre Salazar e Hitler e Salazar e Churchill.

Para a pesquisa das relações exteriores portuguesas de pertinência e durante o período, o Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE) possui um acervo rico de dados para o seu entendimento.

O livro da Professora Cláudia Ninhos (Ninhos, 2017) traz um conteúdo muito denso e baseado em fontes primárias ao discorrer sobre as relações entre “Portugal e os Nazis – histórias e segredos de uma aliança”¹³, ao mostrá-las sob as diversas vertentes, tudo conforme a política cultural desenvolvida e implementada pelos alemães para o Estado Novo Português.

Entretanto, por se tratar de texto no qual deveriam ficar evidentes as percepções dos pensamentos dos principais protagonistas, sendo eles Salazar e Getúlio Vargas, houve uma imensa dificuldade em perceber o pensamento do português. O historiador João Paulo Avelãs Nunes assim explicitou os óbices para tanto (2010: 19-20):

Evocam-se, também, a escassez de literatura memorialística da autoria de portugueses que tivessem sido actores ou espectadores privilegiados da problemática em estudo; as características da documentação impressa num país sob regime ditatorial, onde a autocensura, a censura e outras modalidades de repressão eram um dos elementos essenciais das regras do jogo. Salientaria, ainda, o carácter lacunar de muitos dos espólios de natureza pública sobreviventes, resultado da estratégia e dos hábitos de secretismo, de escamoteamento dos obstáculos e divergências internos impostos durante a ditadura chefiada por António de Oliveira Salazar e, embora em menor grau, por Marcelo Caetano. A situação em que se encontra a documentação escrita não-impressa relevante, de difícil localização no labirinto das instituições produtoras e dos “arquivos definitivos” (ou, talvez melhor, “arquivos mortos”); muitas vezes de

¹³ Título da obra.

consulta não autorizada; de leitura impossível por inexistência de inventariação, tratamento e catalogação, dada como desaparecida ou destruída.

Interessaria, a este respeito, chamar a atenção para a seguinte hipótese. Em diversos casos, a eliminação — integral ou selectiva — de núcleos documentais particularmente delicados para o Estado Novo, para as organizações privadas ou para as individualidades em causa ter-se-ia devido a uma opção política consciente, assumida, com grande probabilidade, ao mais alto nível de decisão. O generalizado caos burocrático o subinvestimento na preservação do património arquivístico desempenhariam, na delapidação destes espólios estratégicos, uma função secundária.¹⁴

Essa difícil situação para esta pesquisa, descrita por Nunes, também foi vislumbrada e compartilhada pelo Professor António José Telo (2000b: 14-15), que assim se expressou:

Há, em resumo, nos documentos portugueses uma atitude permanente e consciente de eliminar tudo o que é discussão que devia estar na base da tomada de decisão e as contradições surgidas nesse momento essencial, em larga medida porque não houve discussão ou porque, quando houve, ela é encarada como um factor negativo, que não deve ser mencionado no documento escrito, quase como um acto vergonhoso [...]. Em relação aos portugueses, o volume de documentação é muito menor e os aspectos mais importantes para entender o problema não constam da documentação [...]. Não se trata de um problema de maior ou menor liberdade dos arquivos. O problema é anterior e muito mais amplo: é a mentalidade não democrática e de administração fechada do Estado Novo que faz com que documentos que deviam ser os mais importantes não existam ou, a existir, não vão parar aos arquivos.¹⁵

Para a verificação e a constatação dos planeamentos realizados pelos Estados Unidos da América para a defesa do chamado Hemisfério Ocidental, nomeadamente a série de Planos *Rainbow*, os arquivos de época do Departamento de Planeamentos de Guerra (DPG) estadunidense foram virtualmente visitados, bem como os dados guardados no *The US National Archives and Records Administration* (NARA). Para nortear essa análise, foi fundamental a obra de Conn e Fairchild (2000).

¹⁴ Nunes, João Paulo Avelãs (2010), *O volfrâmio e o Estado Novo (1933 a 1947): atividade mineira, “Grande Depressão” e Segunda Guerra Mundial*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.

¹⁵ Telo, António José Barreiros (2000b), *A Neutralidade Portuguesa e o Ouro Nazi*, Quetzal Editora.

Os documentos e planos militares alemães estão depositados em arquivos localizados na Grã-Bretanha, precisamente no *The National Archives*, em Kew (Grã-Bretanha). Os dados e relatórios dos embaixadores ingleses estão sob a guarda no *Foreign Office* daquele país.

Para a confirmação dos acordos internacionais antecedentes e realizados durante a II GM, foram consultados os arquivos físicos e digitais nos EUA (Arquivo Nacional – Washington/DC) e na Grã-Bretanha.

Por fim, no âmbito da análise dos acidentes geográficos da lusofonia, então sob o domínio de Brasil ou de Portugal, e que claramente fizeram parte do rol dos interesses dos Aliados e de alemães, para a obtenção de nítidas vantagens estratégicas, os quais, portanto, influenciaram as relações políticas intrínsecas e externas de todos os envolvidos foram garimpadas e expostas por meio de mapas geográficos, planos estratégicos de aliados e alemães, nomeadamente na obra de Conn e Fairchild (2000), na qual é descrita toda a estrutura de defesa norte-americana do Hemisfério Ocidental, durante o período em análise, e os princípios norteadores para a montagem dessa estrutura, com ênfase nas relações entre os EUA e o Brasil, e estudos prévios e disponíveis, sejam em bibliotecas em Brasil e em Portugal, sejam pela *internet*.

3. ESTADO DA ARTE

Na perspetiva de Miyamoto (1981: 76)¹⁶, a Geopolítica se utiliza dos fatores geográficos para a formulação de políticas, com fins estratégicos e, em seguida, complementa que “é uma teoria do poder e visa, sobretudo, *o preparo para a guerra*” (grifo em itálico do autor).

Portanto, nos anos da década de 1930, os principais atores globais de então e a Liga das Nações estavam focados nos rumos que as Políticas Externas e de Defesa agressivas da Alemanha, da Itália e do Japão estavam a tomar. Uma nova guerra de imensas proporções estava a se tornar inevitável, à semelhança da Grande Guerra de 1914 a 1918. Os líderes políticos de então estabeleceram as suas diretrizes e os estrategistas passaram a planejar coerentemente.

Muitos desses planeamentos da época estão, atualmente, à disposição dos estudiosos sobre a II GM de diversas nacionalidades, nomeadamente portugueses e brasileiros. Tais documentos disponibilizados resultaram em diversos tratados, análises, estudos e publicações, que muitas vezes se renovam a cada marco comemorativo.

De igual forma, as ascensões de governos ditatoriais em Portugal¹⁷ e em Brasil¹⁸ foram e são amplamente estudadas, dentro de diversas perspetivas, inclusive na forma de quadros

¹⁶ Miyamoto, Shiguenoli (1981). Os Estudos Geopolíticos no Brasil: uma contribuição para a sua avaliação. Ed Perspectivas. São Paulo.

comparativos entre as duas ditaduras, ao refletirem sobre a Arquitetura (Cardoso, 2013)¹⁹, os Direitos Humanos, a Educação (Rota, 2013)²⁰, a Cultura (Castilho Costa, 2008)²¹, o uso das Comunicações Sociais (Mustafá, 2012²²; e Paulo, 1994²³) e os Exportes (Drumond, 2011)²⁴, bem como as relações de poder entre os dois governos lusófonos (Schiavon, 2008²⁵; e Sousa, 2010²⁶).

Apesar da farta documentação e das análises descritas, é difícil localizar estudos comparativos a envolver os dois países lusófonos no que tange às Políticas Externas e de Defesa adotadas em face dos interesses Geopolíticos dos Aliados e dos países europeus componentes do Eixo. Existem investigações que abordam o tema de forma singular, ou seja, abordam-no individualmente, como se pode verificar nas análises de Pinski (*In Mota*, 1990)²⁷, de Rosas (2012)²⁸ e em Telo (2000a)²⁹.

Desses trabalhos elencados, extrai-se que em Portugal existem análises mais recentes e ricas, porém, ao ler-se a obra de Miyamoto (1981, 75)³⁰, verifica-se que, em Brasil, os temas Geopolítica e Política Externa foram relegados a planos secundários no meio

¹⁷ Governo de Salazar e de Marcelo Caetano de 1933 a 1974.

¹⁸ Governo de Vargas de 1937 a 1945.

¹⁹ Cardoso, Luiz Antonio Fernandes, Santos, Joaquim Manuel Rodrigues dos (2013), *Estado Novo Português e Estado Novo Brasileiro: afinidades e divergências nas relações com o patrimônio Arquitetônico (Décadas de 1930 e 1940)*, Anais do IV Encontro Internacional sobre a Preservação do Patrimônio Edificado Arquivemória. Acedido em 19/12/2017. Disponível em <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20221>>

²⁰ Rota, Aleson (2013), *Estado(s) novo(s): um estudo de educação comparada entre Brasil e Portugal (1936-1945)*, Revista Latino-Americana de História Vol. 2, nº. 6 – Agosto de 2013 – Edição Especial.

²¹ Castilho Costa, Maria Cristina. (2008). *Brasil e Portugal - Afinidades eletivas no trato da política e da cultura*, Teatro: Revista de Estudios Culturales / A Journal of Cultural Studies: Número 22, pp. 63-74.

²² Mustafá, Izani (2012), *Usos do rádio pelos governos ditatoriais de Getúlio Vargas (Brasil) e Antônio Salazar (Portugal) no período de 1935 a 1945*. Artigo Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Fortaleza.

²³ Paulo, Heloisa (1994). *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Livraria Minerva. Coimbra.

²⁴ Drumond, Maurício (2011), *O Esporte nos Estados Novos de Salazar e Vargas (1933-1945): um estudo comparado*. Artigo Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo. 15 p.

²⁵ Schiavon, Carmem G. Burgert (2008). *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*. 2008. 304 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

²⁶ Sousa, Fernando; Santos, Paula (org.) (2010), *As Relações Portugal – Brasil no século XX*, CEPESE/Fronteira do Caos, Porto.

²⁷ Pinski, Jaime (1990). *O Brasil nas Relações Internacionais: 1930 – 1945*. In Mota, Carlos Guilherme (Org), *O Brasil em perspectiva*. 19 ed. Bertrand. Rio de Janeiro. pp 339 – 351.

²⁸ Rosas, Fernando (2012). *Salazar e o Poder. A arte de saber durar*. 1ª. ed. Ed Tinta da China. Lisboa.

²⁹ Telo, António José Barreiros (2000a). *A neutralidade portuguesa na Segunda Guerra Mundial*. [On Line]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/11144/2048>>

³⁰ Miyamoto, Shiguenoli (1981). *Os Estudos Geopolíticos no Brasil: uma contribuição para a sua avaliação*. Ed Perspectivas. São Paulo.

acadêmico não militar, embora seja reconhecida a importância da Geopolítica na formulação da Política Internacional do país.

Do exposto, verifica-se que há carência de autores que tenham refletido de forma ao menos tangente ao tema da tese, ou melhor, à análise dos interesses de aliados e Eixo nos fatores geográficos para os dois partidos contrários e das reações dos governantes de Portugal e de Brasil, assim como essas reações refletiram nas Políticas Externas e de Defesas dos dois países, apesar de que é de conhecimento geral de que Portugal decidiu-se pela neutralidade e de que o Brasil não apenas declarou beligerância aos países do Eixo, como enviou uma Divisão de Infantaria do seu Exército e um Grupo de Caça da então recém-criada Força Aérea, perfazendo cerca de 25.000 homens e mulheres, que lutaram ao lado dos aliados em solo italiano.

Do estudo preliminar nos livros de referência sobre as Histórias dos dois países podem ser verificadas as relações marcantes entre Portugal e Inglaterra, que remontam ao século XIV, e entre os EUA e o Brasil, sob a égide da Doutrina Monroe. Por outro lado, ficam explícitas as convergências e as divergências ideológicas de Portugal e do Brasil com os regimes nazi alemão e fascista italiano.

Esta tese pretende contribuir com uma investigação envolvendo conceitos relativos à Segurança e à Defesa, especialmente no que tange à Geopolítica, e eventos históricos compreendidos no espaço de tempo e espacial em estudo, para reforçar bases de uma visão alternativa que vislumbre a relação de correspondência entre História Contemporânea e Estudos de Defesa e Segurança.

CAPÍTULO 1 – Enquadramento teórico e conceptual

1.1. Influência, Geopolítica, beligerância e neutralidade

1.1.1. Influência no léxico e no semântico

Para viabilizar o entendimento das influências dos aspetos geopolíticos nas Políticas Externas e de Defesa portuguesa e brasileira, em decorrência dos interesses dos Aliados e dos seus inimigos do Eixo, fazer-se-á, em um primeiro momento, a necessária compreensão do próprio substantivo feminino *influência*, nos seus aspetos do léxico e semântico. Com o intuito de clarificar o termo no léxico, pode-se ler: “in.flu.ên.ci.a *nf* 1 efeito ou interferência que se exerce sobre algo ou sobre alguém 2 autoridade; poder”³¹. Para a definição no sentido semântico, em função dos termos “efeito”³² e “interferência”³³, considera-se que a ação de influenciar pode obter um efeito imediato ou mediato³⁴ e a interferência ser de maneira objetiva ou subjetiva.

Portanto, para atender às necessidades desta pesquisa, serão abordadas as influências imediatas e objetivas, a fim de ficarem clarificadas que as ações dos líderes em questão eram de quem se portava como senhor das ações, as quais, por suas vezes, faziam parte nitidamente do pensamento geopolítico e dos estudos de situações, para as tomadas das decisões políticas dos atores envolvidos.

Após o entendimento no significado no léxico e nas variantes semânticas, em decorrência das amplitudes atinentes às complexas e diversificadas fontes de pressões políticas, é muito pertinente, para esta análise, compreender que as demais expressões do Poder Nacional se faziam presentes e deveras atuantes, tais como o Diplomático, o Militar e o Psicossocial, mas, nomeadamente, neste caso temporal e histórico de Brasil e de Portugal, o Poder Económico foi crucial.

1.1.2. Uma definição para Geopolítica

Igualmente, torna-se fundamental a definição de Geopolítica mais adequada a esta análise, como algo que vai muito além da lógica combinação de Geografia com Política, da simples delimitação espacial das áreas geográficas sujeitas desta investigação, conjugada com os fatores que as definiram como capazes de influenciar as decisões políticas dos dois

³¹ Dicionário, 2016, p. 446.

³² E.fe.i.to *nm* 1 consequência 2 realização 3 objetivo 4 sensação – Dicionário, 2016, p. 298.

³³ In.ter.fe.rên.ci.a *sf* 1 ato de interferir; intervenção – Dicionário, 2016, p. 453.

³⁴ No sentido de longínquo, afastado, indireto, distante ou remoto.

partidos opostos no tabuleiro das operações, iniciadas na Europa e que se espalharam para o restante do Mundo, e as políticas pró-ativas e reagentes dos dois países lusófonos.

O professor sueco Rudolf Kjellén publicou, em 22 de março de 1901, em um jornal vespertino na cidade alemã Gotemburgo, o *Göteborgs Aftonblad*, no artigo *Politik och Vetenskap*³⁵, discorreu sobre a relação do Estado com a sua moldura geográfica. Segundo o trabalho de Correia (2012: 230)³⁶, Kjellén “analisava o Estado por analogia com o indivíduo enquanto ser vivo e, no processo em que a política, como ciência, procura entender o Estado, relacionava a política” e a relacionava “com cinco ciências vizinhas, a jurisprudência, a sociologia, a etnografia, a história e a geografia”. Quando o autor relacionou política com a geografia, criou o então neologismo “geopolítica”. Anos depois, Kjellén assim definiu a relação geografia – Estado: “A geopolítica é o estudo do Estado enquanto organismo geográfico ou enquanto fenômeno no espaço, isto é, o Estado como terra, território, área, ou melhor dito, como país”.

A primeira Escola Geopolítica que surgiu foi a Escola de Munique. Em 1922, o geógrafo e militar alemão Karl Haushofer fundou naquela cidade o *Institut für Geopolitik*³⁷ que, em 1924, lançou o *Zeitschrift für Geopolitik*³⁸. O pensamento de Haushofer, no início, inscrevia-se no quadro conceptual de Kjellén. Para Haushofer “A geopolítica [...] é o estudo da influência da terra nos processos e instituições políticas.” Com a subida ao poder de Hitler como líder da Alemanha, a Escola de Munique foi impactada pela ideologia nazi e, por conseguinte, afastou-se do rigor científico inicial e tornou-se um “[...] verdadeiro centro inspirador do projeto belicista e expansionista do Terceiro Reich” (*ibidem*, 2012: 231)³². Entretanto o geógrafo britânico Halford Mackinder, teórico oriundo da maior potência marítima da época, influenciou marcadamente tanto a Escola de Frankfurt como o próprio ditador nazi Adolf Hitler, ao estabelecer que o poder terrestre se apoiava firmemente no domínio (*ibidem*, 2012: 232)³².

[...] do heartland euroasiático (Figura 1.1.) e que, paradoxalmente, tanto iria influenciar a Escola de Munique. A este se deve o novo silogismo: “Quem controlar a Europa de leste comanda o heartland; quem controlar o heartland comanda a ilha mundial; quem controlar a ilha mundial comanda o mundo³⁹”.

³⁵ A política como ciência – tradução de Correia (2012: 230).

³⁶ Correia, Pedro de Pezarat (2012), *Geopolítica e Geoestratégia*. Rev. Nação e Defesa, N.º 131 – 5.ª Série, pp. 229-246, Lisboa.

³⁷ Instituto de Geopolítica

³⁸ Revista de Geopolítica

³⁹ Ver: Mackinder, Halford J. (1919 [1942]), *Democratic Ideals and Reality, A Study in the Politics of Reconstruction* (3th edition, October, 1942), New York: Henry Holt and Company..

Figura 1.1.



A Heartland Euroasiática de Mackinder.

Fonte: <<https://internetfigyelo.wordpress.com/2015/12/25/birodalmak-tegnap-es-ma/>>.

Como esta investigação objetivamente tem como pano de fundo o Teatro de Operações do Atlântico, ao definir o termo Geopolítica que o norteie para o seu desenvolvimento, ficam clarificadas a importância do teórico estadunidense Alfred Thayer Mahan e a sua obra principal *The elements of sea power upon history: 1660 - 1783*. Apesar de as ideias de Mahan⁴⁰ serem antecessoras⁴¹ ao próprio termo cunhado por Rudolf Kjellén em março de 1901 – Geopolítica, a sua importância para as ações dos EUA e do próprio FDR fica explícita na descrição dele feita por Margaret Tuttle Sprout: “nenhuma outra pessoa influenciou tão direta e profundamente a teoria do poder marítimo e a estratégia naval como Alfred Thayer Mahan” (*apud*, Carmona, 2012: 19)⁴². Costa (2008: 68-69)⁴³ destaca que

⁴⁰ Instrutor de História Naval e estrategista da Escola de Guerra Naval dos EUA, nascido em 27 de setembro de 1840, na cidade de West Point, estado de Nova York, e faleceu em dezembro de 1914.

⁴¹ O livro *The elements of sea power* foi publicado em 1890 e considerava o período temporal de 1660 a 1783.

⁴² Carmona, Ronaldo Gomes (2012), *Geopolítica clássica e geopolítica brasileira contemporânea: Mahan, Mackinder e a "grande estratégia" do Brasil para o século XXI*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo (USP), 166 p., São Paulo. DOI: 10.11606/D.8.2013.tde-11062013-111229.

⁴³ Costa, Wanderley Messias da (2008), *Geografia política e geopolítica*, Ed. Edusp, São Paulo.

Mahan “[...] é reconhecido como o precursor das teorias geopolíticas sobre o poder marítimo na época contemporânea”. Carmona (2012: 22)³⁸ cita Almeida acerca da amplitude das influências de Mahan, as quais ultrapassaram os limites dos próprios Estados Unidos, com marcantes reflexos sobre ingleses e alemães no período:

Contudo, ainda que a obra a despeito deste comentário, tenha sido altamente funcional à sustentação teórica da expansão imperialista norte-americana – como veremos –, “sem perceber, Mahan proveu de argumentos os políticos ingleses que desejavam a expansão britânica no mar”. Também na Alemanha, “o livro foi um retumbante sucesso. O kaiser, ao ler a obra de Mahan, percebeu o respaldo necessário para a expansão colonial de sua nação e o desenvolvimento de um forte poder marítimo, de modo a contestar o poder da Grã-Bretanha” (Almeida, 2009a, pp. 155-157).

As teorias de Mahan sistematizaram as operações navais, por meio de leis gerais e princípios, ao indicar preocupações perenes do poder naval. Assim, ficam clarificadas as inquietações de alemães, ingleses e norte-americanos em observar, com restritas atenções, aspectos geográficos proeminentes de Portugal e de Brasil (Mahan, *apud* Costa, 2008: 69)⁴⁴:

[...] os princípios, a natureza e as funções da marinha de guerra são os mesmos, cabendo-lhes a definição dos “pontos de concentração”, “depósitos de munições e suprimentos”, a “comunicação entre pontos e a base original”, o “valor militar do comércio” e o modo pelo qual esse “comércio combinado com as operações” pode ser conduzido.

Deste modo, Mahan elencou os seis fundamentos do poder naval, os quais foram analisados por Carmona (Mahan, *apud* Carmona, 2012: 23-37)⁴⁵:

Primeiro – posição geográfica – “Para ele, países insulares, como a Inglaterra – e por analogia, o hemisfério americano em relação a Eurásia –, possuíam vantagens geográficas em relação a países continentais, como a França e a Holanda” (*ibidem*: 23)⁴⁶.

Segundo – conformação física do país – “Por um lado, “portos numerosos e profundos são fonte de poder e riqueza”, ainda mais “se estão na foz de rios navegáveis, (que) facilitam a convergência do comércio interior do país” (MAHAN, 1984, p. 37)” (*ibidem*, 29)⁴⁷.

Terceiro – extensão do território – “De acordo com Mahan, o fundamental não era a extensão total em milhas quadradas” [...] “mas o cumprimento de sua linha costeira e o tipo

⁴⁴ Costa, Wanderley Messias da (2008), *Geografia política e geopolítica*, Ed. Edusp, São Paulo.

⁴⁵ Carmona, Ronaldo Gomes (2012), *Geopolítica clássica e geopolítica brasileira contemporânea: Mahan, Mackinder e a "grande estratégia" do Brasil para o século XXI*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo (USP), 166 p., São Paulo. DOI: 10.11606/D.8.2013.tde-11062013-111229.

⁴⁶ Obra citada.

⁴⁷ Obra citada.

de suas baías.” [...] “a extensão de seu litoral pode ser um fator de força ou de fraqueza, conforme a população seja grande ou pequena”(ibidem, 31)⁴⁸.

Quarto – tamanho da população – “o que interessava não era a população total existente no território, mas sim a parcela dessa população participante (ou pelo menos disponível) para as atividades marítimas (MAHAN, 1984, p.41)“ (ibidem, 32)⁴⁹.

Quinto – caráter nacional – “Para Mahan, “a tendência natural para o comércio era a característica nacional mais importante para o desenvolvimento do poder marítimo”” (ibidem, 33).

Sexto – caráter do governo – “Assim, Mahan pede “um governo em pleno acordo com as motivações naturais de seu povo” (MAHAN, 1984, p.50)“ (ibidem, 36)⁵⁰.

Miyamoto (1981: 76)⁵¹, em sua obra, relata que diversos autores consideram a Geopolítica como “[...] a consciência geográfica do Estado”. No escopo do que o Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), antecessor do atual Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), definiu como. Geopolítica: “Estudo das constantes e das variáveis do espaço que, ao objetivar-se na construção de modelos de dinâmica do poder, projeta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na atividade política” (In Correia, 2012: 238)⁵². Na mesma obra de Correia (2012: 239)⁴³, são elencadas quatro variações semânticas de Geopolítica, dentre as quais se destaca a terceira, por apresentar-se como a mais apropriada para as necessidades desta análise, posto que alarga a definição de Geopolítica para a dimensão planetária, tão característica à II Guerra Mundial e à importância global dos seus principais contendores:

A terceira compreende a sua apropriação para qualificar a grande política, as opções das grandes potências que dominam a cena internacional, dos principais centros de decisão mundiais, entendendo o prefixo geo num sentido de “terra à dimensão planetária” e não no sentido de “terra elemento da natureza”.

Por sua vez, Miyamoto reveste o termo “Geopolítica” de um significado ligado à “teoria do poder”, porque, segundo ele, “[...] visa sobretudo o preparo para a guerra” e arremata o seu conceito, ao afirmar que “[...] geopolítica é essencialmente dinâmica, fazendo parte não da geografia, mas sim da ciência política” (Miyamoto, 1981: 76)⁵³.

⁴⁸ Obra citada.

⁴⁹ Obra citada.

⁵⁰ Obra citada.

⁵¹ Miyamoto, Shiguenoli (1981). *Os Estudos Geopolíticos no Brasil: uma contribuição para a sua avaliação*. Ed Perspectivas. São Paulo.

⁵² Correia, Pedro de Pezarat (2012), *Geopolítica e Geoestratégia*. Rev. Nação e Defesa, N.º 131 – 5.ª Série, pp. 229-246, Lisboa.

⁵³ Obra citada.

Dois importantes teóricos brasileiros deixaram os seus contributos, ao definirem o termo. Golbery do Couto e Silva o expressou nos seguintes termos (*apud* Bonfim, 2005: 24)⁵⁴:

Geopolítica é a fundamentação geográfica de linhas de ação políticas, quando não, por iniciativa, a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular de uma análise calcada, sobretudo, nos conceitos básicos de espaço e posição.

Para a Professora Terezinha de Castro (*apud* Bonfim, 2005: 25)⁵⁵:

Convertida na consciência geográfica do Estado, a Geopolítica pode prestar serviços às causas da guerra como também às da paz, desde que adequadamente formalizada. Poderá, assim, traçar metas para um bom governo fundamentando suas diretrizes no setor da integração, no aproveitamento sistemático de seu espaço e posição.

Para fim de subsidiar este trabalho, pode-se chegar a uma definição de Geopolítica que o atenda: a Geopolítica é o estudo dos fatores geográficos de um território, a fim de consubstanciar as proposições de diretrizes políticas e de qualificar a Grande Política do Estado para a consecução de seus objetivos políticos, dentro do espectro de conflitos de interesses regionais e globais, com o intuito da utilização adequada das suas capacidades, inclusive as bélicas.

Entretanto, há de se clarificar que se entendem como fatores geográficos não apenas as posições relativas dos territórios continentais e extracontinentais de Portugal e de Brasil, mas, todos os demais fatores que foram cobiçados de alguma forma pelo Eixo e pelos Aliados, tais como vegetação, litoral, hidrografia, população, orografia, clima, geologia e recursos naturais. Posto que as extrações de volfrâmio⁵⁶ português⁵⁷ e da borracha e do ferro⁵⁸ brasileiros⁵⁹ foram de enorme relevância para suas próprias relações com os partidos beligerantes, assim como a produção de vegetais e de proteínas no território brasileiro foram fundamentais para suprir as forças e populações nos continentes que se envolveram direta ou indiretamente nos esforços nacionais durante toda a II GM.

⁵⁴ Bonfim, Uraci Castro (2005), *Geopolítica*, Escola de Comando e Estado Maior, Rio de Janeiro.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ "... no quadro da sua crucial relevância política e diplomática tendo como plano de fundo a ziguezagueante política de neutralidade do Estado Novo durante o conflito de 1939 a 1945" (Nunes, 2010: 12).

⁵⁷ "Continua a notar-se uma preocupação excessiva com o poder e as possíveis reacções da Alemanha, que faz com que o país resista até muito tarde (Junho de 1944) às pressões aliadas para parar com as exportações de volfrâmio para o Eixo, o que provoca a maior crise nas relações com a Inglaterra". (Telo, 2000: 4).

⁵⁸ Minério fundamental para a indústria siderúrgica.

⁵⁹ "O Brasil desejava obter dos EUA e da Alemanha recursos estrangeiros para atingir seu objetivo de [...] construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), peça considerada chave para promover o desenvolvimento do país." (Oliveira, 2012: 7-8).

Na intenção de elencar os fatores geográficos que direcionem este trabalho de investigação, o antigo Instituto de Altos Estudos Militares (1993, p.17) definiu como fatores geopolíticos como [...]

[...] um conjunto de agentes, elementos, condições ou causas de natureza geográfica, susceptíveis de serem operados no levantamento de hipóteses para a construção de modelos dinâmicos de interpretação da realidade, enquanto perspectivação consistente de apoio à Política e à Estratégia⁶⁰.

De posse dos conceitos estabelecido pelo IAEM (1993, p.18), pode-se relacioná-los na forma apresentada no Quadro 1:

Quadro 1.1
Fatores Geopolíticos

<p>Fator Físico (Território)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Extensão (dimensão e superfície); - Localização (posição relativa); - Configuração (forma e fronteira); - Morfologia (relevo e hidrografia); - Solo (natureza geológica); - Vegetação (revestimento vegetal); - Clima; - Mar e vias de navegação; - Meio aeroespacial; e - Alterações resultantes da ação do homem.
<p>Fator Humano (População)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Demografia <ul style="list-style-type: none"> Efetivos populacionais Distribuição e densidade populacional Taxa de crescimento da população Composição ou estrutura populacional - Etnografia <ul style="list-style-type: none"> Qualidade e nível de vida Raça, religião, etnias, línguas, educação, família, nível científico etc.
<p>Fator Recursos Minerais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Energéticos; - Minerais; e - Alimentares.

60 IAEM (1993), Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégia. ME 71-00-08, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa.

Fator Circulação	- Comunicações de transporte; e - Comunicações de relação.
Fator Tecnológico	
Fator Estruturas	- Políticas; - Sociais; - Económicos; - Militares; e - Outros.

Fonte: IAEM, 1993: 18.

A importância da população e a sua ligação com os aspetos culturais crescem de valor diante da assertiva formulada pela Professora Cláudia Ninhos, ao estudar as ações da diplomacia nazi implementadas em território português:

Esta diplomacia, que aspirava à germanização de toda a Europa escondia um imperialismo de cariz económico e político, que a Alemanha pretendia impor a Portugal, aos arquipélagos atlânticos e às suas colónias (Ninhos, 2017: 19)⁶¹.

Por oportuno, na obra de Caetano (1993)⁶², pode-se pinçar uma definição de Política:

A Política é a atividade dos órgãos do Estado, cujo objetivo direto e imediato é a conservação da sociedade política e a definição e prossecução do interesse geral, segundo as circunstâncias aconselharem ou exigirem”, a conservação da sociedade política respeita ao objetivo segurança, enquanto a prossecução do interesse geral tem relação direta com o objetivo de progresso e bem-estar⁶³.

Formulada a política, que norteia os fins desejados e, por conseguinte, são traçados os objetivos a serem alcançados pelo Estado, passam-se a organizar os elementos do poder em proveito dessa mesma política. Tudo acaba por alicerçar os rumos para as condutas estratégicas.

Entretanto, é cabível citar Yves Lacoste, geógrafo e geopolítico francês, que dá a dimensão da “complexidade, da tendência e da importância da Geopolítica” (Bonfim, 2005: 26)⁶⁴:

Contrariamente às afirmações de certos grandes teóricos, uma situação geopolítica não é determinada, no essencial, por tal dado de

⁶¹ Ninhos, Cláudia (2017). *Portugal e os Nazis – Histórias e segredos de uma aliança*. Ed A Esfera dos Livros. 326 p. Lisboa.

⁶² Caetano, Marcello (1993). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, Tomo I, 6.ª Edição, Coimbra.

⁶³ Borges, J. V. (2008). *Teoria Geral da Estratégia*, Academia Militar, Lisboa.

⁶⁴ Bonfim, Uraci Castro (2005), *Geopolítica*, Escola de Comando e Estado Maior: Rio de Janeiro.

geografia física, mas ela resulta da combinação de fatores bem mais numerosos, demográficos, econômicos, culturais, políticos, cada qual deles devendo ser visto na sua configuração espacial particular.

1.1.3. Situações de neutralidade e de beligerância

Na mesma direção, é capital a compreensão das situações políticas de neutralidade e de beligerância, de acordo com o Direito Internacional, a fim de que haja o pleno entendimento das opções tomadas por portugueses e por brasileiros diante das forças exercidas por americanos, ingleses e alemães.

Portanto, ao abrigo do Direito Internacional, a situação de neutralidade⁶⁵ subentende que “... estados que não participam de uma guerra entre outros estados, sendo neutralidade a situação jurídica dos primeiros” (Casella, 2012: 1261)⁶⁶.

Em Rezek (2011: 419)⁶⁷ são listados direitos e deveres dos estados neutros. Para efeito deste trabalho, em face da pertinência, o autor citado relaciona os seguintes deveres:

Seus deveres assentam sobre dois princípios: *imparcialidade* — implicando o tratamento igualitário de todos os beligerantes — e *abstenção* de qualquer envolvimento direto ou indireto nas hostilidades. Isto não significa, porém, que o Estado neutro tenha o dever de coibir manifestações de simpatia por um dos beligerantes quando provenientes de círculos privados (nunca de setores do próprio governo), ou que deva proibir empréstimos particulares e comércio particular de bens eventualmente úteis ao esforço militar dos Estados em conflito.

Também sobre a situação de neutralidade, Ogley (1970: 2-5)⁶⁸ propõe quatro tipos de neutralidade:

1) “a neutralidade neutralizada” – na qual a neutralidade é imposta por acordo internacional⁶⁹;

⁶⁵ Segundo o Manual do Direito Internacional: “A noção jurídica da neutralidade, de época relativamente recente, somente nos meados do século XV começa a aparecer em tratados e noutros atos oficiais, e tem, durante a guerra dita dos Trinta Anos (1618-1648), marco no tratamento de referida noção, e esta muito evoluiu, desde então”. (Casella, 2012: 1262).

⁶⁶ Casella, Paulo Borba; Accioly, Hildebrando; Silva, G. E. Do Nascimento e (2012), *Manual de Direito Internacional Público*, 20. Ed. Saraiva. São Paulo.

⁶⁷ Rezek, José Francisco (2011), *Direito internacional público: curso elementar*. 13. ed. rev., aumen. e atual. Ed Saraiva. São Paulo.

⁶⁸ Ogley, Richard (1970), *The Theory and Practice of Neutrality in the Twentieth Century*, Routledge, Londres.

⁶⁹ Caso da Bélgica pelo Tratado de 1839.

- 2) “a neutralidade tradicional” – na qual o Estado neutro incorre por opção própria, por princípio ou tradição^{70,71};
- 3) “os neutrais *ad hoc*” – na qual a neutralidade é a escolha dentro de um específico contexto de guerra internacional, porém, pode ser alterada para a beligerância, conforme alteração das circunstâncias;
- 4) “a neutralidade não alinhada” - peculiar na conjuntura da Guerra Fria, portanto fora do parâmetro temporal deste trabalho.

Todavia, em decorrência da Política Externa portuguesa durante a I Guerra Mundial, é lícito enumerar um quinto tipo de neutralidade: “a não beligerância ou neutralidade colaborante”⁷², que “[...] caracteriza-se pela possibilidade de intervir no conflito quando julgar oportuno, em nome da defesa dos seus interesses nacionais” (Nunes, 1993)⁷³.

Percebe-se que, conforme já desenvolvido, a situação de neutralidade, nomeadamente, a neutralidade tradicional e a colaborante, fica marcada pela ideia de distanciamento: uma pela manutenção de equidistância, enquanto a outra, pela assimetria nas relações internacionais.

Assim, a situação de neutralidade, em decorrência do apresentado, fica entendida como aquela adotada por um Estado, voluntariamente ou não, em um ambiente de conflito de interesses, seja regional ou extracontinental, na qual pode declarar sua neutralidade, em relação aos contendores, absolutamente imparcial, simétrica ou assimétrica.

Ainda há a situação de opção, por decisão política, pela beligerância, que de facto não possui uma definição precisa na literatura pesquisada. Destarte a complexidade da situação de neutralidade, o termo beligerante tem a seguinte definição no léxico: “adj que está em guerra – povo ou país envolvido numa guerra” (Dicionário, 2016: 125)⁷⁴. Textos antigos trazem em suas redações o termo “guerra”, ao invés de beligerância, como Rezek (2011: 382)⁷⁵ se refere: “Por isso o direito internacional clássico⁷⁶ abrigou amplo e pormenorizado estudo da guerra e da neutralidade” Porém, em Casella (2012: 1211)⁷⁷, verifica-se o muito provável início do uso do termo beligerância no seio do Direito Internacional “[...] durante a

⁷⁰ À imagem da Suíça e da Suécia.

⁷¹ “Por esse motivo a Suíça, ao ingressar na Liga, celebra acordo especial para poder manter a sua neutralidade permanente” (*ibidem*, 2012: 1314).

⁷² Ver Telo (2000), Ninhos (2017) e Teixeira (2017).

⁷³ Nunes, Isabel Ferreira, (1993), *Delineamento de uma Estratégia Diplomática Portuguesa. Portugal na II Guerra Mundial* in *Estratégia*, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Vol. XI, Lisboa.

⁷⁴ Dicionário da Língua Portuguesa (2016), *Dicionários Acadêmicos*. 1ª. Edição: julho de 1960. Reimpresso em julho de 2016, Ed. Porto Editora. Porto.

⁷⁵ Rezek, José Francisco (2011), *Direito internacional público: curso elementar*. 13. ed. rev., aumen. e atual. Ed Saraiva. São Paulo.

⁷⁶ As Convenções da Haia de 1907, em número de treze, exprimem o chamado “direito da Haia” ou direito da guerra propriamente dito — por oposição ao “direito de Genebra” ou direito humanitário. (Rezek, 2011: 418)

⁷⁷ Casella, Paulo Borba; Accioly, Hildebrando; Silva, G. E. Do Nascimento e (2012), *Manual de Direito Internacional Público*, 20. Ed. Saraiva. São Paulo.

Segunda Guerra Mundial, a praxe seguida não foi a de declarar a guerra, mas a de reconhecer a existência de um estado de beligerância”.

1.2. O Atlântico Lusófono

No artigo de Abdenur e Neto (2014: 06-07)⁷⁸, constata-se que as regiões políticas não são delimitadas “por barreiras geográficas ou características culturais”, mas, são construídas por atores, segundo seus interesses específicos, ao longo do tempo. Particularmente na importância dos oceanos, descrita por Silva (2017)⁷⁹, ao apresentar uma característica importante “[...] *the enabling power of the oceans allows nations to use their military power to exert influence in situations of war and peace*⁸⁰”, haja vista que tal poder é muito pertinente para este trabalho de pesquisa:

Oceans have played an important role in the history of civilizations. Their characteristics generate the conditions of possibility to exploit or influence the political, economic, social, environmental, and military domains. Their importance has evolved, mainly, thanks to the possibilities the maritime spaces offer for trade, natural resources exploitation, transport of persons, military operations and – especially in the past – the spread of ideas.

O próprio processo de construção afeta o equilíbrio do poder regional, pois, os *region-builders*⁸¹, ao assumirem o protagonismo da região, acabam por influenciar as relações de “amizade e rivalidade entre os Estados que passam a constituir a região”. Segundo Abdenur e Neto⁸², Neumann (1994)⁸³ questiona as relações entre a “[...] construção regional e as dinâmicas de poder” e formula as seguintes perguntas: ” [...] de quem parte a iniciativa de incluir e excluir? Quais as principais intenções, e quais as consequências?”. Portanto, estas

⁷⁸ Abdenur, Adriana Erthal, Neto, Danilo Marcondes de Souza (2014), *O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul*, Revista Brasileira de Política Internacional [On line], 57, disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35831639001>> ISSN 0034-7329>. Acedido em 18 de outubro de 2018.

⁷⁹ Silva, Antonio Ruy de Almeida (2017), *The Enabling Power of the Oceans*, Rev. Contexto Internacional, vol.39 nº.2, Rio de Janeiro May/Aug. 2017, Epub May 08, Disponível <<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-8529.2017390200002>>. Acedido em 18 de outubro de 2018.

⁸⁰ O poder capacitador dos oceanos permite que as nações usem seu poder militar para exercer influência em situações de guerra e paz.

⁸¹ Construtores da região – tradução de Abdenur e Neto (2014: 07).

⁸² Abdenur, Adriana Erthal, Neto, Danilo Marcondes de Souza (2014), *O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul*, Revista Brasileira de Política Internacional [On line], 57 [Consulta: 18 de outubro de 2018] Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35831639001>> ISSN 0034-7329>

⁸³ Neumann, Iver B. (1994), *A region-building approach to Northern Europe*, Review of International Studies, Vol. 20, No. 1, p. 53-74.

perguntas serviram como ponto de partida para a construção de uma identidade Atlântica Lusófona e sua delimitação.

Ao passar às respostas, pode-se afirmar que as principais personagens desse espaço da lusofonia no Oceano Atlântico, no espaço temporal em foco, foram os ditadores e líderes dos Estados Novos português e brasileiro. Foram os protagonistas nas intenções de utilizar os fatores geopolíticos regionais e detentores dos territórios continentais, extracontinental⁸⁴ e insulares de referência⁸⁵, com os objetivos de obter recursos para os seus respectivos países, de se manter no poder e de sobreviver politicamente àqueles anos conturbados.

Assim exposto, em Menezes (2015: 28)⁸⁶, constata-se que, no período limitador deste trabalho, não havia um consenso sobre a definição e, por conseguinte, delimitação de mar territorial⁸⁷. Sendo assim, a fixação do Atlântico Lusófono ficou presa a conceitos subjetivos e áreas de influência ou de soberania, que era traduzida “Como exemplo de norma costumeira que se consolidou nesse tempo, pode-se mencionar a definição do entendimento estatal sobre a dimensão do mar territorial, frequentemente estabelecido no alcance de um tiro de canhão” (*Ibidem*: 28)⁸⁸:

A Sociedade das Nações, em 1930, decidiu convocar a Conferência de Haia, com o objetivo de proceder a uma codificação que levasse a um entendimento comum sobre o uso do mar, sobre a delimitação do mar territorial e de uma zona contígua. Infelizmente, porém, as discordâncias entre os Estados acabaram por paralisar as atividades de discussão e nenhum texto acabou sendo proposto. O agravamento da crise mundial e o desencadeamento da Segunda Guerra, em 1939, levaram à paralisação do processo de regulamentação internacional da matéria, embora o tema detivesse mais importância naquele momento histórico do que nunca.

Com estas observações iniciais, abriu-se a oportunidade para a discussão sobre a área geográfica a ser denominada como Atlântico Lusófono, que foi de imensa proeminência para esta tese, em razão do forte vínculo com os seus objetivos. Para tanto, foram utilizados critérios em vigor no lapso temporal desta investigação.

Alguns trabalhos apresentam o termo literalmente, outros apresentam uma variante, ao invés de lusófono, usam o adjetivo pátrio “português”. Tal espaço geográfico ultrapassa os limites clássicos do Atlântico Sul, que tem a linha do Equador (Figura 1.2.) como limite norte

⁸⁴ Angola, em África.

⁸⁵ Os quais servirão para delimitar, em razão dos seus valores geoestratégicos intrínsecos.

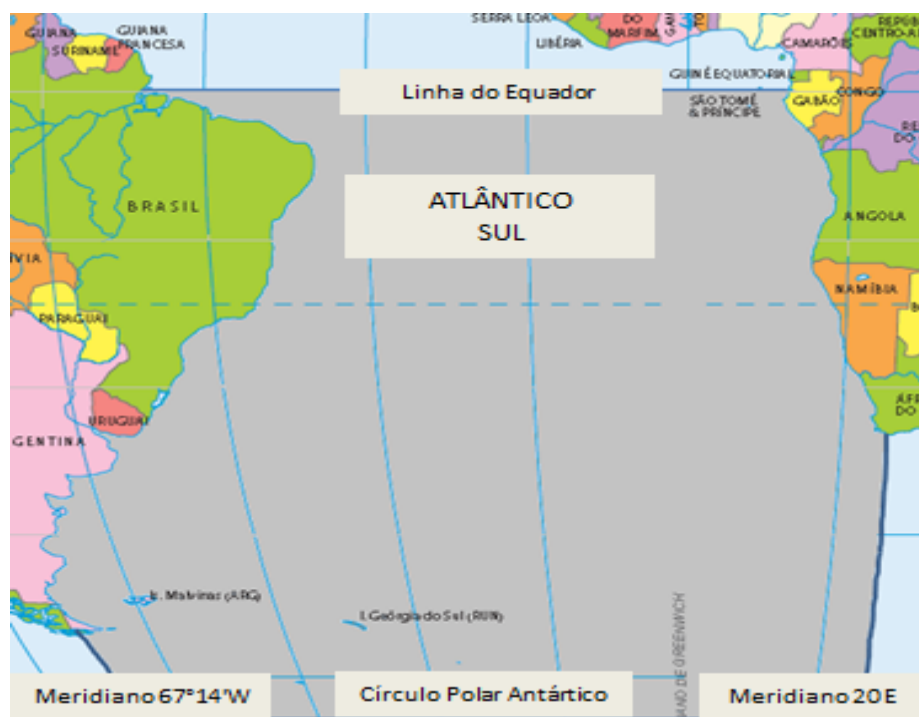
⁸⁶ Menezes, Wagner (2015), *O direito do mar*, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília.

⁸⁷ As discussões sobre o tema foram iniciadas definitivamente em Genebra, durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar, em 1958.

⁸⁸ Obra citada.

e os gelos antárticos a sul, onde começa o Continente Antártico, delimitado pelo Círculo Polar Antártico.

Figura 1.2.



O Atlântico Sul

Imagem: Atlas Geográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

A conformação do Atlântico Lusófono foi fundamentada por congregar porções oceânicas sob interesses geoestratégicos dos países e territórios lusófonos⁸⁹, haja vista que agrupam dois importantes triângulos estratégicos:

- o primeiro é o composto por Brasil⁹⁰, Angola⁹¹ e Cabo Verde⁹², o qual, segundo Santos (2009: 129)⁹³, domina e controla o próprio Atlântico Sul (Figura 1.3.); e

Figura 1.3.

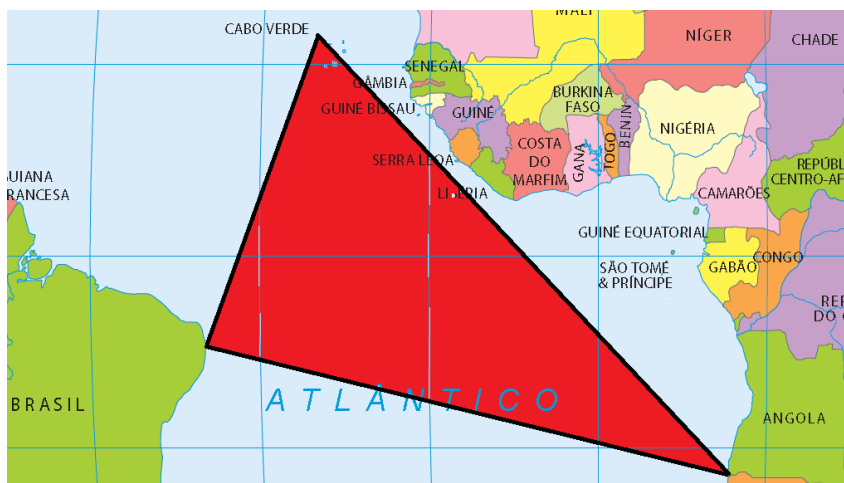
⁸⁹ Ver também em <<http://www.jornaldaeconomia.com/portugal-a-cplp-o-atlantico-os-eua-e-anato/>>: “Olhando uma vez mais para um mapa, não se afigura muito difícil imaginarmos e percebermos de imediato, igualmente o desenho de um triângulo estratégico a Norte, com os vértices colocados nos Açores, Portugal Continental e Cabo Verde, sem esquecer, naturalmente a Madeira, bem como um segundo triângulo estratégico a Sul, com os vértices colocados em Cabo Verde, Brasil e Angola, sem esquecer também S. Tomé e Príncipe e a Guiné, logo deixando bem expresso como o Atlântico, o Atlântico no seu todo, afinal, é, ou pode ser visto, como predominantemente Lusófono”.

⁹⁰ Vértice na Ponta do Seixas, limite extremo a leste de Brasil continental.

⁹¹ Vértice na foz do rio Cunene, limite extremo a sul de Angola continental.

⁹² Vértice na ilha Santo Antão, a mais a norte do arquipélago.

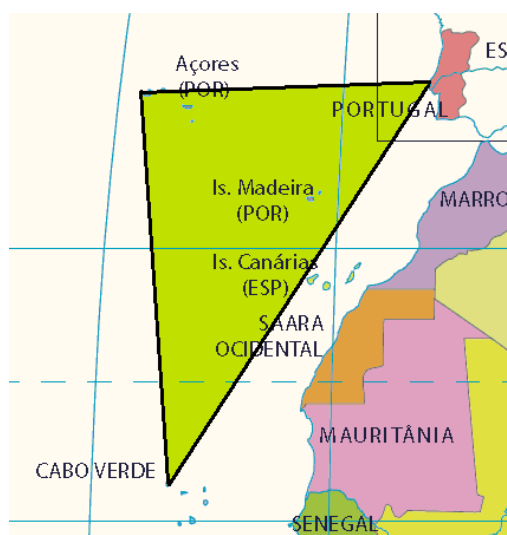
⁹³ Santos, José Loureiro dos (2003), *A Região Geopolítica do Atlântico e Portugal*, Texto relativo à comunicação proferida pelo Senhor General José Loureiro dos Santos, no IDN, a 9 de Março de 2009, no âmbito do ciclo de conferências intitulado Que Visão para a Defesa? Portugal-Europa-NATO.



Triângulo Estratégico Brasil – Angola – Cabo Verde
 Imagem: Atlas Geográfico do IBGE

- o segundo é o nomeado “Triângulo Estratégico Português” de acordo com Paiva Couceiro, ou seja, composto pelo “Continente Português⁹⁴, Arquipélago dos Açores⁹⁵ e Cabo Verde²⁶” (*ibidem*, 2009 126)⁷⁶ (Figura 1.4.)

Figura 1.4.



Triângulo Estratégico Português
 Imagem: Atlas Geográfico do IBGE

Nota-se que os dois triângulos têm um vértice em comum: Cabo Verde e uma língua em comum, o português.

Ainda há um terceiro triângulo majoritariamente lusófono e de primordial importância para esta análise, o composto pelo Açores²⁸, Madeira⁹⁶ e Canárias⁹⁷, conjuntos de ilhas nominadas como “sentinelas estratégicas ocidentais”, por situarem-se na região de maior

⁹⁴ Vértice no Cabo da Roca, limite extremo a oeste de Portugal continental

⁹⁵ Vértice na ilha Flores, a mais a oeste do arquipélago.

⁹⁶ Vértice na ilha da Madeira, a maior do arquipélago.

⁹⁷ Vértice na ilha Gran Canária, a maior do arquipélago.

densidade de rotas marítimas do Oceano Atlântico e dominarem a ligação Atlântico – Mediterrâneo (Berbém, 2001)⁹⁸ (Figura 1.5.).

Figura 1.5.



Triângulo Estratégico Açores – Madeira – Canárias
Imagem: Atlas Geográfico do IBGE

Na Figura 1.6. os três triângulos estratégicos são mostrados sobrepostos, com o intuito de que se possa visualizar a vastidão da porção do Oceano Atlântico abrangido:

Figura 1.6.

⁹⁸ Berbém, António (2001), *O Atlântico (a) Sul como questão estratégica mundializada*. Lisboa: ISCSP



Sobreposição dos três Triângulos Estratégicos

Imagem: Atlas Geográfico do IBGE

Logo após o início das operações militares na Europa, no dia 3 de outubro de 1939, durante a Conferência do Panamá, foram adotadas “resoluções englobando princípios de neutralidade e medidas de cooperação política e econômica interamericanas” (Conn e Fairchild, 2000: 46)⁹⁹. Na Resolução XIV ficou estabelecida uma Zona Neutra (Figura 1.7.), de cerca de 300 milhas da costa, na qual “cada nação estava autorizada a patrulhar águas adjacentes à sua costa para fazer cumprir esta resolução”¹⁰⁰.

Figura 1.7.



Zona Neutra – Conferência do Panamá

Fonte: Atlas Histórico da Segunda Guerra Mundial (Gilbert, 2015: 29)¹⁰¹

⁹⁹ Conn, Stetson; e Fairchild, Byron (2000), *A estrutura de defesa do hemisfério ocidental*, Ed. Biblioteca do Exército, 522 p., Rio de Janeiro.

¹⁰⁰ *Documents on American Foreign Relations*, julho 1939 – junho 1940.

¹⁰¹ Gilbert, Martin (2015), *Atlas Histórico da Segunda Guerra Mundial*, Ed. Clube do Autor, 579 pp., Lisboa.

Na Figura 1.8. está setorizada a Zona Neutra Pan-americana, prevista na Resolução XIV da Conferência do Panamá, adjacente à costa brasileira, na qual o Brasil estava autorizado a patrulhar.

Figura 1.8.



Zona Neutra adjacente à costa brasileira.
Imagem: Atlas Geográfico do IBGE

Coerente com a observação de Menezes (2015: 25)¹⁰², na qual a “dimensão do mar territorial, frequentemente estabelecido no alcance de um tiro de canhão”, no que Terol definiu como faixa que “[...] girava em torno da extensão do cinturão de água que cercava o Estado costeiro”¹⁰³, chegou-se à distância de 12 milhas náuticas, conforme preconizado pela Professora Myriam Ellis¹⁰⁴: “Destarte, o conceito baseado no princípio do tiro de canhão, que teria sido, em 1820, o de uma légua, finda a Guerra de 1914-1918 passou a ser de 12 milhas (22,213 km, considerando-se a milha marítima como valendo 1.851 metros)”. Portanto, para auxiliar na delimitação do Atlântico Lusófono, é significativo incluir os mares territoriais lusófonos no Oceano Atlântico, assim como, excluir os mares territoriais não lusófonos.

¹⁰² Menezes, Wagner (2015), *O direito do mar*, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília.

¹⁰³ Terol, J. M. O.; Tomas, A. F.; Legido, A. S. (2004), *Manual de derecho internacional público*, Valencia: Tirant Lo Blanch.

¹⁰⁴ Ver comunicação apresentada na 1.a Sessão de Estudos, no dia 5 de julho de 1972, “Norte-americanos no Atlântico Brasileiro – Um inédito de José Bonifácio de Andrada e Silva sobre o conceito de mar territorial e o direito de pesca”. Disponível em <<http://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/view/131995/128128>>

Na Figura 1.9. fica materializado o Atlântico Lusófono a ser considerado nesta investigação, de acordo com todos os parâmetros elencados:

Figura 1.9.



O Atlântico Lusófono

Imagem: Atlas Geográfico do IBGE

Na Figura 1.10. pode-se observar o Atlântico Lusófono no contexto do Oceano Atlântico.

Figura 1.10.



O Atlântico Lusófono no contexto do Oceano Atlântico

Imagem: Atlas Geográfico do IBGE

Feita a delimitação e a caracterização da região oceânica da lusofonia, onde os interesses dos contendores pelos valores geoestratégicos do Atlântico Lusófono, que Salazar e Vargas se basearam para instigarem estadunidenses, ingleses e alemães em torno de seus interesses políticos, nacionais e particulares, posto que o controlo dos aspetos geográficos localizados na área daria vantagens decisivas ao partido escolhido como aliado de Portugal e de Brasil, conjuntamente.

1.3. As relações entre Portugal e Grã-Bretanha

Em 1939, o território português era composto pelo seu território continental europeu (O Continente e Arquipélagos da Madeira e dos Açores) e os seus territórios em África Ocidental (Arquipélago de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e suas dependências, S. João Baptista de Ajudá, Cabinda e Angola); na África Oriental (Moçambique); na Ásia (Estado da Índia e Macau e respetivas dependências); e na Oceânia (Timor e suas dependências, na Ásia e na Oceânia)¹⁰⁵.

O Chefe de Estado lusitano era o Presidente da República António Óscar Fragosos de Carmona, eleito em 25 de março de 1928, enquanto o Chefe do Governo ou Presidente do Conselho de Ministros era António de Oliveira Salazar.

A ascensão de Salazar ao poder rumou pela seguinte trilha: em 1926, tomou posse do cargo de Ministro das Finanças; em 1928, foi novamente chamado para sanear a economia portuguesa, por meio de rígido controle de gastos para equilibrar as finanças e, assim, alcançou prestígio nacional. Chegou a ser denominado, pela imprensa controlada pelo poder, como “Salvador da Pátria” (Castilho, 2008: 64)¹⁰⁶. Permaneceu no cargo até 1929, para se tornar mentor da Presidência. Em 1930, criou a União Nacional, partido único que governou o país. Em 1933, Salazar instituiu o Estado Novo em Portugal, ao assumir o cargo de Presidente do Conselho de Ministros. Portanto, foi o líder português durante todo o espaço de tempo deste estudo.

O elo entre portugueses e ingleses é muito antecessor ao Estado Novo luso. Teixeira (2017: 472)¹⁰⁷ aponta a posição de Salazar em relação a essa antiga relação, já nos primeiros momentos à frente do governo:

Em 1933, ano da institucionalização do Estado Novo, Salazar deu uma primeira entrevista em que expressava, ainda vagas, as suas

¹⁰⁵ Conforme os termos do Decreto n.º 22.241, de 22 de fevereiro de 1933.

¹⁰⁶ Castilho Costa, Maria Cristina. (2008). *Brasil e Portugal - Afinidades eletivas no trato da política e da cultura*, Teatro: Revista de Estudios Culturales / A Journal of Cultural Studies: Número 22, pp. 63-74.

¹⁰⁷ Teixeira, Nuno Severiano (Coord); Monteiro, João Gouveia; Domingues, Francisco Contento (2017), *História Militar de Portugal*. Lisboa. Ed. A Esfera dos Livros. 1ª. Edição.

ideias sobre a situação internacional e a política externa portuguesa. [...] reafirmava a prioridade da aliança inglesa. [...] afirmando, em contraponto, a vocação atlântica e o distanciamento estratégico de Portugal em relação às questões continentais europeias; segundo, a reafirmação da aliança inglesa como eixo central da sua política externa.

Para a compreensão do percurso histórico dessa antiga aliança, Cardoso (2003: 37)¹⁰⁸, fundamentado no relato do cruzado Osberno, constatou que, já em 1147, britânicos participaram da armada que retomou Lisboa dos mouros e que o inglês Gilberto Hastings foi o primeiro bispo católico da cidade que se tornou a capital do país tempos depois – Lisboa.

Em 1353, o rei Eduardo III de Inglaterra celebrou com Portugal, cujo monarca era Dom Afonso IV, o primeiro acordo comercial internacional. O mercador português Afonso Martins Alho representou o monarca lusitano no significativo evento. Adiante no texto pesquisado, fica clarificado que as relações comerciais entre as duas monarquias estabeleceram laços de natureza política, concretizados pelo tratado de aliança contra o reino de Castela, ainda em 1353, o qual foi reforçado mais tarde, em 1386, por meio de tratado firmado entre Ricardo I, da Inglaterra, e Dom João I.

No dia 27 de dezembro de 1703, o embaixador extraordinário John Methuen, em nome da coroa inglesa, e o Marquês de Alegrete assinaram um acordo, que levou o nome do diplomata britânico. Por um lado, o rei português aceitava “para sempre daqui em diante no Reyno de Portugal, os Panos de lã até ao tempo que forão proibidos pelas Leys, não obstante qualquer condição em contrário”, enquanto, pelo lado britânico, obrigava-se “para sempre daqui em diante, de admitir na Grã-Bretanha (GB) os vinhos do produto de Portugal, de sorte que em tempo algum (haja paz ou guerra entre os reynos de Inglaterra e França) não se poderá exigir de direitos de Alfândega nestes vinhos, ou debaixo de qualquer outro título”.

A seguinte relação¹⁰⁹ cataloga as intensas e diversificadas relações entre portugueses e ingleses, pois não se restringiam meramente às relações comerciais, mas, também, aos campos político e militar, além de ratificação dos tratados e acordos anteriores:

- Tagilde 10.07.1372 Tratado de paz e aliança entre D. Fernando e o duque de Lencastre, filho segundo de Eduardo III, contra Henrique II de Trastâmara (Castela).
- Westminster 16.06.1373 Tratado de aliança entre D. Fernando, e Eduardo III que confirma o anterior. Ficava garantida, para a

¹⁰⁸ Cardoso, António Barros (2003), *Portugal e a Inglaterra nos tempos modernos*, Revista da Faculdade de Letras, História, III Série, vol.4, pp. 037-057. Universidade do Porto, Porto.

¹⁰⁹ Elaborada por Fernando Amorim, professor de História na Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), em 2002.

Inglaterra, a neutralidade portuguesa no conflito que travava com a França e eram asseguradas, às duas partes contratantes, vantagens comerciais que a ambos interessavam.

- Windsor 09.05.1386 Tratado de paz e amizade entre D. João I e Ricardo II. Abrangia cláusulas militares, políticas e comerciais. É a pedra angular da Aliança Luso-Britânica.

- Westminster 16.02.1403 Ratificação por Henrique IV do Tratado de paz e amizade anterior.

- Westminster 18.02.1436 Ratificação por Henrique VI dos tratados entre D. João I e os reis ingleses Ricardo II, Henrique IV e Henrique V.

- Reading 18.01.1440 Nova ratificação por Henrique VI dos anteriores tratados luso-britânicos.

- Westminster 11.03.1471 Ratificação e renovação por Eduardo IV dos antigos tratados luso-britânicos.

- York 25.06.1484 Ratificação por Ricardo III dos tratados da aliança.

- Évora 08.11.1489 Confirmação e renovação de D. João II e Henrique VII do tratado de 09.05.1386.

- 1499 12.05.1499 Ajuste e confirmação dos antigos tratados de paz, entre D. Manuel I e Henrique VII.

- Londres 29.01.1642 Tratado de paz e comércio entre D. João IV e Carlos I.

- Westminster 10.07.1654 Tratado de paz e aliança entre D. João IV e Cromwell, Lorde Protector de Inglaterra.

- Londres 18.04.1660 Tratado de paz e aliança entre D. Afonso VI e a República Inglesa.

- Londres 23.06.1661 Tratado de paz e aliança entre D. Afonso VI e Carlos II e de casamento deste último com Catarina de Bragança.

- Lisboa 16.05.1703 Tratado de aliança ofensiva e defensiva entre D. Pedro II e Ana de Inglaterra, Leopoldo da Alemanha e os Estados Gerais das Províncias Unidas.

- Lisboa 16.05.1703 Tratado de Methuen I de liga defensiva entre D. Pedro II com Ana de Inglaterra e os Estados Gerais das Províncias Unidas.

- Lisboa 27.12.1703 Tratado de Methuen II, de comércio entre D. Pedro II e Ana de Inglaterra.

- Londres 26.09.1793 Tratado entre D. Maria I e Jorge III sobre mútuo auxílio contra a França.
- Londres 22.10.1807 Convenção secreta entre o príncipe regente D. João e Jorge III sobre a transferência para o Brasil da monarquia portuguesa e sobre a ocupação da Ilha da Madeira por tropas inglesas.
- Rio de Janeiro 28.02.1809 Tratado de aliança e comércio entre o príncipe regente D. João e Jorge III de Inglaterra.
- Rio de Janeiro 19.02.1810 Tratado de aliança e amizade entre o príncipe regente D. João e Jorge III.
- Viena 22.02.1815 Tratado entre o príncipe regente D. João e Jorge III para a abolição do tráfico da escravatura na costa de África ao norte do Equador.
- Lisboa 03.07.1842 Tratado de comércio e navegação entre D. Maria II e Vitória I.
- Lisboa 28.05.1891 Tratado luso-britânico pelo qual Portugal cede vastas áreas compreendidas entre Angola e Moçambique.
- Londres 11.06.1891 Tratado luso-britânico que regula a delimitação das respectivas esferas de influência em África.
- Windsor 14.10.1899 Tratado luso-britânico renovando a garantia inglesa em relação à integridade dos territórios portugueses na metrópole e ultramar.
- Windsor 16.11.1904 Tratado luso-britânico renovando a garantia inglesa em relação à integridade dos nossos territórios metropolitano e ultramarino.
- 1910 21.10.1910 Aprovação luso-britânica da demarcação das respectivas fronteiras na África Oriental, ao norte e sul do Zambeze.
- 1914 16.11.1914 Convenção luso-britânica em que se declaram em vigor os antigos tratados de aliança.
- 1943 18.08.1943 Acordo luso-britânico para a concessão de facilidades no arquipélago dos Açores.

Conforme Teixeira (2017, 488-490)¹¹⁰, Salazar tinha a plena consciência da importância da tradicional e duradoura Aliança Inglesa, de tal forma que “[...] não aceitou que um pacto

¹¹⁰ Teixeira, Nuno Severiano (Coord); Monteiro, João Gouveia; Domingues, Francisco Contento (2017), *História Militar de Portugal*, Ed, A Esfera dos Livros, 1ª. Edição, Lisboa.

peninsular¹¹¹ pudesse sobrepor-se à Aliança Inglesa nas prioridades da política externa portuguesa”, haja vista que a Grã-Bretanha dominava o “[...] espaço atlântico português como podia fazê-lo sem recurso aos arquipélagos portugueses”. Assim sendo, a antiga e centenária aliança luso-britânica, em conjugação com a celebrada estabilidade ibérica, com todas as suas variáveis e seus pontos de atrito, garantiram a consecução do “grande objetivo estratégico”, traduzido na neutralidade do Estado Novo Português.

1.4. O Brasil e a Doutrina Monroe (EUA)

O Brasil está situado na porção centro oriental da América do Sul. Foi oficialmente descoberto por uma frota de navios portugueses, comandada pelo Almirante Pedro Álvares de Cabral, no dia 22 de abril de 1500. Foi colônia portuguesa até o dia 7 de setembro de 1822, quando se declarou país independente.

No período de investigação deste trabalho, o chefe do poder brasileiro era Getúlio Dornelles Vargas, que assumiu como ditador, após um golpe de estado em 24 de outubro de 1930, por ele liderado. No dia 10 de novembro de 1937, Vargas deu outro golpe¹¹² e criou o Estado Novo:

Em novembro de 1935, levantes comunistas eclodiram em Natal, Recife e Rio de Janeiro. As revoltas foram debeladas rapidamente, mas o “perigo comunista” passou a ser utilizado como justificativa para o governo intensificar e aprimorar mecanismos de repressão e de controle da sociedade. [...] A escalada repressiva iniciada em 1935 teve como desfecho o golpe de 10 de novembro de 1937, que deu origem ao Estado Novo. [...] No mesmo período, experiências semelhantes estavam em curso na Europa: Hitler estava no poder na Alemanha, Mussolini na Itália e Salazar em Portugal. Aliás, desde o final da I Guerra Mundial, o modelo liberal clássico de organização da sociedade vinha sendo questionado em detrimento de concepções totalitárias, autoritárias, nacionalistas, estatizantes e corporativistas. Com a implantação do Estado Novo, Vargas cercou-se de poderes excepcionais. As liberdades civis foram suspensas, o Parlamento dissolvido, os partidos políticos extintos (Pandolfi, 1999: 10)¹¹³.

¹¹¹ Concretizado no Tratado de Amizade e não-Agressão, posteriormente denominado como Pacto Ibérico ou Pacto Peninsular, acordado em março de 1937 (Teixeira, 2017: 490).

¹¹² Também conhecido como autogolpe, posto que Vargas já era o ditador em Brasil.

¹¹³ Pandolfi, Dulce (1999) (Org), *Repensando o Estado Novo*, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 345 p. Rio de Janeiro.

No campo econômico brasileiro, em decorrência das crises mundial de 1929 e cafeeira no Brasil, nos anos iniciais do governo de Vargas, demonstravam-se como desafios a serem superados. Para fazer frente a tão profundos e graves problemas econômicos, Getúlio Vargas acreditava na estratégia de substituição das importações, ao incentivar produção no país o que estava a ser importado (Oliveira, 2015: 6)¹¹⁴.

No mesmo período, os Estados Unidos da América eram governados pelo presidente Franklin Delano Roosevelt (FDR), que tinha como importante diretriz para orientar as relações internacionais a doutrina Monroe, assim denominada em decorrência do nome de seu formulador.

Por meio da mensagem ao Congresso, datada de 2 de dezembro de 1823, o Presidente dos EUA James Monroe¹¹⁵ redigiu as seguintes palavras:

Devemos, portanto, pelas sinceras e amistosas relações existentes entre os Estados Unidos e aquelas potências, declarar que consideramos qualquer tentativa por parte delas de estender seu sistema a qualquer porção deste hemisfério como perigosa para nossa paz e segurança. Não interferimos e nem interferiremos nas colônias existentes ou dependentes de qualquer potência europeia. Mas, quanto aos governos que declararam sua independência que reconhecemos, depois de muita consideração e sob justos princípios, não podemos ver nenhuma interferência por parte de qualquer potência europeia com o propósito de oprimi-los ou controlar-lhes o destino como o da manifestação de uma disposição inamistosa para com os Estados Unidos.

A Doutrina Monroe, conhecida e sintetizada como “América para os americanos”, foi aperfeiçoada ao menos quatro vezes durante os séculos XIX e XX, no formato de corolários, objetivamente pelos presidentes norte-americanos James Knox Polk, em 1845, e Ulisses Simpson Grant, em 1871. Foi no corolário do também ex-presidente Theodore Roosevelt (1901-1909), em 1904, que ficou explicitado o real caráter da doutrina original, de principalmente defender os interesses dos EUA¹¹⁶.

No seguinte trecho destacado da mensagem ao Congresso, redigida por Theodore Roosevelt, no dia 6 de dezembro daquele ano, aponta essa posição unilateral dos EU e demonstra que a sua política externa fora inspirada em um provérbio africano: *Speak softly*

¹¹⁴ Oliveira, Camila Ferreira Pureza de (2015), *A política externa do Governo Vargas durante o Estado Novo e a construção da Companhia Siderúrgica Nacional*, Revista História e Cultura, vol. 4, n. 1, p. 5-21, Franca.

¹¹⁵ Foi o 5º. Presidente dos EUA, nos anos de 1817 a 1825.

¹¹⁶ Para complementar, é possível ler em <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/COROLARIO%20ROOSEVELT.pdf>>

*and carry a big stick; you will go far*¹¹⁷. Assim, deu origem à expressão *Big Stick Policy* – Política do Grande Porrete:

Não é verdade que os Estados Unidos sentem qualquer fome de terra. [...] Tudo o que este país deseja é ver os países vizinhos estáveis, ordeiros e prósperos. Qualquer país cujo povo se conduza bem pode contar com nossa amizade sincera. [...] Irregularidades crônicas, ou uma incapacidade que resulte num afrouxamento geral dos laços da sociedade civilizada, podem em última instância exigir, na América como em outro lugar, intervenção por alguma nação civilizada, e no Hemisfério Ocidental a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe pode forçar os Estados Unidos, ainda que com relutância, em casos flagrantes de tais irregularidades ou incapacidade, ao exercício de um poder de polícia internacional.¹¹⁸

Em contrapartida, Bandeira (2008:11-12)¹¹⁹ descreveu os factos acontecidos na Conferência de Versailles (1919), dentre os quais o presidente estadunidense Woodrow Wilson¹²⁰ se empenhou em conservar a América Latina como “[...] área de influência exclusiva dos Estados Unidos”, quando fez incluir na redação do Pacto da Liga das Nações o Art. XXI, em que nada podia “afetar a validade de acordos internacionais tais como tratados de arbitramento ou entendimentos regionais, a exemplo da Doutrina Monroe”¹²¹, posto que a Doutrina Monroe, de facto, era apenas “[...] uma declaração política unilateral dos Estados Unidos, feita em 1823, e nunca fora um entendimento regional”. Portanto, Woodrow Wilson excluiu a América Latina “da jurisdição da Liga das Nações”.

A Doutrina Monroe e seus corolários passaram a nortear as Políticas Externas dos demais ocupantes da Casa Branca, alguns com mais destaque do que outros.

O então Presidente Franklin Delano Roosevelt (FDR)¹²², presidente no período no qual essa doutrina para a Política Externa foi mais enfática, pois ficou explicitada nas suas diretrizes para o planeamento militar do país, nos momentos nos quais uma nova guerra na Europa tornava-se inevitável.

¹¹⁷ Fale macio com um grande porrete na mão, que você vai longe – tradução livre do autor.

¹¹⁸ Disponível em <https://www.ourdocuments.gov/print_friendly.php?flash=false&page=&doc=56&title=Theodore+Roosevelts+Corollary+to+the+Monroe+Doctrine+%281905%29>.

¹¹⁹ Bandeira, Luiz Alberto Moniz (2008), *A Importância Geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos*, Revista da Escola Superior de Guerra, v.24, n.50, p. 7-35, jul/dez. 2008.

¹²⁰ Foi o 30º Presidente dos EUA, no período 1913-1921.

¹²¹ “The French and English texts, it was to turn out, though both of them official, were inconsistent with one another. One declared the Doctrine was not “to be considered as incompatible with any one of the provisions of the present pact”. The other declared the Doctrine to be “not affected by the engagement of the Covenant”. One subordinated the Doctrine to the Covenant; the other the Covenant to the Doctrine”. (Perkins, 1963: 297).

¹²² Foi o 32º. Presidente dos EUA, nos anos de 1933 a 1945, quando faleceu.

Deste modo, Franklin Roosevelt conseguiu a ratificação da Doutrina Monroe, pelas demais nações americanas, durante a Conferência Geral Pan-americana, realizada em dezembro de 1938 na cidade de Lima, capital do Peru. Ali, o Secretário de Estado Cordell Hull teve êxito ao obter o unânime apoio, a incluir a comitiva brasileira, a uma declaração que “[...] afirmava a intenção das repúblicas americanas a se ajudarem no caso de um ataque estrangeiro, seja direto ou indireto a qualquer uma delas”¹²³. De facto, a preocupação com as possibilidades de atividades intrusivas de alemães e italianos na América Latina ficou evidente com a confecção de um catálogo contendo as atividades de alemães e de italianos na América Latina pelo Departamento de Estado estadunidense, no ano de 1938, e a consequente recomendação aos Departamentos da Guerra e do Mar para o estreitamento de colaboração militar com os países americanos (Conn e Fairchild, 2000: 26)¹²⁴. Tal preocupação norte-americana ficou igualmente retratada nas palavras do seu então Secretário de Estado, Sr. Cordell Hull¹²⁵ (Hull, 1948: 602), que afirmou:

Para mim, o perigo para o Hemisfério Ocidental era real e iminente. Não estava limitado à possibilidade de uma invasão militar. Era mais arguto na sua forma indireta de propaganda, penetração, organização de partidos políticos, comprando alguns adeptos e chantageando outros. Nós vivemos o método ser empregado com grande sucesso na Áustria e no Sudeto. A mesma técnica era óbvia na América Latina.

O próprio FDR expressou a sua apreensão quanto às possibilidades de alemães e italianos em relação aos latinos americanos, em fevereiro de 1939, ao prever que, em caso de o Eixo vencer a Grã-Bretanha e a França, a sequência das ações muito provavelmente seria que “[...] eles iriam estabelecer relações comerciais com a América Latina, colocar instrutores nos exércitos etc.” (Conn e Fairchild, 2000: 27)⁹³.

O espírito da Doutrina Monroe, adotado pelo presidente Roosevelt, ficou materializado nos Relatórios Finais, de 21 de abril de 1939, do Comitê de Planeamento Conjunto (CPC)¹²⁶ para o Comitê Conjunto (CC)¹²⁷, durante os trabalhos iniciais de preparação dos EUA para atender às hipóteses plausíveis de evolução no ambiente do Oceano Atlântico, ficando clarificada a latente inquietação com a posse do Saliente brasileiro (*ibidem*: 30):

¹²³ O texto integral da declaração está disponível nos arquivos do Departamento de Estado dos EUA com o título *Peace and War*, pp.439-440.

¹²⁴ Conn, Stetson; e Fairchild, Byron (2000), *A estrutura de defesa do hemisfério ocidental*, Ed. Biblioteca do Exército, 522 p., Rio de Janeiro.

¹²⁵ Hull, Cordell (1948), *Memoirs*, The Maximilian Company, New York, NY.

¹²⁶ O CPC era composto por oficiais designados pelo Exército e pela Marinha norte-americanos.

¹²⁷ O CC era composto pelo Chefe do Estado Maior do Exército, pelo Chefe de Operações Navais e seus principais assessores.

Possibilidade de intromissão de alemães e italianos progressiva na América Latina, por meio de intensiva penetração econômica e, posteriormente, interferir politicamente, a fim de obter a subserviência ou situação colonial e por fim instalando bases militares. A primeira ação do Eixo “seria, provavelmente, uma tentativa de ocupar a área em volta de Natal, no Saliente Oriental do Brasil [...]”. Após a ocupação do Saliente Nordestino, após fortalecer as suas posições estratégicas no Oceano Atlântico Sul, “lançar ataques diretos ao Canal do Panamá”.

Com essas premissas alinhavadas, o dia 16 de maio de 1939 marcou o início dos trabalhos de planejamento norte-americano, para gerar uma série de cinco planos de guerra denominada como *Rainbow*.

Na sua obra de referência, Conn e Fairchild¹⁰⁷ fizeram uma apresentação detalhada desses planos e caracterizaram cada um deles como:

Rainbow 1 – Plano Básico – previa a proteção de todo o território dos Estados Unidos e do Hemisfério Ocidental, que foi delimitado ao espaço geográfico compreendido pelo conjunto das ilhas do Havaí, Wake e Samoa Americana a oeste; a norte da latitude 10º Sul (logo abaixo dos salientes peruano e brasileiro; e, no Oceano Atlântico, o meridiano de 30º a leste). Presunção de que as democracias da Europa e da América Latina ficariam neutras e somente as forças dos EUA estariam disponíveis para fazer face a um ataque do Eixo.

Rainbow 2 e 3 – previam uma defesa ativa dos interesses norte-americanos na parte ocidental do Oceano Pacífico, com uma situação militar mais ou menos estabilizada na Europa.

Rainbow 4 – similar ao plano *Rainbow 1*, porém englobava a proteção de todo o Hemisfério Ocidental, ou seja, incluía a porção a sul da latitude 10º Sul. Tinha o conceito de que seria a “última trincheira” de defesa do hemisfério Ocidental – o Novo Mundo ameaçado por ataques simultâneos do Japão, da Alemanha e da Itália, logo após a derrota da Grã-Bretanha e da França.

Rainbow 5 – considerava o envio de tropas americanas “para um ou ambos continentes europeu e africano, para levar a cabo a derrota da Alemanha, ou da Itália, ou de ambos”.

Assim, como o Embaixador brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães escreveu sobre a visão norte-americana da América Latina, notadamente no espaço temporal de investigação, “[...] é de fato a zona estratégica mais importante para os Estados Unidos.” (*apud*, Bandeira, 2008: 14)¹²⁸, fica clarificada a importância da influência da Doutrina Monroe sobre a região a

¹²⁸ Pinheiro Guimarães, Samuel (1999), *Quinhentos anos de periferia*, Editora da Universidade – UFRGS – Editora Contraponto, Porto Alegre-Rio de Janeiro, p. 99.

sul do rio Grande, objetivamente o Brasil, devido ao seu enorme potencial econômico e político.

1.5. Portugal, Brasil, o Nazi e o fascismo.

Nos anos que antecederam à II GM, surgiram em todo o Hemisfério Ocidental movimentos antidemocráticos e antiliberais. O Fascismo italiano¹²⁹ e o nazismo alemão¹³⁰ se destacaram, posto que influenciaram outros regimes autoritários, nomeadamente os Estados Novos português e brasileiro.

As duas ditaduras lusófonas foram caracterizadas igualmente como “ditadura tradicional” (Paxton, 2007: 355)¹³¹, “autoritarismo moderno” (Rosas, 1991)¹³² e “autoritarismo burocrático” (Falcon, 2008: 17¹³³; Payne, 1983¹³⁴).

Acerca da adoção da doutrina e modelos de solução dos problemas nacionais de Mussolini e, por conseguinte, abraçada por portugueses e brasileiros, Rosas (2012: 26)¹³⁵ postula:

O que exigia um novo tipo de Estado, capaz de responder à crise global dessa forma radical, a única que parecia susceptível, às oligarquias periféricas, de repor expeditamente taxas de lucro e acumulação. As oligarquias dos países da periferia europeia, confrontadas com o horizonte carregado do pós-guerra, rompiam com o que consideravam ser a ineficácia e a incapacidade dos sistemas de governação liberal para responder à dupla ameaça da revolução social e da crise económica.

¹²⁹ Liderado por Benito Mussolini.

¹³⁰ Liderado pelo austríaco Adolf Hitler.

¹³¹ Paxton, Robert O (2007). *A anatomia do fascismo*, Editora Paz e Terra, São Paulo.

¹³² Rosas, Fernando (1991), *Um estudo comparado do fascismo: o “autoritarismo moderno” do Estado Novo português*. In: Silva, José Luiz Werneck da, *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. v.1. O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica, Jorge Zahar Editor, p. 57-69, Rio de Janeiro.

¹³³ Falcon, Francisco José Calazans (1991), *Fascismo: autoritarismo e totalitarismo*, In: Silva, José Luiz Werneck da (Org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado novo*, v.1, *O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*. Jorge Zahar Editor, p. 29-43, Rio de Janeiro.

¹³⁴ Payne, Stanley G (1980). *El fascismo*, Alianza Editorial, Madrid.

¹³⁵ Rosas, Fernando (2012). *Salazar e o Poder. A arte de saber durar*. 1ª. ed. Ed Tinta da China. Lisboa.

Procurava-se, por aproximações sucessivas de sucessivos golpes militares ou dramáticas mudanças políticas, a ditadura de novo tipo. Em 1922 e nos anos posteriores, o fascismo italiano tornara-se o paradigma pioneiro da época dos fascismos e o padrão das soluções a encontrar pelas direitas políticas e dos interesses através da superação autoritária dos sistemas liberais. Atraídas pela “eficácia” do regime mussoliniano, as direitas “fascistizam-se”, unem-se em torno de plataformas políticas e ideológicas que esbatem ou arbitram as suas diferenças históricas ou os seus distintos interesses sectoriais de classe sob a hegemonia do “modelo” fascista, naturalmente adaptado ao caldo da cultura económico-social e mental de cada país. Desse processo também nascerá, como melhor se verá mais adiante, o Estado Novo.

A posição defendida pelo historiador Fernando Rosas, de que o Estado Novo português era uma versão lusa do Fascismo italiano, não é compartilhada por outros autores, nomeadamente pelos autores Nuno Severiano Teixeira e António Telo, que são referências para esta análise. Para estes, o Estado Novo era de facto uma ditadura, mas não um fascismo ou um nazismo, ou combinação.

A inclusão da tese de Rosas serve como oportunidade para que fique clarificado que, neste estudo, a comparação e aproximação entre esses regimes europeus não faz parte do seu escopo e que esta mera redução o empobrece sobremaneira, pois, coloca um pressuposto fatal para as discussões produtivas, além de muito controverso.

Por outro lado, a fim de marcar as semelhanças com o Fascismo, Vargas se apoiou em alguns de seus matizes ideológicos, as quais Drumond (2011:2)¹¹⁸ destaca:

Seus diversos pontos de confluência, como o sistema corporativista, o governo de partido-único – ou mesmo a ausência de um partido, no caso brasileiro – com um líder carismático, a formação de um Estado policial, o controle dos meios de comunicação e da organização económica, assim como o projeto de propaganda política foram diretamente inspirados nos modelos propostos por Mussolini e Hitler.

De igual forma, no caso brasileiro, fica a mesma ressalva referente ao Estado Novo português, ou melhor, não é de interesse deste trabalho traduzir o Estado Novo do Brasil como fascista ou nazista.

Para ilustrar, os dois ditadores lusófonos guardaram diferenças significantes com as doutrinas alemã e italiana, como a “ausência de um projeto de mobilização para a guerra e

de uma efetiva milícia nacional” (Drumond, 2011: 2)¹³⁶. Também deixaram de lado o engajamento e a excitação das massas, ao darem preferência à desmobilização e passividade popular¹³⁷.

Paralelamente, segmentos do governo ditatorial de Vargas declaravam simpatias ao modelo hitlerista, principalmente nos ambientes militares, em face à máquina bélica germânica.

Descrito como carismático e personalista, Salazar dirigiu o Estado Novo português com postura conservadora, de extrema direita e nacionalista, bem como impressionava os portugueses com sua figura taciturna e recolhida, posto que se demonstravam cansados das instabilidades políticas e econômicas das décadas anteriores no país. Salazar erigiu em torno de si o rosto personificado do nacionalismo português (Castilho Costa, 2008: 64)¹³⁸. A sua autoimagem de uma figura paternal ficou destacada quando se refere aos próprios portugueses: “[...] essa boa gente que me aclama hoje, levada por paixões momentâneas, não poderá ser aquela que tente revoltar-se amanhã, levada por outras paixões?”¹³⁹.

Na descrição de Castilho Costa (2008, 65)¹⁰⁴, a síntese sobre o ditador Vargas inicia-se com uma assertiva muito instigante para esta investigação: “Em 1937, sob pretexto de eliminar uma possível revolução comunista, Getúlio Vargas instaura o Estado Novo no Brasil, *inspirado no regime de António Oliveira Salazar* criado quatro anos antes” (grifo do autor).

Os primeiros atos de Vargas, quando assumiu de facto a situação como ditador, foram de extinguir “o Congresso Nacional e os partidos políticos, disciplinou o exército e desarmou as polícias estaduais, passando a governar por meio de decretos-lei”, de acordo com o que o próprio Vargas descreveu em seu diário: “Não é mais possível recuar. Estamos em franca articulação para um golpe de Estado, outorgando uma nova Constituição e dissolvendo o Legislativo” (Vargas, 1995: 82)¹⁴⁰.

Portanto, ele desenvolveu uma política intervencionista, nacionalista e centralizadora, calcada no corporativismo, na criação e na regularização das organizações trabalhistas.

¹³⁶ Drumond, Maurício (2011), *O Esporte nos Estados Novos de Salazar e Vargas (1933-1945): um estudo comparado*. Artigo Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo. 15 p.

¹³⁷ António Costa Pinto (2007: 34) chega a afirmar que “no fundamental o regime de Salazar não compartilhou das tensões de mobilização dos congêneres fascistas e promoveu a apatia” (*apud*, Drumond, 2011, 2)

¹³⁸ Castilho Costa, Maria Cristina. (2008). *Brasil e Portugal - Afinidades eletivas no trato da política e da cultura*, Teatro: Revista de Estudios Culturales / A Journal of Cultural Studies: Número 22, pp. 63-74.

¹³⁹ Salazar, António de Oliveira (1937a), *Discursos e Notas Políticas*, vol. II, p. 190, Coimbra Editora, Coimbra.

¹⁴⁰ Vargas, Getúlio (1995), *Diário*, 1ª. Ed, 2 volumes, ed. Siciliano, São Paulo.

Cervo e Bueno (2001: 264)¹⁴¹ descrevem o impacto do surgimento do Estado Novo brasileiro para alemães, italianos e norte-americanos: “O advento do Estado Novo (novembro de 1937)¹⁴² foi bem acolhido em Berlim e Roma, em razão da identidade ideológica de seus governos com o novo regime. Logo após a instalação do Estado Novo brasileiro, Berlim designou para o posto de Embaixador no Rio de Janeiro Karl Ritter, descrito por Getúlio Vargas como “[...] funcionário da alta administração do *Reich*” (Vargas, 1995: 93)¹⁴³.

Em Washington, houve apreensão, num primeiro momento.

Apesar da tácita simpatia de Vargas pelos regimes totalitários europeus, acompanhado por segmentos das Forças Armadas¹⁴⁴ brasileiras pelo modelo alemão, apesar de que “militares integrantes do governo procuravam manter uma posição de neutralidade” (Cervo e Bueno, 2001: 269)¹⁴⁵, o incremento nas relações comerciais entre Brasil, Alemanha e Itália, a incluir compra e venda de armamentos e munições, que incluía submarinos italianos¹⁴⁶ (*Ibidem*: 275), assim como a colaboração policial, não impediram o cerceamento das atividades da seção brasileira do Partido Nazi, principalmente pelo facto de que as atividades políticas foram proibidas a brasileiros não natos. Tal proibição atingiu diretamente os interesses alemães, pois a penetração da propaganda nazi era destacada nos Estados do Sul do Brasil¹⁴⁷, em razão do intenso fluxo imigratório de germânicos e, conseqüentemente, seus descendentes. Apesar desses pontos de fricção, a Alemanha Nazi “continuou a ocupar posição importante no comércio exterior brasileiro, em razão, nomeadamente, das exportações de algodão” (*ibidem*: 266).

Há de ser ressaltado que, em razão do fim do Império Colonial Alemão, como consequência de sua derrota na Grande Guerra¹⁴⁸, a Alemanha necessitava de mercados consumidores para os seus produtos manufaturados e de ter acesso às necessárias *commodities*, portanto, Portugal e seu Império Colonial e o Brasil aparentavam ser de mais valia para as ambições nazis.

Ninhos (2017: 19)¹⁴⁹ delimita os interesses germânicos em relação a Portugal e o formato de aproximação escolhido por Hitler para atingir os seus interesses: “A aposta na cultura foi a principal estratégia seguida pela diplomacia alemã em Portugal, que pretendia

¹⁴¹ Cervo, Amado Luiz; e Bueno, Clodoaldo (2001), *História da política exterior do Brasil*. 4ª. Edição, Ed. Universidade de Brasília. 595 p. Brasília.

¹⁴² Acontecido no dia 10 de novembro de 1937.

¹⁴³ Obra citada.

¹⁴⁴ Até então compostas pelo Exército e pela Marinha.

¹⁴⁵ Obra citada.

¹⁴⁶ “o Reich surgisse como alternativa, uma vez que seriam trocadas matérias-primas brasileiras por armamentos. O mesmo deveria ser feito com a Itália, que forneceria submarinos”.

¹⁴⁷ Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

¹⁴⁸ A I Guerra Mundial ou a Grande Guerra aconteceu no período de 1914 a 1918.

¹⁴⁹ Ninhos, Cláudia (2017). *Portugal e os Nazis – Histórias e segredos de uma aliança*. Ed A Esfera dos Livros. 326 p. Lisboa.

alcançar uma hegemonia política e ideológica. Num país que, economicamente, girava em torno da órbita inglesa¹⁵⁰, o domínio cultural era a forma mais subtil de exercer influência”. Essa aposta alemã por influenciar culturalmente uma parte da população portuguesa vai se demonstrar como de baixa produtividade.

Frações das populações residentes em Portugal e em Brasil, simpáticas ou adeptas ao fascismo ou nazismo não se tornaram numericamente expressivas, entretanto, fazem parte dos fatores geográficos, cernes deste trabalho.

Destarte, Vargas se fundamentou no Estado Novo Salazarista, todavia, os aspetos ideológicos não ficaram isolados, pois, havia interesses militares, comerciais e culturais permeando as relações dos líderes lusófonos com fascistas e nazis.

1.6. A Segunda Guerra Mundial na Europa e os seus reflexos nos Estados Novos

Para iniciar os próprios factos que envolveram as ações bélicas, é fundamental para este trabalho a compreensão de uma guerra imediatamente anterior, na qual alemães e estadunidenses se enfrentavam: a guerra comercial.

Antes da crise de 1929, segundo Alves (2002: 35-36), o investimento estrangeiro na América Latina, nomeadamente no Brasil, era considerado como seguro e proveitoso. Contudo, após a crise, essa segurança desapareceu, dando lugar a novas três formas principais de investimento¹⁵¹:

- (a) investimentos baseados em interesses econômico-militares (como a exploração de recursos minerais);
- (b) “acordos de estabilização” visando a manutenção de um sistema monetário (como os realizados entre o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e as autoridades monetárias do México e do Brasil);
- e
- (c) operações caracterizadas pela entrega de mercadorias, conhecidas como operações de Empréstimo e Arrendamento (*Lend-Lease*).

Neste sentido, a Política de Boa Vizinhança, adotada pelo governo dos EUA, era o reverso da política econômica pós 1930, haja vista que “[...] resulta do fato de que a cessação da intervenção militar tornou-se um pré-requisito para a consolidação do comércio externo americano” (*ibidem*: 36).

¹⁵⁰ Refere-se a Portugal.

¹⁵¹ Alves, Vagner Camilo (2002), *O Brasil e a Segunda Guerra: a história de um envolvimento forçado*, ed. Loyola, São Paulo.

Por sua vez, a Alemanha introduziu o *marco de compensação*, uma moeda especial que servia por base nas transações internacionais, inovação alemã para realizar o seu comércio exterior, haja vista não ter divisas suficientes para se relacionar comercialmente com os demais países e atender as imensas demandas para a sua mobilização. Alves¹⁵² faz uma explicação sobre a forma como os nazis buscaram suprir as necessidades das indústrias teutas em suas carências, posto que, das vinte e cinco matérias-primas consideradas como essenciais, os alemães eram autossuficientes em apenas quatro¹⁵³, e para tanto lançou mão da revista *Fortune*, de maio de 1939, para explicar como as transações bilaterais alemãs não envolviam dinheiro algum: “quando a Alemanha compra café, o *Reichsbank* lança um crédito – marco de compensação – até que o Banco do Brasil encontre um importador interessado em mercadorias alemãs” – Grifo do autor – (*In Alves, 2002: 37*). Desta forma, os alemães podiam fidelizar os parceiros comerciais.

Getúlio Vargas fez a seguinte análise, em face da sua percepção dos interesses e ações comerciais de americanos-do-norte, ingleses e alemães (Vargas, 1995: 43):

O convênio alemão, feito em marcos de compensação, desperta queixas do governo americano pela concorrência desigual que faz a produtos tipicamente americanos no mercado brasileiro. Os americanos [afirmam] que isso constitui uma violação do nosso tratado de comércio com os Estados Unidos. A federação econômica constituída pelo império britânico procura restringir a entrada de nossas carnes, onerando com taxas ou reduzindo as quotas de importação. [...]

Temos ainda sobre a mesa a questão do pagamento das dívidas externas, a terminação do prazo do esquema e a necessidade de um novo plano para que não se faça a suspensão pura e simples das prestações¹⁵⁴.

No outro lado dessa guerra comercial, os Estados Unidos consideraram fechar o mercado comercial para a Alemanha, contudo, para tanto, era necessário que o continente estivesse politicamente unido. Novamente a revista *Fortune*, de maio de 1939, explicitou a importância dessa política econômica estadunidense (*In Alves, obra citada: 38*):

O poder de nosso suprimento de ouro não garante necessariamente nosso controle sobre outras nações; afinal de contas, o padrão ouro perdeu respeito enquanto totem. Mas o ouro do Forte Knox poderia ser muito útil para fins de persuasão política. Se ajudássemos

¹⁵² Alves, (2002), *obra citada*, p. 37.

¹⁵³ Mesplé, Antônio de Moraes (1989), *A política externa brasileira numa era de conflito (1935-1942)*, *In: Cadernos do IPRI*, n. 2, p.29.

¹⁵⁴ *Obra citada*.

nações amigas, como o Brasil, a estabelecer sistemas bancários e moedas estáveis com pequenos e judiciosos empréstimos de nossos depósitos do Forte Knox, poderíamos prendê-las ao dólar. É de nosso interesse poder contar com economias prósperas e estáveis no Sul e pretendermos aumentar nosso comércio com essa região. [...] Cinquenta milhões de dólares emprestados para estabilizar a moeda brasileira custam menos que um navio de guerra. E seria preciso mais de um para impedir uma aliança política entre o Brasil e a Alemanha.

Para o sucesso das intenções norte-americanas, se fazia necessário que os países latino-americanos adequassem os seus meios de produção para atender às demandas dos Estados Unidos, pois somente o café brasileiro não era produzido pelos estadunidenses, que tinham uma economia tanto industrial como agrícola, acrescida de altas tarifas protecionistas. Este dilema foi descrito por Edward L. Corey¹⁵⁵:

Os países latino-americanos têm negligenciado o estabelecimento de padrões de produção compatíveis com nossas necessidades industriais. Nós, por outro lado, nada fizemos para ajudá-los a reorganizar sua produção e continuamos a comprar nossa matéria-prima em outras fontes.

Em um primeiro momento, a fim de equacionar tal impasse, a borracha e o manganês brasileiros foram alçados como áreas preferenciais de investimento pelo governo dos Estados Unidos. Essa alteração de direcionamento de investimento foi considerável, posto que 93% da borracha¹⁵⁶ e 90% do manganês eram importados pelos EUA da Ásia e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), respectivamente (*Ibidem*, 1940: 231).

Este contexto serve para o entendimento das várias conferências continentais realizadas os anos de 1930 e a formulação da Política de Boa Vizinhança, idealizada e conduzida pelos norte-americanos, particularmente da Conferência de Havana, que foi referenciada nos seguintes termos pela revista *Fortune*:

Foi correto ser um bom vizinho. O acerto fundamental dessa política é indicado pelo fato de que Mr. Hull, o idealista de Tennessee, pôde deixar Havana tendo conquistado a autorização para que as tropas americanas possam operar na América Latina sem o perigo de serem emboscadas na selva por enraivecidos latino-americanos.

¹⁵⁵ Corey, Edward L. (1940), *How to get South American business*, Events, p. 230.

¹⁵⁶ Quanto à borracha, a importação norte-americana só ocorria quando os preços do produto brasileiro fossem melhores do que os asiáticos – Malásia e Índias Holandesas – facto pouco provável em função do baixo nível tecnológico do Brasil.

Para o estudo e posterior análise, o período de 1939 a 1945 será dividido conforme a estratificação académica adotada por Telo¹⁵⁷, Ninhos¹⁵⁸ e Teixeira¹⁵⁹, ou seja, de acordo com a evolução da II Guerra Mundial, na Europa e no Oceano Atlântico, e com os consequentes comportamentos assumidos por Salazar e Vargas nas relações internacionais com os Aliados e com a Alemanha, posto que a conservação da neutralidade lusa e a beligerância brasileira dependeram, em larga medida, da evolução dos enfrentamentos bélicos.

Entretanto, como resultado das pesquisas conduzidas por Telo¹⁶⁰, o historiador e professor destaca a Grande Estratégia da Alemanha de Hitler, exposta pelo próprio ditador nazi à *Kriegsmarine*¹⁶¹, de que a guerra havia sido concebida para ser desencadeada em três fases

Durante a fase 1: criar uma fronteira comum com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e derrotar as democracias ocidentais, que consistia em ocupar a França e assinar uma paz de compromisso com a GB. Realizadas tais ações com sucesso, essas permitiam resolver a guerra no Ocidente e concentrar os meios no Leste para a fase 2.

A fase 2 consistia na conquista da Rússia europeia e a queda da URSS. A previsão era de ser feita em seis meses, que passavam por ocupar Rostov, Moscovo e Leninegrado em 1941. Em 1942, segundo os planos alemães, a URSS devia estar de rastos, após perder toda a sua base industrial, pelo que a guerra se reduziria a um lento avanço para o território soviético na Ásia, onde não era de se esperar uma resistência significativa. Isso permitia à Alemanha transferir o grosso dos seus recursos para o Ocidente, logo em 1942. A fase 2 daria à Alemanha os recursos de longo prazo que lhe faltavam, nomeadamente o petróleo e os minerais, bem como o trigo da Ucrânia, pelo que deixava de estar dependente do comércio marítimo. Se isto acontecesse, a Alemanha podia encarar com tranquilidade o cenário de uma guerra de erosão longa contra os EUA.

A completa derrotada da URSS marcaria o início da fase 3. Seria a guerra final pela hegemonia mundial, contra os EUA e a GB. Ao contrário das fases anteriores, esta seria uma guerra essencialmente naval e aérea e decorreria no Oceano Atlântico. Hitler garantiu aos seus almirantes que esta fase nunca começaria antes de 1944, pelo que só nessa data a Alemanha tinha de ter uma marinha de superfície e uma aviação estratégica importantes.

¹⁵⁷ Telo, António José Barreiros (1991). *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1939-1945)*, vol. I e II, Lisboa, Edições Vega.

¹⁵⁸ Ninhos, Cláudia (2017). *Portugal e os Nazis – Histórias e segredos de uma aliança*. Ed A Esfera dos Livros. 326 p. Lisboa.

¹⁵⁹ Teixeira, Nuno Severiano (Coord); Monteiro, João Gouveia; Domingues, Francisco Contente (2017), *História Militar de Portugal*. Lisboa. Ed. A Esfera dos Livros. 1ª. Edição.

¹⁶⁰ Conforme mensagem escrita pelo Professor A J Telo a este autor.

¹⁶¹ Marinha alemã.

Estas deviam ser criadas em dois anos (1942/1943), com a alteração drástica do programa industrial de defesa da Alemanha, depois da prevista derrota da URSS em 1941.

O planeamento nazi não se concretizou, conforme pode ser observado pelos seguintes resultados:

Na fase 1: a Polónia ocupada marcou a fronteira comum com a URSS; a França foi derrotada; mas a GB não aceitou a paz de compromisso. As campanhas nos Balcãs permitiram consolidar as posições no Sul da Europa e deram três aliados importantes para a campanha no Leste (Bulgária, Hungria e Roménia). A guerra nunca terminou na frente ocidental, mas em meados de 1941 a Alemanha pode concentrar 80% dos seus recursos militares no Leste, pelo que Hitler considerou como suficientes para poder avançar para a fase 2.

Apesar do sucesso inicial, a fase 2 nunca se completou: a URSS, apesar de sofrer perdas gigantescas, continuou a lutar em 1942 e ganhou força com a passagem do tempo e com a ajuda dos aliados ocidentais.

Ou seja, as fases 1 e 2 nunca se completaram e a situação do Hitler sofreu um imenso revés quando os EUA entraram na guerra, haja vista que a Alemanha estava a combater em três frentes (Norte da África, Atlântico e Leste), com grande parte dos seus recursos empenhados no Leste naquele ano de 1942.

A partir daí a derrota Alemã era inevitável e era uma mera questão de tempo.

De prático, ainda segundo a mensagem de Telo, a Grande Estratégia nazi conduziu a um plano de rearmamento alemão:

- Inicialmente, desenvolver o Exército e a Aviação Tática, deixando a Marinha para segundo plano, como uma força meramente de defesa do litoral;

- Só na terceira fase seria necessária uma marinha capaz de disputar o domínio do Atlântico, pelo que o chamado plano "Z" para a marinha só devia arrancar em força em 1942 para estar concluído em 1947, mas permitir uma marinha importante desde 1944. Hitler garantiu aos seus almirantes que não haveria uma guerra com a GB ou com os EUA antes de 1944.

Com o falhanço do planeamento alemão, a Marinha respondeu ao colapso com o recurso ao desenvolvimento da arma submarina para tentar estrangular o comércio aliado. Para desenvolver a arma submarina só eram precisos uma fração dos recursos necessários para criar uma grande esquadra de superfície. Há que ter em conta que com os recursos necessários para um único couraçado ou porta aviões se podem obter entre 70 e 100 submarinos. Os almirantes perceberam que era a única solução, enquanto a Alemanha estivesse empenhada em uma guerra intensa em terra.

A construção da marinha de superfície alemã, planeada para 1942, nunca arrancou e Hitler chegou mesmo a ordenar o desmantelamento dos poucos grandes navios que tinha, embora depois recuasse.

Assim sendo, destaca-se que a Alemanha nazi não estava devidamente preparada para a guerra naval no TO Atlântico, haja vista que a *Kriegsmarine* apenas se tornaria equipada e preparada adequadamente a partir do sucesso definitivo da fase 2, ou seja, de 1942 em diante, conforme o planeamento alemão.

1.6.1. A fase de supremacia do Eixo – de 1939 a 1942.

Após a invasão da Polónia, evento que inaugurou a II GM, em setembro de 1939, a avassaladora vitória dos alemães sobre a França, em junho de 1940, marcou a supremacia das forças do Eixo.

Naquele momento, a Alemanha se preparou para realizar um amplo movimento para a direção geral Sul e controlar o Mar Mediterrâneo e o Norte da África, no qual estavam incluídas a tomada de Gibraltar e uma possível investida contra Lisboa e, em sequência, a ocupação das ilhas portuguesas de Cabo Verde e da Madeira, numa operação batizada como *Félix*. Os Açores estavam fora desse planeamento dos alemães, pois estes tinham a consciência de que não seriam capazes de resistir a um muito provável contra-ataque britânico (Telo, 2000a: 2)¹⁶².

Telo¹⁶³ ressalta em suas obras que para a Marinha Alemã estava muito claro que, de 1940 a 1941, os seus recursos navais só eram operacionais para ocuparem as Canárias e Cabo Verde e, mesmo assim, só com o apoio da Espanha e da França de Vichy. A Madeira e os Açores estavam demasiadamente longe para serem ocupados, sendo possível colocar nas ilhas uma pequena força mediante um ataque de surpresa, mas ela seria aniquilada a seguir, porque os necessários apoios a serem fornecidos por mar ou pelo ar não seriam possíveis de acontecer na medida necessária. Quanto ao Brasil, o autor de referência pesquisou e verificou que a possibilidade uma operação de forças nazis contra o Brasil ou contra as ilhas do Atlântico Sul estava completamente afastada por enquanto. E enfatiza que as ações só seriam factíveis depois de derrotada a URSS (que não aconteceu) e após, pelo menos, 3 a 5 anos para construir uma forte marinha de alto mar.

¹⁶² Telo, António José Barreiros (2000a). *A neutralidade portuguesa na Segunda Guerra Mundial*. [On Line]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/11144/2048>>. Acedido em 8 de julho de 2019.

¹⁶³ Conforme mensagem escrita pelo Professor A J Telo a este autor.

No ambiente da Península Ibérica, a Espanha considerava que a guerra estava ganha pelo Eixo. Porém, o ditador Francisco Franco¹⁶⁴ se apercebeu sobre as dificuldades dos alemães em garantir o fornecimento de importantes insumos, tais como petróleo, trigo e borracha, nem Hitler prometeu as colónias francesas e a hegemonia peninsular. Assim, a Espanha, a partir de setembro de 1940, deu um passo para trás e tornou-se cautelosa diante das pressões da Alemanha em sair de sua neutralidade, ao colocar condições que Berlim não podia conceder.

Os Aliados tinham planos para os territórios portugueses dos arquipélagos dos Açores, de Cabo Verde, da Madeira, bem como outros pontos estratégicos, caso se concretizasse a Operação Félix, posto que os ingleses consideravam os Açores como alternativa para manter o controlo da zona do estreito. Os EUA também consideravam ocupar os Açores no início de 1941, caso ocorresse o colapso da Grã-Bretanha e a vitória de uma Alemanha hostil sobre toda a Europa, logo as ilhas portuguesas tornar-se-iam a fronteira do continente americano.

Telo (2000a: 3)¹⁶⁵ descreve os interesses geopolíticos dos Aliados, alertados pelos sucessos iniciais das forças nazis, em relação às ilhas portuguesas, caso a Operação Félix arrancasse:

Os Aliados entretanto preparam planos para ocupar os Açores, Cabo Verde, a Madeira e os pontos estratégicos do Império assim que o primeiro soldado alemão passar os Pirinéus, pois sabem que tal é o primeiro passo, de um ataque a Gibraltar. A esquadra aí estacionada teria de se retirar para não sofrer o ataque da artilharia e dos aviões, mas precisava de se manter numa posição onde pudesse continuar a controlar a zona do estreito. Segundo o Almirantado britânico, a única alternativa eram os Açores, pelo que estes teriam de ser ocupados assim que se soubesse que Gibraltar ia ser atacada. Também os EUA preparam planos para ocupar os Açores em começos de 1941, pois temem um colapso da Inglaterra e uma ocupação de toda a Europa por uma Alemanha hostil, situação em que as ilhas portuguesas seriam a fronteira do continente americano.

Outra razão de preocupação para norte-americanos e britânicos, ainda de acordo com Telo, era, caso os Açores fossem ocupados pelos alemães, os aviões e submarinos nazis poderiam os utilizar como bases e, assim, colocar em sério risco os comboios de ligação

¹⁶⁴ Militar espanhol, Franco foi ditador da Espanha de 1938, durante a Guerra Civil Espanhola, a 1975, ano de sua morte.

¹⁶⁵ Obra citada.

com a América do Sul e com a rota do Cabo, pelo sul do continente africano, para onde a Grã-Bretanha havia desviado os navios, que antes atravessavam o Canal do Suez.

Além disto, os EUA acrescentavam um ponto ainda mais importante: os Açores apresentavam-se como uma base de um futuro ataque ao continente americano, quando a Alemanha tivesse desenvolvido uma marinha de alto mar (que não tinha em 1940 e não teve até 1945).

Salazar ignorava todas essas intenções geopolíticas dos beligerantes e, ao mesmo tempo, não confiava nos espanhóis.

No início de 1941, Hitler abandonou os planos iniciais em desencadear a Operação Félix, ao decidir pela Operação *Barbarossa* e invadir a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Apesar da antiga aliança entre portugueses e ingleses, que Portugal prezava por manter, pois sabia que perderia de imediato as suas colónias caso a rompesse, o Estado Novo luso colocou em prática uma política de aproximação com a Grã-Bretanha e com o Eixo e a Espanha, por meio de acordos comerciais, em razão da supremacia temporal do Eixo.

A neutralidade peninsular interessava a ambos os lados, português e espanhol.

Enquanto isso, o Brasil já havia se declarado neutro diante do romper das ações bélicas na Polônia, em 1939, facto vinculado aos acordos interamericanos, em uma modalidade denominada por Gerson Moura (1980)¹⁶⁶, como “neutralidade pragmática”, que está dentro dos parâmetros da definição de neutralidade assimétrica, adotada para esta investigação, de acordo com a descrição feita por Cervo e Bueno (2001: 269)¹⁶⁷: “[...] pelo fato de o Brasil ter procurado tirar proveito da disputa então existente entre os dois blocos de poder, vale dizer, Estados Unidos e Alemanha. A atitude de indefinição do Brasil em face daqueles permitiu-lhe tirar vantagens em termos econômicos e comerciais”.

A neutralidade brasileira permaneceu intacta mesmo diante da invasão alemã nos países neutros – Holanda, Bélgica e Luxemburgo, em maio de 1940. A política de “boa vizinhança” adotada por FDR, no aprofundamento da Doutrina Monroe, não havia conseguido romper divergências, nomeadamente no Campo Militar, em causa a “não aceitação pelo governo brasileiro da presença de soldados norte-americanos no Nordeste e na relutância dos EUA em fornecer armas ao Brasil” (*ibidem*: 272), decorrente dos interesses estadunidense em instalar bases militares em Natal, no saliente do Nordeste brasileiro, porção ocidental do Gargalo do Atlântico.

¹⁶⁶ Moura, Gerson (1993), *Neutralidade Dependente: o caso do Brasil, 1939-42*. Rev. Estudos Históricos, Vol. 6, Nº. 12, p. 177 – 189. Ed Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

¹⁶⁷ Cervo, Amado Luiz; e Bueno, Clodoaldo (2001), *História da política exterior do Brasil*. 4ª. Edição, Ed. Universidade de Brasília. 595 p. Brasília.

No capítulo “A Guerra do Atlântico”, Jordan¹⁶⁸ (2011: 99-113) escreveu que as ações navais alemãs no Oceano Atlântico se iniciaram no dia 3 de setembro de 1939, quando um *U-boot* afundou o navio de cruzeiro, de bandeira britânica, SS *Athenia*, facto que “[...] convenceu os britânicos de que alemães haviam iniciado uma guerra submarina sem restrições, [...]”. No dia 17 de setembro, o submarino nazi U-29 afundou o porta-aviões britânico *Courageous*. Apesar da ofensiva, Hitler limitou as operações com submarinos “somente contra embarcações militares ou navios mercantes claramente identificados”, porque acreditava, ainda, “[...] que poderia chegar a um acordo com os Aliados e também receava que uma ofensiva submarina irrestrita pudesse afastar nações neutras que cedessem embarcações”.

No Oceano Atlântico, nomeadamente na região do Rio da Prata, foi palco da “primeira ação de superfície da guerra”, em 27 de setembro de 1939, “quando os encouraçados de bolso alemães *Deutschland* e *Graf Spee* receberam ordens para atacar embarcações britânicas no Atlântico”.

Em 17 de dezembro, a Marinha Britânica obteve sucesso parcial, após perder cinco embarcações¹⁶⁹ no espaço de três semanas, quando o *Graf Spee* foi posto a pique pela própria tripulação, ao largo do porto de Montevidéu, capital do Uruguai.

A situação da Marinha Britânica foi parcialmente aliviada quando, a partir de 2 de setembro de 1940, entrou em vigor o Acordo Destroieres por Bases, pelo qual o Reino Unido recebeu 50 destroieres dos EUA (construídos entre 1917 e 1922), em troca de 99 bases aéreas e navais, localizadas em oito colónias britânicas no Hemisfério Ocidental (Gilbert, 2015: 58)¹⁷⁰ (Figura 1.11.).

Para as atividades dos *U-bootes*, este período ficou conhecido como “Tempos Felizes” (Figura 1.12.), que durou até 8 de maio de 1941, quando os britânicos capturaram o *U-boot* U-110 e a máquina de códigos *Enigma*, que se tornou “[...] fonte importante de informações sobre posições inimigas” (Jordan, 2011: 103)¹³⁶.

Figura 1.11.

¹⁶⁸ Jordan, David (2011), *História da Segunda Guerra Mundial – a maior e mais importante guerra de todos os tempos*, M. Books do Brasil Editora Ltda, 292 p., São Paulo.

¹⁶⁹ Afundadas pelo próprio *Graf Spee* (Jordan, 2011: 101).

¹⁷⁰ Gilbert, Martin (2015), *Atlas Histórico da Segunda Guerra Mundial*, Ed. Clube do Autor, 579 pp., Lisboa.



Acordo Destroyers por bases

Fonte: Gilbert (2015: 59)¹⁷¹

Figura 1.12.

¹⁷¹ Gilbert, Martin (2015), *Atlas Histórico da Segunda Guerra Mundial*, Ed. Clube do Autor, 579 pp., Lisboa.



Batalha do Atlântico – abril a dezembro de 1941

Fonte: Gilbert (2015: 123)¹⁴⁰

1.6.2. A neutralidade na fase de equilíbrio de forças – de 1942 a 1943.

A entrada dos EUA no conflito e o falhanço da ofensiva alemã sobre a URSS marcaram uma nova fase da II GM. Marca, de igual maneira, a ação dos aliados em colocar em causa a neutralidade portuguesa, nos anos de 1942 e de 1943, porquanto a necessidade de utilizarem as bases nos Açores era de imensa importância para alterar o sentido dos ventos do sucesso durante a Batalha do Atlântico, que lhes corriam adversos.

Telo¹⁷² relata que havia duas grandes estratégias dos principais Aliados:

- A da Grã-Bretanha, que visava desviar os recursos militares aliados para o Mar Mediterrâneo, porque ele é o eixo central do seu império, pelo que lhe interessava consolidar a sua posição regional, usando para tanto os recursos americanos. O problema britânico não era só a Alemanha; o problema central era que, se os aliados não ocupassem o Mediterrâneo em 1942/1943, quando não podiam ainda atacar a França, a URSS podia ocupar todo o Sul da Europa e colocar um pé com muita força no Mediterrâneo, o que veio a acontecer.

¹⁷² Conforme mensagem escrita pelo Professor A J Telo a este autor.

- A dos Estados Unidos da América, que ainda não entendiam que a URSS seria o seu grande adversário futuro, pelo que não queriam desviar os seus recursos militares para o Mediterrâneo. Para eles, fazia mais sentido salvaguardar os recursos colocando-os na GB, de modo a atacar o poder alemão pela via mais directa (através da França) em 1943 ou começos de 1944 e acabar a guerra na Europa ainda em 1944; depois os recursos seriam transferidos para o Pacífico. Para os EUA, toda a grande estratégia britânica de desviar recursos militares para o Mediterrâneo era uma armadilha do aliado, que visava colocar os meios americanos a consolidar o Império Britânico, justamente o que eles não pretendiam fazer.

Os aliados estavam divididos quanto à definição de sua prioridade, o Atlântico ou o Norte da África.

Nessa linha, das divergências entre os EUA e a GB sobre a grande estratégia a seguir, Telo¹⁷³ escreve que, caso seguissem a estratégia da GB, então era preciso salvaguardar a neutralidade da Espanha e deixar para depois a ocupação de bases nos Açores, tal como foi importante desviar os recursos brasileiros para a Itália. Caso a estratégia americana fosse vencedora, então fazia todo o sentido ocupar bases nos Açores, ainda em 1942, e enviar os recursos militares brasileiros para a campanha da França e não para a Itália. Estas considerações são de imensa relevância para esta tese. A solução final foi um compromisso, com a prevalência da visão dos ingleses.

Como a Grã-Bretanha e os EUA decidiram priorizar a derrota das forças do Eixo, por meio de uma ofensiva, a ser iniciada pelo desembarque no Norte de África francês (Marrocos e Argélia) e, em seguida, atacar a Itália. Nesta situação, a neutralidade da Espanha, vizinha do Marrocos francês, era fundamental.

A neutralidade portuguesa nesta segunda fase ficou atrelada ao facto de ser mais importante a manutenção da neutralidade de toda a Península do que o uso de bases nos Açores pelos aliados. A política externa portuguesa foi orientada por uma preocupação de manter uma neutralidade estrita, ou absolutamente imparcial, e por um afastamento momentâneo em relação aos Aliados nos momentos de crise¹⁷⁴, conforme descrito por Telo (2000a: 3 - 4)¹⁷⁵:

Em termos gerais, podemos dizer que a neutralidade nesta fase se fica a dever ao facto de ser mais importante a defesa do *statu quo* da Península do que o uso de bases nos Açores. A política externa portuguesa é orientada por uma preocupação de manter uma neutralidade estrita e por um afastamento momentâneo em relação

¹⁷³ Conforme mensagem escrita pelo Professor A J Telo a este autor.

¹⁷⁴ A ocupação de Timor pelos australianos, em 17 de dezembro de 1941, foi um dos momentos críticos nas relações entre Portugal e os aliados.

¹⁷⁵ Obra citada.

aos Aliados nos momentos de crise - como quando da ocupação de Timor pelos australianos.

O governo de Vargas, até então, tinha em seu seio duas forças antagônicas, de um lado, os chefes militares colocavam em causa a capacidade das Forças Armadas dos EUA em face à portentosa capacidade das forças alemãs, bem como, as desconfianças em torno das intenções do gabinete de Roosevelt. No outro extremo estava o Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, reconhecido entusiasta do pan-americanismo (Moura, 1980: 183-184)¹⁷⁶. Portanto, Vargas decidira por aproximar-se deliberadamente dos EUA, no que foi descrito assim: “Embora o Brasil formalmente estivesse neutro no conflito, seu governo dava passos importantes em direção à solidariedade aos Estados Unidos” (Carvalho, 1946: 181-202)¹⁷⁷, que se consolidou em 1942, mediante eventos de grande relevância, elencados em Moura (1993: 184-185)¹⁴¹.

Os eventos mais importantes que afetaram o processo decisório da política externa brasileira em 1942 foram os seguintes: a Conferência do Rio de Janeiro (janeiro), na qual o Brasil rompeu relações com as potências do Eixo; a missão do ministro da Fazenda Sousa Costa a Washington (fevereiro/março), durante a qual foram assinados acordos militares e econômicos com o governo norte-americano; o acordo secreto político-militar com os EUA (maio), que estabeleceu a criação de duas comissões mistas militares para planejar a defesa do território brasileiro; e a declaração de guerra contra a Alemanha e a Itália (agosto), depois que cinco navios mercantes brasileiros foram colocados a pique.

Por fim, o presidente Getúlio Vargas, por meio do decreto Nº 10.358, de 31 de agosto de 1942, reconhece o estado de guerra¹⁷⁸ entre o Brasil e as potências do Eixo (Anexo A), inicialmente de forma parcial, ao excluir o Japão.

Com a vantagem obtida pela apreensão da máquina de códigos alemã *Enigma*, os britânicos receberam um apoio dos EUA, que decidiram que “[...] as patrulhas de neutralidade da marinha americana operem mais dentro do Atlântico” (Jordan, 2011: 104)¹⁷⁹,

¹⁷⁶ Moura, Gerson (1993), *Neutralidade Dependente: o caso do Brasil, 1939-42*. Rev. Estudos Históricos, Vol. 6, Nº. 12, p. 177 – 189. Ed Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

¹⁷⁷ Carvalho, Estevão Leitão de (1946), *Colaboração militar Brasil-Estados Unidos*, Revista A Defesa Nacional, n. 381, p. 181-202, fev., Rio de Janeiro.

¹⁷⁸ Diferente da opção de declaração de beligerância, tão comum à época, Vargas declarou estado de guerra.

¹⁷⁹ Jordan, David (2011), *História da Segunda Guerra Mundial – a maior e mais importante guerra de todos os tempos*, M. Books do Brasil Editora Ltda, 292 p., São Paulo.

que permitiu que “britânicos e canadenses poderiam cobrir menos comboios”. No verão de 1941¹⁸⁰ ocorreu o fim dos já citados “Tempos Felizes”.

Em 4 de setembro, ocorreu o primeiro embate entre o navio estadunidenses USS *Greer* e um *U-boot*. Em 17 de outubro, o USS *Kearney* foi torpedeado e avariado. Mais tarde, o USS *Reuben James* foi afundado, ao realizar uma escolta de comboio.

Com a declaração do estado de beligerância pelos EUA, com o desastre em *Pearl Harbour*, em 7 de dezembro de 1941, e a conseqüente declaração de guerra contra os EU por Hitler, no dia 11 subsequente, proporcionou outros “Tempos Felizes” para os *U-boot* (Jordan: 2011: 107-108)¹⁸¹, posto que “os EUA não estavam preparados para lidar com a chegada dos submarinos alemães à costa leste, pois faltavam embarcações, aeronaves e experiência para enfrentar a ameaça”.

Porém, em abril de 1942, os EUA adotam procedimentos mais eficazes: “prática de comboio é introduzida ao longo da costa leste”; “é instituído o *Blecaute*”, para “negar aos submarinos alemães a capacidade de divisar seus alvos contra a linha costeira”; introdução do “sistema de interconexão de comboios, [...] desde o Caribe¹⁸² até a costa leste”. Com tais medidas, o almirante alemão *Karl Dönitz*¹⁸³ deslocou as suas forças para o Atlântico Norte (Figura 1.13.). “Os outros ‘Tempos Felizes’ chegam ao fim” (*ibidem*: 108-109).

Durante esta fase, em dezembro de 1941, a URSS ainda estava a resistir, em contrapartida do planeamento da Alemanha, que previa acabar com ela até aquele mês. Isto significava que o grosso dos recursos alemães permaneciam na frente Leste nos próximos anos.

Naquele final de 1941, os EUA entraram na guerra contra os nazis (podiam ter ficado somente pela guerra contra o Japão) e os aliados ocidentais anunciaram que a prioridade era a derrota da Alemanha.

A conjugação destes dois fatores tornava evidente que a Alemanha tinha perdido a guerra. Haveria somente um compasso de espera, enquanto os três grandes aliados mobilizavam e ganhavam força. Os seus recursos conjugados eram entre quatro e oito vezes superiores aos do Eixo, pelo que o resultado não restavam dúvidas.

Acresce a isto, o facto de que os EUA lançaram um imenso programa para atrair o Brasil para a beligerância. Ele passava por promessas de fornecimento dos produtos que faltavam ao Brasil (petróleo, por exemplo), por garantias de liberdade de acesso a importantes financiamentos e investimentos estrangeiros, por garantias de fornecimento de ajuda militar gratuita através do *Lend Lease* e, o mais importante de tudo, pela possibilidade da garantia

¹⁸⁰ A considerar o Hemisfério Norte da Terra.

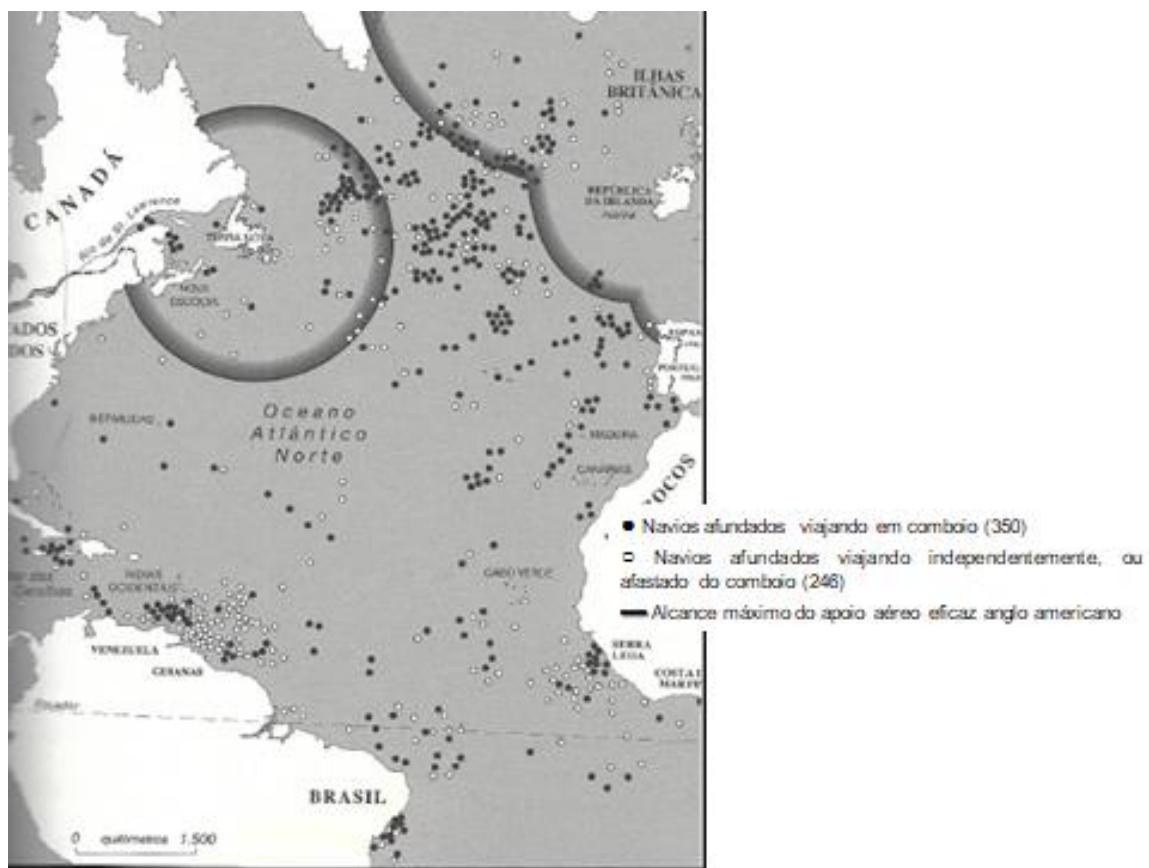
¹⁸¹ Jordan, David (2011), *História da Segunda Guerra Mundial – a maior e mais importante guerra de todos os tempos*, M. Books do Brasil Editora Ltda, 292 p., São Paulo.

¹⁸² As Caraíbas.

¹⁸³ Líder dos *U-boote* e, posteriormente, da Marinha Alemã.

de que o Estado Novo de Vargas seria legitimado e aceite depois da guerra com os mesmos direitos de qualquer dos aliados.

Figura 1.13.



Batalha do Atlântico – abril a dezembro de 1941

Fonte: Gilbert (2015: 267)¹⁸⁴

1.6.3. A neutralidade portuguesa e a beligerância brasileira na fase de supremacia aliada – de 1943 a 1945.

Em meados de 1943, quando os Aliados passaram à ofensiva em todas as frentes da guerra e nomeadamente expulsaram as forças do Eixo do Norte de África, iniciou a terceira fase. No período, os aliados decidiram por ocupar as bases nos Açores em curto prazo, independentemente da autorização de Salazar.

Como Portugal reconheceu que a vitória dos aliados era uma questão de tempo e, internamente, cresciam as preocupações com o futuro das ditaduras ibéricas, nomeadamente em face à iminência da queda do fascismo italiano, a cessão das bases nos

¹⁸⁴ Gilbert, Martin (2015), *Atlas Histórico da Segunda Guerra Mundial*, Ed. Clube do Autor, 579 pp., Lisboa.

Açores aos aliados¹⁸⁵, apresentada em meados de 1943, passou a ser uma oportunidade única para garantir a manutenção do regime. Logo, a solicitação foi prontamente aceita, apesar de que as negociações se prolongaram por muito mais tempo do que o razoável. Ante a possibilidade de uma resposta do Eixo, Salazar se fixou em preparar militarmente o país, porém, a bem da verdade, a Alemanha não aventava uma resposta militar.

Na última fase da guerra, Salazar firmou a sua política externa de aproximação à Grã-Bretanha e aos EUA para garantir o futuro do Estado Novo, que passava primordialmente pela sua aceitação pelos Aliados. Todavia, as exportações de volfrâmio português para o Eixo eram motivos de fricção com a Grã-Bretanha, pois se estenderam até junho de 1944. Após ultrapassarem tais divergências, os aliados passaram a aceitar a manutenção do regime salazarista no pós-guerra.

Segundo Telo (2000a)¹⁸⁶, a neutralidade portuguesa foi “um produto das circunstâncias”, porque não precisou abraçar a beligerância para a manutenção do Estado Novo e, por conseguinte, do próprio Império, e porque as evoluções das ações e dos interesses dos principais protagonistas da guerra não conduziram para o envolvimento da Península Ibérica na zona de conflito. Todo este jogo de ambições induziu duas tendências: “para a beligerância se alargar à zona do Atlântico português”; e “para a neutralização da zona peninsular continental”. Nas duas primeiras fases do conflito, a segunda tendência prevaleceu sobre a primeira. Em contrapartida, já na terceira fase, quando os Açores se tornaram bases para as operações bélicas conduzidas pelos Aliados, “[...] é o Eixo o primeiro interessado em não envolver a península no conflito, pelo que se limita a apresentar um protesto diplomático sem consequências”.

Em decorrência das evoluções ocorridas, em 1942, quando o Estado Novo de Vargas decretou o estado de guerra em todo território brasileiro¹⁸⁷, o Brasil entrou em intensas tratativas para a montagem de uma Força Expedicionária Brasileira (FEB) sendo que, em janeiro de 1943, calhou um colóquio entre Vargas e Roosevelt:

No final de janeiro de 1943, o presidente dos Estados Unidos, Roosevelt, entrevistou-se com Getúlio Vargas em Natal, quando do retorno de sua conferência com Churchill e De Gaulle em Casablanca. Getúlio e Roosevelt conversaram, além de outros assuntos, a respeito da situação geral da guerra, das bases da participação brasileira nela e do pós-guerra. O presidente brasileiro

¹⁸⁵ Inicialmente aos ingleses em 1943 e, em meados de 1944, aos norte-americanos em troca do apoio para recuperar Timor aos australianos.

¹⁸⁶ Telo, António José Barreiros (2000a). *A neutralidade portuguesa na Segunda Guerra Mundial*. [On Line]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/11144/2048>>

¹⁸⁷ Ver Anexo A.

insistiu na necessidade de os norte-americanos fornecerem equipamento para as três Armas (Cervo e Bueno, 2001: 284)¹⁸⁸.

A neutralidade assimétrica fora substituída pela beligerância, apesar de estar textualmente rotulado como “estado de guerra”¹³⁹, com interpretações diversas entre os EUA e a Grã-Bretanha:

Com efeito, a participação direta do Brasil no conflito decorreu mais de sua vontade do que por solicitação dos Estados Unidos. A Grã-Bretanha era contrária mesmo à participação brasileira. Para os norte-americanos, o Brasil já dava importante contribuição estratégica e o envio de suas tropas (que deveriam ser por eles treinadas, equipadas e transportadas) não estava nos planos. (Gambini, 1977: 140; Vigevani, 1986: 81, *apud* Cervo e Bueno, 2001, 284)¹⁸⁹.

Para explicar os diferentes pontos de vista, posto que os EUA queriam a beligerância brasileira e a GB não se empenhava nisto, Telo¹⁹⁰ coloca em causa a diferente visão de grande estratégia dos dois aliados ocidentais. Enquanto a GB estava interessada em alocar os recursos militares dos EUA no Mediterrâneo e no Sul da Europa, os americanos-do-norte queriam usar a guerra para melhorar e consolidar a sua posição na América do Sul, depois desta. Os britânicos tencionavam usar a guerra para consolidar a sua posição no Mediterrâneo, não estavam particularmente preocupados com o que se passava na América do Sul. A derrota da Alemanha, delineada a partir de 1942, havia se tornado o menos importante para os grandes aliados. Todos eles apostavam na consolidação dos seus interesses depois da guerra, não se importando de prolongar esta, se isso lhes fosse favorável.

Telo¹⁹¹ coloca os interesses da União Soviética sobre o tabuleiro e os pontos de atritos com os interesses dos demais Aliados, ao afirmar que o Aliado oriental estava preocupado em ocupar o Sul e o Centro da Europa antes de derrotar a Alemanha; que, por sua vez, a GB estava preocupada em impedir os planos soviéticos e consolidar a sua posição no Mar Mediterrâneo e no Médio Oriente; e que os EUA pensavam principalmente nos seus interesses no Pacífico e na América do Sul – só a partir de 1944 os EUA desenvolvem uma visão global sobre o seu papel em todo o mundo depois da guerra –. As diferentes

¹⁸⁸ Cervo, Amado Luiz; e Bueno, Clodoaldo (2001), *História da política exterior do Brasil*. 4ª. Edição, Ed. Universidade de Brasília. 595 p. Brasília.

¹⁸⁹ Cervo, Amado Luiz; e Bueno, Clodoaldo (2001), *História da política exterior do Brasil*. 4ª. Edição, Ed. Universidade de Brasília. 595 p. Brasília.

¹⁹⁰ Conforme mensagem escrita pelo Professor A J Telo a este autor.

¹⁹¹ *Idem*.

estratégias militares resultaram deste diferente entendimento sobre o que foi prioritário para depois da guerra.

O Atlântico Lusófono ficou no meio deste jogo.

Decidida a entrada do Brasil nas ações bélicas no Teatro de Operações Europeu e para viabilizá-la, foi organizada uma Comissão Mista Brasil – Estados Unidos da América, ainda em 23 de maio de 1942. Em abril de 1943, as participações dos marinheiros, soldados e aviadores brasileiros passaram a ser formalmente discutidas.

Em 2 de julho de 1944, aportou em Nápoles, Itália, o primeiro contingente da FEB da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª. DIE), enquadrada no IV Corpo de Exército, um Grande Comando subordinado ao V Exército dos EUA.

Ainda nos últimos meses de 1942, o número de afundamentos pelos *U-boote* permanecia alarmante (Jordan, 2011: 110)¹⁹². Em novembro, foram afundadas cerca de 126 embarcações. Entre 15 e 19 de março de 1943, em consequência das pesadas perdas aliadas, Jordan declarou “uma vitória alemã parece estar a caminho” (*ibidem*: 111)¹⁵⁰. Contudo, nos dias de 4 a 7 de abril, os *U-boote* sofreram um forte revés, quando o U-632 foi afundado e outros quatro foram severamente avariados. As perdas alemãs se sucederam e chegaram a 32 *U-boote* até o dia 22 de maio de 1943. Apesar da luta continuar até 1945, *Dönitz* sabia que fora vencido e que a Batalha do Atlântico terminara (*ibidem*: 113).

¹⁹² Jordan, David (2011), *História da Segunda Guerra Mundial – a maior e mais importante guerra de todos os tempos*, M. Books do Brasil Editora Ltda, 292 p., São Paulo.

CAPÍTULO 2 – A Geopolítica Portuguesa

2.1 Os interesses políticos do Estado Novo português

António de Oliveira Salazar, em 1936, estabeleceu que a sua Política Externa se mantivesse focada em três situações:

A crise da antiga aliança entre Portugal e Grã-Bretanha ficou muito bem caracterizada no discurso feito pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Diplomata Armindo Monteiro¹⁹³, lido no dia 12 de setembro de 1935, em Genebra (Suíça), durante reunião do Conselho da Sociedade das Nações, dirigindo-se claramente ao seu homólogo inglês:

[...] é com autoridade moral que eu me permito, como Ministro dos Estrangeiros e em nome do Governo de que faço parte, lastimar que tão poucas vezes fale o Foreign Office connosco acerca das questões de política internacional que preocupam o mundo. Os nossos dois países correm, em virtude da sua velha aliança, riscos comuns. Mas ignoram-se totalmente na política que seguem. A Inglaterra mantém estreito contacto com vários governos europeus sobre os problemas pendentes. Mas do Governo de Lisboa mantém-se isolada. Nós ignoramos totalmente e sempre as intenções, os desígnios, os pontos de vista do Gabinete de Londres. Sentimo-nos presos aos riscos da aliança, mas não sentimos que ela seja a colaboração que a comunidade de responsabilidades existente deveria importar. Em Londres e Lisboa os nossos Embaixadores estão reduzidos à mera função de advocacia. Tratam de interesses particulares. Nós acreditamos em Londres o que temos de melhor: mas verificamos que o nosso Embaixador tem de limitar-se a tratar de coisas que estão abaixo do seu valor pessoal e da sua categoria. Isto não parece razoável. E ninguém no mundo acreditará que as nossas relações sejam o que realmente são. Pela vivacidade com que falo medirá V. Exa a profundidade do sentimento português a este respeito e a impossibilidade de evitar por mais tempo a

¹⁹³ Monteiro, Armindo, foi o representante de Portugal em Londres até setembro de 1943. Critica a política externa de Salazar, propondo maior colaboração com a Inglaterra. Foi afastado pouco antes da ocupação das Lajes. Neste capítulo, as referências biográficas das personalidades envolvidas foram retiradas da obra de Telo (1993: 544-557).

apresentação desta espécie de protesto e até a prolongação do actual estado de coisas¹⁹⁴.

Durante a sessão de encerramento da I Legislatura, no dia 28 de abril de 1938, em discurso na Assembleia Nacional, o Presidente do Conselho renovou os termos de sua Política Externa, no qual fica clarificada o intento de manter a estabilidade ibérica e a integridade territorial¹⁹⁵:

Sente-se que a linha tradicional de nossa política externa, coincidente com os verdadeiros interesses da Pátria Portuguesa, está em não nos envolvermos, podendo ser, nas desordens europeias, em manter a amizade peninsular, em desenvolver as possibilidades do nosso poderio atlântico.

Assim o Diplomata e Historiador Bernardo Luís de Carvalho Futscher Pereira (2012, Edição Kindle, posição 204)¹⁹⁶ descreveu a política conduzida por Salazar, que exerceu pessoalmente a função de Ministro dos Negócios Estrangeiros de 1936 a 1947:

Na raiz das suas atitudes estava um nacionalismo exaltado. Salazar sublinhava o valor da independência nacional e a defesa das colónias. Como garante desses dois pontos, contra veleidades espanholas ou tentativas de resolver conflitos europeus à custa de terceiros, estava a Aliança inglesa como trave-mestra da política externa portuguesa.

Portanto, não surpreendeu o discurso do ditador, proferido no dia 1º de setembro de 1939, enquanto os alemães invadiam a Polónia, quando afirmou que estava mantida a neutralidade de Portugal. Como consequências imediatas, tanto alemães como ingleses informaram ao ditador luso que respeitavam a auto declarada neutralidade, conforme as palavras de Salazar proferidas na Assembleia Nacional, no dia 9 de outubro de 1939: “A Alemanha fez-nos saber estar na disposição de respeitar a integridade de Portugal e de suas possessões ultramarinas em caso de neutralidade, a Inglaterra nada pedira em nome da aliança e amizade seculares que nos obrigasse a entrar no conflito”¹⁹⁷ (Salazar, 1943: 181).

¹⁹⁴ Apontamento de conversa entre o ministro dos Estrangeiros e o *foreign secretary* Samuel Hoare, 13 de setembro de 1935, Armário de Ferro do Secretário-Geral, AHD.

¹⁹⁵ Salazar, op. cit.: 78.

¹⁹⁶ Pereira, Bernardo Futscher (2012). A Diplomacia de Salazar (1932-1949), Publicações Dom Quixote, Edição do Kindle, Alfragide.

Por ser um *e-book*, este tipo de fonte de consulta não discrimina página, mas, utiliza-se de *posição* para localização do texto ou parte do texto. Doravante, as referências desse *e-book* serão escritas como o exemplo: (Pereira, 2012, Ed. Kindle, pos. 204).

¹⁹⁷ Obra citada. Discurso proferido na Assembleia Nacional durante a sessão em que a Câmara se congratulou pelo êxito da viagem de Estado às terras portuguesas de África – A Europa em guerra: repercussão nos problemas nacionais –, em 9 de outubro de 1939.

Do final da Guerra Civil em Espanha até o início da II GM transcorreram apenas cinco meses.

Apesar da vitória das tropas nacionalistas de Franco sobre os republicanos¹⁹⁸ no poder, pairava entre os falangistas espanhóis uma indisfarçada ideia de anexação de Portugal. Entretanto, a Espanha também se declarou neutral. A posição do Generalíssimo Francisco Franco foi celebrada por Salazar como ato de esforço pessoal em “localizar a guerra”, nas melhores hipóteses, fora da Península Ibérica, e caracterizou esses esforços como “uma das suas melhores garantias” (*Ibidem*: 182). Essa situação trazia em seu bojo certo alívio para o governo de Portugal, porque, segundo o Doutor em Relações Internacionais João Paulo Santos de Castro Fernandes, AOS temia que Franco, após a Guerra Civil em Espanha, ficasse “refém do apoio e da influência” (Fernandes, 2016: 18)¹⁹⁹ dos países do Eixo.

A neutralidade de portugueses e de espanhóis se compôs com a assinatura do Tratado de Amizade e Não Agressão entre Portugal e a Espanha, em 17 de março de 1939; com o Protocolo Adicional, de julho de 1940; com a construção do chamado Bloco Ibérico, em dezembro de 1942; e, finalmente, com o desempenho conjunto dos diplomatas dos dois países em construírem a neutralidade conjunta na Península.

Diante do facto de que a Espanha de Franco ter assinado um pacto *Anti-Komintern*, em 27 de fevereiro de 1939, conjuntamente com alemães e italianos, antes de assinar o Tratado de Amizade e de Não Agressão, já citado, Salazar tratou logo de relativizar o que poderia se tornar um incómodo junto aos Aliados, nomeadamente aos EUA²⁰⁰:

Relativamente à adesão da Espanha ao pacto Anti-Komintern, de que fomos antecipadamente avisados, a Espanha não o quis concluir antes de fazer connosco o tratado de amizade; deve considerar-se como manifestação pública de agradecimento de Espanha às duas potências totalitárias que a ajudaram a vencer em nome da luta anticomunista. Embora Franco supusesse ter dificuldade em recusar a sua adesão aos referidos países, lastimamos não ter podido demovê-lo daquela deliberação, menos por causa das obrigações do pacto anticomunista em si do que por perigos de solidariedade que sobre ele venham a ser criados para outras circunstâncias e actividades. As posições da França e da Inglaterra até ao fim não

¹⁹⁸ Apesar de se intitularem genericamente como republicanos, o Governo espanhol de Manuel Azaña, fundador do Partido Esquerda Republicana em 1934, tinha forte inspiração nas teorias de Karl Marx.

¹⁹⁹ Fernandes, João Paulo Santos de Castro (2016). *A política externa portuguesa e a neutralidade peninsular na II Guerra Mundial (1939-1942)*. Tese [Doutoramento em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa]. Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa.

²⁰⁰ DAPE V, Doc. 2011, 11 abril 1939, pp. 700-702, do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Ministro de Portugal em Washington - EUA.

constituíram ajuda, antes pelo contrário, foram grande estorvo à política por nós seguida, em benefício de todas as potências ocidentais.

Ao par desse esforço luso em manter a Península Ibérica à margem da crescente situação de beligerância em Europa, tornava-se imperiosa uma ação direta do governo liderado por Salazar a fim de que a Grã-Bretanha reconhecesse o regime de Franco. Havia uma imensa apreensão de portugueses e de britânicos pelo facto de que o eixo Roma – Berlim apoiara diretamente as ações militares franquistas. Mas, em 1939, o reconhecimento da Coroa britânica foi oficializado. A solução do impasse entre britânicos e espanhóis, no entendimento de Salazar, era fundamental para o país e a sua política de defesa da aliança com a Inglaterra e estava vinculada a aspetos ideológicos, posto que considerava que (Salazar, op. cit., p. 150)²⁰¹:

[...] a vitória vermelha em Espanha poria constantemente em risco de colisão os interesses franceses e ingleses em relação à Península, pelo conflito ideológico e político de um lado e pela aliança anglo-portuguesa do outro, assim é evidente que só a Espanha nacionalista, irmãmente ligada a Portugal, a França e a Inglaterra podem trabalhar pela segurança dos seus interesses ou fronteiras e melhoria das suas relações.

Desta feita, com a vitória de Franco em 1939 e a sua declaração de que a Espanha estava neutral diante da evolução dos factos em Europa, Salazar vislumbrava que os espanhóis se demonstravam estáveis junto da fronteira. O Chefe de Estado português assim expressou a conveniente visão²⁰²:

[...] desejamos tão amigáveis e cordiais relações com Espanha, que desapareçam desse lado todas as desconfianças e preocupações. Não só no campo económico se podem desenvolver muito as relações entre Portugal e Espanha, mas ainda no campo político parece não ter hoje aquela nação nenhum interesse contrário aos interesses portugueses.

Contudo, segundo Fernandes²⁰³ (2016: 119), era da Grã-Bretanha que o governo português mais esperava colaboração para os seus desígnios políticos e preocupações, conforme Salazar²⁰⁴ manifestou-se:

²⁰¹ Análise feita na Assembleia Nacional, no dia 22 de maio de 1939, em sessão na Câmara destinada a autorizar o Chefe de Estado a visitar a União Sul Africana, onde discursou sobre a crise política europeia e a situação externa de Portugal.

²⁰² Salazar, 1943: 80.

²⁰³ Fernandes, João Paulo Santos de Castro (2016), A política externa portuguesa e a neutralidade peninsular na II Guerra Mundial (1939-1942), Tese [Doutoramento em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais], Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa.

Nasceu ainda do mesmo carácter de potência atlântica a aliança inglesa, que interesses comuns têm mantido através de séculos sem sofrer as vicissitudes das ligações deste género. [...] em segundo lugar porque, mesmo sem falar nos estreitos laços de amizade, a comunidade de interesses portugueses e britânicos é de tal modo evidente que de cá e de lá se há-de impor por muito tempo aos homens de governo. Quando estivermos bem compenetrados de que a aliança com a Inglaterra não é nem uma tutela nem uma fiança da nossa acção política interna ou externa, não recearemos as atitudes equívocas ou subservientes nem a diminuição da nossa acção internacional, antes havemos de trabalhar por valorizar ao máximo aquele apreciável instrumento político: visto que temos de dar, havemos de saber exigir.

No trabalho do Professor Doutor Nuno Lopes, percebe-se que o determinismo geográfico foi notório na manutenção da aliança luso britânica, haja vista que “há certas características que são únicas em alguns países, e Portugal não foi exceção. Apesar de a política externa ser uma política de escolhas, há certas características que a condicionam” (Lopes, 2015: 64)²⁰⁵.

A manutenção do território e da independência não estavam circunscritas apenas a Portugal continental, visto que o Presidente do Conselho estendia as suas preocupações sobre as suas colónias, nomeadamente em decorrência de suas importâncias para a própria existência do regime, facto que Salazar²⁰⁶ se posicionou ao afirmar que:

Somos sobretudo uma potência atlântica, presos pela natureza à Espanha, política e economicamente debruçados sobre o mar e as colónias, antigas descobertas e conquistas. Nem sempre a nossa política se fez de Lisboa ou da parte continental, mas de outros pontos, tal a ideia de que as colónias não o foram à maneira corrente mas partes integrantes do mesmo todo nacional. Nestas condições sente-se que a linha tradicional da nossa política externa, coincidente com os verdadeiros interesses da Pátria portuguesa está [...] em desenvolver as possibilidades do nosso poderio atlântico.

As referidas preocupações do ditador luso estavam atreladas à opinião de parte dos diplomatas ingleses que eram adeptos da “possibilidade de uma cedência dos territórios

²⁰⁴ Salazar, 1943: 80.

²⁰⁵ Lopes, Nuno (2015), O parlamento nas grandes decisões da política externa portuguesa. Portugal face à Segunda Guerra Mundial: a questão da neutralidade, Rev. Portuguesa de Ciência Política, nº. 5, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Observatório Político, pp. 63-76, Lisboa.

²⁰⁶ Salazar, 1943: 78-79.

coloniais portuguesas como instrumento de apaziguamento internacional” (Fernandes, 2016: 135)²⁰⁷.

Um dos diplomatas mais experientes do *Foreign Office* (FO), Claud Russell, que desempenhou o cargo de Embaixador da Grã-Bretanha em Lisboa, entre 1931 e 1935, em parecer enviado ao ministro Anthony Eden²⁰⁸, em 24 de Janeiro de 1936, não se preocupou em camuflar as razões que defendia o fim da aliança luso-britânica, ao defender que a Grã-Bretanha deveria estar mais atenta à possibilidade de se integrar o território de Moçambique na União Sul Africana do que, propriamente, manter a integridade do Império Colonial português em África²⁰⁹.

A insegurança crescente na Europa fez com que o Estado português se decidisse por realizar um esforço para o reaparelhamento das suas Forças Armadas.

De acordo com Telo²¹⁰, em relação à aquisição de armamentos e material bélico, inicialmente Portugal se aproximou da Grã-Bretanha, ainda em 1937, afirmando que queria contar com ela para o seu programa de rearmamento muito ambicioso, que visava nomeadamente criar 5 divisões modernas até 1940. A Inglaterra respondeu que a sua indústria trabalhava já ao máximo para as necessidades próprias e de outros aliados, pelo que não podia responder por completo à demanda portuguesa. Diante da resposta britânica, Portugal decidiu por comprar armamento da Alemanha. No final das transações, a Alemanha forneceu grande parte do armamento ligeiro (*Mauser* e MG13) e de artilharia de campanha (FH 105 e FH 150, tratores etc), enquanto a Grã-Bretanha forneceu toda a artilharia anti aérea, assim como, apoiou todo o programa naval e forneceu grande parte dos aviões, como os *Gladiator*, *Hurricanes*, *Tiger*, *Moth*.

O Estado Novo estava dividido entre priorizar o Atlântico, onde a Marinha seria a prioridade para os investimentos, ou dar maior ênfase à estabilidade regional, pela formação de uma Espanha conservadora, distante do comunismo, opção que favoreceria o Exército. Assim, em 1935, António Salazar decidiu-se pela última, que beneficiou a instituição (Telo, 1993: 256)²¹¹.

Em razão da possibilidade intervencionista dos britânicos, Salazar informou, diante da Assembleia Nacional, durante a sessão de encerramento da I Legislatura, em 28 de abril de 1938²¹² (Salazar, 1943: 80-81):

Em todo o caso não fujo a notar que nos últimos meses, por vezes em dias seguidos jornais da esquerda em Inglaterra [...] agridem

²⁰⁷ Op. cit.

²⁰⁸ Eden, Anthony, chefiou o FO de 1935 a 1938 e de 1940 a 1945.

²⁰⁹ NA FO 371/19728/44677 – J.V. Perowne – *Memorandum respecting Germany and the Portuguese colonial Empire*, 29/06/1935, pp. 1/8. In Fernandes, 2016: 133.

²¹⁰ Conforme mensagem escrita pelo Professor A J Telo a este autor.

²¹¹ Telo, António José (1993), *Os Açores e o controlo do Atlântico*, Edições Asa, Lisboa, p. 256.

²¹² Op. cit.

Portugal, convidam o Governo britânico a rever, como quem diz a abandonar a aliança, sugerem-lhe se apodere para a sua segurança de territórios nossos, e parlamentares da oposição insistentemente o provocam a responder sôbre a validade dos tratados e a sua aplicação às colónias [...]

Apesar da celebrada neutralidade lusa, em discurso diante da Assembleia Nacional, Salazar fez uma promessa que não demonstrou ser capaz de cumpri-la integralmente, ao afirmar que um “ponto é para nós assente – não faremos da guerra negócio, e êste princípio dominarei as relações de Portugal com os países estrangeiros” (Salazar, 1943: 187)²¹³.

No dia 22 de maio de 1939, Salazar fez uma análise sobre a crise política europeia e a situação externa da nação. Diante da Assembleia Nacional ele discursou e sintetizou²¹⁴:

Temos assistido com calma – que não é inconsciência despreocupada – ao desenrolar dos acontecimentos. Longe do seu principal teatro, com fronteiras secularmente estáveis, um só vizinho na metrópole, sem problemas de raça ou de língua, mistura de população ou dependência económica destas que arrastam as dependências políticas, a um canto da Europa, quási desligada dela e projectado ousadamente sôbre o mar, país atlântico por excelência, como só a Inglaterra pode pretender sê-lo, e como ela com os maiores interêsses e a tarefa mais pesada noutros continentes e mares – Portugal tem o dever de não se deixar transviar pelo desassossêgo geral. Mas nalguma coisa estamos em causa com os outros ¿Que pretendemos da Europa ou até que ponto nos devemos considerar solidários com a sua vida e cultura?

Portanto, no arranque da II Guerra Mundial, Portugal tinha definido de maneira consistente a sua Política Externa e estava a equacionar as suas relações com os principais atores aproximados – Espanha, Alemanha e Grã-Bretanha –, facto que favoreceu a autoproclamada neutralidade. Mas ainda havia muito a ser jogado e Salazar necessitava perseguir os seus objetivos para manter o Estado Novo e a sua própria permanência no poder.

²¹³ Op. cit.

²¹⁴ *Ibidem*: 139-139.

2.2. Os aspetos geográficos portugueses

A complexidade para a prospeção dos aspetos geográficos portugueses fica marcada pela sua pluricontinentalidade, conforme ficou definida no texto da Constituição Política da República Portuguesa de 1933²¹⁵, que estava em vigor à época dos factos:

Artigo 1.º

O território de Portugal é o que actualmente lhe pertence e compreende:

- 1.º – Na Europa: O Continente e Arquipélagos da Madeira e dos Açores;
- 2.º – Na África Ocidental: Arquipélago de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e suas dependências, S. João Baptista de Ajudá, Cabinda e Angola;
- 3.º – Na África Oriental: Moçambique;
- 4.º – Na Ásia: Estado da Índia e Macau e respetivas dependências; e
- 5.º – Na Oceânia: Timor e suas dependências.

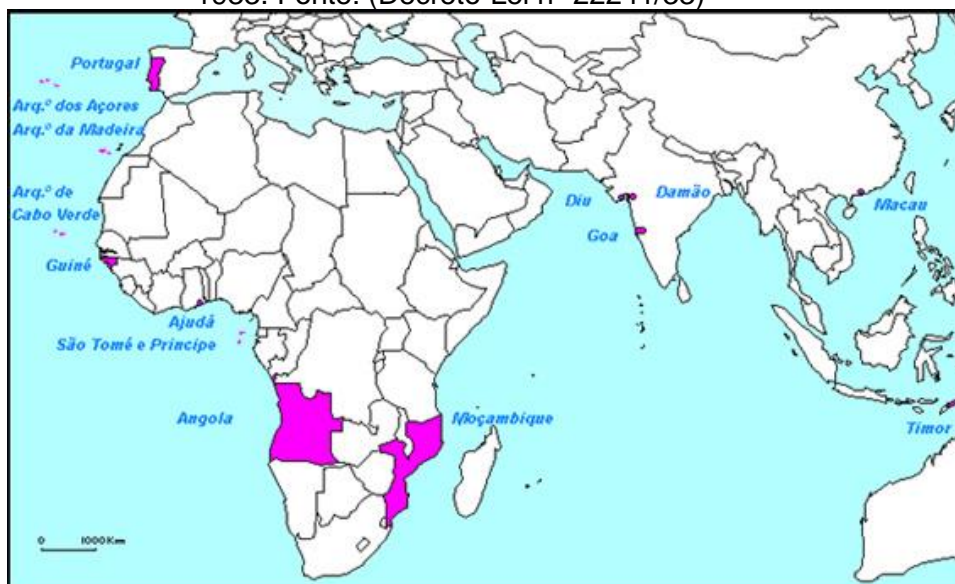
§ único – A Nação não renuncia aos direitos que tenha ou possa vir a ter sobre qualquer outro território.

Em decorrência da imensa amplitude, em escala mundial, e da dispersão dos territórios (Figura 2.1), esta investigação reserva-se a analisar os territórios na Europa (Continente e arquipélagos da Madeira e dos Açores), no Arquipélago de Cabo Verde e no Timor. Os demais territórios são abordados genericamente.

²¹⁵ Texto publicado ao Diário do Governo, de 22 de fevereiro de 1933, aos termos do Decreto n.º 22.241, dessa data; submetido a plebiscito em 19 de março de 1933; e entrado em vigor em 11 de abril de 1933 com a publicação no Diário do Governo da acta da assembleia geral de apuramento dos resultados do plebiscito. Disponível em <http://cadeiras.iscte-iul.pt/SDir/SDir_Ik_Doc_ConstP_1933.pdf>, Acedido em 25 de jan. de 2020.

Figura 2.1

Território Português definido pela Constituição Política da República Portuguesa de 1933. Fonte: (Decreto-Lei nº 22241/33)



Fonte: Leal (2007:4)²¹⁶

Na seguinte assertiva do Professor e Historiador José Manuel Medeiros Ferreira (2011), fica sugerida a importância dos aspetos geográficos de Portugal no tabuleiro das nações diretamente envolvidas na Segunda Guerra Mundial. Apesar de particularizar o Arquipélago dos Açores, a permanência da situação neutral lusitana foi colocada em causa pelos dois partidos antagónicos.

[...] os Aliados não queriam arriscar a quebra de neutralidade da Península Ibérica nem a invasão desta por tropas alemãs. Precisavam primeiro de ganhar a batalha do Norte da África. E, só depois desta, os Açores são encarados como possível ponto de articulação e de projecção de forças entre a América e a Europa. (...) A partir daí, a utilização dos Açores pelos Aliados não se deve fazer contra Lisboa. Daí as negociações diplomáticas de 1943. Dos estudos que efectuei posso concluir que os Aliados só se decidiram pela utilização dos Açores depois de terem a certeza de que os Alemães não tinham possibilidades de invadir a Península Ibérica.

²¹⁶ Leal, João Luís Rodrigues (2007), Análise Geopolítica e Geoestratégica de Portugal. Factores Físico, Humano e Circulação, Revista Militar N.º 2463 - abril de 2007, Lisboa.

Por isso, só após a resolução vitoriosa da campanha no Norte de África se decidem a pedir facilidades nos Açores²¹⁷.

2.2.1. A posição relativa do espaço geográfico português

Durante a II Guerra Mundial, a Alemanha nazi indicou que valorizava o Oceano Atlântico em detrimento do Mar Mediterrâneo, segundo Ferreira (1980: 46), nomeadamente pela adoção da guerra submarina para o controlo das fundamentais rotas marítimas. Em contrapartida, “[...] os Aliados parecem ter compreendido melhor a lição das guerras púnicas e apoiam-se na margem sul do Mediterrâneo para atingirem a Itália e depois a Grécia e a Jugoslávia”. Entretanto, Portugal apresentava-se como o Estado mais viável de ser visto como um possível aliado, seja do Eixo como dos Aliados, na Península Ibérica, porção ocidental da Europa que tanto é banhada pelo Atlântico como pelo Mediterrâneo, porque “[...] todos os beligerantes revelam menor empenhamento em fazer da Espanha um aliado mediterrânico” (Ferreira, 1980)²¹⁸.

Conforme descrito anteriormente²¹⁹, o território português na Europa apresenta uma configuração triangular, com vértices nos Açores, Madeira e Portugal continental, que formam o Triângulo Estratégico Português. Estes territórios, desde muito antes, situa-se em uma das áreas de maior confluência de tráfego marítimo do mundo. No contexto da Batalha do Atlântico, quem o dominasse poderia controlar e proteger as rotas marítimas que ligam o Norte da Europa e o Mediterrâneo com a África e Médio Oriente. Além de proporcionar apoio às operações militares em um, até então muito provável, TO Europeu, reforçava os conceitos de defesa do Hemisfério Ocidental articulados pelos Estados Unidos da América (MDN²²⁰, 1986; Martins²²¹, 1991, Conn & Fairchild²²², 2000).

Além de sua importância para a navegação marítima, a localização privilegiada dos arquipélagos dos Açores e do Cabo Verde favorecia sobremaneira o sistema aeroviário.

Nos anos iniciais da década de 1930, a travessia aérea atlântica, entre a Europa e a América era realizada por meio de escalas. Conforme Telo (1993, 215)²²³, naqueles anos existiam três escalas viáveis:

²¹⁷ Ferreira, José Manuel Medeiros (2011), Os Açores na política internacional. Tinta da China, Lisboa

²¹⁸ Ferreira, José Manuel Medeiros (1980), O espaço estratégico e defensivo ibérico, Artigo Revista Nação e Defesa do Instituto da Defesa Nacional, Lisboa.

²¹⁹ Ver pp. 33-40.

²²⁰ MDN (1986). Livro Branco da Defesa Nacional, 2.^a Edição, Ministério da Defesa Nacional, Lisboa.

²²¹ Martins, Monteiro (1991). Significado da posição geoestratégica de Portugal para a defesa do Mundo Ocidental, *in* Estratégia, Volume II, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 233-260, Lisboa.

²²² Op. cit.

²²³ Telo, António José (1993), Os açores e o controlo do Atlântico, Edições Asa, Lisboa.

- a) o do Norte, que pode usar a Islândia e a Gronelândia [...] É o trajeto mais curto [...] O grande problema desta rota é que ela é intransitável, nas condições técnicas dos anos 30, durante uma parte significativa do ano.
- b) o do Sul, através da ligação Golfo da Guiné/Brasil. É o mais seguro, aberto todo o ano, mas também o mais longo, exigindo mais do dobro do tempo e combustível, com múltiplas escalas.
- c) o do Centro, com a ligação Terra Nova/Açores ou Bermudas/Açores. Pode ser usado todo o ano. Os Açores permitem reduzir a etapa mais longa para 2700 km.

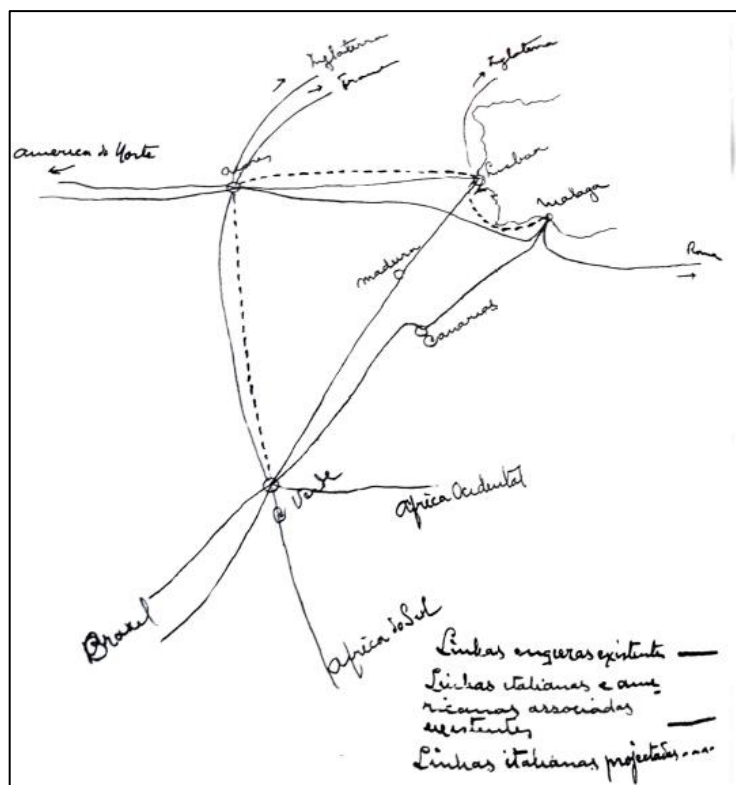
Em uma situação de beligerância, como a que se desenhava na Europa, os aeródromos localizados nos Açores tornavam-se especiais, porque, dentre as opções de então, os “Açores são a mais importante de todas” (Idem)²²⁴.

De igual forma, esses arquipélagos, ainda nos anos de 1920, tornaram-se importantes *hubs* para as comunicações via cabos submersos. Conforme se pode observar na Figura 2.2, os Açores interligavam Portugal, França, Grã-Bretanha, Espanha, Itália e América do Norte. Por sua vez, Cabo Verde servia como ponto de distribuição de cabos físicos para Portugal, Espanha, África Ocidental, África do Sul e Brasil.

Para alargar ainda mais as possibilidades, os dois arquipélagos estavam interconectados.

Figura 2.2
Distribuição dos cabos de comunicações submersos (croqui).

²²⁴ *Ibidem*, idem.



Fonte: Telo (1993: 202)²²⁵

Na obra do Professor universitário Adildo Soares Gomes (2011: 26)²²⁶, torna-se visível a importância do Arquipélago Português de Cabo Verde, que se encontra “na encruzilhada entre a Europa, as Américas e África”. Cabo Verde desempenha papel de articulação entre os três continentes (Figura 2.3), os quais estavam diretamente envolvidos na II GM, particularmente em 1939, ao servir como ponto de navegação marítima e aérea que interliga os continentes. O Presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt também tinha consciência da importância das ilhas para os interesses geoestratégicos do seu país e seus aliados, ao colocar nos seguintes termos²²⁷: “As Ilhas Cabo Verde ficam a apenas 7 horas de distância do Brasil em aviões bombardeiros ou de transporte de tropas. Eles dominam as rotas marítimas de e para o Atlântico Sul” (Roosevelt, 1941).

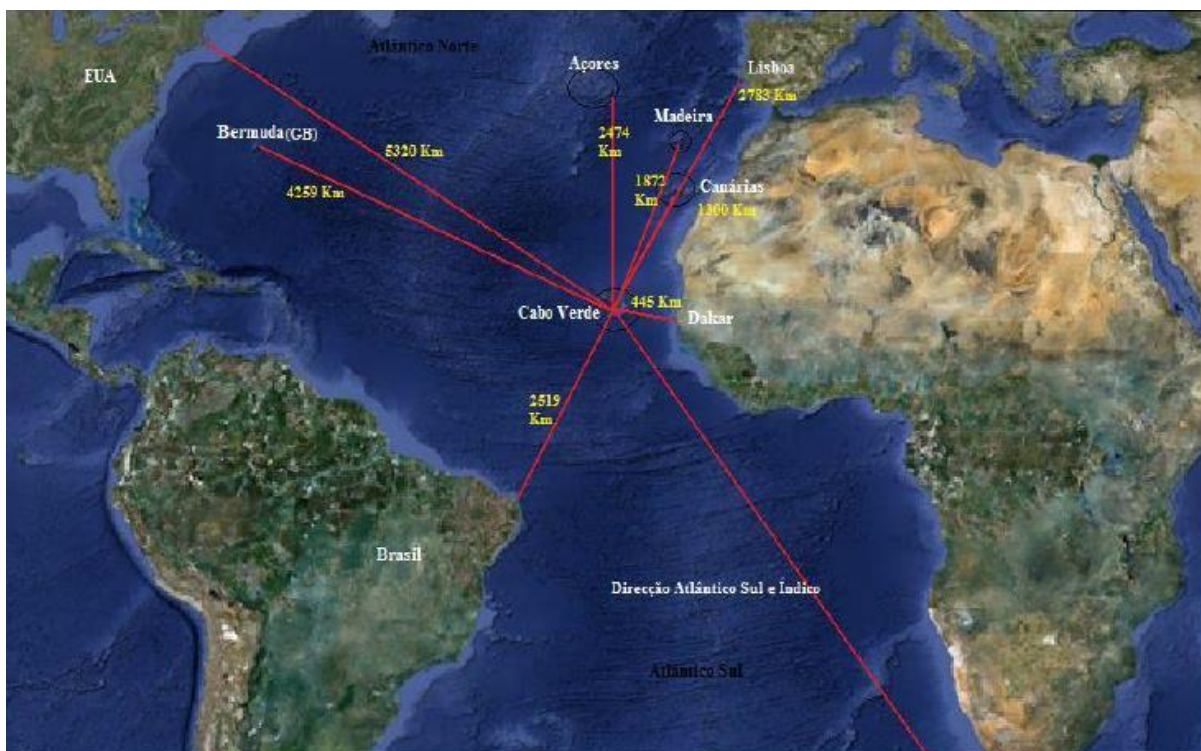
Figura 2.3

Localização do Arquipélago de Cabo Verde e distâncias aproximadas a sítios de interesses desta pesquisa.

²²⁵ Op. cit.

²²⁶ Gomes, Adildo Soares (2011). *Cabo Verde e a Segunda Guerra Mundial. A importância Geoestratégica do Arquipélago na Política Externa Portuguesa (1939-1945)*. Dissertação [Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, Especialização em Relações Internacionais], Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

²²⁷ Discurso do Presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt, em 29 de maio de 1941, disponível em: <<http://www.ibiblio.org/pha/7-2-188/188-26.html>>. Acedido em 26 de jan. 2020.



Fonte: Gomes (2011: 33)

Assim, o cerne do problema para Lisboa colocava-se num outro aspeto, nomeadamente a garantia de absoluta neutralidade dos territórios continental e insulares. Ou, sob uma ótica mais simplista, a negação do uso dos arquipélagos pertencentes a Portugal por forças dos países Aliados ou do Eixo.

Em Pereira²²⁸, extrai-se a importância da ilha do Timor tanto para os países do Eixo, nomeadamente para o Japão, como para os Aliados, decorrente dos seguintes motivos: “a sua posição estratégica em face do importante porto de Darwin na Austrália e a possibilidade de haver petróleo no seu território” (Pereira, 2012, pos. 6136).

2.2.2. Os recursos naturais e minerais

Seguindo os fatores geográficos elencados para esta investigação, refere-se que o solo português não favorece a produção agrícola, com raras exceções²²⁹. Conforme os dados estimados por Nunes (2001: 198)²³⁰, os quais retratam as situações do território português continental para a agroindústria em 1934 e 1939 (Quadro 2.1). A superfície de Portugal continental é de cerca de 9.202 milhares de hectares (ha):

Quadro 2.1

²²⁸ Obra citada.

²²⁹ As exceções ficam por conta da Lezíria do Tejo (Leal, 2007: 17).

²³⁰ Nunes, Eva (2001), Secção A – Agricultura, pecuária, silvicultura e caça, do Capítulo 5 – Produção, in Valério, Nuno (coord), Estatísticas históricas portuguesas, vol. I, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Ocupação económica da superfície de Portugal continental
(Destinação da superfície em milhares ha)

Ano	Agrícola	Florestal	Incultas	Improdutiva	Social (1)
1934	3.352	2.520	1.335	1.303	384
1939	3.380	2.467	1.484	1.179	384

Observação: (1) – superfície ocupada por construções e pela infraestrutura.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Os principais produtos agrícolas eram uvas para vinicultura, cortiça, azeitona, trigo, milho, centeio, arroz, aveia e cevada. As uvas cultivadas tinham como destinação a indústria exportadora de vinhos, principalmente a dos vinhos do Porto.

Ao prosseguir pelos fatores geográficos relacionados, salta aos olhos os valores comercial e estratégico dos recursos naturais encontrados no subsolo de Portugal continental, nomeadamente o volfrâmio e o estanho. Conforme Eva Nunes (2010: 94)²³¹, sob a coordenação do Professor e Economista Nuno Valério, havia no território português [...]

[...] um grande número de substâncias minerais úteis, em termos de quantidades extraídas e de riqueza produzida apenas atingiram valores significativos os minérios de cobre, enxofre e arsénio, carvão, estanho e volfrâmio, ferro, manganês e chumbo. Se, em alguns casos, as fases de maior crescimento — ou, mesmo, de euforia — coincidiram com situações de estabilidade a nível europeu e mundial (minas de cobre, enxofre, arsénio, manganês e chumbo), noutros dependeram de conjunturas de corrida aos armamentos ou de confronto militar generalizado (minas de volfrâmio e estanho) [...].

No Quadro 2.2 verifica-se a evolução da extração de minérios classificados como não radioativos (Nunes, 2001: 254)²³², nos anos que antecederam à II GM:

Quadro 2.2

Extração de minérios não radioativos – em milhares de toneladas (ton)
(1935 a 1939)

Ano	Ferro	Cobre	Estanho	Volfrâmio	Ouro	Prata
1935	1	3	1	1	0	0
1936	0	0	1	1	0	0
1937	0	0	2	2	1	6

²³¹ Obra citada.

²³² Nunes, 2001, op. cit.

1938	1	0	2	3	10	832
1939	0	1	1	2	185	866

Dados: Instituto Nacional de Estatística.

A evidência do volfrâmio luso no ambiente europeu fica caracterizado quando se percebe que o volume de sua produção foi alargado a partir de 1935, bem como a ponderável parcela comercializada na Europa (Quadro 2.3).

Quadro 2.3

Produção e exportação de volfrâmio a 60 % de WO₃ – em toneladas
(1935 a 1939)

Anos	Mundo	Europa		Portugal		
	Ton	Ton	%	Ton	% Mundo	% Europa
1935	22.458	1.396	6,2	1.140	5,1	81,7
1936	24.867	1.697	6,8	1.414	5,7	83,3
1937	38.859	2.600	6,7	2.069	5,3	79,6
1938	37.381	3.508	9,4	2.810	7,5	80,1
1939	42.305	5.182	12,2	3.851	9,1	74,3

Fonte: Li, 1955: 419-423²³³.

Colocado dentro do portfólio de exportação de minérios lusos, os números relativos e comparativos indicam que o incremento proporcionado pelo volfrâmio é mais significativo: dos 4% em 1931, evoluiu para 42,7% em 1939²³⁴.

No Quadro 2.4 estão apresentados os principais países importadores do volfrâmio nos anos de 1935 a 1939:

Quadro 2.4

Exportações de concentrados de volfrâmio a 65 % de WO₃ – em toneladas
(1935 a 1939)

Anos	1935		1936		1937		1938		1939	
	Ton	%	Ton	%	Ton	%	Ton	%	Ton	%
Reino Unido	507	48,1	527	39,8	619	34,1	745	30,3	1332	43,2

²³³ Li, K.C. e WANG, Chung Yu (1955), *Tungsten*, Ed. Reinhold Publishing Corporation, 3ª edição, Nova Iorque.

²³⁴ Nunes, obra citada: 99.

França	197	18,7	360	27,2	414	22,8	513	20,8	656	21,3
Bélgica	92	8,7	29	2,2	177	9,7	576	23,4	522	16,9
Alemanha	239	22,7	359	27,1	472	26,0	231	9,4	37	1,2
EUA	–	–	–	–	–	–	–	–	85	2,8
Dinamarca	–	–	–	–	–	–	–	–	6	0,2
Suécia	20	1,9	48	3,6	95	5,2	366	14,9	305	9,9
Holanda	–	–	–	–	20	1,1	11	0,4	128	4,2
Itália	–	–	–	–	19	1,0	10	0,4	10	0,3
Japão	–	–	–	–	–	–	4	0,2	–	–

Dados: Fontes: *Estatística Comercial* [1935 a 1937]; *Comércio Externo* [1938 e 1939]
 Fonte: Nunes, 2010: 104.

O Historiador e Professor João Paulo Avelãs Nunes faz uma observação que sintetiza a imensa relevância do volfrâmio, nomeadamente nos anos que antecedem o ataque nazi à Polónia, em 1939. Ficam subentendidas as possibilidades que o seu comércio poderia oferecer ao Estado Novo, na figura de Salazar, ao mencionar que os anos de 1934 e de 1939 proporcionaram uma nova corrida por armamentos e que esta dinâmica “[...] provocou uma outra etapa de crescimento que decorreu até 1939 (de 22458t a 42305t). Por sua vez, a Segunda Guerra Mundial renovou, de forma ainda mais avassaladora, o fenómeno da ‘corrida ao volfrâmio’” (Nunes, 2010: 41)²³⁵.

2.2.3. A dinâmica populacional no espaço geográfico português

A população é analisada no trabalho do Militar e Doutor em História, Defesa e Relações Internacionais João Luís Rodrigues Leal, onde consta que o “Factor Humano é um dos factores geopolíticos mais importantes” (Leal 2007: 18-20)²³⁶. Tal importância está e estava, nos anos da II GM, atrelada ao forte sentimento de unidade nacional, no qual o português é “[...] imbuído de uma cultura complexa e original, lentamente forjada ao longo de séculos por diferenciação progressiva em relação aos vizinhos, cristão e muçulmanos” (Daveau, 1995: 80)²³⁷.

Outras observações sobre a população do país são cruciais para perceber a medida da influência deste fator para a geopolítica do Estado Novo de Portugal, bem como para os

²³⁵ Op. cit.

²³⁶ Leal, João Luís Rodrigues (2007), *Análise Geopolítica e Geoestratégica de Portugal. Factores Físico, Humano e Circulação*, Revista Militar N.º 2463 - Abril de 2007, Lisboa.

²³⁷ Daveau, Suzanne (1995). *Portugal Geográfico*, 4.ª Edição, Edições João Sá da Costa, Lisboa.

demais atores, tal como a escolaridade, descrita por Leal (2007: 22)²³⁸ nos seguintes termos:

[...] a população portuguesa continua com baixos níveis de instrução e qualificação, quando comparado com os países mais desenvolvidos. Esta situação deve-se a razões históricas que passam pela expansão tardia do sistema escolar, pela relativamente recente instauração e posterior alargamento do período de escolaridade obrigatória, mas também pela reduzida formação ao longo da vida e pela democratização do acesso ao ensino superior.

A citada assertiva de Leal fica caracterizada pelo facto de que em 1940 a população portuguesa, em milhares, era de 7.755 e, em Valério (2001: 747)²³⁹, destaca-se que a situação de escolaridade era a seguinte (em milhares):

- alfabetizados: 3.126;
- 1º. Ciclo: 1.109;
- 2º. Ciclo: 377;
- 3º. Ciclo: 360;
- Secundário: 107;
- Médio: 30; e
- Superior: 30.

De acordo com as observações abaixo, a situação crítica fica notória quando constatado que os anos médios de escolaridade eram de 0,9 – “estimativa por defeito calculada com base nos restantes dados e nas hipóteses da observação abaixo”²⁴⁰ (Valério, *idem*):

Pode, genéricamente, dizer-se que os níveis de qualificação utilizados correspondem:

- a) A alfabetização, ao saber ler e escrever.
- b) O 1º ciclo do ensino básico ou ensino primário, a uma escolarização de 4 anos.
- b) O 2º ciclo do ensino básico ou ensino preparatório, a uma escolarização de 6 anos.
- c) O 3º ciclo do ensino básico, a uma escolarização de 9 anos.
- d) O ensino secundário, a uma escolarização de 12 anos.
- e) O ensino médio, a uma escolarização de 15 anos.
- f) O ensino superior a uma escolarização de 18 anos.

²³⁸ Obra citada.

²³⁹ Valério, Nuno (2001), Capítulo 11 – Cultura, *in* Valério, Nuno (coor), Estatísticas históricas portuguesas, vol. I, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

²⁴⁰ Valério, *op. cit.*, 747.

A presença de estrangeiros em território português não tinha significância, de acordo com os dados mostrados no Quadro 2.5, no qual estão listadas as principais nacionalidades residentes no país:

Quadro 2.5
Presença de estrangeiros em território de Portugal
(1930 e 1940)

Ano	População	Estrangeiros	Espanhóis	Brasileiros	Britânicos	Franceses
1930	6.802.429	30.443	13.092	8.632	2.219	1.616
1940	7.755.423	32.127	12.043	4.825	3.908	1.703

Dados: Instituto Nacional de Estatística.

Valério resumiu a dinâmica de estrangeiros em o território luso e a sua baixa representatividade no período em causa: “A proporção de estrangeiros na população portuguesa situava-se entre 0,5 % e 1 % antes da Primeira Guerra Mundial, tendeu a reduzir-se para valores inferiores a 0,5 % entre a Primeira Guerra Mundial e a década de 1960 [...]”²⁴¹.

2.3 Manifestações da Alemanha

2.3.1 Os interesses económicos alemães e suas manifestações

O professor e economista Abel Moreira Mateus descreveu assim as bases do regime económico do Estado Novo português (Mateus, 2006: 62)²⁴²:

[...] economia nacionalista – autarcia económica, supressão de liberdades dos trabalhadores (nomeadamente do direito à greve), auto-suficiência alimentar, condicionamento industrial para “racionalizar” o investimento, e cartelização de alguns sectores por intervenção do Estado, suprimindo a concorrência.

Pelo lado da Alemanha, segundo o Economista e Livre-Docente Ricardo Luís Chaves Feijó (2009: 246)²⁴³, a economia nazi estava eixada em dois princípios: “o primeiro deles era

²⁴¹ *Ibidem*, p. 745.

²⁴² Mateus, Abel Moreira (2006), *Economia portuguesa – crescimento no contexto internacional (1910-2006)*, Editorial Verbo, Lisboa.

o combate ao desemprego”; o outro “[...] era o programa secreto de rearmamento da Alemanha. No entanto, em um primeiro momento, a meta de criar empregos foi prioritária” (Feijó, 2009: 246). Para obter sucesso em atingir as duas metas, Hitler e seus assessores elegeram prioritariamente os gastos “em infraestrutura pública, estradas e moradias” (Idem), nomeadamente durante os primeiros anos da administração nazi, e as despesas com o rearmamento das Forças Armadas alemãs, tudo por meio de investimentos do *Reichsbank*, sob a direção de Schacht²⁴⁴.

Com a economia alemã sob os efeitos do Primeiro Milagre Económico²⁴⁵, nos anos de 1930, os preços mundiais das matérias primas estavam em ascensão, enquanto os preços dos produtos manufaturados se posicionaram no sentido inverso em escala global. Isto era um forte empecilho para o crescimento industrial estimulado por Hitler, pois as importações de matérias primas tornaram-se prioritárias e, para compensar, as exportações de manufaturados serviam para tentar manter favorável a balança comercial.

Um grande déficit comercial parecia quase inevitável, então Hitler idealizou o Primeiro Plano Quadrienal (1933 a 1936), no qual “priorizou-se a importação de alimentos e itens estratégicos para o incipiente esforço de rearmamento. O plano perseguia um modelo de economia autárquica ou autossuficiente” (Feijó, op. cit.: 250)²⁴⁶.

Em 1936, a economia germânica começou a sentir deficiência de oferta no mercado nacional. Hitler passou a acreditar que era necessário intervir ainda mais na economia e gerou o Segundo Plano Quadrienal (1936 a 1940), com foco no esforço pela expansão das indústrias de armamentos. Sob a batuta de Herman Göring²⁴⁷, passou-se a perseguir “a eficiência da economia no sentido de deixá-la pronta para a guerra em quatro anos” (Idem)²⁴⁸.

Para tanto, o governo nazi tentou limitar o número de seus parceiros comerciais e, dentro do seu espectro de interesses, negociar apenas com países circunscritos em sua esfera de influência. Acordos comerciais bilaterais foram assinados entre a Alemanha e outros países europeus, principalmente países localizados no Sul e Sudeste da Europa. A visão dessa manobra de fixar os parceiros comerciais, sob formato de uma reedição do

²⁴³ Feijó, Ricardo Luís Chaves (2009), Uma interpretação do Primeiro Milagre Económico Alemão (1933-1944), Rev. de Economia Política, vol. 29, nº 2 (114), pp. 245-266, abril-junho/2009, São Paulo.

²⁴⁴ Schacht, Horace Greeley Hjalmar, como diretor do *Reichsbank* estabilizou a economia alemã após a Grande Guerra, criou o *Reichsmark*, venceu a hiperinflação e idealizou o marco de compensação, que acabou por viabilizar o rearmamento alemão. Depois do *Reichsbank*, foi Ministro da Economia do III *Reich*.

²⁴⁵ Termo pinçado do trabalho de Feijó (2009: 246)

²⁴⁶ Feijó, op. cit.: 250.

²⁴⁷ Göring, Hermann Wilhelm, foi piloto de caça durante a Grande Guerra. Posteriormente, foi escolhido como Comandante da *Luftwaffe* nazi em 1935. Durante o ano de 1936, com a possibilidade do início da guerra, foi o responsável pelo Plano Quadrienal da economia alemã.

²⁴⁸ Feijó, op. cit., idem.

Pacto Colonial, foi anterior à gestão de Göring, como Louçã (2000: 23)²⁴⁹ escreveu sobre a *Grossraumwirtschaft*²⁵⁰:

A ideia de um “grande espaço europeu” já antes era reconhecível na política externa Schacht, que a entendia como teia de acordos bilaterais capazes de estabelecer uma hegemonia alemã de tipo neocolonial no Sudeste da Europa. Mas neste passo da discussão Hitler liga a expansão económica com a expansão militar.

Coerente com a linha de ação adotada, o governo alemão incentivou fortemente o comércio com esses países, mas desestimulou o comércio desses com outros países.

Dentro desse contexto, onde a pretensão imperialista de Hitler estava insinuada, no dia 2 de abril de 1937, uma mensagem assinada conjuntamente pelo Chefe da Legação Alemã em Lisboa e pelo Diretor da AGK (organização alemã para a exportação de material de guerra), traz em seu conteúdo um desses acordos bilaterais entre Portugal e os nazis, onde estão explicitados os papéis dos lusos, como exportadores de matérias primas, e dos alemães, como fornecedores de armamentos e de munições, além da preocupação em manter o mercado português cativo:

[...] Os portugueses, para evitar negociações caso a caso sobre a lista de pretensões, querem a seguinte fórmula: do conjunto da lista, 20 por cento de produtos coloniais e 60 por cento de produtos de Portugal continental à nossa escolha, 20 por cento repartidos em vinhos, cortiça em rolas e cubos, frutos e conservas de peixe, respetivamente uns 200.000, 460.000, 260.000, 900.000, tudo em Reichsmark. [...] Segundo as condições que para aqui nos foram dadas, o negócio seria impossível, sendo no entanto de [verbo ilegível] que os preços da espingarda atinjam 6,1 libras ingl[esas] e os das munições 4,19 libras ingl[esas]. [...] Os negócios, praticamente fechados, com material de guerra, poderão igualmente ser ampliados. Também para isso os nossos preços devem ser considerados vantajosos em comparação com outros países. [...] Termino, Eltze²⁵¹.

E na mesma mensagem, o referido Chefe da Legação redigiu um *post script* de imenso valor geopolítico:

²⁴⁹ Louçã, António (2000), Hitler e Salazar, comércio em tempos de guerra, 1940-1944, Ed. Terramar, Lisboa.

²⁵⁰ Economia do grande espaço.

²⁵¹ Eltze, Hans, foi o Vice Presidente da *Reichsgruppe Industrie* e Diretor/presidente da AGK, comissão interempresarial e interministerial para promover as exportações de armamentos alemães.

Peço que novamente se submetam a apreciação os pontos de vista acima e se tome em conta que, considerando a decepção do Governo português na questão das espingardas-metralhadoras, seria altamente desejável vir agora ao seu encontro neste ponto. Sublinho também o significado político do assunto, tendo em conta a luta de vida ou de morte de Portugal contra o bolchevismo, bem como a situação da Espanha. Huene²⁵².

Com os interesses económicos da Alemanha delineados, o Quadro 2.6 retrata a balança comercial entre Portugal e a Alemanha:

Quadro 2.6
Balança comercial de Portugal com a Alemanha – em milhares de contos.
(1939 e 1940)

	1939	1940
Importações	275,7	39,1
Exportações	121,1	29,4
Saldo	- 154,6	- 9,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

No Quadro 2.7, pode-se perceber a evolução da importação de armamento e cartuchame proveniente da Alemanha:

Quadro 2.7
Importação de armamento e cartuchame da Alemanha – em milhares de contos.
(1936 e 1939)

	1936	1937	1938	1939
Total de importações	281,5	353,8	386,5	275,7
Armamento ligeiro	1,0	26,9	43,5	38,9
Cartuchame	0,2	11,9	0,2	0,1
Armamento pesado (1)	-	54,4	54,4	0,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Observação: (1) fora do *clearing* normal (Louçã, 2000: 238)²⁵³.

²⁵² Huene, Oswald von Hoyningem (*Gesandte*), Chefe da Legação alemã em Lisboa entre os anos de 1934 e 1945.

²⁵³ Obra citada.

2.3.2 Quanto ao espaço geográfico de Portugal

Telo (1997: 654)²⁵⁴ faz uma síntese do espaço geográfico da porção portuguesa no espaço continental europeu e, em particular, das possessões lusas no Oceano Atlântico:

- a) A situação geográfica de Portugal continental no extremo ocidental da Europa, tradicionalmente de difícil acesso por terra, num rectângulo aberto para o Atlântico, onde se inclui o melhor porto natural da Península e como o único Estado que garante a dualidade peninsular, com um vizinho sensivelmente mais poderoso;
- b) A importância estratégica do Atlântico português, em geral, e dos Açores, em particular.

Pelo domínio das aerovias sobre o Atlântico, a Alemanha partiu na frente quando, em 1930, o Graf Zeppelin²⁵⁵ realizou o pioneirismo de ligar a Alemanha ao Brasil, facto que lhe permitiu efetivar voos regulares sem escala para a América do Sul e para a do Norte. Contudo, esse período dourado dos dirigíveis nazis subsistiu até o dia 6 de maio de 1937, quando o dirigível Hidenburg²⁵⁶ consumiu-se em bola de fogo, em Lakehurst, causando imensa catástrofe em Nova Jersey (EUA).

Em paralelo aos voos dos dirigíveis, a partir de 1936, a Alemanha apostava em duas opções²⁵⁷ para chegar à América do Norte: a primeira – construir uma aeronave capaz de realizar a viagem sem escalas, a partir de Berlim; a segunda – realizar a mesma travessia, porém com escala nos Açores.

Em 1938, a *Lufthansa* chegou a realizar um voo direto, de Berlim a Nova Iorque, todavia a aeronave não levava carga. Caso pistas de pouso fossem viabilizadas nos Açores, a aeronave seria capaz de conduzir cargas úteis. Com o início da II GM, esse projeto foi descontinuado²⁵⁸.

Foi em relação ao território continental de Portugal que Hitler inicialmente foi mais contundente.

A avassaladora vitória alemã sobre a Polónia, iniciada no dia 1º de setembro de 1939, e as invasões e as ocupações da Dinamarca, Noruega, Holanda, Bélgica, Luxemburgo e

²⁵⁴ Telo, António José Barreiros (1997). Treze teses sobre a disfunção nacional. *Análise Social*, nº 142.

²⁵⁵ Dirigível alemão para transporte de pessoas em voo transatlântico.

²⁵⁶ O maior dirigível construído pela Alemanha Nazi.

²⁵⁷ Telo, 1993: 227.

²⁵⁸ *Ibidem*, idem.

França durante os primeiros meses de 1940, por meio das táticas inovadoras da *Blitzkrieg*²⁵⁹, a Alemanha passou a se preparar para as ações futuras.

Dentre esses planos de operações, Hitler emitiu a diretiva Nº 18, no dia 12 de novembro de 1940, na qual pretendia coordenar a operação de nome de código “Félix”, que tinha como um dos seus objetivos expulsar a Grã-Bretanha do Mediterrâneo, por meio da conquista da porção europeia que dominava o Estreito de Gibraltar, bem como impedir que os britânicos se apoderassem de qualquer área da Península Ibérica ou das ilhas do Atlântico, sejam portuguesas ou sejam espanholas. No dia 12 de dezembro, um mês da emissão da diretiva, a operação foi adiada, nomeadamente em razão de a Espanha ter argumentado que não possuía condições para entrar em outro conflito em seu próprio território.

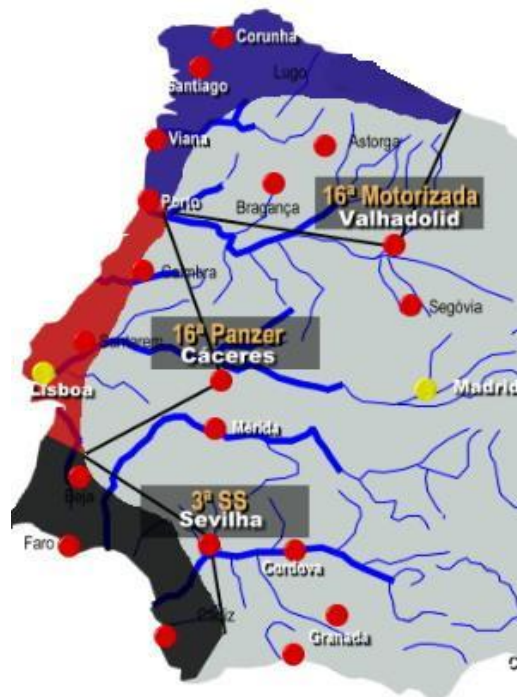
Telo (1993: 323-324) fez uma descrição da sequência das ações previstas na Operação Félix:

O ataque deve começar com um forte bombardeamento, sendo lançado de quatro a oito semanas depois de o exército alemão passar os Pirenéus, sempre antes de 10 de Janeiro, data limite. Como medidas preventivas, prevê-se o reforço das Canárias e a ocupação de Cabo Verde, mantendo-se três divisões de elite alemãs a norte de Andaluzia, de modo a responder a uma tentativa inglesa de desembarcar em Portugal com um avanço fulgurante sobre Lisboa: a 1.ª Panzer em Sevilha, a 16.ª Panzer em Cáceres/Badajoz e a 16.ª Divisão Motorizada em Valladolid. A possibilidade de ocupar os Açores e a Madeira é deixada para um estudo posterior.

A Figura 2.4 demonstra o dispositivo nazi da pretensa ocupação da Península Ibérica e as zonas de ação de suas peças de manobra, conforme descrição de Telo (1993, obra citada):

Figura 2.4
Dispositivo das tropas alemãs na Operação Félix.

²⁵⁹ Guerra relâmpago, por ações integradas de aviões e amplo emprego combinado de carros de combate e infantaria.



Dados: Telo, 1993: 323-324.

Fonte: <<http://seistofosseverdade.blogspot.com/2008/06/operacao-flix.html>>

De facto, o líder nazi explicitou os seus objetivos estratégicos de expulsar a influência da Inglaterra na península, nos seguintes termos²⁶⁰:

O objectivo da intervenção alemã na Península Ibérica é expulsar a Inglaterra do Mediterrâneo Ocidental. E assim: 1. Gibraltar deve ser tomada e o estreito fechado. 2. Os ingleses deverão ser impedidos de se apoderarem de qualquer outro ponto da Península ou das ilhas do Atlântico.

Para a conquista de Gibraltar, as Canárias e Cabo Verde eram considerados como objetivos de segurança²⁶¹. Os Açores, cuja conquista era considerada como um “golpe de sorte” (*Apud* Telo, 1993: 324) pelo Almirante nazi Raeder²⁶², eram avaliados como vitais para um eventual ataque aéreo contra o território norte americano, para tanto, Berlim passou a insistir que Lisboa reforçasse as defesas do arquipélago²⁶³.

Raeder desenvolveu um estudo de estado-maior específico para Cabo Verde e ponderava-o como uma alternativa a Gibraltar para a Grã-Bretanha. Para a Alemanha, Cabo Verde passaria a ter valor estratégico caso pudesse utilizar Dacar. Mesmo assim, o Estado-

²⁶⁰ Documento 444 P. de Nuremberga.

²⁶¹ Telo, 1993: 323.

²⁶² Raeder, Erich Johann Albert, foi almirante da Marinha de Guerra da Alemanha Nazi. Chegou ao mais alto posto naval de *Großadmiral* (Grande Almirante), em 1939, o primeiro a ocupar esse posto desde Alfred von Tirpitz. Raeder liderou a *Kriegsmarine* até 1943, quando foi substituído por Karl Dönitz. Defensor da estratégia naval de envolvimento da Inglaterra pelo Sul.

²⁶³ *Ibidem*, 324.

Maior Naval sopesava que o ataque a Cabo Verde “é muito perigoso e não há garantias de que se consiga manter o arquipélago” (*Apud idem*)²⁶⁴.

Diante de tamanhas dificuldades previstas em Cabo Verde, os alemães nem sequer se pronunciaram em “relação à Madeira e aos Açores” (*Apud idem*)²⁶⁵. Quanto a Portugal, a Marinha nazi desaconselhava atacar, em razão de as autoridades navais elencarem que a “Inglaterra por certo não tem interesse em ocupar os portos de Portugal continental – o que é perfeitamente correcto” (*Apud ibidem*)²⁶⁶.

Na obra de Telo²⁶⁷, em função da determinação de Hitler em ordenar a preparação do ataque com o objetivo de conquistar Gibraltar, ao considerar as consequências que a invasão de Península Ibérica poderia acarretar para as suas ilhas situadas no Oceano Atlântico, os nazis necessitavam de que as Canárias fossem previamente reforçadas com um efetivo de aviação militar.

Entretanto, o governo de Franco fez uma lista contendo as suas reivindicações para a pretensa paz futura. No rol, os espanhóis pediam Gibraltar, Marrocos, Oran, o alargamento do Rio do Ouro e defendiam a ilegitimidade da existência do Estado português sob o ponto de vista geográfico. A sua existência somente seria tolerada se a sua política fosse de acordo com a de Madrid.

Em concreto, os espanhóis declararam-se sem condições de entrar na guerra.

A diretiva N.º 21, de 18 de dezembro de 1940, na qual Hitler ordenou a preparação para a Operação *Barbarossa*, a Alemanha suspendeu a Operação Félix até “quando a Rússia estiver derrotada” (*Apud ibidem*)²⁶⁸. Raeder persistiu na sua pretensão de atacar e conquistar Gibraltar, contudo, Hitler a refutou, posto que a colaboração da Espanha era fundamental e que todos os meios eram “precisos na Rússia” (*Apud idem*)²⁶⁹.

Apesar de ter sido colocada em plano secundário, em decorrência do facto de Hitler ter se decidido por atacar a URSS, em decorrência da alteração dos seus objetivos para o Leste, com o desencadear da Operação *Barbarossa*²⁷⁰, a Operação Félix trazia em seu bojo uma situação que haveria de se tornar uma forte preocupação ao Estado Novo português. Os seus problemas passariam a vir do mar, haja vista que as reais intenções do III *Reich* estão descritas na obra de Telo (1993: 318-319)²⁷¹:

Na opinião de Raeder, o tradicional cerco naval inglês deve ser eliminado. Para tal, a Alemanha precisa de uma cadeia de bases que

²⁶⁴ *Ibidem*, idem.

²⁶⁵ *Ibidem*, idem.

²⁶⁶ Conferência de 14 de novembro de 1940 e documento anexo do Estado-Maior Naval, *apud* Telo, 1993, 324-325.

²⁶⁷ Telo, 1993, obra citada: 320-321.

²⁶⁸ *Ibidem*, 325.

²⁶⁹ *Ibidem*, idem.

²⁷⁰ Arrancada em 22 de junho de 1941.

²⁷¹ Obra citada.

cupra o Atlântico, servidas por uma marinha poderosa; basta garantir no tratado de paz o controlo de quatro pontos no Atlântico: uma grande base naval na zona de Boulogne; outra em Trondheim (Noruega); outra na Islândia, que deve ser anexada; finalmente, “comprar ou obter” base nos Açores ou nas Canárias e Cabo Verde. Deste modo, a Alemanha garante livre acesso ao Atlântico e controla as principais rotas marítimas de acesso à Europa.

Diante da relação estabelecida pelo governo do *Nuevo Estado* de Franco, os alemães não deram a esperada atenção, ao manter o foco em ter o livre acesso a uma das ilhas das Canárias, sob o argumento de conter possíveis ambições americanas sobre a região.

Se para o lado dos espanhóis a posição alemã, em não acenar sobre o atendimento de suas pretensões geográficas e políticas, resultou em uma resistência do ditador em declarar beligerância e alinhar-se aos países do Eixo; para o outro lado, Hitler considerava que se a relação fosse atendida, resultaria em um desagrado para Mussolini e poderia ter como consequência um distanciamento da França de Vichy, detentora de consideráveis forças no Norte da África e uma armada ainda estacionada nos portos²⁷².

Telo, de facto, ressalta que a “política da Alemanha tem de ser, assim, tentar um acordo entre os aliados potenciais do Sul (a Espanha, Vichy e a Itália), sem que as ambições mútuas os virem uns contra os outros” (Idem)²⁷³. Logo adiante, o historiador reforça sobre as cartas que Hitler dispunha em suas mãos, naquele momento de decisão, ao considerar que²⁷⁴:

[...] a ideia de que Vichy é o mais importante dos aliados do Sul, sendo fácil chegar a um acordo, se as ambições expansionistas espanholas não forem aceites. Acrescenta que, com o acordo da Espanha, será necessário não só ocupar previamente as Canárias como também Açores e Cabo Verde, pelo que insiste em que a marinha deve estudar os aspectos técnicos dessas operações.

Apesar do impasse a envolver Hitler, Franco, Pétain e Mussolini para a Operação Félix arrancar, as ilhas portuguesas no Atlântico permaneceram sob as atenções de assessores diretos do líder alemão, com apoio velado da Espanha.

Na primeira fase da guerra de submarinos, no ambiente operacional do Atlântico Norte, o Almirante alemão Dönitz²⁷⁵ estabeleceu uma marca de afundar 700.000 toneladas por mês

²⁷² (Telo, 1993: 321)

²⁷³ Idem, *ibidem*.

²⁷⁴ Telo, *ibidem*: 321-322.

²⁷⁵ Dönitz, Karl, começou sua carreira na Imperial Marinha Alemã antes da Primeira Guerra Mundial. Formulou a chamada *Rudeltaktik* (tática de guerra de submarinos por meio de ações semelhantes às alcateias). No início da II Guerra Mundial, era oficial submarinista da *Kriegsmarine*. Em janeiro

(t/m) de navios ingleses. Para tanto, seriam necessários 300 submarinos (*U-boots*). Apesar das intenções, em 1939, só existiam 57 *U-boots*, sendo 22 capazes de operar em mares oceânicos. Além da quantidade insuficiente, os nazis tinham bases inadequadas e torpedos com deficiências. Mas, mesmo assim, os submarinistas alemães chegaram a 100.000 t/m aliados, durante os meses de setembro de 1935 a maio de 1940²⁷⁶.

A segunda fase ficou conhecida como o “período de ouro”. Com menos de 30 *U-boots* operacionais, os já experientes marinheiros atingiram a marca de 230.000 t/m. Os submarinos passaram a explorar zonas mais afastadas. De junho de 1940 a março de 1941, os Açores permaneceram *relativamente calmos*, pois as principais rotas dos comboios aliados passavam mais a norte, ou seja, pelo sul da Islândia²⁷⁷.

Durante a terceira fase, entre maio e dezembro de 1941, com a quebra do código de ciframento de mensagens *Hydra*, a proteção dos comboios marítimos passou a ser mais eficiente. Simultaneamente, a flotilha de submarinos à disposição de Dönitz chegou a noventa unidades. De 300.000 t/m, durante os meses de maio e junho, ocorreu uma queda para 120.000 t/m até dezembro. Em novembro, os *U-boots* receberam ordens para praticamente abandonar o Atlântico Norte e concentrarem-se no Mar Mediterrâneo e nos acessos a Gibraltar²⁷⁸.

Com a quebra do código de outro aparelho de criptografia alemão, *Enigma*, pelos ingleses, a maior parte dos navios responsáveis por reabastecerem os submarinos alemães foram afundados e os pontos de encontro de *U-boots*, “usados para passar combustível e abastecimentos de uns para os outros, são conhecidos e atacados” (Telo, *idem*)²⁷⁹.

Destarte o esforço naval, Hitler não estava dominado por uma “mentalidade naval e não tem a pretensão de dominar o Atlântico” (Telo, *op. cit.*: 288)²⁸⁰. Para Telo, as “ambições alemães estão no Leste da Europa e, para conseguir, é necessário sobretudo desenvolver o exército, apoiado por uma força aérea tática” (Telo, *op. cit.*: 393)²⁸¹. Portanto, o único porta-aviões alemão planejado em 1935 não chegou a ser construído.

O emprego do Poder Naval nazi era limitado, concentrado em “dominar o Báltico, controlar as águas costeiras e apoiar a política do Estado nazi em tempo de paz em zonas como a Espanha”. A partir de 1938, o *Führer* modificou as suas diretivas, com a possibilidade de uma guerra com a Grã-Bretanha. Hitler garantiu que não haveria “guerra no

de 1943, Dönitz alcançou o posto de *Großadmiral* (Grande Almirante) e substituiu o Grande Almirante Raeder. Foi nomeado pelo próprio Hitler como seu sucessor.

²⁷⁶ Telo, *ibidem*: 381-382.

²⁷⁷ *Ibidem*, 284.

²⁷⁸ *Ibidem*, 287.

²⁷⁹ *Ibidem*, *idem*.

²⁸⁰ *Ibidem*, 288.

²⁸¹ *Ibidem*, 293.

Atlântico antes de 1944” (Telo, 1993: 293). Na oportunidade, dois porta-aviões foram colocados no novo projeto de 1939. Estes também não saíram do papel²⁸².

A *Wehrmacht*²⁸³ propunha uma “ocupação prévia de Cabo Verde e Açores” enquanto a Marinha argumentava que “estas operações são altamente arriscadas, tendo em conta a existência” (Telo, op. cit.: 321-322) de uma força em Gibraltar²⁸⁴.

Raeder, a fim de compensar o facto de que “o ataque aos Açores e a Cabo Verde não está ao alcance da marinha” (Telo, 1993: 323), propôs uma variante, na qual a Marinha alemã planejava [...]

[...] ocupar Cabo Verde e eventualmente a Madeira, mas tem dúvidas sobre a possibilidade de se instalar nos Açores, apesar da sua importância, pois mesmo que um desembarque de surpresa fosse bem sucedido, as forças empenhadas ficariam isoladas e não conseguiriam resistir ao previsto contra-ataque britânico²⁸⁵.

Nesse sentido, Hitler e Raeder analisaram as prováveis consequências da Operação Félix. Conforme relatado por Telo (1993: 324), Raeder argumentou que a situação neutral de Portugal era de interesse da Alemanha e que, caso ocorresse o ataque, haveria repercussões na América, a resultar em um desembarque aliado no Arquipélago dos Açores. Hitler contra-argumentou que o desembarque seria realizado pelos ingleses, logo que os Pirinéus fossem ultrapassados pela força de ataque, e que as ilhas seriam entregues aos EUA.

Por sua vez, Raeder não discordou do *Fuhrer* e se posicionou sobre as dificuldades alemãs em manter Açores e que a melhor situação seria aquela onde os portugueses fossem encorajados a reforçar a defesa das ilhas, a fim de dificultar qualquer reação inglesa.

Raeder lançou olhar sobre Cabo Verde ao apresentar [...]

[...] um desenvolvido estudo do Estado-Maior Naval. Segundo este, Cabo Verde pode ser uma alternativa a Gibraltar para a Inglaterra, mas não tem grande valor para a Alemanha, desde que se possa usar Dacar; se Dacar não se puder usar também não é possível ocupar Cabo Verde, por falta de bases para montar a operação; mesmo com o uso de Dacar, o ataque a Cabo Verde é muito perigoso e não há garantias de que se consiga manter o arquipélago²⁸⁶.

²⁸² *Ibidem*, 293.

²⁸³ Exército regular alemão.

²⁸⁴ Telo, *ibidem*:321-322.

²⁸⁵ Telo, António José Barreiros (2000b), A Neutralidade Portuguesa e o Ouro Nazi, Quetzal Editora, p. 45.

²⁸⁶ Telo, 1993: 323.

Em relação ao território de Portugal continental, o citado estudo indicava que realizar um ataque tornar-se-ia em uma má linha de ação, pois os portos lusos não seriam do interesse da Grã-Bretanha.

Assim sendo, no dia 12 de dezembro de 1940, o desencadear da Operação Félix foi adiado, haja vista o facto de a Espanha ter afirmado que não tinha condições para declarar beligerância e alinhar-se ao Eixo.

O adiamento da Operação Félix e a decisão pela invasão da URSS não fez com que a Alemanha se esquecesse da Península Ibérica e das suas ilhas atlânticas²⁸⁷.

De tal forma que, mesmo com os alemães engajados em duas frentes, Leste e Oeste, a Operação Félix não estava absolutamente esquecida. Hitler discutiu com o Estado-Maior da *Wermacht*, em 18 de abril de 1941, que, em setembro, quando as tropas nazis atingissem a linha Kiev-Smolensk, a invasão da Península Ibérica seria desencadeada visando o controlo de Gibraltar²⁸⁸.

À medida que o citado marco temporal para o arranque da Operação Félix, em setembro de 1941, estava a se aproximar, Hitler tornou a mencionar a Reader a possibilidade de “ocupar preventivamente os Açores”. O almirante argumentou que o sucesso da empreitada não era certo. Porém, o líder nazi ressaltou que os Açores eram essenciais para a realização de ataques aéreos ao território norte-americano. Novamente a ocupação do arquipélago ficou condicionada à derrota completa da União Soviética²⁸⁹.

Logo depois, em 11 de junho de 1941, por meio da diretiva Nº 32, Hitler pôs em causa novamente a Operação Félix, desvinculando-a do imperativo da derrota soviética: “O nosso controlo dos estreitos permitirá o uso das bases na África Ocidental pela nossa marinha e aviação, e possivelmente também a ocupação das ilhas do Atlântico”²⁹⁰. Diante das novas alterações de Hitler, a Marinha nazi²⁹¹ aconselhou-o que era essencial a colaboração da França de Vichy, pois as suas bases e esquadra dariam a “supremacia naval ao eixo no Mediterrâneo e permite disputar o controlo do Atlântico próximo”²⁹².

Os nazis decidiram, novamente, adiar a Operação Félix para 1942.

Hitler conhecia a opinião de Salazar em relação aos EUA e a incluiu no tabuleiro do jogo pelo controlo das ilhas lusas atlânticas, ao afirmar que via “com ‘algum receio’ as crescentes

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ *Ibidem*, 331.

²⁸⁹ *Ibidem*, pp. 338-339.

²⁹⁰ *Hitler's War Directives 1939/1945* (1950), Ed. H. R. Trevor-Roper, 5ª. ed., Londres, *apud* Telo, 1993: 341.

²⁹¹ *Führer conferences on matters dealing with the german Navy – ano de 1940* (1947), vol. II, Washington, pp. 16-18. Memorando da Marinha, de 25 de julho de 1941, *apud* Telo, 1993: 342.

²⁹² Telo, 1993: 342.

ambições dos EUA em relação à Europa e, muito em especial, em relação às ilhas portuguesas”²⁹³.

Com o ataque japonês em *Pearl Harbour*, em 7 de dezembro de 1941, os alemães passaram a não temer ataque imediato “aos Açores, Cabo Verde ou Dacar, pois os esforços norte americanos passariam a se concentrar no Oceano “Pacífico nos próximos meses”, conforme afirmou Reader na conferência de 12 de dezembro de 1941²⁹⁴.

Antes da retomada da ofensiva na Rússia, Hitler emitiu a diretiva Nº. 42, de 29 de maio de 1942, a fim de iniciar o planejamento para a Operação *Ilona*, que deveria ser desencadeada “no improvável caso de um ataque aliado à Península”. As ações nazis seriam limitadas: impedir que os aliados ocupassem “as passagens dos Pirinéus e dos portos espanhóis do Norte, que dão para a Biscaia”, essenciais para “o trânsito dos submarinos” do Eixo. Gibraltar e Portugal não são sequer citados (Telo, 1993: 350-351)²⁹⁵.

Com o desembarque aliado no Marrocos francês, em dezembro de 1942, um memorando da Marinha nazi ao Führer, de 24 daquele mês, descartou qualquer risco de ataque dos aliados a Espanha e suas ilhas, por motivos operacionais, em razão do esforço principal das forças atacantes. As recomendações reduziam-se a “promover a neutralidade da Península e se encoraje ao máximo a Espanha a defender a sua zona no Marrocos e Portugal a defender as ilhas”²⁹⁶.

Diante do acordo final de cedência das bases nos Açores pelo Estado Novo aos ingleses, assinado no dia 17 de agosto e com a ocupação a partir de 8 de outubro de 1943, os alemães tiveram uma reação comedida. No início foi calma, todavia, tempo depois, o governo alemão apresentou uma moderada nota aos lusos, na qual salientou que esperava “que as facilidades cedidas não sejam alargadas aos americanos ou a Cabo Verde”; referiu, ainda, que esperava “que não se aceite embargo ao volfrâmio”²⁹⁷.

2.3.3 Quanto aos aspetos naturais

²⁹³ Conversa entre o Conde de Tovar e Hitler, em 30 de setembro de 1941, *apud* Telo, 1993: 342.

²⁹⁴ *Führer Conferences ...*, op. cit., ano de 1941, vol. II, pp. 79-81, *apud* Telo, 1993: 350.

²⁹⁵ Op. cit.

²⁹⁶ *Führer Conferences ...*, op. cit. 1942, vol. II, *apud* Telo, 1993: 351.

²⁹⁷ Telegrama 383 do ministro português em Berlim ao MNEP, a 15 de outubro de 1943, *apud ibidem*, p. 405.

Do trabalho do historiador António Louçã²⁹⁸, extrai-se que, até os anos de 1936 e 1937, “os responsáveis nazis não esboçam qualquer política de armazenamento de volfrâmio, crómio ou ferro” (*apud* Louçã, 2000: 20)²⁹⁹.

O dilema nazi, de ampliar a produção de armamento para incentivar a exportação ou de aumentar a importação de bens de primeira necessidade, colocava Hitler em uma situação desconfortável, em “uma espada de dois gumes, que ninguém se atreve a empunhar” (*Ibidem*, p. 21).

Göring e seu Plano Quadrienal, “apoiado por um poderoso *lobby* industrial com a IG-Farben à cabeça”, assumiram os rumos da Política Económica alemã. Assim, era fundamental obter a autossuficiência em relação às matérias primas de origem mineral. O governo sabia que a pretensão não era possível em relação em cobre e estanho (*Ibidem*, idem).

Diante do Quadro 2.2³⁰⁰, no qual estão demonstrados os produtos oriundos das riquezas minerais lusas de importância para as relações dos alemães com os portugueses, destacam-se o estanho e o volfrâmio, conforme explica Nunes (2010: 94)³⁰¹:

Independentemente do facto de, entre nós, ter sido detectado e explorado, até ao fim da Segunda Guerra Mundial, um grande número de substâncias minerais úteis, em termos de quantidades extraídas e de riqueza produzida apenas atingiram valores significativos os minérios de cobre, enxofre e arsénio, carvão, estanho e volfrâmio, ferro, manganês e chumbo.

Tal importância era em decorrência do uso e aplicação do volfrâmio na indústria de material bélico alemã, que sofreu forte incremento a partir de 1936, em face da política económica conduzida por Göring³⁰². Para os nazis, não era simplesmente importar os recursos naturais, era fundamental evitar que Portugal mantivesse comércio com os Aliados.

O interesse objetivo dos alemães nas relações comerciais de portugueses com outros parceiros fica muito clarificado diante da mensagem abaixo, enviada pelo *Auswärtiges* AMT à Legação Alemã em Lisboa, na qual solicitava um inventário da presença de investidores ingleses e franceses em território luso³⁰³:

Berlim, 5 de agosto de 1940.

²⁹⁸ Louçã, António (2000), Hitler e Salazar, comércio em tempos de guerra, 1940-1944, Terramar – Editores, Distribuidores e Livreiros, Lda, Lisboa, p. 20.

²⁹⁹ Jörg-Johannes Jäger (1969), *Die wirtschaftliche Abhängigkeit des Dritten Reiches vom Ausland dargestellt am Beispiel der Stahlindustrie*, Berlin Verlag, Berlin, p. 113.

³⁰⁰ Ver página 9.

³⁰¹ Nunes, João Paulo Avelãs, (2010), *O volfrâmio e o Estado Novo (1933 a 1947): atividade mineira, “Grande Depressão” e Segunda Guerra Mundial*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra. DOI: <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0198-4>. Acedido em: 9 de jan. 2020.

³⁰² Ver páginas 12 e 13.

³⁰³ BA-B. Microfilme 17886, Fotograma E081510.

É favor verificar o mais brevemente possível em que grandes firmas e empreendimentos portugueses há participações de capital inglês e francês. Peço que no relatório se ordenem os empreendimentos por sectores da economia e referindo com a maior exactidão possível o nome e actividade da firma, importância das quotas inglesas e francesas, seu valor intrínseco e relação com o conjunto do capital.

Sabath³⁰⁴

O Quadro 2.9 explicita a evolução das exportações de volfrâmio para a Alemanha, nomeadamente nos anos em que antecederam às ações diretas do elemento militar do Poder Nacional germânico:

Quadro 2.8.

Exportações de concentrados de volfrâmio a 65 % de WO₃ – em toneladas
(1935 a 1939)

Anos	1935		1936		1937		1938		1939	
País	Ton	%	Ton	%	Ton	%	Ton	%	Ton	%
Alemanha	239	22,7	359	27,1	472	26,0	231	9,4	37	1,2

Dados: Estatística Comercial [1935 a 1937]; Comércio Externo [1938 e 1939].

Fonte: Nunes, 2010: 104.

Apesar do interesse nazi, crescente em torno do esforço em prover as suas forças armadas de armamentos novos, tecnologicamente avançados e confiáveis, facto que tornava a liga metálica, com certa percentagem de volfrâmio, crucial para a confeção de tubos, de canos e de outras peças de armas mais robustos, Berlim passou a chumbar as intenções de Lisboa em incluir o tungstênio no processo baseado no marco de compensação, nomeadamente para aquisição de material bélico necessário para a considerada fundamental modernização das Forças Armadas de Portugal, durante os anos de 1937 a 1939.

³⁰⁴ Hermann Sabath – membro do HaPol (Departamento de Política Comercial do AA), onde chefiou a 3ª. Seção, dedicada às relações com a Península Ibérica.

2.3.4 Quanto à dinâmica populacional no espaço geográfico de Portugal continental

No conteúdo exposto no Quadro 2.5³⁰⁵, a presença de alemães em território português é numericamente de pouca expressão, entretanto, Ninhos postula que a pequena quantidade de germânicos em território luso não pode ser interpretada como de baixa relevância, posto que “[...] tendo em conta que a ciência e a cultura foram os principais instrumentos utilizados pelo regime nazi para fazer penetrar a sua influência em Portugal, numa estratégia que teve como principal alvo a elite política e cultural portuguesa”³⁰⁶. A observação foi consequência da investigação realizada por Mário Matos³⁰⁷ que [...]

[...] analisou a imagem que os turistas alemães, que visitaram Portugal nos navios da *Kraft durch Freude* (KdF), tinham do País e o impacto destas visitas na opinião pública do regime português, procurando compreender se estas mesmas viagens contribuíram para uma aproximação entre os dois países.

Como mencionado anteriormente, Ninhos (2017: 19)³⁰⁸ define que a Alemanha Nazi escolheu “a aposta na cultura” como a forma mais adequada para realizar a aproximação com Portugal.

Com a estratégia montada, coube à diplomacia alemã efetivá-la, na busca pela “hegemonia política e ideológica”. Apesar do peso económico do mercado alemão, Hitler sabia que o país situava-se economicamente “em torno da órbita inglesa”³⁰⁹ e “o domínio cultural era a forma mais subtil de exercer influência”³¹⁰.

Barros³¹¹ considera que a forma escolhida pelos diplomatas nazis para influenciar a elite cultural portuguesa foi pelo uso alargado da propaganda.

Traçada a estratégia, as ações promovidas pela Legação Alemã passaram a basear-se em três argumentos: “a ameaça inglesa para o Império português, o esclarecimento sobre o projeto do Nacional-Socialismo, o perigo comunista”. Ninhos prospetou que a “[...] maior parte da propaganda alemã chegava de forma ilegal através da fronteira (livros, filmes, panfletos)” e tinha como destinação “vários departamentos” e utilizava “a pressão, o suborno, a lisonja”³¹².

³⁰⁵ Ver página 87.

³⁰⁶ Ninhos, Cláudia (2012), *Com luvas de veludo – a estratégia cultural alemã em Portugal (1933-1945)*, Rev. Relações Internacionais, setembro, Lisboa, p. 104.

³⁰⁷ Matos, Mário (1996), *As Viagens Marítimas da Organização Nazi Kraft durch Freude a Portugal (1935-1939)*: Turismo, Literatura e Propaganda, FCSH – UNL, Lisboa, *apud* Ninhos, 2012: 103.

³⁰⁸ Ninhos, 2017, *op. cit.*

³⁰⁹ Refere-se a Portugal.

³¹⁰ Ver página 44.

³¹¹ Barros, Júlia Leitão de (1989), Anglofilia e germanofilia em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial, *in* Maria Carrilho (ed.), *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma reavaliação*, Publicações D. Quixote Lisboa, p. 93.

³¹² *Ibidem*, p. 120.

Entre os anos de 1936 a 1939 foram criadas organizações paramilitares e de enquadramento da população lusa, as quais foram denominadas como Mocidade Portuguesa (MP)³¹³ e Legião Portuguesa (LP)³¹⁴. Coincidentemente ou não, durante o mesmo período iniciou-se a aproximação entre as organizações portuguesas e alemãs congéneres, fomentada pelas autoridades alemãs e pelos dirigentes portugueses.

Essa aproximação entre as autoridades dos dois países aparentava não se restringir a militarizar e enquadrar os jovens portugueses, conforme se pode depreender do documento enviado pela Legação Alemã em Lisboa ao *Auswärtiges AMT*³¹⁵:

Lisboa, 31 de Outubro de 1936.

Assunto: Criação da Legião Portuguesa.

O Governo divulgou agora os membros da Junta Central da Legião Portuguesa. [...]

Os nomeados situam-se no campo do Estado Novo e gozam da confiança do primeiro-ministro Salazar e também do exército.

O Dr. João Pinto da Costa Leite (Lumbrales) pediu à Legação que lhe proporcionasse, na medida do possível, uma visão da organização das SA e SS alemãs, cujo modelo a organização da Legião deverá seguir. [...] Não há dúvida que é do nosso interesse que Portugal proceda também nesta organização segundo o nosso modelo, porque é de se esperar que daí resultem novos avanços em promover a compreensão pela Alemanha nacional-socialista.

Huene

Artigos foram escritos em jornais e em revistas portuguesas, que, associados à propaganda nazi, permitiram que a influência do regime nazi de Hitler chegasse ao regime do Estado Novo português.

Estes contactos intensificaram-se ainda mais com a criação da Mocidade Portuguesa, que concretamente marcou a intensificação da supracitada aproximação.

Para a organização da entidade a ser criada para enquadrar e influenciar a juventude portuguesa, o Ministério da Instrução Pública, chefiado por Eusébio Tamagnini iniciou os

³¹³ Criada em 1936, enquadrava a juventude em idade escolar, obrigatoriamente entre os 7 e os 14 anos, voluntariamente até à idade da incorporação militar. Criada à imagem e semelhança de organizações de juventude de outras ditaduras europeias. Disponível em <<https://www.jn.pt/domingo/mocidade-portuguesa-1051951.html>>, Acedido em 19 de Fev. de 2020.

³¹⁴ Criada em 1936, visava a "formação patriótica de voluntários destinada a organizar a resistência moral da Nação e cooperar na sua defesa contra os inimigos da Pátria e da ordem social. Constituída como milícia oficial do Estado Novo só foi dissolvida em 1974, com o fim deste regime. Para a criação da Legião Portuguesa, contribuiu, do ponto de vista externo, a consolidação dos regimes totalitários alemão e italiano. Disponível em <<https://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1461>>, Acedido em 19 de Fev. de 2020.

³¹⁵ BA-B, microfilmagem 17786, fotogramas E081019/E081020, apud Louçã, 2005: 51.

trabalhos. Contudo, Tamagnini deixou a pasta sem que a organização fosse criada. Foi já com Carneiro Pacheco, professor de Direito em Coimbra e em Lisboa, na administração do Ministério, que a Mocidade se tornou operacional.

O Estado Novo tinha a percepção sobre essas formas de organizar e que o modelo nazi era muito próximo ao que o regime considerava como deveria funcionar, conforme o seguinte relato³¹⁶:

Na viagem feita à Alemanha, teve oportunidade de comprovar, de verificar a importância da obra do III Reich ao nível da organização da juventude. Na sua opinião, a organização da juventude era encarada pelo governo sob quatro aspectos: para revigorar a raça; como formação nacional-socialista do cidadão; para direcção profissional dos futuros trabalhadores; como arma de defesa em situação de emergência. O revigoramento da raça era, para Almodôvar, uma das mais importantes preocupações, difundido através do culto da saúde, da força física, da beleza, pelas excursões, pela vida ao ar livre. A boa impressão que a Alemanha nacional-socialista causou em Almodôvar e a sua adesão aos princípios que guiaram a organização da juventude naquele país, é nitidamente comprovável ao longo do artigo.

A Historiadora Cláudia Ninhos³¹⁷ investigou outras estruturas afins e coloca em tese que esse intercâmbio tinha “uma motivação política e pragmática, mas também entrou na esfera da afinidade ideológica e da simpatia”³¹⁸.

Ninhos prossegue a apresentar os estudos pessoais sobre o imenso envolvimento de germanófilos lusos e as iniciativas deles para influenciar e moldar os jovens portugueses³¹⁹:

É neste contexto e dentro desta lógica que deve ser entendido o relacionamento luso-alemão, mormente o intercâmbio estabelecido com organizações como a Mocidade Portuguesa, a Legião Portuguesa ou, entre outras, a Junta de Educação Nacional e o Instituto para a Alta Cultura (IAC).

A Junta de Educação Nacional e, mais tarde, o IAC foram, na realidade, os parceiros por excelência das instituições culturais e académicas nazis em Portugal, trocando livros, académicos e

³¹⁶ Revista Avante!, Ano II, 3.ª série, n.º 2: 6

³¹⁷ Ninhos, Cláudia (2012), Com luvas de veludo – a estratégia cultural alemã em Portugal (1933-1945), Rev. Relações Internacionais, setembro, pp. 103-118, Lisboa.

³¹⁸ Bauerkämper, Arnd (s.d), *Ambiguities of transnationalism: fascism in Europe between pan-europeanism and ultra-nationalism* 1919–39, p. 45, apud Ninhos, 2012: 108.

³¹⁹ Ninhos, 2012:108.

bolseiros. À frente destas instituições estiveram indivíduos como Medeiros Gouveia, Leite Pinto ou Gustavo Cordeiro Ramos, que se mostraram extremamente abertos a uma aproximação à Alemanha. Os alemães não se cansaram, inclusivamente, de elogiar estes dirigentes, que apelidavam mesmo de “amigos dos alemães”.

A influência nazi sobre essas organizações, nomeadamente na Acção Escolar Vanguarda (AEV), ficou concretizada pela adoção de saudação, fardas, bandeirantes e estandartes, conforme pode ser observado na fotografia:

Figura 2.5

A AEV saúda o Presidente do Conselho António de Oliveira Salazar.



Data: 27-04-1934

Fonte: Digitarq (Disponível em: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0029/0673I).

No periódico da AEV, *Avante!*, chegaram a ser publicados artigos de delegados do NSDAP em Portugal sobre a *Hitlerjugend* (HJ).

A breve existência da AEV (entre 1934 e início de 1936) foi assim descrita por Nunes (1995: 179-180)³²⁰:

Tratou-se, pois, de um movimento fascista de juventude (em sentido estrito), conscientemente criado e mantido (posteriormente dissolvido) pelo grupo dirigente do Estado Novo (pessoal e meticulosamente dirigido por Salazar) enquanto correspondeu às

³²⁰ Nunes, João Paulo Avelãs (1995), *As organizações de juventude do Estado Novo (1934-1939)*, in *Do estado Novo ao 25 de Abril*, Revista de História das Ideias, vol. 17, pp. 167-227, Coimbra.

necessidades estratégicas do momento. Afirmou o objectivo de integrar e mobilizar todos os jovens portugueses (de ambos os sexos, estudantes ou já trabalhadores) interessados na defesa e aprofundamento da "Revolução Nacional".

Na tese de Ninhos (2016: 30)³²¹, a professora escreveu que o “próprio Ministério da Propaganda alemão fez saber que estava interessado em promover o intercâmbio entre as juventudes alemã e portuguesa”. Ela ainda acrescentou que tanto “os diplomatas alemães e os dirigentes nazis, como os próprios dirigentes portugueses, auxiliaram essa aproximação”.

A percepção do regime nazi das possibilidades de penetração e de influência da população lusa fica clarificada pelo inventário realizado por Freytag³²², que serviu de base de mensagem da Legação alemã em Lisboa ao Auswärtiges AMT³²³, ainda no ano de 1934:

Lisboa, 4 de Maio de 1934.

Assunto: Associações partidárias em Portugal.

Tanto quanto pôde ser verificado, há em Portugal as seguintes associações anticomunistas, fascistas ou nacional-sindicalistas (o nacional-sindicalismo corresponde aproximadamente ao nacional socialismo alemão):

1. União Nacional

Associação organizada pelo Estado de apoiantes do estado corporativo, anticomunista. Presidente, o primeiro-ministro Salazar. Número de membros, segundo o secretário, cerca de 350.000 em Portugal e nas colónias. Órgão: Diário da Manhã.

2. Associações com tendência nacional-sindicalista:

a) Os nacional-sindicalistas. Dirigente: Dr. Rolão Preto. Cópia do nacional-socialismo alemão. Actualmente reprimido por fazer oposição ao Governo de Salazar. No entanto, a organização continua a actuar. Membros inscritos, segundo o secretário, cerca de 20.000 – camisas azuis. Órgão: União Nacional, Leiria.

b) Os nacional-sindicalistas do Governo: oposição do movimento citado atrás (sic). Dirigente: Dr. José Cabral. A favor do Estado Novo de Salazar. Fundada e favorecida pelo Governo, mas sem grande adesão. Segundo o secretário, 500 membros. Órgão: Revolução Nacional.

³²¹ Obra citada.

³²² A associação entre o nacional-sindicalismo português e o nacional-socialismo alemão é de livre opinião do próprio Freytag.

³²³ Filme 15869, três fotografias com o número ilegível, *apud* Louçã, 2005: 39-40.

c) ASV (Associação Escolar Vanguarda): associação anticomunista de estudantes de escolas superiores. Favorecida pelo Governo. Desde há algumas semanas os membros recebem instrução militar de oficiais no activo. Dirigente: Ernesto de Oliveira e Silva. Número de membros, segundo o secretário, cerca de 15000. Órgão: Avante.

[...]

Freytag³²⁴.

Essa justaposição dos nazis com a camada cultural de maior relevância da sociedade lusa, tanto a elite cultural, como a tentativa de alinhamento ideológico dos jovens dos dois países, distinguiu a estratégia de Hitler em atuar no elemento psicossocial do Estado Novo português.

A presença e a ação alemãs em Portugal insular no Atlântico encerraram-se com a cedência das bases nos Açores aos ingleses, que as ocuparam a partir do dia 8 de outubro de 1943. A saída dos funcionários alemães responsáveis pela manutenção das máquinas do cabo germânico, com destino a Lisboa, marcou “o fim de uma rede de informações alemã activa desde o começo da guerra” nas ilhas³²⁵.

2.4 Manifestações dos Aliados

2.4.1 Os interesses económicos dos Aliados e suas manifestações

A assertiva de Afonso e Aguiar (2004: 15)³²⁶ mostra que as relações comerciais entre Portugal e os Aliados, nomeadamente norte-americanos e britânicos, não eram balanceadas:

O efeito da proximidade geográfica - que, principalmente à medida que os custos de transporte vão perdendo importância, pode também reflectir efeitos de proximidade cultural - é bem patente na modesta quota que os Estados Unidos da América têm no comércio externo português, em comparação com os países europeus.

A aproximação dos portugueses em relação aos Aliados também estava reforçada em face da secular aliança com o Império Britânico, a qual remonta ao século XIV, ou seja, muito antecedente às décadas de 1930 e de 1940.

³²⁴ Feytag, Hans, foi Chefe da Legação alemã em Lisboa em 1933 e parte de 1934. Estava convencido de que Hitler devia apostar na longevidade do Estado Novo de Salazar (Louçã, 2005: 15).

³²⁵ Documentação no AMNE, 2P A48 M181, *apud* Telo, 1993: 412.

³²⁶ Afonso, Óscar; Aguiar, Álvaro (2004), Comércio externo e crescimento da economia portuguesa no Século XX, working paper, trabalhos em curso n.º. 146, Centro de Estudos Macroeconómicos e Previsão, Ed. Universidade do Porto, Porto.

2.4.2 Quanto à posição relativa do espaço geográfico de Portugal

A visão do Estado-Maior inglês, após uma rápida análise, era de que Portugal estava ainda atrasado em seu rearmamento e, sendo assim, não era de grande valia nos campos de batalha. De igual forma, não o era no aspeto económico.

Entretanto, se o Estado Novo salazarista decidisse pela beligerância, os aliados tinham a “Península ‘cercada’ por terra e por mar, podendo controlar facilmente o seu comércio externo e impedir que a Espanha ajude a Alemanha”. Por outro lado, caso Salazar mantivesse o país neutral, podia contribuir para a estabilidade da “Península e do Sul da Espanha”³²⁷. O relatório do Subcomitê de Defesa Imperial, do Estado-Maior britânico, de agosto de 1939, assim se expressou:

Se Portugal for efectivamente neutro, o uso dos seus portos e aeródromos será negado aos nossos inimigos, excepto na medida em que forem capazes de usar clandestinamente ancoradouros remotos. É uma necessidade estratégica essencial que os nossos inimigos não possam usar estas facilidades, em especial no continente e nas ilhas atlânticas³²⁸.

O *Foreign Office* britânico, conforme investigação de Telo (1993: 303), informou que Lisboa devia “manter uma ‘neutralidade colaborante’ e não declarada, o que corresponde às intenções do governo de Salazar”³²⁹.

Na disputa pelo espaço aéreo sobre o Oceano Atlântico, a Grã-Bretanha tinha vantagens ao dominar a Irlanda e a Terra Nova (Canadá).

Após uma breve hegemonia francesa sobre o transporte aéreo português, durante o ano de 1933 a *Pan American* (Pan Am), dos EUA, e a *Imperial Airways*, britânica, formaram um consórcio e reconheceram mutualmente os direitos futuros referentes às ligações aéreas. Telo (1993: 225)³³⁰ considera que a união entre as duas empresas trazia vantagens para os dois países, com valência para a Grã-Bretanha, pois a Pan Am conseguiu “assegurar as necessárias escalas para explorar a rota potencialmente mais importante do mundo”, enquanto os ingleses afastavam os franceses e garantia “que o seu atraso tecnológico não lhe tira o Atlântico Norte”. Logo adiante, Telo postula que a “Inglaterra mais uma vez usa os Açores em proveito próprio, sem qualquer contrapartida para Portugal”.

Como a conexão entre os dois continentes dependia dos Açores, as duas empresas dirigiram-se a Lisboa. A proposta anglo-americana foi aceita pelo Estado Novo, contudo,

³²⁷ Telo, 1993: 303.

³²⁸ *Public Record Office* (PRO), *Foreign Office* (FO), 371 24064, apud Telo, 1993: 303.

³²⁹ Op. cit.

³³⁰ Op. cit.

Salazar ressaltou que a utilização não era exclusiva. Somente no dia 26 de março de 1936 aconteceu o primeiro voo, interligando Baltimore – Açores – Lisboa – Marselha³³¹.

Em decorrência do sucesso do voo alemão entre Berlim e Nova Iorque, em 1938, Roosevelt determinou a atualização dos cenários e dos planejamentos contidos nos cinco planos denominados como *Rainbow*, dentre os quais, o *Rainbow 4* estava baseado na pior hipótese. No cerne, estava a defesa do *Hemisfério Ocidental*³³². Feito isso, os EUA decidiram por criar uma força estratégica superior, pois sentiam que o sucesso nazi colocava em causa a segurança do Hemisfério Ocidental, nomeadamente, da região de Natal, no Brasil. Era fundamental “reforçar o seu poder aéreo estratégico” e não permitir que “pontos vitais caíam nas mãos de uma potência inimiga, tendo de adoptar um conceito de defesa activo, para o qual é essencial o controlo de bases avançadas”³³³.

No contexto da Batalha do Atlântico, os laços anglo-portugueses, que pelas circunstâncias mostravam-se fundamentalmente militares, facto que caracterizou uma Grã-Bretanha preocupada com a fraca defesa portuguesa nas regiões de interesse da Coroa, nomeadamente os Açores e o porto da Beira. O *Foreign Office* (FO) enviou, em agosto de 1939, instruções ao seu embaixador em Lisboa, *Sir Walford Selby*, a fim de “chamar a atenção” às autoridades portuguesas. Selby enviou o seu relatório como resposta nos seguintes termos:

Disse ao Sr. Salazar que as manobras alemãs perto dos Açores causam uma alguma ansiedade ao Almirantado, muito especialmente tendo em conta a possibilidade de sabotagens contra os cabos que passam pelos Açores e, neste contexto, também mencionei a importante estação de Carcavelos.

Selby³³⁴.

A expectativa britânica era de que Salazar mantivesse Portugal neutral. Com essa postura, os britânicos consideravam que eram possíveis duas ações bélicas pelos nazis em relação aos territórios lusos: “sabotagem” ou “um golpe de mão bem sucedido”³³⁵.

A fim de tornar mínimas ou mitigar os planos alemães, a Grã-Bretanha contava com a colaboração dos EUA, “potência neutra que pode cumprir este papel, libertando forças inglesas”³³⁶.

Como os norte-americanos consideravam viável o facto de Hitler obter os arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde³³⁷, Roosevelt colocou em causa a sugestão britânica de

³³¹ Telo, 1993: 231.

³³² Ver pp. 49-50.

³³³ *Ibidem*, 302.

³³⁴ *PRO, FO, 371 24064, apud* Telo, 1993: 304.

³³⁵ Telo, 1993: 304.

³³⁶ *Ibidem*, *idem*.

³³⁷ Conn e Fairchild, 1960: 39.

mobiliar as ilhas portuguesas com forças navais, com a finalidade de dissuadir qualquer pretensão nazi. Sendo assim, os estadunidenses solicitaram a Lisboa – que aquiesceu –, autorização para realizarem viagens para as ilhas atlânticas portuguesas. Portanto, a partir de 1939, um cruzador e dois *destroyeres* passaram a “defender os interesses americanos na Europa”³³⁸.

Em face das possibilidades dos nazis, o inglês Selby propôs ao seu governo, em 1940, que pedisse que Portugal se tornasse beligerante em relação aos alemães. O *Chief of Staff* (COS) britânico refletiu sobre as consequências da alteração da Política Externa de Salazar nesse sentido, que incrementariam as responsabilidades dos próprios britânicos e que a Espanha poderia reagir mal. O relatório do COS ao *War Cabinet*³³⁹, de 11 de março de 1940, foi taxativo: “Numa perspectiva estratégica, pensamos assim que a continuação da neutralidade portuguesa é de nosso interesse e não devemos fazer nada que possa precipitar uma intervenção espanhola, vantajosa para a Alemanha”³⁴⁰.

Selby mante-se resolutos na opção pelo belicismo português. O adido militar inglês reincidiu no tema em abril de 1940³⁴¹ e o próprio Selby reforçou as suas convicções em maio de 1940³⁴², quando foi mais contundente ao sugerir a ocupação de Portugal, com três a cinco divisões, com o objetivo de minimizar eventuais reações espanholas.

A proposta de Selby, apesar de mostrar-se inviável³⁴³, teve eco dentro do próprio FO. O subsecretário, Lorde Alexander Cadogan³⁴⁴, escreveu o seguinte parecer no despacho do telegrama de Selby: “A Escandinávia provou que um país, assim que os seus aeródromos forem ocupados, é praticamente inexpugnável contra um ataque vindo do mar. Isto pode levar-nos a rever a nossa posição numa série de pontos”³⁴⁵.

A invasão alemã sobre a França jogou uma pá de cal sobre a proposta de Selby. O relatório do chefe da repartição da Europa, Makins, confirmou que os “boatos sobre um golpe de mão são exagerados, não sendo de esperar surpresas em Portugal enquanto a Espanha mantiver a neutralidade”. Makins foi direto ao ponto essencial: “os Açores”³⁴⁶.

Com a chegada dos nazis à costa atlântica francesa, em junho de 1940, as ações estratégicas do Eixo de realizar desembarque anfíbio, assalto aeroterrestre e/ou sabotagens

³³⁸ Telo, 1993: 305.

³³⁹ Estrutura montada pelos britânicos.

³⁴⁰ PRO, FO, 371 24493, *apud* Telo, 1993: 306.

³⁴¹ PRO, FO, 371 24490, *apud* Telo, 1993: 307.

³⁴² *Idem*.

³⁴³ Cinco divisões era metade do corpo expedicionário britânico em França, então na situação de pronto emprego.

³⁴⁴ Cadogan, Sir Alexander George Montagu, foi Vice-subsecretário do FO desde 1936 e Subsecretário permanente de 1938 a 1946.

³⁴⁵ PRO, FO, 371 24490, *apud* Telo, 1993: 307-308.

³⁴⁶ Relatório ao FO, apresentado na reunião do *War Cabinet* de 15 de maio de 1940. PRO, FO, 371 24490, *apud* Telo, 1993: 308.

de quinta coluna tornaram-se “tecnicamente possíveis”³⁴⁷. A esperada entrada da Itália na guerra poderia trazer outro incômodo: o mar “Mediterrâneo vai ficar cortado à navegação”³⁴⁸.

Enquanto isso, o Lorde Halifax³⁴⁹ recebeu um relatório do Cônsul inglês na ilha da Madeira, no qual foi reforçada a situação precária do sistema defensivo português das ilhas atlânticas e as possibilidades dos nazis em sabotarem as estações dos cabos de comunicações. Em consequência, o governo inglês emitiu um pedido ao governo de Salazar para que “tome todas as precauções possíveis para a proteção dos Açores e de Cabo Verde e, se possível, que envie para essas ilhas uma força adequada de tropas regulares”³⁵⁰. Poucas horas depois, o Almirantado inglês reforçou o sentido de urgência. Em 21 de maio, a *Royal Navy* renovou a temeridade de um golpe de mão alemão contra os cabos submersos³⁵¹.

Com a derrota em França, os COS avaliaram sobre o iminente isolamento da Grã-Bretanha, em decorrência da Europa ter sido dominada pelo Eixo e reafirmaram a grande importância estratégica dos Açores e de Cabo Verde, que poderiam ser ocupados pelos aliados “em caso de hostilidade portuguesa”³⁵².

Com a aparente indiferença de Salazar, Lorde Halifax decidiu preparar as operações contra as ilhas portuguesas e iniciou os devidos contatos com os demais membros do “*Commonwealth* para a ocupação do império português em caso de necessidade”³⁵³.

A única divisão inglesa devidamente operacional, após o falhanço em Dunquerque, ficou sob o comando do Gen Montgomery³⁵⁴. Uma das possibilidades de emprego seria a ocupação dos Açores, pelo que o próprio militar inglês escreveu em suas memórias³⁵⁵:

Como primeiro passo devia preparar a minha divisão para ocupar os Açores. Os preparativos foram feitos e foi construído um modelo das ilhas onde se aperfeiçoaram os planos da operação. Depois, disseram-me que não eram os Açores, mas as ilhas do Cabo Verde [...] Achava curioso que alguém no seu perfeito juízo pudesse

³⁴⁷ Telo, 1993: 306-309.

³⁴⁸ *Ibidem*: 303.

³⁴⁹ Halifax, Sir Edward Frederick Lindley Wood, 1.º Conde de Halifax, foi um nobre, diplomata e político britânico conservador. Exerceu os cargos de Secretário do FO de 1938 a 1940 e de Secretário de Relações Exteriores e Embaixador em Washington (EUA), de 1940 a 1946

³⁵⁰ PRO, FO, 371 24490, *apud* Telo, 1993: 303.

³⁵¹ Telegrama de Armindo Monteiro ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNEP), de 31 de maio de 1940, *apud* Telo, 1993: 303.

³⁵² Telo, 1993: 310.

³⁵³ PRO, FO, 371 24495, *apud* Telo, 1993: 310.

³⁵⁴ Montgomery, Sir Bernard Law, 1º Visconde Montgomery de Alamein, foi um oficial general britânico durante a Segunda Guerra Mundial. Combateu na Primeira Guerra Mundial, onde alcançou o posto de tenente-coronel. Foi promovido a general em 1938. Durante a campanha em França, em 1940, ele comandou uma das divisões britânicas e foi evacuado de Dunquerque.

³⁵⁵ *The Memoirs of Field Marshall the Viscount Montgomery of Alamein* (1958), Cleveland, pp. 64-65, *apud* Telo, 1993: 311.

conceber que, numa altura em que a Inglaterra estava quase indefesa, o primeiro ministro permitisse que a única divisão completamente equipada e pronta para entrar em combate saísse da ilha.

Além da derrota da França, junho de 1940 marcou a entrada da Itália na guerra.

Desta feita, a situação no Mar Mediterrâneo ficou crítica: a força naval francesa na região ficou neutralizada, com a possibilidade de passar para o Eixo, e a esquadra italiana passou a dominar a porção central do mar.

A Grã-Bretanha tinha em seu poder as duas extremidades do Mediterrâneo – Gibraltar e o Canal do Suez –, portanto, a *Royal Navy* reforçou sobremaneira Gibraltar, “colocando aí a poderosa ‘força H’³⁵⁶, com a finalidade de impedir que a frota italiana acesse o Atlântico.

Caso Gibraltar caísse, pelas forças de uma Espanha aliada ao Eixo, a opção da *Royal Navy* era deslocar a “força H” para o “conjunto Cabo Verde/Madeira/Açores”, posto que a ocupação das ilhas Canárias fosse “demasiado perigosa para ser tentada”³⁵⁷.

Por questões operacionais, Madeira foi descartada, recaindo sobre os Açores e Cabo Verde as atenções inglesas, em razão das hipóteses de a Espanha se alinhar ao Eixo ou caso as forças do Eixo decidissem ocupar as ilhas antecipadamente. Para tanto, seriam necessárias duas brigadas da 3ª Divisão de Montgomery, uma para cada arquipélago. O planeamento dos COS, aprovado pelo *War Cabinet* em 22 de julho de 1940³⁵⁸, “não se prevê uma resistência portuguesa e que a operação” seria “desencadeada de surpresa, sem qualquer aviso prévio”³⁵⁹.

Enquanto isso, no outro lado do Atlântico Norte, o Presidente Roosevelt previa que a resistência inglesa não duraria muito³⁶⁰. A expectativa era reforçar a defesa do Hemisfério Ocidental, por meio da [...]

[...] ocupação das possessões europeias que estejam em risco de passar para o eixo; reforçar a colaboração com a Inglaterra – enquanto esta resistir – e a cooperação com a América Latina; dar prioridade máxima ao rearmamento e à preparação de planos para a guerra ‘quase inevitável’ com o eixo³⁶¹.

³⁵⁶ Telo, 1993: 312.

³⁵⁷ *Ibidem*, 313.

³⁵⁸ *Ibidem*, *idem*.

³⁵⁹ *Ibidem*, 315.

³⁶⁰ Conforme se pode ler à página 49, no contexto do Plano Rainbow 4.

³⁶¹ Propostas do Gen Marshall e do Almirante Stark, aprovadas por Roosevelt ao final do mês de junho de 1940, *apud* Telo, 1993: 317.

Com o planeamento rascunhado, as tratativas diplomáticas arrancaram. Em julho, o Ministro Pell³⁶² informou a Teixeira Sampaio³⁶³ que os EUA tinham “grande interesse pelas ilhas atlânticas” e, que, se “Portugal precisar de nós, pode contar connosco”³⁶⁴.

Os ingleses tomaram conhecimento sobre a diretiva Nº. 18, de 12 de novembro de 1940, e da Operação Félix, mesmo que “em traços gerais”. Assim, os britânicos passaram a visualizar a ocupação dos arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde e que a “única hipótese de vencer a guerra é trazer os EUA para o conflito”³⁶⁵.

De facto, os planeadores militares estadunidenses tinham decidido, desde setembro de 1940, intervir diretamente caso a Grã-Bretanha colapsasse, os pontos sensíveis no Atlântico para a defesa do Hemisfério Ocidental – da Gronelândia ao promontório nordestino brasileiro, passando pelos Açores – deveriam ser ocupados, nomeadamente caso os alemães invadissem a Península Ibérica. Se os nazis entrassem em Dacar, a zona de Natal, em Brasil, deveria ser ocupada³⁶⁶.

Paralelamente às decisões dos norte-americanos, Churchill discutiu com o *War Cabinet* sobre a “proposta de informar os americanos dos planos em relação aos Açores e Cabo Verde, de modo a planear uma acção conjunta no caso de ataque alemão a Gibraltar”³⁶⁷. Apesar das objeções dos COS, o FO considerava demasiado significativos os dividendos políticos em “levar os EUA para a guerra”.

Como resultado, no dia 9 de outubro de 1940, Roosevelt foi informado por meio de telegrama do FO para a embaixada inglesa em Washington “de que, caso a Espanha seja atacada ou entre no conflito, não há forças para invadir as Canárias, mas ocupam-se os Açores e Cabo Verde” e que qualquer ajuda norte-americana “será bem recebida”³⁶⁸.

Feito isso, o nome código *Alloy* foi escolhido para designar a ocupação dos Açores. Entretanto, qualquer ação antecipada dos ingleses, em reação à movimentação efetiva de tropas do Eixo em direção aos interesses dos aliados no Atlântico, “será politicamente muito mal visto em Portugal e pode prejudicar a imagem internacional da Grã-Bretanha, para além de – argumento definitivo – ter efeitos ‘imprevisíveis’ nos EUA”³⁶⁹.

³⁶² Pell, Herbert Claiborne, ministro estadunidense em Lisboa de 1937 a 1941.

³⁶³ Sampaio, Luís Teixeira de, diplomata português, iniciou a carreira como amanuense para o MNEP, em 1896. Foi nomeado Embaixador e Secretário-Geral desde agosto de 1929.

³⁶⁴ Telegrama do MNEP a Bianchi – ministro em Washington – DC (EUA) – com um resumo da conversa, em 16 de julho de 1940 (AMNE), *apud* Telo, 1993: 317.

³⁶⁵ Telo, 1993: 325.

³⁶⁶ Ver Estimativa Conjunta da Situação, de 25 de setembro de 1940. DPG 4321-9, *apud* Conn e Fairchild, 2000: 95.

³⁶⁷ Telo, 1993: 326.

³⁶⁸ PRO FO 371 24494, *apud* Telo, 1993: 328.

³⁶⁹ Conforme carta de Markis aos COS, de 9 de outubro de 1940. PRO FO 371 24494, *apud* Telo, 1993: 328.

Ao início de 1941, a Inglaterra permaneceu firme na Grã-Bretanha e, então, o Plano *Rainbow 4* foi substituído pelo *Rainbow 5*³⁷⁰, no qual a prioridade era a defesa do Hemisfério Ocidental e, portanto, Açores e Cabo Verde ficavam de fora. As prováveis ocupações desses arquipélagos somente ocorreriam caso fossem consideradas necessárias. Para tais possibilidades, somente as tropas norte-americanas seriam empenhadas. Assim, os Açores passaram para a zona de influência dos EUA com o beneplácito dos ingleses³⁷¹.

Enquanto isso, portugueses e ingleses discutiam como defender o território luso.

Portanto, existiam dois factos cruciais: 1) Salazar só aceitava a presença de tropas britânicas depois dos nazis cruzarem os Pireneus; e 2) a Inglaterra já não possuía efetivo suficiente para defender Portugal, haja vista ter deslocado muitas tropas para o “Egipto e a Grécia”³⁷².

Percebe-se que a cimeira dos dois aliados históricos era mais política do que militar. Para os militares ingleses era mais prático que os esforços focassem nos arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde, tanto um como pelo outro, “contra um golpe de antecipação do eixo e lhe permitam desenvolver as infraestruturas necessárias para que a esquadra as use como base, quando tiver de retirar de Gibraltar”³⁷³.

Com a derrota aliada em Grécia, no mês de abril de 1941, os estrategistas norte-americanos passaram a temer que a Espanha ou a França de Vichy passasse para o lado do Eixo.

A situação dos Açores passou por uma reavaliação e, em 21 de abril de 1941, o limite Leste do Hemisfério Ocidental saiu do meridiano 30° W para o 26° W, abarcando integralmente o arquipélago, assim “as forças americanas podem atacar qualquer embarcação beligerante que se aproximasse a mais de 25 milhas (40 quilómetros) de terra sem estar autorizada”³⁷⁴. Assim sendo, a *US Navy* passou a pleitear que os seus navios visitassem Açores e Cabo Verde. O Estado Novo recusou a demanda.

Em maio de 1941, o couraçado *Bismark* entrou “claramente na zona do ‘Hemisfério Ocidental’”. O senador estadunidense Claude Pepper incitou Roosevelt “a ocupar preventivamente os pontos a partir dos quais a América pode ser atacada, mencionando os Açores e Cabo Verde”³⁷⁵.

No dia 17 de maio de 1941, ao seguir orientações de Roosevelt, o subsecretário do Departamento do Estado, Welles, informou à Embaixada Inglesa em Washington que se

³⁷⁰ Ver páginas 49-50.

³⁷¹ Telo, 1993: 329-330.

³⁷² *Ibidem*, 331.

³⁷³ *Ibidem*, 332.

³⁷⁴ Conforme Plano de Defesa do Hemisfério Ocidental nº. 2, aprovado por Roosevelt em 22 de abril – Mem do DPG para Ch EM –, *apud* Conn e Fairchild, 2000: 142-143.

³⁷⁵ *The Congressional Records, 77th Congress, 1st Session, 1941*, vol. 87, part. 4, p. 3617, *in* Telo, 1993: 336.

pretendia “enviar um representante do presidente a Lisboa, para inquirir se a participação americana na defesa das ilhas é desejada, caso o Governo retire para os Açores”. O próprio embaixador, Lorde Halifax, desencorajou a iniciativa, no dia 24 de maio, porque a “Inglaterra pensa obter a curto prazo um acordo sobre as ilhas, não sendo útil a ingerência americana”³⁷⁶.

Dias antes, no dia 22, Roosevelt havia determinado a preparação de uma operação para ocupação dos Açores, considerando que se os Açores fossem ocupados pela Alemanha nazi, “ameaçam directamente a liberdade do Atlântico e a nossa segurança física”, portanto, “o mais elementar senso comum exige a adopção de uma estratégia que impeça um tal inimigo de ocupar estes pontos antecipadamente” (*Apud Telo*, 1993, p.338)³⁷⁷.

Apesar da opinião expressa do governo britânico, no dia 29 de maio, a Operação *Gray*, de ocupação das ilhas portuguesas no Atlântico, foi aprovada por Roosevelt³⁷⁸. A decisão foi em resposta ao afundamento do cruzador inglês *Hook*, no Atlântico Norte, pelo couraçado *Bismark*, no dia 24. Após afundar o inimigo, o *Bismark* desapareceu, fazendo que o Governo de Roosevelt promulgasse, também, “uma emergência nacional ilimitada” (Conn e Fairchild, 2000: 151)³⁷⁹.

Apesar das manifestações contrárias de Churchill e de Salazar, Roosevelt manteve a Operação *Gray* para o dia 22 de junho. No dia 6 de junho, os EUA voltaram atrás. Para Telo (1993: 340)³⁸⁰:

Não pareceram ter sido os argumentos ingleses, que já eram conhecidos antes da ordem de 4 de Junho. Tudo indica que o factor principal terá sido a confirmação, por parte de várias fontes, de que a Alemanha se preparava para atacar a Rússia em Junho, o que afasta a hipótese de qualquer operação de envergadura no Sul da Europa durante os meses seguintes. Os argumentos de Churchill e lorde Halifax sobre a vantagem de não interferência política parecem ter sido mal recebidos.

A despeito de tudo isso, em 10 de junho, o Departamento de Estado dos EUA lançou uma nota à imprensa a negar qualquer intenção ofensiva contra os Açores. Só mais tarde a

³⁷⁶ *Strategic Planning for Coalition Warfare*, Maurice Matloff e Edwin M. Snell, Washington, 1953, p. 50, *in ibidem*, p. 337.

³⁷⁷ Discurso na rádio, a 27 de maio de 1941. *The Public Papers of F.D. Roosevelt*, vol. X, Nova Scotia, pp. 188-189.

³⁷⁸ Telo, 1993: 338.

³⁷⁹ Op. cit.

³⁸⁰ Op. cit.

nota foi entregue oficialmente ao Governo português, no que Telo considerou uma “clara manifestação da frieza das relações existentes”³⁸¹.

A fim de dirimir as dúvidas levantadas por Salazar, expostas no dia 29 de maio, Roosevelt escreveu uma carta pessoal ao ditador português e ofereceu “a colaboração americana para a defesa dos Açores” e complementou que gostava de receber “um convite para, no mínimo, participar nos planos conjuntos feitos com a Inglaterra nesse sentido”³⁸².

Salazar enviou a sua resposta em 21 de julho, que serviu como “um balde d’água fria” nas pretensões dos EUA³⁸³.

Haja vista o teor dessa missiva, Roosevelt escreveu outra carta para outro destinatário: o ditador Getúlio Vargas, do Estado Novo brasileiro. Tratava-se de um convite ao Brasil, a fim de participar diretamente na ocupação dos Açores, posto que a presença do Eixo nelas traria insegurança às costas brasileiras. Em 28 de julho, Vargas respondeu negativamente³⁸⁴.

Em agosto de 1941, Roosevelt retomou os seus projetos de ocupação dos Açores.

Churchill e Roosevelt realizaram uma cimeira, a partir do dia 11 de agosto. Na oportunidade, o presidente apresentou a citada resposta de Salazar.

Churchill defendeu a ocupação pacífica das ilhas e expôs a sua intenção de atacar as Canárias em setembro e, portanto, “será bem recebida uma acção simultânea dos EUA nos Açores e em Cabo Verde”. O Primeiro Ministro britânico acrescentou “uma condicionante que seja por convite de Salazar”. Roosevelt rebateu ao afirmar que desejava ocupar os Açores “com ou sem convite” e que não tinha condições de ocupar Cabo Verde em simultâneo. Cabo Verde caberia aos ingleses, que as entregariam aos EUA depois do desembarque³⁸⁵.

Com o ponto de partida acordado, coube ao FO abordar o embaixador português, Armindo Monteiro, e tentar convencer os lusos de que era melhor garantir os Açores como porto seguro antes que Portugal fosse ameaçado, porque a esquadra britânica teria de abandonar Gibraltar e não seria possível apoiar os portugueses sem uma base alternativa. Em síntese, o conselho era que Portugal devia de se retirar de pronto para os Açores assim que “for ameaçado”³⁸⁶.

³⁸¹ Telo, 1993: 342, a partir do telegrama do representante português em Washington, de 11 de junho de 1941.

³⁸² Carta de Roosevelt, de 8 de julho de 1941 e recebida em 21, *apud* Telo, 1993: 344.

³⁸³ Telo, 1993: 344.

³⁸⁴ Telo, 1993: 344-345.

³⁸⁵ Actas da reunião entre Churchill, Roosevelt, Hopkins, Welles e Cardogan, em 11 de agosto de 1941, *apud* Telo, 1993: 345.

³⁸⁶ Telegrama de Armindo Monteiro ao MNEP, de 13 de agosto de 1941, *apud* Telo, 1993: 346.

De maneira convergente, o Ministro Huene tabulou uma conversa com Teixeira de Sampaio, em 30 de outubro de 1941, na qual sublinhou que os “interesses de Portugal estão em oposição aos EUA e as ambições destes no Atlântico não podem convir a Portugal”³⁸⁷.

No outono de 1941, a férrea resistência soviética tornava evidente de que a Operação Félix estava adiada para além dos meses gelados.

Com o revés alemão, as conversações e os acordos entre portugueses e ingleses passaram para outro nível, do militar para o apoio técnico para a melhoria da infraestrutura nos Açores. Desta forma, os britânicos conseguiram que os militares portugueses se sentissem “obrigados a fornecer os dados técnicos necessários para o uso dos Açores como base aeronaval”³⁸⁸.

Em dezembro de 1941, os japoneses atacaram a base norte americana em Pearl Harbour, localizada no Oceano Pacífico, facto que veio “modificar todas as perspectivas sobre o Atlântico e as ilhas portuguesas”³⁸⁹.

Com a consequente entrada dos EUA na guerra, ainda em dezembro de 1941, a Grã-Bretanha passou a crer na vitória por meio da aliança com os estadunidenses.

Entre 22 de dezembro de 1941 e 7 de janeiro de 1942, ocorreu em Washington a Conferência Arcádia, na qual os Açores e as demais ilhas atlânticas portuguesas foram um dos primeiros assuntos discutidos. O planeamento de setembro de 1941, de realizar as ocupações preventivas dos Açores e de Cabo Verde, ainda estava em vigor, “mas sem data marcada”³⁹⁰.

A proposta de ataque no Norte da África, com apoio da França de Vichy, eliminava qualquer pretensão aliada sobre Dacar e aumentava a necessidade de que os países ibéricos se mantivessem neutrais. Contudo, ambas com vistas no futuro, Churchill tinha planos para os Açores e Roosevelt para Cabo Verde³⁹¹.

Na reunião dos estados-maiores inglês e norte-americano, em 24 de dezembro de 1941, ficou registada a conversa entre os almirantes Stark³⁹² e King³⁹³ (EUA) e Pound³⁹⁴ (Grã-Bretanha). Stark [...]

[...] pergunta qual a importância dos Açores para a Inglaterra; Pound responde que é imensa, em especial se não fosse possível manter

³⁸⁷ Apontamento da conversa entre Teixeira de Sampaio e o Barão de Huene, *apud* Telo, 1993: 342.

³⁸⁸ Telo, 1993: 349.

³⁸⁹ *Ibidem*, 349.

³⁹⁰ *Ibidem*, 353.

³⁹¹ *Ibidem*, 353-354.

³⁹² Stark, Harold Rayford, almirante estadunidense que comandava a esquadra do Atlântico. Foi Chefe das Operações Navais de 1942 a 1945.

³⁹³ King, Ernest Joseph, almirante estadunidense, foi Chefe das Operações Navais de 1939 a 1942 e Comandante das forças navais na Europa nos anos de 1942 e 1943.

³⁹⁴ Pound, Alfred Dudley Rogers, almirante inglês, comandou a esquadra no Mar Mediterrâneo de 1936 a 1939 e Primeiro lorde do Almirantado a partir de 1939.

Gibraltar; o americano repete a pergunta, desta vez sobre Cabo Verde; a resposta é que a Inglaterra só está interessada em negar o uso de Cabo Verde aos inimigos. O Almirante King entra então no diálogo e refere que o interesse dos EUA em Cabo Verde é estratégico, tendo em conta a sua localização entre Dacar e o Brasil. Acrescenta que o melhor será, de futuro, como os EUA não podem fazer ambas as ocupações simultaneamente, entregar a responsabilidade dos Açores à Inglaterra e a de Cabo Verde aos EUA³⁹⁵.

Contudo, a posição de Churchill, de que não havia necessidade de ocupar as Canárias e os Açores para o desembarque no Norte da África, prevaleceu. Além de desnecessárias, tais ações trariam perturbação à Península Ibérica³⁹⁶.

Na continuação da Conferência Arcádia, ficou acertado que forças norte-americanas substituiriam as inglesas na Irlanda e na Islândia, passando Cabo Verde para os ingleses em caso de emergência. Londres, então, passou a planear as operações *Bibulous*, focada em Cabo Verde, e *One*, para os Açores³⁹⁷.

Com a impossibilidade de realizarem um “assalto directo à Europa”, em face dos poucos efetivos, agregados aos argumentos dos britânicos em desviarem recursos para o Mediterrâneo, fez com que os estadunidenses cedessem e aceitassem “o desembarque no Marrocos francês”, rebatizando o plano anterior “agora com o nome ‘Torch’”³⁹⁸.

Entretanto, foi aventada a possibilidade de os espanhóis sentirem-se tentados a “intervir contra as forças aliadas” que desembarcassem em Marrocos. Caso esse cenário se concretizasse, seria necessário ocupar “uma base nos Açores e as ilhas Canárias”³⁹⁹.

No andamento das ações, Casablanca tornou-se uma alternativa mais viável que as Canárias. Ademais, no início de 1943, os Açores passaram a ser vistos, aos olhos dos EUA, “como uma importante base activa, não para a ‘defesa do hemisfério’ mas, sim, como forma de assegurar a manutenção de forças próprias” em outros continentes, ou seja, os Açores “são a base ideal” [...] “para o apoio logístico a quaisquer exércitos que queiram manter no Norte da África ou no Sul da Europa (e mesmo no Norte da Europa)”⁴⁰⁰.

Ao longo das três fases da guerra contra os submarinos do Eixo, de janeiro de 1942 a setembro de 1943, as principais zonas de combate no Oceano Atlântico transitaram,

³⁹⁵ Reunião dos Estados-Maiores de 24 de dezembro de 1941, *in The Conferences at Washington*, FRUS, Washington, DC, 1968: 82-90, *apud* Telo, 1993: 355.

³⁹⁶ Reunião dos Estados-Maiores de 1 de janeiro de 1942, *ibidem*, pp. 182-185, *idem*, p. 355.

³⁹⁷ Planos de janeiro de 1942. PRO WO 106 5198 69356, *idem*, p. 356.

³⁹⁸ Telo, 1993: 357.

³⁹⁹ *Ibidem*, *idem*.

⁴⁰⁰ *Ibidem*, pp. 358-359.

alternadamente, do Norte para as Caraíbas – costa do Brasil, na medida em que as técnicas e táticas de combate navais evoluíam.

Assim, os Açores serviam como centro de gravidade, em particular como área onde as “vacas leiteiras”, os submarinos-tanques, reabasteciam os submarinos nazis, no que Telo, ao se referir ao arquipélago, “se tornam uma placa giratória de reabastecimento na viagem para zonas distantes, frequentada pelos submarinos que vão para os EUA e para o Atlântico Sul”. O tráfego de embarcações aliadas passou a ser mais intenso quando da decisão e do início da Operação Torch, tornando os Açores a região do Atlântico de máxima importância de “Novembro de 1942/Setembro de 1943”⁴⁰¹.

De julho a setembro de 1943, navios dos EUA limpavam a zona de ação, ao afundarem “16 submarinos, entre os quais oito ‘vacas leiteira’”. Pelo esforço, os norte-americanos passaram a insistir “em colocar esquadrões *Liberator* VLR nos Açores”. Para eles, “trata-se de assegurar o controle de uma área que foi limpa pelas suas forças” e lhe “está atribuída”⁴⁰².

Telo assevera que, ao final da terceira fase da guerra de submarinos, o Almirantado britânico passou a aventar a possibilidade de ocupar o Arquipélago dos Açores. A ocupação foi planejada para acontecer, inicialmente, em setembro de 1941, diante de eventual derrota da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Como não aconteceu a rendição dos soviéticos, as operações foram adiadas indefinidamente. Verifica-se que “as ações em relação aos Açores dependem mais da grande estratégia do que da evolução da batalha do Atlântico, embora se verifique uma tendência para a importância deste último aspecto aumentar quando os aliados enfrentam maiores dificuldades”⁴⁰³.

Com o desencadear da Operação *Torch*, ao final de 1942, os interesses dos aliados pelos Açores passaram a refletir nas arestas que surgiram entre ingleses e estadunidenses. O governo de Roosevelt requeria dos britânicos a cessão das suas bases nos Açores para atividades logísticas, enquanto Churchill reforçava a soberania lusa no arquipélago. A distensão chegou à situação em que Roosevelt propôs a Vargas, em janeiro de 1943, que tropas brasileiras substituíssem as portuguesas nos Açores, sem o conhecimento do Primeiro Ministro britânico⁴⁰⁴.

Em maio de 1943 ocorreu outra cimeira entre o líder inglês e o norte-americano, denominada como Conferência *Trident*, sem a presença dos diplomatas britânicos. No cerne das discussões tabuladas estava a falta de cobertura aérea aos comboios aliados no Atlântico central. O relatório dos COS, de 7 de maio de 1943, ficou clarificado que “sem os

⁴⁰¹ *Ibidem*, pp. 360-367.

⁴⁰² *Ibidem*, pp. 367-368.

⁴⁰³ *Ibidem*, p. 288.

⁴⁰⁴ *Ibidem*, p. 378.

Açores estaremos sempre no exterior do círculo, enquanto o inimigo opera no seu interior”⁴⁰⁵ (conforme pode-se observar no Anexo C⁴⁰⁶): “O que está em causa, quando a reunião Trident começa, não é a ocupação dos Açores mas, sim, quem a vai fazer e como, pois ingleses e americanos querem ter a exclusividade e acham que é essencial obter as ilhas a curto prazo” (Telo, 1993: 382)⁴⁰⁷.

No ponto de vista de Roosevelt, o envolvimento dos brasileiros servia de “modo a evitar os preconceitos de Portugal” (*Ibidem*, p. 383)⁴⁰⁸.

Na Conferência *Trident*, os britânicos apresentaram o planeamento da Operação *Brisk* para a conquista e ocupação dos Açores. Churchill refutou o emprego de tropas brasileiras. Roosevelt conseguiu que “as facilidades dos Açores estarão à disposição das Nações Unidas, ou seja: não serão exclusivas da Inglaterra”⁴⁰⁹.

O governo inglês não foi recetivo às decisões da cimeira. O FO reforçou a necessidade de solicitar as bases ao governo português, “invocando a aliança e, se esta iniciativa falhar, recorrer então à operação militar”. Em decorrência da posição contrária da coroa britânica, Churchill levou um novo planeamento para aprovação (Operação *Lifebelt*). Os norte-americanos o aprovaram, porém Churchill sabia “que não tem o apoio do seu governo” em Londres (Telo, 1993: 393-394).

Os preparativos para a Operação *Lifebelt* foram aprovados pelo *War Cabinet* em 7 de junho de 1943, todavia, com a seguinte observação: “que se apresente um pedido imediato em Lisboa” (Cardogan, *apud ibidem*, p. 394)⁴¹⁰.

Em setembro de 1943, a derrota alemã em Estalinegrado indicava que a vitória na guerra passou a pender para os aliados. Ao mesmo tempo, uma reedição da Guerra Civil em Espanha estava a reacender, “sob a forma de um confronto armado entre uma coligação de monárquicos com os sectores franquistas mais liberais e o bloco falangista” (Telo, 1993: 394)⁴¹¹.

A determinada aproximação entre Londres e Lisboa sobre o assunto foi conturbada.

No dia 8 de junho, o embaixador inglês Campbell⁴¹² reuniu-se com Salazar, quando fez referência ao facto de que a “Inglaterra não pode ver com indiferença a continuação da compra de armamento”⁴¹³ alemão pelo Estado Novo.

⁴⁰⁵ *Ibidem*, p. 380.

⁴⁰⁶ *Seizure or peaceful occupation of the Azores. Joint Chiefs of Staff*, de 16 de maio de 1943.

⁴⁰⁷ Obra citada..

⁴⁰⁸ *Idem*.

⁴⁰⁹ Atas da quinta reunião *Trident*, em 24 de maio de 1943. NA CCS 381, *apud* Telo, 1993: 388.

⁴¹⁰ *The Diaries of Sir Alexander Cardogan*, 1971, entrada de 7 de junho de 1943.

⁴¹¹ *Op. cit.*

⁴¹² Campbell, Sir Ronald Hugh, diplomata inglês, foi Embaixador em Portugal de 1940 a 1945.

⁴¹³ DAPE, vol. II, doc. 78, relato português da conversa Salazar – Campbell, a 8 de junho de 1943, *apud* Telo, 1993: 395.

A 11 de junho de 1943, o FO avisou a Campbell que pretendia pedir “as bases nos Açores em nome da aliança” e que a “Inglaterra aceita discutir medidas de proteção à navegação ou contra ataque aéreo, bem como fornecer garantias de longo prazo sobre os Açores e o império”⁴¹⁴.

Campbell levou a proposta britânica a Salazar no dia 18⁴¹⁵.

Com a resposta positiva de Lisboa, Churchill, então, escreveu uma carta ao Presidente Roosevelt, na qual expôs a recusa do *War Cabinet* ao plano aprovado em *Trident*, justificando com o facto do desejo de Salazar de “rever os planos de defesa” e pediu “uma garantia americana sobre o império português”⁴¹⁶.

Em sucessivas mensagens, diante da contrariedade norte-americana, “pois certos sectores temem a exclusão americana”, o Primeiro Ministro inglês garantiu que continuava “válida a decisão de Trident de abrir as bases às ‘Nações Unidas’” (Telo, 1993: 396).

Churchill orientou a delegação que foi negociar as bases com Lisboa de que não se devia “mencionar o uso das bases por americanos” e que, caso os interlocutores lusos questionassem, “só Frank Roberts (o representante do FO na delegação) pode responder”⁴¹⁷.

A 5 de julho de 1943, iniciaram-se as conversações entre britânicos e portugueses. As negociações arrastaram-se por dias, “num ‘braço de ferro’ teimoso”. O acordo final foi assinado no dia 17 de agosto e previa “a ocupação a partir de 8 de outubro” (*Ibidem*, p. 400).

A reação do governo dos EUA foi veemente: “Qualquer acordo anglo-português que limite o uso das facilidades nos Açores ao império britânico não é aceitável pelos EUA. Uma tal limitação não está em consonância com o acordo Tridente”⁴¹⁸.

Em face disso, na 98ª Reunião dos JCS, em 1 de setembro de 1943, ficou decidido que “as questões relativas às ilhas portuguesas devem ser conduzidas sem intermediários, com a exclusão da Inglaterra; deve-se iniciar negociações autónomas, preparando-se de imediato um estudo para tal”⁴¹⁹. A indignação norte-americana ficou muito bem estabelecida.

Em carta do Almirantado inglês ao Almirante King, de 15 de setembro, os britânicos salientaram “que foi o ‘Dr. Salazar’ quem excluiu os EUA”⁴²⁰.

⁴¹⁴ Telegrama do FO a Campbell, de 11 de junho de 1943. PRO FO 371 34656 C6885, *apud ibidem*, *idem*.

⁴¹⁵ Relato de Campbell, a 23 de julho de 1943. PRO FO 371 34627 C7239, *apud ibidem*, p. 396.

⁴¹⁶ Carta de Churchill a Roosevelt, datada de 11 de junho de 1943. TCC, vol. II, pp. 239-241, *apud* Telo, 1993: 396.

⁴¹⁷ Diretiva dos COS à delegação *Ingot*, datada de 27 de junho de 1943. PRO WO 106 2935, *apud ibidem*, p. 397.

⁴¹⁸ Reunião dos JCS, de 5 de agosto de 1943. NA CCS 270/4, *apud ibidem*, p. 401.

⁴¹⁹ NA 98ª Reunião dos JCS, a 1 de setembro de 1943, *apud ibidem*, p. 402.

⁴²⁰ NA CCS 381, *apud ibidem*, p. 403.

Desta feita, no final de 1943, os americanos do norte iniciaram as conversações com o regime de Salazar de forma autónoma. Os EUA decidiram por “assumir o controlo activo do Atlântico”, a ser concretizado pelo uso de “um porto em São Miguel, uma base de ‘hidros’⁴²¹ da marinha na Horta, duas bases aéreas para AAF (Lajes e Flores) e uma outra alternativa em S^{ta} Maria, tudo completado com estações de rádio, radar, comunicações, meteorologia, instalações diversas, depósitos, et., etc.”⁴²².

O encarregado de negócios estadunidense, George Keenan⁴²³, fez uma análise sobre o Presidente do Conselho português e a enviou ao Departamento de Estado por meio de telegrama, no dia 20 de outubro de 1943, com a seguinte visão⁴²⁴:

Salazar teme os EUA quase tanto como o comunismo; a propaganda alemã tem referido muitas vezes que os americanos querem entrar nos Açores para não mais saírem, tese em que a maior parte dos portugueses acredita facilmente; os EUA pedem facilidades que já foram recusadas à própria Inglaterra.

Por fim, Keenan aponta para a questão de fundo: “os EUA têm de escolher um ou dois caminhos – ou derrubar Salazar ou negociar com ele; se a opção for a última, então é necessário ganhar a confiança do Governo português e rever toda a política existente” (*Ibidem*, *idem*).

Keenan foi afastado de suas funções, em consequência da forte reação dos militares, que consideravam uma solução por demais simplista, posto que consideravam que os EUA deveriam “apresentar o pedido e, se este fosse recusado, ocupar as facilidades, colocando Portugal – e a Inglaterra – perante um facto consumado” (Telo, 1993: 415).

Entretanto, antes de partir de Lisboa, o aparentemente inexperiente funcionário do Departamento de Estado apresentou, “por iniciativa própria, as garantias sobre o império português que tinham sido retidas” (*Ibidem*, p. 416).

Da conversa entre Keenan e Salazar, em 23 de novembro, o estadunidense relatou ao Departamento de Estado o seguinte⁴²⁵:

[...] o presidente do conselho português está ainda céptico sobre a capacidade aliada de esmagar a Alemanha e sublinha várias vezes que as relações com os EUA têm de continuar a passar pela Inglaterra; acrescenta que, de futuro, haverá duas alianças no

⁴²¹ Hidroaviões.

⁴²² Telegrama do SD a Keenan, a 16 de outubro de 1943. *FRUS*, 1943, vol. II, p. 556, *apud* Telo, 1993: 414.

⁴²³ Keenan, George, diplomata estadunidense, foi Secretário e Encarregado de negócios em Lisboa em 1943 e em 1944.

⁴²⁴ *FRUS*, 1943, vol. II, pp. 559-560, *apud* Telo, 1993: 415.

⁴²⁵ *Ibidem*, *apud ibidem*, p. 416.

Atlântico: uma entre os EUA e a Inglaterra e outra entre Inglaterra e Portugal, mas nunca entre os EUA e Portugal.

No diálogo com Salazar, Keenan clarificou que o Governo de Roosevelt queria uma relação direta, “sem interferências inglesas, estando (os EUA) dispostos a importantes concessões para conseguir facilidades adicionais” (Telo, 1993: 417).

A orientação do FO ao embaixador inglês em Lisboa, Campbell, era de “apoiar os americanos nos Açores”, que foi repassada a Teixeira de Sampaio por um funcionário inglês “com ar de quem cumpre uma dolorosa obrigação” (*Ibidem*, idem)⁴²⁶.

Pelas atribuições nas relações entre Portugal e Grã-Bretanha em torno do comércio do volfrâmio, posto que Salazar recusou-se a embargar as exportações do metal para a Alemanha, nos meses finais de 1943, “o ‘secular aliado’” chegou “a pensar seriamente em provocar a queda de Salazar” (*Ibidem*, p. 418).

Enquanto isso, os EUA afastaram-se do problema, haja vista que consideravam a causa dos Açores mais importante⁴²⁷.

Entretanto, com o final da guerra submarina, em outubro de 1943, os Açores pareciam perder a importância operacional e ganhar valor para as funções logísticas (abastecimento e manutenção leve), bem como para a inteligência naval – meteorologia e comunicações –. Entretanto, a *US Navy* persistia em alocar os seus *Liberators* nas ilhas⁴²⁸.

Por uma má interpretação dos representantes norte-americanos em Lisboa, apesar de Campbell ter sido incumbido de convencer Salazar, um esquadrão de *Liberators* foi enviado para os Açores (*Ibidem*, p. 426)⁴²⁹.

Diante dessa determinação de Washington e das ordens de Lisboa de reagir ao inoportuno desembarque, Churchill enviou de Teerão um telegrama a Eden, a 14 de janeiro de 1944, com as seguintes observações⁴³⁰:

Deve dizer-se a Campbell para apoiar os americanos vigorosamente e em particular para realçar junto de Salazar, as consequências de resistir às tropas americanas. Não há agora qualquer perigo de invasão alemã e a aliança refere os amigos dos amigos. Não temos qualquer necessidade de nos moderarmos ao lidar com estes neutros, que esperam sair do Armagedão sem problema e com um bom lucro.

⁴²⁶ Conversa de 24 de novembro de 1943, DAPE, vol. XII, doc. 325.

⁴²⁷ Telo, 1993: 418

⁴²⁸ Telo, 1993: 426.

⁴²⁹ Relato de Ponta Delgada para Lisboa, a 9 de janeiro de 1944.

⁴³⁰ PRO FO 371 39552 C606, *apud* Telo, 1993: 426.

Roosevelt enviou, então, uma carta a Churchill, a 17 de janeiro, na qual informou que havia mantido o envio “de qualquer modo o esquadrão de *Liberators*, só deixando a Portugal a alternativa de resistir pela força” (*Ibidem*, *idem*)⁴³¹.

Em resposta, Churchill sugeriu a Roosevelt que enviasse o “esquadrão como se fosse uma unidade inglesa” (*Ibidem*, pp. 426-427).

Roosevelt, então, respondeu que preferia “não enviar esquadrão nenhum a enviar mais uma unidade britânica” (*Ibidem*, p. 427), deixando à Grã-Bretanha o cuidado de negociar a aceitação da presença permanente da *United States Navy* (USN) pelos portugueses⁴³².

De facto, Londres tinha consciência de que os EUA estavam a se tornar uma grande potência, em particular, naval. Apesar disso, os ingleses duelaram com os americanos do norte pelos Açores, ao final de 1943, ao mesmo tempo em que puxavam os EUA para a Europa (*Ibidem*, p. 430).

Em julho de 1944, o Estado Novo luso recuou e autorizou que os aviões estadunidenses desembarcassem nos Açores.

Telo coloca em tese que a retirada dos *Liberators*, em outubro de 1944, com a finalidade de reservar espaço para aviões de transporte⁴³³, revelou que a questão “não é militar, mas sim política”, haja vista que “o que está em jogo [não era a luta] contra os submarinos alemães – já decidido – mas, sim, o futuro da Europa” (*Ibidem*, p. 431).

Desta forma, em novembro de 1944, os Açores tornaram-se uma das mais importantes “placas giratórias do tráfego aéreo internacional”. Os americanos-do-norte eram “de longe” os seus principais utilizadores (*Ibidem*, p. 444).

Em memorando dos JCS sobre a política em relação aos Açores, datado de 9 de outubro de 1944, foi prospectado, a considerar as funções logísticas, que a posse dos Açores representava, em um período de seis meses, as seguintes vantagens⁴³⁴:

Poupança de 51,5 milhões de galões de gasolina, o que basta para manter em operação uma frota de 5.400 bombardeiros pesados; mais seis missões para cada quadrimotor de transporte pesado antes das revisões; a libertação de cerca de 150 aviões de transporte pesado, que podem ser usados noutros teatros; a libertação de cerca de 15.000 técnicos no pessoal de terra.

Essa estimativa foi largamente ultrapassada após um ano de uso das bases nos Açores. Com essa expansão extraordinária, os norte-americanos concluíram, conforme coletado em

⁴³¹ TCC, vol. II, p. 677.

⁴³² Carta de Roosevelt a Churchill, a 22 de janeiro de 1944. TCC, vol. II, p. 677, Telo, 1993: 427.

⁴³³ Documento dos CCS, a 21 de outubro de 1941. NA CCS 323.361, *apud ibidem*, p. 431.

⁴³⁴ NA JCS 319/5, *apud ibidem*, p. 439.

telegrama enviado pelo Departamento de Estado à representação em Lisboa⁴³⁵, o qual foi sintetizado por Telo: “os EUA têm de manter contactos directos com Portugal, sem usar a Inglaterra como intermediária e com a recusa formal e absoluta de qualquer oferta nesse sentido, por mais inocente que possa parecer” (*Ibidem*, p. 439).

2.4.3 Quanto aos aspetos naturais

Também conhecido como tungsténio, o volfrâmio era abundante na Península Ibérica. Por isso, as questões suscitadas pela repartição do volfrâmio português entre a Alemanha e a Grã-Bretanha provocaram várias crises diplomáticas durante a guerra.

Durante os anos em que antecederam à Segunda Guerra Mundial e conforme o Quadro 2.9., fica perceptível que os Aliados eram grandes importadores e consumidores do volfrâmio português, a fim de atender a larga utilização do minério nos parques industriais desses países, nos quais eram amplamente empregados na fabricação de máquinas-ferramentas, viaturas blindadas e aeronaves, navios de superfície e submarinos, bem como de projéteis dos mais diversos calibres.

Quadro 2.9.

Exportações de concentrados de volfrâmio a 65 % de WO_3 – em toneladas

⁴³⁵ Elaborado com base nas instruções dos JCS, de 16 de outubro de 1943. NA RG 84, *apud ibidem*, *idem*.

(1935 a 1939)

Anos	1935		1936		1937		1938		1939	
Países	Ton	%	Ton	%	Ton	%	Ton	%	Ton	%
Reino Unido	507	48,1	527	39,8	619	34,1	745	30,3	1.332	43,2
EUA	–	–	–	–	–	–	–	–	85	2,8

Dados: Fontes: *Estatística Comercial* [1935 a 1937]; *Comércio Externo* [1938 e 1939]

Fonte: Nunes, 2010: 104.

Pelo lado do regime nazi, para atender ao esforço de rearmar as suas forças armadas com material de emprego militar adequado, ter acesso ao volfrâmio era crucial para os alemães, particularmente em decorrência ao facto de os nazis não terem mais como importar o mineral de “suas fontes tradicionais de abastecimento, na União Soviética”, após o desencadear da Operação *Barbarossa*.

O estreitamento das relações comerciais entre Portugal e a Alemanha nazi ficou marcada, ainda em agosto de 1941, pelo acordo no qual os portugueses se comprometiam a comprar uma quantidade substancial de armamento dos nazis.

Uma série de entendimentos bilaterais decorrentes incrementara sobremaneira o comércio, nomeadamente o comércio de matérias-primas. Desta feita, em outubro, Salazar autorizou que aos alemães adquirissem o volfrâmio português, cambiando-o por carvão.

No dia 24 de janeiro de 1942, Lisboa assinou um acordo comercial no qual equiparava a quota destinada aos parques industriais alemães à destinada ao mercado inglês. Telo destaca que, para Londres, o acordo caiu como um artefacto explosivo nas relações anglo-portuguesas e que, para Campbell, foi sentido “como uma pequena traição”⁴³⁶.

De igual forma, Salazar acordou com ingleses e norte americanos, cerca de três dias depois de uma conversa com Hoare sobre a questão do volfrâmio. Para Bernardo Futscher Pereira, “não se tratou neste caso de uma compensação oferecida por Salazar – pois as cedências que permitiram fechar o negócio foram feitas pelos ingleses”, todavia, serviu para diminuir a tensão nas relações dos três países. Pereira, entretanto, observou que o “acordo assinado com os aliados não anulava os compromissos com a Alemanha, mas permitia repor os abastecimentos aos aliados a um nível superior”⁴³⁷.

O final de 1943 também ficou marcado pelas atribulações nas relações entre Portugal e Grã-Bretanha em torno do volfrâmio, posto que Salazar recusou-se a embargar as

⁴³⁶ Telo, António (1991), *Portugal na Segunda Guerra Mundial*, Vol. 1, Lisboa: Veja, p. 195.

⁴³⁷ Pereira, Bernardo Futscher (2012), *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*. D. QUIXOTE. Edição do Kindle.

exportações para a Alemanha. Essa situação desconfortável chegou a provocar nos ingleses o pensamento de “provocar a queda de Salazar” (Telo, 1993: 418).

Em fevereiro de 1944, as negociações com os americanos do norte envolvendo os Açores estavam a decair para um impasse, em razão das exportações de volfrâmio lusas para a Alemanha, as quais os aliados estavam determinados a pôr termo. Essa resolução estava compreendida na decisão de Roosevelt, nos últimos dias de 1943, de fazer com que os países neutros limitassem “drasticamente, se não mesmo a interromper por completo, o seu comércio com a Alemanha” (Pereira, 2012)⁴³⁸.

Como Portugal já havia firmado dois acordos comerciais com a Alemanha, em janeiro de 1942 e em abril de 1943, com a guerra em pleno vigor, os aliados estavam muito aborrecidos.

Em 1944, os norte-americanos já não estavam dispostos a tolerar mais a manutenção desse comércio⁴³⁹, apesar de Portugal ter obtido créditos ao ceder as bases nos Açores para os ingleses. Além disso, como os EUA tinham intenção de também obter bases próprias no arquipélago, Washington sentia-se inibido em desencadear uma “guerra económica” com Lisboa “na questão do volfrâmio” (Pereira, 2012)⁴⁴⁰.

As reivindicações estadunidenses jogavam os ingleses para uma situação paradoxal com relação a Portugal, posto que, no momento em que as relações luso-britânicas estavam amistosas devido aos Açores, Londres se via forçada a fazer pressão sobre Salazar, em cima de duas questões reconhecidamente centrais para o Presidente do Conselho: “a cedência de novas bases militares aos americanos nos Açores e o caso do volfrâmio” (Pereira, 2012)⁴⁴¹.

Salazar passou a ficar pressionado por alemães e pelos aliados.

Pelos nazis, o Governo demonstrava-se “o mais inquieto possível”, insistindo na abertura de negociações para renovar o acordo existente, em vigor até 1º de março de 1943. Salazar adiou as negociações, mas, deu uma garantia de que as exportações não seriam interrompidas⁴⁴².

Pelo lado dos aliados:

[...] a 12 de janeiro de 1944, Norweb e Campbell fizeram diligências combinadas, respetivamente junto de Salazar e Teixeira de Sampaio, avisando que iam receber instruções importantes sobre o volfrâmio e

⁴³⁸ Pereira, 2012, Edição Kindle, posição 8010.

⁴³⁹ António José Telo, *A Neutralidade Portuguesa e o Ouro Nazi*, op. cit., pp. 137-152.

⁴⁴⁰ Pereira, 2012, Edição Kindle, pos. 8025.

⁴⁴¹ Pereira, 2012, Edição Kindle, pos. 8029.

⁴⁴² DAPE, Vol. XV, Doc. 266, p. 370, *apud* Pereira, 2012, Edição Kindle, pos. 8031.

solicitando desde logo que Portugal não entrasse em novos compromissos com os alemães⁴⁴³.

Nesse contexto de franco confronto, Salazar precaveu o Duque de Palmela⁴⁴⁴, via telegrama datado de 15 de janeiro de 1944, de que se preparasse para uma “luta violenta”, posto que o líder do Estado Novo estava determinado a fazer outro acordo com a Alemanha. Portanto, não era recomendável deixar “a menor ilusão” para ingleses e americanos-do-norte sobre a possibilidade de serem bem-sucedidos⁴⁴⁵.

Se Salazar estava a esperar o confronto na disputa pela manutenção das exportações de volfrâmio para a Alemanha, os aliados estavam conscientes das imensas dificuldades em obter um embargo total. Portanto, ainda na fase inicial das negociações, tanto ingleses como americanos demonstraram-se abertos a uma solução de compromisso⁴⁴⁶.

Durante um jantar formal no *Foreign Office*, no dia 20 de janeiro de 1944, os ingleses tomaram a iniciativa e apresentaram formalmente o pedido de embargo ao representante de Portugal e afirmaram que se satisfariam com muito menos, ao mínimo possível, em um ambiente descrito como de grande “jovialidade” e “mútua consideração”⁴⁴⁷.

Na apresentação da proposta, feita três dias depois por Campbell, diretamente a Salazar, o embaixador inglês sugeriu que “a única solução inteiramente satisfatória seria, evidentemente, a proibição da exportação ou embargo, mesmo que se aplicasse a ambos os lados”. Apesar do esforço de Campbell, a reação de Salazar foi negativa. Essas negociações “irritantes e intermináveis por causa de umas toneladas de volfrâmio para aqui ou para ali” causavam-lhe “uma impressão de enjoo e de cansaço dificilmente exprimível”. Como conclusão parcial, limitou-se a afirmar “tratar-se de assunto muito delicado e grave”⁴⁴⁸.

De facto, Campbell estava verdadeiramente irritado com algumas atitudes de Salazar. Assim sendo, reportou-se a Londres, indicando que havia indícios de que parte dos oficiais portugueses, de claras tendências republicanas e alinhadas ao Gen Carmona, movimentavam-se em desfavor do ditador. O *Foreign Office* aventou a hipótese de aproximar-se do Presidente da República, que era notoriamente anglófilo. Todavia, sabia-se que esse caminho a ser trilhado não era o usual, mas acreditava-se que era possível arriscar⁴⁴⁹.

⁴⁴³ *United States Department of State*, op. cit., 1944, Vol. IV, p. 86.

⁴⁴⁴ Palmela (Duque de), D. Domingos de Sousa Holstein Beck, foi Embaixador extraordinário em Londres desde setembro de 1943.

⁴⁴⁵ DAPE, Vol. XII, Doc. 327, p. 513.

⁴⁴⁶ *United States Department of State*, op. cit., 1944, Vol. IV, p. 88.

⁴⁴⁷ DAPE, Vol. XV, Doc. 283, p. 396.

⁴⁴⁸ DAPE, Vol. XV, Doc. 285, p. 400.

⁴⁴⁹ Citado na recolha de Carlos Teixeira da Mota, “O ano de 1944 nas relações luso-britânicas”, AHD.

Portanto, decidiu-se que Londres haveria de pressionar Portugal. Tal ação não seria feita de forma direta, recorrer-se-ia à BBC⁴⁵⁰ e à imprensa “para manifestar claramente o nosso descontentamento”. Contudo fora rejeitada a hipótese de fomentar a conspiração nas Forças Armadas, pois “preferimos manter Salazar no poder e que ele cumpra os nossos requisitos”⁴⁵¹. Segundo Pereira, “a Grã-Bretanha optava por uma pressão dura, mas indireta, sobre Salazar, apenas um passo aquém de uma tentativa de o derrubar” (Pereira, 2012, Ed. Kindle, pos. 8154)⁴⁵².

Pelo lado da Coroa Britânica, ainda em março de 1944, o próprio Churchill decidiu-se por pressionar Salazar para suspender por completo o comércio em causa. A negativa portuguesa à solicitação denotava a irritação que produziam os argumentos britânicos, haja vista que, de facto, o esforço de guerra alemão também era dirigido “contra outros inimigos cuja acção contra a civilização cristã defendida pela Inglaterra tem sido infelizmente bem pronunciada e é assaz conhecida”⁴⁵³, ou seja, o maior inimigo comum seria a União Soviética, não a Alemanha.

Diante da resposta de Salazar à carta de Churchill, a 11 de abril, o Secretário-Geral do *Foreign Office*, Alexander Cadogan, redigiu uma longa análise e enviou ao Primeiro Ministro britânico. O ponto inicial de Cadogan era que Salazar respondera de forma resignada, portanto, nem “apelos, nem exercícios de força ou pressão” o demoveriam. Pelo exposto, talvez a solução de compromisso fosse obtida por meio do envolvimento de Salazar, ao solicitar ao líder do Estado Novo propostas para a saída (*apud* Pereira, 2012)⁴⁵⁴.

Apesar de Churchill ter descartado uma possível ação violenta, a orientação passou a ser: tratar Portugal com frieza, enquanto aguardavam pela evolução dos acontecimentos, que atravessou o mês de abril.

O *Foreign Office* ficou furioso com a manobra estadunidense de estabelecer conversações com os portugueses e considerou o gesto americano como “ridiculamente inoportuno” e tenderia a “dissipar qualquer ténue esperança” de quebrar a obstinação de Portugal na questão do volfrâmio⁴⁵⁵.

A 4 de maio, novas instruções chegaram a Campbell: não mais abordar diretamente Carmona. Para isso, “o embaixador inglês enviaria recado por meio da filha do Presidente, Maria Inês Carmona dos Santos, em quem depositava confiança”⁴⁵⁶.

⁴⁵⁰ Corresponde à abreviatura de *British Broadcasting Corporation* (Corporação Britânica de Radiodifusão).

⁴⁵¹ Citado na recolha de Carlos Teixeira da Mota, “O ano de 1944 nas relações luso-britânicas”, AHD.

⁴⁵² Op. cit.

⁴⁵³ DAPE, Vol. XV, Doc. 347, p. 469.

⁴⁵⁴ Pereira, 2012, Edição Kindle, pos. 8122.

⁴⁵⁵ Citado na recolha de Carlos Teixeira da Mota, «O ano de 1944 nas relações luso-britânicas», AHD.

⁴⁵⁶ Pereira, 2012, Edição Kindle, pos. 8154.

A filha do Gen Carmona foi abordada por Campbell⁴⁵⁷. Ao escutar a proposta inglesa de intermediar a causa, ela comentou ao embaixador que Salazar “tem muitas qualidades mas um grande defeito: é mais teimoso do que uma mula”. Assim mesmo dispôs-se a falar imediatamente com o pai⁴⁵⁸.

Durante uma entrevista, Campbell fez referência a sua intervenção junto da filha do Presidente. Sem querer desenvolver o tema, Salazar foi sintético ao se dispor, caso o inglês necessitasse falar com o Presidente da República, teria todo o prazer em facilitar-lhe uma audiência⁴⁵⁹. No que tangia ao volfrâmio, Salazar permaneceu a recusar um embargo total, mas, estava disposto a reduzir substancialmente as exportações para a Alemanha.

A proposta portuguesa ainda estava aquém do que pretendiam os ingleses. Contudo, embora contrariados, dispuseram-se a aceitar o compromisso oferecido por Salazar, um pouco melhorado. Washington informou a Halifax que não aceitaria a proposta lusa e que colocava essa posição mais como um conselho amigável do que como uma pressão⁴⁶⁰. Mais uma vez, os ingleses tiveram de reconsiderar.

No dia 24 de maio, Campbell e Salazar encontraram-se novamente. O embaixador inglês evocou a Aliança para resolver a questão. Zeloso e com a certeza de que a Aliança trazia vantagens e lhe permitia salvar a face, Salazar informou o embaixador que, posta nesses termos, submeteria a questão ao Conselho de Ministros⁴⁶¹.

Por sua vez, o *Foreign Office* dispôs-se a invocar formalmente a Aliança. Em 29 de maio, Campbell formulou ao Estado Novo um “solene e empenhado apelo”, colocando antigos acordos bilaterais em causa, para que fossem suspensas as exportações de volfrâmio. Fortalecido pela posição do *FO*, Campbell estava determinado a dobrar Salazar e obter a cedência total e definitiva, sem prazos, condições ou exceções, mesmo ultrapassando as suas competências, posto que o Governo britânico estava disposto a aceitar a entrega à Alemanha das cem toneladas de volfrâmio⁴⁶². Após mais uma série de conversas com Teixeira de Sampaio, o embaixador inglês obteve finalmente o que queria.

2.4.4. Quanto à dinâmica populacional no espaço geográfico de Portugal continental

⁴⁵⁷ DAPE, Vol. XV, Doc. 369, p. 489.

⁴⁵⁸ *Apud* Telo, 1990, Vol. 1, p. 244.

⁴⁵⁹ DAPE, Vol. XV, Doc. 377, p. 505.

⁴⁶⁰ António Telo, Portugal na Segunda Guerra (1941-1945), op. cit., Vol. 1, p. 245.

⁴⁶¹ Nogueira, s/d: 534.

⁴⁶² Telo, 1991, Vol. I, p. 235.

Apesar da pequena relevância numérica, para Telo (1993: 306), a influência crescente da colónia alemã em Portugal fez despertar uma série de receios diante de possíveis “actos de sabotagem, ataque aéreo de surpresa contra pistas de aviação ou, mesmo, golpe de Estado” sob influência direta de Berlim. Para o investigador, os receios eram fundamentados pela campanha nazi na Noruega, “quando, num ataque aeronaval audacioso, apoiado por uma quinta coluna, os alemães conseguem dominar os principais portos e aeroportos em poucas horas”⁴⁶³.

Os EUA e a Grã-Bretanha também tinham a mesma apreensão. Roosevelt questionou o ministro americano em Lisboa, Pell, em março de 1940, “se não existe perigo de acções alemães nos Açores”⁴⁶⁴. Os ingleses, por sua vez, no mesmo período, reavaliaram o papel de Portugal, “tendo em conta os muitos boatos que correm sobre as intenções da ‘quinta coluna’ alemã e as queixas do embaixador Selby, que propõe que se peça a beligerância de Portugal para obter uma maior colaboração na guerra económica”⁴⁶⁵.

Os aliados estavam cientes da capacidade de organização do pequeno grupo de alemães residentes nos Açores e as relações deles com as autoridades locais. Esses súditos do *Reich* eram capazes de monitorar a movimentação de navios nos portos e passar “objectos e informações para submarinos ao largo ou nas enseadas menos vigiadas”⁴⁶⁶.

2.5 As decisões políticas do Governo Português

Portugal aparece hoje como uma pequena nação que conservou um grande império colonial. Para defender a metrópole e o império, só resta a Salazar contar com o bom direito. Qualquer ameaça à neutralidade portuguesa, de onde quer que venha ou se produza, arrisca comprometer todo um edifício pacientemente construído,

⁴⁶³ Telo, 1993: 306.

⁴⁶⁴ *Ibidem*, *idem*.

⁴⁶⁵ *Ibidem*, 306.

⁴⁶⁶ Conforme entrevista de Telo com o Sr. Jaime Gama, *apud* Telo, 1993: 375.

podendo até mesmo comprometer a sobrevivência do império (sr. De Boysson, adido naval francês em Lisboa, 12/05/1942)⁴⁶⁷.

Essa consideração está intimamente interligada à posição do Chefe do Estado Novo português, António de Oliveira Salazar, e de alguns dos seus mais próximos apoiantes, que deixavam evidentes terem afinidade ideológica com os fascistas e com os nazis.

A assertiva também é compartilhada com Rocha (2009: 119)⁴⁶⁸, que acrescentou:

[...] nem tanto por convicção, por gosto ou por interesses de ordem pessoal, mas principalmente por medo do comunismo, por ideologia e, sobretudo, pelo medo de ser obrigado a deixar o poder e de prestar contas, pois a vitória do Eixo significaria a certeza da manutenção do regime e a dos Aliados, o futuro incerto.

Essa perspectiva de certa aproximação entre Salazar e a Alemanha Nazi fez parte do discurso proferido pelo líder português, ainda em 1938, cujo tema foi a preocupação com a guerra, que então se avizinhava, e a paz. Aproveitou para fazer uma consideração sobre a situação de beligerância na Europa.

O discurso, notadamente condescendente, foi sobre a Alemanha, a considerar as consequências da Grande Guerra e os nítidos reflexos das cláusulas do Tratado de Versalhes sobre os alemães (Salazar, 1943:107-108)⁴⁶⁹:

[...] é insensato supor que a Alemanha poderia indiferentemente resignar-se ou viver numa espécie de minoridade que violentava a sua consciência nacional e, a ser possível, privaria em qualquer caso a Europa de extraordinária capacidade de organização e de trabalho de muitas dezenas de milhões de homens superiormente apetrechados e cultos.

Assim aconteceu que as mesmas razões que impeliram a Alemanha para o regime que consubstanciava, senão a revindita, ao menos a unidade, a plenitude da soberania e a recuperação de anterior grandeza, levaram a política europeia a enrodilhar-se impensadamente na aversão ao sistema político [...] A Alemanha, embora com algum exagêro, encarnou, então o papel de perseguida [...]

⁴⁶⁷ Arquivo do Ministério francês da Defesa - Château de Vincennes (AMFD) – Série 2 BB7 Li 3 – 1939/1947. Resumo de informação secreto n. 18, datado de 12 de maio de 1942, da Legação francesa em Portugal ao almirantado francês, Marinha, *apud* Rocha, 2009: 117.

⁴⁶⁸ Rocha, Alexandre Luís Moreli (2009), *As pressões dos Aliados e a evolução da política externa portuguesa entre 1942 e 1943: da neutralidade à colaboração*, Revista de História 161 (2º semestre de 2009), pp.113-144.

⁴⁶⁹ Obra citada. Discurso proferido na Emissora Nacional, no encerramento da campanha eleitoral para a constituição da nova Assembleia, em 27 de outubro de 1938.

Essa aproximação entre Salazar e os Nazi que Ninhos (2017: 19) considera ao relatar a grande importância de Portugal, com seus territórios continental e insulares, para os alemães ao escrever que [...] “Esta diplomacia⁴⁷⁰, que aspirava à germanização de toda a Europa, escondia um imperialismo de cariz econômico e político, que a Alemanha pretendia impor a Portugal, aos arquipélagos atlânticos e às suas colónias”⁴⁷¹, ao indicar que Aliados e alemães, em termos geopolíticos e geoestratégicos, consideravam ter Portugal como próximo ou, preferencialmente, como aliado. E esse alinhamento e jogo de interesse ficou latente no mesmo discurso salazarista de 1938, onde o então líder luso exclamou: que saíram (Salazar, 1938: 110) [...]

[...] de Munique, senão uma nova Europa, ao menos as perspectivas de uma Europa muito diferente. No domínio político, nas relações económicas, nas possibilidades militares, nas influências diplomáticas pela amizade ou vizinhança, acabou-se nos últimos meses a obra de destruição de Versalhes e em poucas horas se substituíram por outras as bases que foram da política europeia durante dezenas de anos.

Algumas palavras depois, Salazar minimizou a possibilidade de os alemães invadirem e conquistarem o território continental português ao discursar que parece “que houve ainda quem visse alucinante tropas de terceiras potências a avançar pelo nosso território, vindas de Espanha, para ocupar as principais bases das costas portuguesas” (Salazar, 1938: 112). Bem como indicou a certeza própria de que a Espanha ia permanecer neutral, ao falar que a “mim pareceu-me desde o começo evidente que o maior interesse da Espanha nacionalista estava em manter-se neutral em qualquer conflito eventualmente nascido dos problemas do centro europeu” (Salazar, 1938: 113).

O início da guerra pegou de surpresa o Estado português, nomeadamente a sua Marinha, em razão da prioridade dada ao Exército em 1935, que deixou o Arquipélago dos Açores desguarnecida. Como Telo descreve: “Na prática, a marinha não consegue, nesta primeira fase, nem sequer manter um *destroyer* ou um aviso em permanência nos Açores”, pela simples “falta de instalações nas ilhas”⁴⁷².

Com o cenário estabelecido em setembro de 1939, o Exército mobilizou pessoal e chegou ao efetivo de 48.905 tropas e enviou um batalhão expedicionário para Angola e outro para Moçambique. A defesa e a proteção do Arquipélago dos Açores mostraram-se tímidas. Tal precariedade somente começou a modificar-se com a queda da França e os

⁴⁷⁰ Diplomacia adotada pelos Nazis.

⁴⁷¹ Obra citada.

⁴⁷² Telo, 1993: 267.

reiterados pedidos dos ingleses, quando um terceiro batalhão expedicionário foi enviado para as ilhas em outubro de 1940. Este só foi reforçado até abril de 1941⁴⁷³.

Salazar parecia admitir que, na sequência dos eventos bélicos, Portugal deveria “esperar o pior”, bem como era “dever de proceder sobre certos aspetos como se contássemos com ele”. Para o Presidente do Conselho, a hipótese mais provável era de que Hitler atacaria para ocupar Gibraltar com “suas tropas através da Espanha” [...] “com ou sem participação da Espanha”. Portanto, segundo Salazar, com esse movimento ofensivo do Eixo para ocupar o estreito, a Alemanha acabaria também por ocupar o território português. Sendo assim, o Estado Novo tinha que se mostrar em condições de enfrentar essas possibilidades^{474, 475}.

Nos primeiros dias de setembro de 1939, enquanto a Alemanha arrancava em sua ofensiva inicial, o Presidente do Conselho António Oliveira Salazar reafirmou a posição do Estado Novo:

Felizmente, os deveres da nossa aliança com a Inglaterra, a que não queremos eximir-nos a confirmar em momento tão grave, não nos obrigam a abandonar nesta emergência a situação de neutralidade. (...). O governo considerará como o mais alto serviço ou a maior graça da providência poder manter a paz para o povo português⁴⁷⁶.

Para Franco Nogueira, ao analisar a citada nota à imprensa do ditador, Salazar, em tese:

- A) Não faz uma declaração solene de neutralidade, menciona apenas uma situação de neutralidade.
- B) Não publica decreto ou outro diploma legal. Política e juridicamente mantém aberto o caminho para alterações que as circunstâncias acaso venham a impor⁴⁷⁷.

Assim, António Paulo Duarte⁴⁷⁸, a partir do ponto de vista de Nogueira, prospeta que a declaração de neutralidade de Salazar:

[..] enfatiza a vontade de paz, que o país deseja; mas apela à providência para que esta se possa manter; Portugal define-se como

⁴⁷³ *Ibidem*: 269.

⁴⁷⁴ DAPE, Vol. VII, Doc. 1286, p. 584. 584. O documento Cab 66/13/40, *Public Records Office*, transcreve o telegrama de Hoare.

⁴⁷⁵ Salazar repetiu esta tese nas conversas que teve com Samuel Hoare, o embaixador inglês em Madrid, quando este se deslocou a Lisboa dias depois.

⁴⁷⁶ Salazar, António de Oliveira (1937b), *Discursos e Notas Políticas*, vol. III, Coimbra Editora, Coimbra, p. 174.

⁴⁷⁷ Nogueira, Franco (s/d), Salazar. Vol. III. *As Grandes Crises (1936-1945)*. Livraria Civilização Editora, Porto, p. 228.

⁴⁷⁸ Duarte, António Paulo (2010), Portugal na Segunda Guerra Mundial: da neutralidade à co beligerância, *Rev. Brasileira de Estudos Estratégicos*, v. 7, nº 14, Jun. - Dez 2015, pp. 45-72, Rio de Janeiro.

neutral; mas afirma a sua vinculação à aliança com a Grã-Bretanha, uma das principais grandes potências beligerantes, [...] Há assim nesta declaração uma certa contradição nos termos da afirmação de neutralidade, uma neutralidade que teria de ser, como o seu significado demanda, isenta, mas que termina por afiançar a fidelidade a um dos lados da contenda. Por sua vez, não é uma declaração com estatuto legal e solene, uma afirmação jurídica e em consequência estatutária de absoluta isenção entre ambas as partes, apenas e só uma afirmação pública, num contexto preciso.

Essa declaração espelhava, no fundo, a situação geopolítica de Portugal em 1939.

Na invasão alemã do território polonês, Portugal estava envolvido com o crônico déficit no seu comércio externo: entre os anos de 1935 e 1940, mesmo contando com a evolução favorável, não chegou a um superavit na balança comercial. Somente entre os anos de 1941 a 1945 a balança comercial registou saldos positivos, favorecendo o aquecimento da economia portuguesa: “O PIB manteve-se próximo de sua evolução tendencial e cresceu, entre 1939 e 1950, a uma taxa média de cerca de 2,6%” (Mateus, 2006: 62)⁴⁷⁹. Este facto, muito provavelmente, teve relação com a evolução da 2ª Grande Guerra Mundial, posto que [...]⁴⁸⁰

[...] o fenómeno mais interessante deste período foi, talvez, o choque externo positivo, sob a forma de expansão da procura dirigida aos nossos produtos e explosão das razões de troca, fenómeno que viria mais tarde a ser conhecido pela designação *dutch disease*, com importantes consequências no domínio da poupança e do investimento.

Conforme investigação de Telo, durante os primeiros meses de 1941, o governo português compreendeu a importância dos Açores. Assim, foi tomada a decisão de mobilizar o arquipélago com o máximo de forças disponíveis, a incluir a transferência de “a quase totalidade da aviação” lusitana. Em abril, a Força Expedicionária nas ilhas chegou ao equivalente a duas divisões⁴⁸¹.

No período, Salazar ainda não se decidira por São Miguel ou Angola, caso fosse necessário retirar-se do continente em caso extremo⁴⁸².

Em face do discurso de Roosevelt, no qual ele anunciou que o fortalecimento da defesa do seu país “ao extremo limite de nosso potencial e autoridade”⁴⁸³, em 27 de maio de 1941,

⁴⁷⁹ Mateus, Abel Moreira (2006), *Economia portuguesa – crescimento no contexto internacional (1910-2006)*, Editorial Verbo, Lisboa.

⁴⁸⁰ Mateus, 2006, op. cit, p. 62.

⁴⁸¹ Cerca de 28 mil homens.

⁴⁸² Telo, 1993: 276.

Salazar enviou formais protestos e pedidos de “intervenção diplomática” à Grã-Bretanha e aos países da América Latina, com os seguintes termos: “Consideramos o último discurso de Roosevelt como uma iniludível afirmação do imperialismo norte-americano em todo o território nacional”⁴⁸⁴.

Salazar tinha a sua própria visão da relação entre os EUA e a Grã-Bretanha, conforme se pode ler no telegrama do Presidente do Conselho a Armindo Monteiro⁴⁸⁵:

Mas se depois da presente crise a Inglaterra pensa ainda ser uma grande potência naval, não pode deixar avançar os EUA mais para o ocidente, pois, em tal caso, a Inglaterra lhe terá de ficar sempre aliada e subalternizada. Há muito que vejo que a situação da Europa perante a América se está a inverter, perdendo aquela as suas possessões e bases junto da costa americana, que a segunda adquire, avançando para a Europa. A violência contra as nossas ilhas, além de certamente dominar a nossa restante política, traria a América para junto das costas europeias.

Em decorrência da possibilidade do “golpe de mão” alemão sobre Gibraltar e, por conseguinte, de Portugal entrar na guerra em função da Espanha, Salazar decidiu por convocar o seu representante em Londres, o diplomata Armindo Monteiro. Pereira (2012) coloca em causa que em um “ponto, Salazar continuava equivocado: supunha que o perigo resultava essencialmente de pressões alemãs e não da própria vontade da Espanha de entrar na guerra”⁴⁸⁶.

Em julho de 1941, aconteceu um facto de grande simbolismo. A visita do Gen Carmona aos Açores, em uma “viagem com um significado essencialmente político, de afirmação da soberania portuguesa”. No retorno a Lisboa, o Presidente da República, a bordo do Carvalho Araujo e escoltado por dois *destroyers*, foi abordado por uma esquadra inglesa, “que o saúda”, e, mais adiante, o comboio naval foi sobrevoado por aeronaves alemãs, “que lhe envia uma mensagem cordial” via rádio. Para Telo, ambos os beligerantes provavam que, “sem a sua autorização, a viagem não era possível”⁴⁸⁷.

Em decorrência da controvérsia em torno da declaração de Roosevelt, em maio de 1941, rebatida por Salazar no dia 29 do mesmo mês, e da sua carta pessoal de 8 de junho ao governo do Estado Novo, na qual o norte-americano buscou mitigar o consequente desgaste entre os dois líderes, o Presidente do Conselho afirmou que os Açores estavam

⁴⁸³ *The Public Papers and Adresses of Franklin D. Roosevelt*, coligidos por Samuel I. Rosenman, 1941 vol. *Call to Battle Stations* (Nova Iorque: Harper e Brothers, 1950), *apud* Conn e Fairchild, 2000: 151.

⁴⁸⁴ Telegrama do MNEP ao ministro português em Rio de Janeiro, *apud* Telo, 1993: 339.

⁴⁸⁵ Telegrama do MNEP a Armindo Monteiro, de 5 de junho de 1941, *apud* Telo, 1993: 340.

⁴⁸⁶ Pereira, 2012, Edição Kindle, pos. 4955.

⁴⁸⁷ Telo, 1993: 281.

protegidos, facto que jogou “um balde d’água fria” nas pretensões norte-americanas e limitou-se a referir a um eventual “pedido de armamento, só no caso da indisponibilidade britânica”⁴⁸⁸. Nela constava que o Estado Novo salazarista já havia “planejado retrair para os Açores caso os alemães ameaçassem Portugal, e posto que contaria, como sempre, com a proteção britânica”⁴⁸⁹.

Telo aventa que a resposta de Salazar a Roosevelt “contribuiu para reforçar a ideia que a questão dos Açores tem de ser tratada directamente com a Inglaterra, não sendo de esperar nenhuma cooperação de Portugal” (Telo, 1993: 344)⁴⁹⁰.

De alguma forma, Salazar sabia que a Península Ibérica seria atacada pelos alemães logo após a derrota dos soviéticos, mas tinha dúvidas se Portugal seria invadido e, portanto, não havia necessidade de se retirar para os Açores. Em telegrama para Armindo Monteiro, datado de 31 de agosto de 1941, Salazar foi mais explícito⁴⁹¹: “À parte o desmoronamento moral alemão, imprevisível, a minha confiança numa vitória rotunda da Inglaterra é fraca, se é que existe, através da visão desapaixonada dos acontecimentos e do interesse português.” Telo resume: “o que Salazar afirma é que não acredita que a Inglaterra seja o vencedor incontestado da guerra, pelo que não acredita que não interessa autorizar a ocupação dos Açores sem um ataque aberto da Alemanha”⁴⁹².

Telo ressalta que a Inglaterra tinha acesso ao conteúdo de todos os documentos diplomáticos portugueses, inclusive aqueles enviados por correio pessoal. Decerto, segundo o historiador, os ingleses leram o telegrama de Salazar a Armindo Monteiro, de 30 de setembro de 1941, no qual o Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros redigiu que a Inglaterra visava empurrar Portugal para uma posição indesejável. E acrescentou que não pretendia entrar nesse jogo e que, se a Inglaterra assim desejasse, “ver-se-á obrigada a pôr claramente a questão da nossa entrada na guerra a seu pedido, para seu interesse, pela força das suas necessidades”⁴⁹³.

Em 1941, Salazar ainda não se decidira por São Miguel ou Angola, caso a situação no continente se tornasse insustentável. A Força Expedicionária Portuguesa (FEP) instalada nos Açores chegava a 28.000 militares.

As ordens aos militares alocados nas ilhas eram de resistir a qualquer ataque, de qualquer origem. Interessantemente, os oficiais nas funções de comando tinham “fama de ‘pró-alemães’”. Essas decisões do Presidente do Conselho mostravam-se coerentes em

⁴⁸⁸ Carta de Salazar, de 21 de julho de 1941, *apud* Telo, 1993: 344.

⁴⁸⁹ Conn e Fairchild, 2000: 177.

⁴⁹⁰ *Op. cit.*

⁴⁹¹ Telegrama do MNEP a Armindo Monteiro, de 31 de agosto de 1941, *apud* Telo, 1993: 347.

⁴⁹² Telo, 1993: 347.

⁴⁹³ Telegrama do MNEP a Armindo Monteiro, de 31 de agosto de 1941, *apud* Telo, 1993: 347.

razão de Salazar acreditar que, no início de 1942, os EUA estavam propensos a tomar a iniciativa⁴⁹⁴.

O cônsul inglês nos Açores considerava que a FEP era simpática aos alemães, contudo, a imensa maioria da Força Aérea, da Marinha e dos funcionários civis era “pró-aliada”⁴⁹⁵.

Nos meses finais de 1942, as instruções do novo comandante militar nos Açores, Gen Passos e Souza, traduziam a indefinição no TO europeu. A situação geral descrevia que não era possível prever “qual dos partidos actualmente em luta poderá abalançar-se à empresa de atentar contra a integridade do arquipélago”⁴⁹⁶.

Todavia, logo em seguida, há a observação de que só os aliados podem tentar uma operação anfíbia de grande envergadura. O autor das instruções concluiu sobre essa hipótese ao assinalar que os portugueses poderiam “contar com o apoio de uma importante frota submarina e, possivelmente, também de algumas forças aéreas, atacando no mar a força agressora”⁴⁹⁷. Evidentemente, essa força em socorro às tropas lusas só “podem ser alemães”⁴⁹⁸.

Salazar, diante das solicitações britânicas de realizar inspeções técnicas nos Açores, para verificação das defesas das ilhas, e alarmado com a “insistência lamentável e incompreensível” com que a imprensa americana se referia a eventuais ações dos Estados Unidos ou da Grã-Bretanha para se apoderarem do arquipélago, achava tal visita técnica “mais inoportuna do que nunca”, pois poderia “deixar supor à Alemanha que tais propósitos existem e que com eles somos coniventes”⁴⁹⁹.

Como solução de compromisso, o Presidente do Conselho propôs que os técnicos ingleses se deslocassem antes a Lisboa. Pela mesma ordem de ideias, o ditador português entendeu que, ao contrário do costume, devia recusar a autorização para a visita do cruzador americano *Milwaukee* a Lisboa, Ponta Delgada e São Vicente, proposta pela legação americana a 16 de abril de 1941. Como o ditador, no dia anterior, já havia enviado instruções expressas a Bianchi manifestar o seu incomodo, junto do Secretário de Estado estadunidense, “a atitude da imprensa norte-americana. Agora, Salazar pedia ao ministro português em Washington urgência”⁵⁰⁰.

Em resposta a um ataque aliado aos Açores, apenas as principais peças de artilharia antiaérea eram modernas, mas não tinham suporte de radares. As demais peças de artilharia eram obsoletas. Junta-se à essa precariedade o facto de que os ingleses

⁴⁹⁴ Telo, 1993: 368.

⁴⁹⁵ *Ibidem*, p. 369.

⁴⁹⁶ Instruções do quartel-general para a defesa dos Açores, de 10 de setembro de 1942, AHM, Açores, 1ª Divisão, 38ª seção, Caixa 69, *apud* Telo, 1993: 370.

⁴⁹⁷ *Ibidem*, *idem*.

⁴⁹⁸ Telo, 1993: 370.

⁴⁹⁹ DAPE, Vol. VIII, Doc. 1704, p. 289.

⁵⁰⁰ Pereira, 2012, Ed. Kindle, pos. 5194.

conheciam os planos de defesa e a localização “das poucas baterias portuguesas”, as quais eram “alvos prioritários, assim que fosse disparado o primeiro tiro”⁵⁰¹.

Ao longo de 1942, foi alargada a colaboração dos portugueses no arquipélago, nomeadamente pela Marinha lusa, dependente do fornecimento de material britânico⁵⁰².

Com a intensificação do tráfego marítimo no entorno dos Açores, o arquipélago passou a ser um “centro de reabastecimento aliado”⁵⁰³.

De acordo com um memorando do Almirantado inglês enviado para o *War Cabinet*, em fevereiro de 1943 (*Apud* Bispo, 1990, p.109)⁵⁰⁴:

[...] as bases aéreas nas Ilhas Atlânticas Portuguesas permitiriam cobrir uma grande e perigosa lacuna nas rotas dos comboios marítimos. As facilidades aeronáuticas nas ilhas teriam portanto um efeito vital e decisivo nas operações anti-submarinas. As vantagens trazidas com o uso destas facilidades seriam tremendas, proporcionando uma grande extensão da cobertura aérea a todos os comboios entre: os EUA ou as Índias Ocidentais e o Mediterrâneo; as Índias Ocidentais e o Reino Unido; a América do Sul e o Reino Unido; o Reino Unido e o Mediterrâneo; o Reino Unido e a África Ocidental, o Cabo e o Extremo Oriente. A cobertura aérea acrescida proporcionaria uma maior margem de manobra para o roteamento evasivo, para rotas mais directas no cruzamento do meio Atlântico, e criaria insegurança aos submarinos e a toda a navegação inimiga. As facilidades de reabastecimento de combustível permitiriam um melhor uso nas escoltas de superfície.

Salazar, a partir de então, passou a demonstrar-se tolerante com os aliados nos Açores, mas não o foi em relação ao continente⁵⁰⁵.

Com a mudança das perspetivas da guerra, em decorrência do falhanço alemão em Estalinegrado em setembro de 1943, e em função da possibilidade de uma nova Guerra Civil espanhola, Salazar viu-se na necessidade “de reencontrar novos equilíbrios na sociedade portuguesa e precaver-se contra a situação explosiva criada por um eventual reacender da Guerra Civil espanhola, quando Portugal continua virtualmente desarmado” (Telo, 1993: 395).

⁵⁰¹ Telo, 1993: 371-372.

⁵⁰² *Ibidem*, p. 373.

⁵⁰³ *Ibidem*, *idem*.

⁵⁰⁴ Bispo, A. (1990), A importância estratégica dos Açores no quadro das Relações Euro-Atlânticas, in Congresso Internacional de História Militar, Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 108-111, Madrid.

⁵⁰⁵ *Ibidem*, pp. 372-373.

Na perspectiva salazarista, o desencadear da Operação *Barbarossa* “podia trazer consigo condições de solução para a crise ocidental”⁵⁰⁶.

Caso a URSS fosse derrotada pelas forças nazis, a derrota poder-se-ia ser considerada como um bem, posto que “Vencido e proscrito o comunismo, Hitler logrará para o seu país a glória de ser o único que conseguiu libertar o resto da Europa da infecção comunista.” Entretanto, a abertura da frente leste pelos alemães “parece poder abrir novas perspectivas de paz a oeste [...] antes de a Europa estar completamente arruinada e antes de a Inglaterra ter passado para as mãos dos Estados Unidos da América todos os factores de prestígio e de hegemonia europeia”. Nesse contexto, ainda segundo Salazar, Churchill não lhe era convergente, posto que o Primeiro Ministro inglês tinha um único objetivo: que a Inglaterra vencesse a guerra, fosse com quem fosse⁵⁰⁷.

No campo interno, verificaram-se inéditos, ao menos para o Estado Novo, “fortes movimentações das classes baixas e um renascimento da oposição liberal, com apoio das classes médias” (Telo, 1993: 395).

Com os preparativos da Operação *Lifebelt* e a imposta aproximação inglesa a Lisboa, conforme determinação da Coroa, o Presidente do Conselho a considerou como uma chance “para solucionar os múltiplos problemas”. Para os problemas externos: “só o apoio inglês pode dar algumas garantias”; para os internos: “trazer para o regime um amplo sector das forças armadas hesitante, de modo a recriar a base necessária para um novo equilíbrio social e político” (*Ibidem*, idem).

Ao ser questionado por Campbell quanto à importação portuguesa de armamentos alemães, Salazar recordou “na clara procura de uma base para aproximação” [...] “que é necessário rever os planos de defesa anteriores”⁵⁰⁸.

Ao ser informado por Campbell de que a Inglaterra pedia as bases nos Açores, no dia 18 de Junho de 1943, Salazar mostrou-se surpreendido e disse que a proposta tinha “de ser estudada”⁵⁰⁹.

Após breve estudo, Salazar respondeu positivamente e que era “necessário negociar as condições de cedência de bases”⁵¹⁰.

O acordo de ocupação das bases nos Açores foi assinado, após intensas discussões, em 17 de agosto.

Os alemães reagiram com relativa calma e solicitaram que o comércio do volfrâmio e o arquipélago de Cabo Verde não fossem afetados. Com isso, Salazar respondeu

⁵⁰⁶ DAPE, Vol. VIII, Docs. 1992 e 2007, pp. 601 e 626.

⁵⁰⁷ Idem.

⁵⁰⁸ DAPE, vol. II, doc. 78, relato português da conversa Salazar – Campbell, a 8 de junho de 1943, *apud* Telo, 1993: 395.

⁵⁰⁹ Relato de Campbell, a 23 de julho de 1943. *PRO FO 371 34627 C7239, apud Ibidem*, p. 396.

⁵¹⁰ Idem, *ibidem*, idem.

positivamente e fez “uma série de concessões económicas – no campo da exportação de sardinhas em conserva, volfrâmio e peles”⁵¹¹.

A partir do momento que Roosevelt decidiu por negociar diretamente com o Estado Novo, sobre a cedência das facilidades nos Açores, e que a Inglaterra resolveu apoiar essa negociação, nos meses de outubro e novembro de 1943, Salazar concluiu que “a Inglaterra espera na realidade que Portugal não aceite o pedido americano”, facto que convergia com o pensamento do líder português, que escreveu ao Duque de Palmela, a 30 de novembro de 1943⁵¹²:

[...] as últimas “posições defensivas da Europa em relação à América pode dizer-se que estão nas mãos de Portugal”; por esse motivo, os Açores têm de ser mantidos fora de qualquer “servidão” e compromisso; com esta atitude, Portugal defende os “verdadeiros interesses” da Inglaterra, mesmo que esta não possa concordar de momento.

Apesar do início das conversações, Washington estava obstinado em utilizar as facilidades nos Açores. Portanto, Roosevelt decidiu unilateralmente por enviar um esquadrão *Liberators* para as ilhas. Ao tomar conhecimento do facto, Salazar determinou de imediato “ordens para ‘impedir pela força’ o desembarque” (*apud ibidem*, p. 426)⁵¹³.

Após orientações verbais de Salazar, o Duque de Palmela reuniu-se com Eden, em audiência especial e confidencial, na qual o português esclareceu que Salazar estava disposto a resistir aos pedidos americanos, “sem nunca dizer abertamente que não, mas sem aceitar” (*apud ibidem*, p. 428)⁵¹⁴. Palmela, mesmo assim, foi direto com o representante inglês: “As duas últimas posições vitais no Atlântico são os Açores e Cabo Verde, e nos entendem os que devem ser guardadas para a Europa” [...] “não seria útil ter conversas directas sobre o assunto” (*apud ibidem*, *idem*)⁵¹⁵. A resposta de Eden foi “no tom mais frio e distante” ao verbalizar: “O meu Governo vê com bons olhos e com muito agrado tudo o que fizeram para facilitar o pedido americano” (*apud ibidem*, p. 430)⁵¹⁶.

Com o sucesso da Operação *Torch*, no Norte de África, os Açores tornaram-se de grande valia para os planos aliados, haja vista que possibilitavam um ataque ao Teatro de Operações Europeu, através do Mediterrâneo. Armindo Monteiro tinha essa perceção e enviou uma carta a Salazar, datada de julho de 1943, referindo às necessidades da coligação aliada [...]

⁵¹¹ *Ibidem*, p. 405.

⁵¹² DAPE, vol. II, doc. 325, *apud* Telo, 1993: 418.

⁵¹³ Relato de Ponta Delgada para Lisboa, a 9 de janeiro de 1944.

⁵¹⁴ DAPE, vol. XIII, doc. 417.

⁵¹⁵ DAPE, vol. XIII, doc. 321.

⁵¹⁶ Relato de Palmela da conversa com Eden, a 3 de julho 1944. DAPE, vol. XIII, doc. 321.

[...] acumularem no Norte de África grandes massas de material e de homens para as ofensivas que se desenhavam no litoral do Mediterrâneo, uma vez desencadeadas, manter ininterruptamente a corrente de material e de homens para as alimentar sem desfalecimento ou interrupção, necessidade esta que exige plena liberdade e segurança de movimento no Atlântico [...], era inevitável a utilização dos Açores (*Apud* Andrade, 1992, p. 59)⁵¹⁷.

Salazar julgava “estar a defender os ‘verdadeiros interesses’ da Inglaterra”, enquanto os britânicos tinham a preocupação de levar os interesses dos “EUA para as ilhas portuguesas” (*Ibidem*, p. 429).

Com um “tapa de luvas de pelica”, Salazar recuou e autorizou o desembarque dos *Liberators* nos Açores, mas, não sem antes tentar impor um pormenor, uma “vingança final”: “os aviões devem ter cores duplas, exibindo simultaneamente as marcas americana e inglesa”. Os ingleses “nem sequer” transmitiram a exigência (*Ibidem*, *idem*).

Por sinal, Campbell escreveu que Salazar considerava os americanos-do-norte “um povo bárbaro, iluminado não por Deus, mas pela lâmpada eléctrica”⁵¹⁸. O Presidente do Conselho considerava-os uma ameaça para a própria civilização europeia. Esse entendimento aparentava convergir para as teses trabalhadas pela propaganda alemã⁵¹⁹.

Salazar tinha consciência das reais intenções inglesas na questão dos Açores. Ao escrever uma carta a Armindo Monteiro, o ditador esclareceu o seu pensamento. Estava disposto a conversar para tentar desfazer eventuais equívocos, entretanto não iria transigir ao que ele considerava essencial: manter a neutralidade “até ao limite extremo das nossas possibilidades é um dever sagrado, é um dever de consciência”. Desta forma, deixava clarificado que também estava em causa a posição de Portugal perante um eventual resultado do conflito. “A minha confiança numa vitória rotunda da Inglaterra é fraca, se é que existe.” Porém, “se tenho as maiores dúvidas acerca da vitória, ainda tenho mais acerca da paz”. Ele pôs em causa que havia princípios e aspirações a serem ponderados [...] ⁵²⁰

[...] por Hitler que deveriam ser considerados e aproveitados para uma paz futura; há exigências da vida social – no interior das nações e nas relações entre os Estados – por que a Inglaterra se bate e que não podem ser preteridos e têm de ser comumente adoptados. Uns e outros têm parcelas de razão; quem sobre uma vitória esmagadora de uns ou de outros pode salvar o que a consciência humana, os interesses da civilização e o bem dos povos exigem que se salve?

⁵¹⁷ Andrade, L. (1992), Os Açores, a II Guerra Mundial e a NATO, Ed. Impraçor S.A., Ponta Delgada.

⁵¹⁸ *Apud* Telo, 1987b: 485.

⁵¹⁹ Telo, 1990: 40.

⁵²⁰ *Apud* Pereira, Ed. Kindle, pos. 5843.

Com a aliança russa a Inglaterra complicou até ao inverosímil os problemas políticos e sociais da paz. Tudo o que a Alemanha perdera com o seu tratado de 1939 o perdeu agora a Inglaterra, aliando-se ao comunismo. [...] Já não bastava, para afligir a todos, o renascimento democrático que os Estados Unidos e a Inglaterra não - de favorecer e provocar; faltava-os ainda o triunfo do comunismo pelas mãos da Inglaterra.

A descrença de Salazar quanto à vitória inglesa sobre os alemães, bem como quanto à paz que tal vitória proporcionaria, levava ao ditador a intenção de manter o máximo de opções em aberto, enquanto isso, de limitar ao mínimo os seus compromissos. Para tanto, Armindo Monteiro foi alertado para colocar-se atento contra quaisquer iniciativas dos anglo-saxónicos de ocuparem os Açores, enquanto Portugal se mantivesse neutral⁵²¹. Nesse caso “as forças dos Açores e de Cabo Verde ripostarão ao ataque até ao limite das suas possibilidades”⁵²².

Apesar do caso de o volfrâmio ter-se resolvido no verão de 1944 e mesmo com a extraordinária demonstração de poder militar dos norte-americanos durante o desembarque na Normandia, na Operação *Overlord*, Salazar relutava em alinhar-se aos aliados, cedendo bases aos EUA, sob a fachada de país neutral. A sua desconfiança estava vinculada ao “imperialismo americano” e à crença de que os interesses americanos e europeus no pós-guerra não eram coincidentes. Ainda segundo Pereira (Op. cit., pos. 8536), “Salazar continuava sem perceber até que ponto a experiência da guerra inclinara o equilíbrio de forças entre americanos e ingleses a favor dos primeiros, bem como as conclusões que o Governo inglês fora forçado a retirar desse facto”.

Em conversa com Palmela, a 23 de junho de 1944, o ditador manifestou a perplexidade dele em face ao apoio sistemático dado pelos ingleses em Lisboa aos pedidos norte-americanos. Salazar colocou duas hipóteses, o empenho britânico era “por descargo de consciência” ou era verdadeiramente do interesse de Londres. Salazar considerou que a segunda hipótese era incompreensível, posto que, em sua opinião, “a Inglaterra só perde se partilhar as vantagens da nossa Aliança”⁵²³.

Palmela, então, levou o caso diretamente a Eden, no dia 3 de julho, colocando em causa se era efetivamente desejo da Inglaterra “partilhar com terceiros a sua posição dentro da Aliança”. Eden foi simpático em sua resposta: “600 anos não se improvisam”. Mas, logo foi incisivo ao discorrer o efetivo interesse britânico, em relação a Portugal, que era efetivamente do interesse inglês “que se facilitassem o mais possível os desejos dos

⁵²¹ *Ibidem*, pos. 5849.

⁵²² DAPE, Vol. IX, Doc. 2247, p. 194.

⁵²³ DAPE, Vol. XV, Doc. 417, p. 23.

Americanos” e acrescentou sobre o indesejável facto de “afastar a América para o isolamento, como depois da guerra de 1914–1918”⁵²⁴.

Telo escreveu que Salazar ficou “vencido mas não convencido”⁵²⁵.

Se não podia contar com o respaldo inglês nas negociações com os americanos, teria de lidar com eles sozinho, recorrendo aos mesmos métodos de sempre: avançar por passos milimétricos, protelar ao máximo qualquer cedência, procurar tirar as máximas vantagens da negociação, esticar a corda até ao limite⁵²⁶.

Em face da ação de Berlim de evitar a inclusão do volfrâmio nas suas negociações com Lisboa, nas oportunidades em que os dois países buscavam se reequipar militarmente, a partir de 1935, o Ministério do Comércio e Indústria defendeu que, se a Alemanha continuasse a intensificar [...]

[...] o seu rearmamento, as possibilidades de Portugal, neste capítulo, são máximas, visto ser o maior e mais bem colocado produtor da Europa e o volfrâmio ser um metal de guerra. Nesta conformidade, dado o rearmamento geral, parece da maior conveniência obter, para 1936, a elevação do contingente actual para 600 mil reichmarks, visto não ter havido exportação alguma em 1934 e termos obtido, em 1935, os resultados expostos⁵²⁷.

Destarte o esforço nazi em evitar que o Estado Novo português comercializasse volfrâmio com outros países, Salazar permaneceu exportando esses recursos naturais com vários países, inclusive com o Reino Unido, conforme pode-se extrair do Quadro 2.10:

Quadro 2.10.

Exportações de volfrâmio e seu peso na balança comercial – em milhares de escudos
(1935 a 1939)

Países	Reino Unido		França		Bélgica		Alemanha		Outros	
	Contos	%	Contos	%	Contos	%	Contos	%	Contos	%
1935	214993	1,9	92199	1,7	55201	1,3	125877	1,5	810223	1

⁵²⁴ DAPE, Vol. XV, Doc. 421, p. 30.

⁵²⁵ Telo, 1991, op. cit., Vol. 2, p. 203.

⁵²⁶ *Apud* Pereira, 2012, Ed. Kindle, pos. 8558.

⁵²⁷ Conforme AMNE, 3º Piso, A20, M2 a 13, Proc. 436,1 e, ainda, Louçã, 2000; Telo, 2000, *apud* Nunes, 2010: 103.

	4057		1577		737		1910		8444	
1936	273292 4031	1,5	114526 2748	2,4	63811 205	0,3	81739 182	0,2	124192 2726	0,1
1937	257752 4394	1,7	123032 2937	2,4	56346 1265	2,2	131159 3358	2,6	1048003 12970	1,2
1938	236091 5314	2,3	94144 3645	3,9	54512 4145	7,6	149314 2168	1,5	1002371 18201	1,8
1939	359369 11760	3,3	66043 7811	11, 8	63376 3708	5,9	121087 264	0,2	1163357 28652	2,5

Dados: Estatística Comercial [1935 a 1937]; Comércio Externo [1938 e 1939].

Fonte: Nunes, 2010: 107.

A partir de meados de 1941, com o arranque da invasão da URSS, os nazis perderam o acesso à sua fonte tradicional de volfrâmio, no Norte da China. A procura pelo metal em Portugal disparou, provocando uma explosão dos preços. Nas zonas de exploração de volfrâmio portuguesas houve um forte afluxo de pessoas interessadas em ganhar dinheiro, de tal forma que começaram a abandonar a agricultura para se dedicar à mineração selvagem do minério estratégico. O crescimento da produção gerou especulação e o contrabando, assim como o novo-riquismo. Tudo isso ocasionou em Salazar uma grande contrariedade, que fez com que ele, em fevereiro de 1942, se decidisse regulamentar a exploração do volfrâmio, limitar os preços e impor “um sistema de monopólio estatal da compra e venda e decretou pesadas multas para a exploração e comércio ilegal do minério” (Pereira, 2012)⁵²⁸.

O Estado Novo conseguiu, assim, deter a especulação e o contrabando, passando a dominar o monopólio legal da venda de volfrâmio aos beligerantes.

No dia 13 de outubro de 1941, o navio da Marinha Mercante portuguesa “Corte Real” foi afundado por um *U-boot* nazi em pleno Oceano Atlântico. Salazar, além de mandar um formal protesto para a Alemanha, mandou suspender a visita a Portugal de uma delegação da Juventude Hitleriana⁵²⁹.

Entretanto, as atividades comerciais entre os dois países prosseguiram a bom ritmo. Aliada ao posicionamento relativo ao Presidente do Conselho, a imprensa portuguesa dedicava-se a apresentar como favorável à campanha da Rússia, assim como, retomara a propaganda anticomunista. Ainda mais, as conversações de Salazar com o Barão

⁵²⁸ Pereira, 2012, Edição Kindle, pos. 8017.

⁵²⁹ DAPE, Vol. IX, Doc. 2416, p. 385.

Hoyningen-Huene⁵³⁰ desenvolviam-se em tom compreensivo e conciliatório, em manifestações de amizade e intercâmbio cultural. No dia 8 de novembro, menos de um mês do triste afundamento, o General Carmona inaugurava em Lisboa, com a presença de Albert Speer, arquiteto-chefe e ministro do Armamento do Terceiro Reich, uma importante exposição sobre a arquitetura nazi⁵³¹.

Em Lisboa, Salazar não escondia a sua irritação com os ingleses. As negociações comerciais envolviam constantes desgastes entre os dois antigos aliados. No início de 1943, Londres decidiu elevar os preços de bens essenciais importados pelo mercado português. Como a decisão foi unilateral, Salazar enviou um telegrama a Londres, no qual afirmou que “o Governo considera-se ludibriado”. Como uma forma de retaliação, Salazar decidiu-se por renegociar o acordo de fornecimento de volfrâmio com os alemães⁵³².

O acordo foi concluído em 21 de abril de 1943, contudo a notícia chegou a Londres somente no início de maio.

Quando a notícia sobre o novo ajuste entre Portugal e Alemanha chegou a Londres e repercutiu como uma bomba, em maio, no qual Salazar negociou esse acordo comercial sobre o volfrâmio sem o conhecimento dos ingleses. Desta forma, Churchill acertou com Eden uma forma de equacionar o problema, em que deveria ser mandada uma diligência imediata a Lisboa, com vistas a dar tempo para que fossem concluídos os preparativos para a operação militar. Esse acerto atendeu aos dois campos do poder britânico diretamente interessados, o diplomático – o *Foreign Office* acreditava que essa manobra “permitiria um tempo razoável para as negociações” –; e o militar – porque “esse tempo permitiria preservar o elemento de surpresa caso o pedido fosse recusado por Portugal”⁵³³. A manobra foi aprovada a 7 de junho de 1943.

O assunto foi tema de uma longa conversa de Salazar com o embaixador inglês no dia 14 de maio. Embora a confabulação tivesse transcorrido “na maior calma, em tom amigável”, pareceu a Salazar que “o descanso de Campbell” parecera-lhe que fora “muito curto para o seu estado de fadiga e humor irritável”⁵³⁴.

Salazar deu a sua “anuência de princípio” para a utilização das facilidades nos Açores pelos britânicos, mas ressaltou que as negociações teriam de decorrer “com calma e com largueza”.

O Ditador estava essencialmente receoso em face de possíveis represálias nazis e vislumbrava a necessidade de se precaver contra elas. Para tanto, Salazar tomou uma série

⁵³⁰ Hoyningen (Barão von), Oswald Huene, diplomata alemão, foi escolhido pelo Presidente Hidenburg como Embaixador da Alemanha em Lisboa desde 1934.

⁵³¹ Telo, 1987b: 443.

⁵³² António José Telo, A Neutralidade Portuguesa e o Ouro Nazi, op. cit., p. 148.

⁵³³ Pereira, 2012, Ed. Kindle – posição 7353.

⁵³⁴ DAPE, Vol. XV, Doc. 208, p. 299.

de atitudes. Inicialmente, manifestou que “aceitava o risco de ser lançado na guerra por esta concessão aos ingleses” e “tudo faria para o evitar”. Ou seja, manteria “as melhores relações possíveis com a Alemanha” – provavelmente referia-se ao facto de “continuar a vender-lhe volfrâmio”. Em segundo lugar, “as facilidades seriam apenas cedidas à Inglaterra e não aos Estados Unidos” (Pereira, 2012).

Salazar passou a ficar pressionado por alemães e pelos aliados.

Pelos nazis, o Governo demonstrava-se “o mais inquieto possível”, insistindo na abertura de negociações para renovar o acordo existente, em vigor até 1 de março. Salazar adiou as negociações, mas, deu uma garantia de que as exportações não seriam interrompidas⁵³⁵.

Pelo lado dos aliados:

[...] a 12 de janeiro de 1944, Norweb e Campbell fizeram diligências combinadas, respetivamente junto de Salazar e Teixeira de Sampaio, avisando que iam receber instruções importantes sobre o volfrâmio e solicitando desde logo que Portugal não entrasse em novos compromissos com os alemães⁵³⁶.

Nesse contexto de franco confronto, Salazar precaveu Palmela, via telegrama datado de 15 de janeiro, de que se preparasse para uma “luta violenta”, posto que o líder do Estado Novo estava determinado a fazer outro acordo com a Alemanha, portanto, não era recomendável deixar “a menor ilusão” para ingleses e americanos do norte sobre a possibilidade de serem bem-sucedidos⁵³⁷.

Pelo facto de ter-se comprometido com a Alemanha, a ideia de falhar ao compromisso causava repugnância ao Presidente do Conselho, haja vista que tal mudança de ceder aos aliados dava a entender que “que se juntava de forma oportunista ao lado dos vencedores”⁵³⁸.

Quando Campbell entregou-lhe a carta de Churchill, em escrita em março de 1944 e entregue meados do mesmo mês, aproveitou para argumentar que as possibilidades de desforras alemãs eram nulas, portanto, “era do interesse português alinhar com os aliados”⁵³⁹. Após escutar o inglês, Salazar respondeu-lhe, na forma de pergunta irônica, se ele estava a sugerir que Portugal deveria optar pela “situação semelhante à da Itália quando se lançou contra a França”⁵⁴⁰.

⁵³⁵ DAPE, Vol. XV, Doc. 266, p. 370, *apud* Pereira, 2012, Edição Kindle, pos. 8031.

⁵³⁶ *United States Department of State*, op. cit., 1944, Vol. IV, p. 86.

⁵³⁷ DAPE, Vol. XII, Doc. 327, p. 513.

⁵³⁸ Pereira, 2012, Ed. Kindle, pos. 8189.

⁵³⁹ *Ibidem*, idem.

⁵⁴⁰ DAPE, Vol. XV, Doc. 346, p. 463.

Como as relações entre portugueses, americanos-do-norte e ingleses estavam muito tensas, algo era necessário fazer para descomprimir o ambiente. Washington percebeu que o Presidente do Conselho não avançaria nas negociações sobre os Açores antes de se resolver o caso do volfrâmio⁵⁴¹.

No dia 23 de maio de 1944, o ditador português demonstrou ter se tornado mais flexível nas negociações. Ao conversar com Norweb⁵⁴², propôs que os EUA construíssem um aeroporto em Santa Maria, porém, com dinheiro português. Além disso, fez novamente alusão à vontade de participar na reconquista de Timor, estabelecendo uma ligação implícita entre a resolução desta questão e a autorização para os americanos utilizarem o aeroporto⁵⁴³.

A 29 de maio de 1944, o representante do governo britânico em Lisboa, Embaixador Campbell, formulou oralmente uma nota, na qual constava um “solene e empenhado apelo”, em nome da Aliança entre os dois países, para que fossem suspensas as exportações de volfrâmio⁵⁴⁴.

A resposta de Salazar, dois dias depois, ilustra bem o sentimento dele, haja vista que tinha “as maiores dúvidas sobre a legitimidade da invocação da Aliança”, posto que o custo era enorme para Portugal “9 a 10 milhões de libras por ano e perda de 80 mil a 100 mil postos de trabalho”. Apesar de tudo listado, o Estado Novo respondia positivamente ao pedido britânico, no entanto, ficou condicionado nos seguintes termos: “o embargo só se concretizaria após a entrada em vigor de um novo acordo económico entre os dois países, e seriam entregues à Alemanha cem toneladas do minério já comprometidas”⁵⁴⁵.

Diante das condicionantes de Salazar, Campbell mostrou-se incrédulo, porque a questão aparentava não ter acabado. A posição do britânico foi dura e em um “estado de enorme e extraordinária excitação” colocou os seus termos: “desde que o Governo Britânico tinha apelado para a Aliança” era esperado que Portugal aceitasse ou rejeitasse o apelo; “o que não podia era pôr condições à sua própria anuência”⁵⁴⁶.

Por fim, Salazar e Campbell reuniram-se no dia 5 de junho de 1944. Na entrevista, o ditador português voltou atrás em todas as condições. Entretanto deixou clarificado que estava “profundamente ferido” pela forma como o assunto fora conduzido⁵⁴⁷.

Em decorrência da possibilidade de reações desagradáveis dos nazis em relação a Portugal, Salazar conseguiu postergar o desenlace em seis meses. No dia seguinte ao

⁵⁴¹ DAPE, Vol. XV, Doc. 376, p. 504.

⁵⁴² Norweb. Herman Baruch, embaixador norte-americano em Portugal à época.

⁵⁴³ *United States Department of State*, op. cit., 1944, Vol. IV, p. 28.

⁵⁴⁴ *Ibidem*, *idem*.

⁵⁴⁵ Pereira, 2012, Ed. Kindle, pos. 8213-8215.

⁵⁴⁶ DAPE, Vol. XV, Doc. 383, p. 515.

⁵⁴⁷ DAPE, Vol. XV, Doc. 388, p. 526.

colóquio decisivo, enquanto “o acordo não fora publicamente anunciado em Lisboa, iniciou-se o desembarque aliado na Normandia⁵⁴⁸” (Pereira, op. cit, pos. 8222).

Estava resolvida a questão do volfrâmio, mas, os embates geopolíticos envolvendo os Açores ainda estavam a ocorrer.

No que tange ao esforço alemão em atuar sobre o psicossocial português, Ninhos descreve assim o desfecho dado pelo Estado Novo e suas circunstâncias⁵⁴⁹:

A proposta de acordo intelectual e cultural que a Alemanha nacional-socialista pretendia assinar com Portugal prometia um conjunto de medidas que tinham em vista a defesa da cultura e da ciência, que consideravam ameaçadas pelo bolchevismo. Afinal, apesar de Salazar sempre se afirmar em defesa da “Aliança” e de o país estar sobre uma forte influência económica britânica (que a Alemanha vai também atenuando, assistindo-se a um incremento das relações comerciais entre os dois países a níveis nunca antes atingidos, como realçam os trabalhos de António Louçã), não devemos desvalorizar as relações estabelecidas com a Alemanha. Ao assinar o acordo, Portugal passava a integrar o rol de países que, a este nível, gravitavam, oficialmente, em torno da Alemanha o que, obviamente, não iria agradar à Inglaterra. Na estratégia de manter, a todo o custo, a neutralidade face às pressões constantes, o acordo implicava oscilar, demasiado, para um dos campos.

As iniciativas apresentadas são sempre colocadas num âmbito espiritual e cultural, construídas de forma a que as medidas que o Reich propunha tomar estivessem equilibradas com as que se exigiam a Portugal. É dada uma grande ênfase ao intercâmbio académico e ao aprofundamento das relações mantidas entre o meio universitário e os institutos, dando a conhecer a cultura nacional de cada um dos estados. No entanto, não se restringia a este universo, procurando alargar ainda mais a cooperação no domínio da música, do teatro, do cinema e da rádio.

O parecer do IAC sobre estas propostas levantou, imediatamente, o problema da sua natureza imperialista. Interessava a Portugal que o relacionamento com a Alemanha continuasse a processar-se como até então, não cedendo a uma aproximação ideológica tão flagrante. O acordo era, obviamente, um instrumento da propaganda alemã e,

⁵⁴⁸ A Operação *Overlord* iniciou-se com o desembarque na Normandia, no dia 6 de junho de 1944.

⁵⁴⁹ Ninhos, 2012: 117.

quanto a isso, as autoridades portuguesas não tinham dúvidas. Era considerado exagerado e desnecessário e, por isso, não foi assinado, ainda que muitas medidas nele propostas fossem já praticadas.

Quanto à ação de Salazar, nas suas políticas externa e de defesa, o Diplomata Pereira assim o avalia⁵⁵⁰:

Salazar tinha muitos defeitos, mas uma coisa de que dificilmente poderá ser acusado é de ter conduzido uma política externa oportunista. A sua ação internacional fundou-se em convicções profundas sobre o interesse nacional e obedeceu a uma visão estratégica clara que muitas vezes definiu e da qual raramente se desviou: defesa intransigente do território e da independência nacionais, em todas as suas parcelas, “do Minho a Timor”; fidelidade à Aliança luso-britânica, mas sem subserviência; solidariedade política e ideológica com a Espanha de Franco; envolvimento mínimo nas questões europeias; profunda desconfiança relativamente aos Estados Unidos da América; busca de uma aproximação, sempre problemática e difícil, com o Brasil; combate sem tréguas ao comunismo soviético. Esta visão era certamente discutível, mas coerente com a ideologia de Salazar e com os seus objetivos políticos: manter o regime, defender até ao limite a independência, a autonomia e a integralidade territorial do país e das suas colónias e preservar Portugal de influências estrangeiras que considerava perniciosas.

Por sua vez, Telo coloca em tese as reais preocupações de Salazar e que o considera como “um dos poucos estrategos português, habituado a pensar em médio prazo numa visão englobante e com convicções ideológicas firmes, formadas na juventude” e que “existiam dois pontos” que fundamentavam as suas preocupações: “o futuro do império português e do sistema corporativo não democrático do Estado Novo”. Essas inquietações do citado autor, referência para este trabalho, são colocadas nos seguintes termos⁵⁵¹, conforme o pensamento do Presidente do Conselho, de que [...]

[...] o liberalismo está “condenado pela história” e que, de qualquer modo, nunca se pode aplicar aos países latinos como Portugal. Salazar sabe também que o império português se baseia num mercado altamente protegido, na aliança inglesa e no domínio

⁵⁵⁰ Pereira, 2012, Ed. Kindle, pos. 10859-10864.

⁵⁵¹ Nota de rodapé, Telo, 1993: 430.

britânico dos mares, tudo pontos postos em causa pelo crescimento do poder americano. [...] Não é para admirar que Salazar não “gostasse dos EUA”.

Pela análise apresentada, é possível verificar que as tratativas que envolveram o Estado Novo salazarista, os aliados (EUA e Inglaterra) e, pelo Eixo, a Alemanha, foram por demais tensas, repletas de confrontos políticos e diplomáticos, dentre os quais operações militares para ocupação do espaço geográfico português e intenções para derrubar o ditador foram escritas ou circularam pelos corredores dos poderes políticos mencionados. Sob toda essa forte movimentação antagónica, demonstrou que o Estado Novo português usou habilmente os interesses do Eixo e dos Aliados em relação aos aspetos geográficos atinentes ao território luso para a consecução dos seus objetivos estratégicos (manutenção da integridade do Império Português, da neutralidade da Península Ibérica e o fortalecimento da Aliança com a Inglaterra), que favoreceram a consecução do objetivo político do ditador António de Oliveira Salazar de se manter no poder. As Políticas Externa e de Segurança do Estado Novo tomaram forma ou se modificaram conforme o andamento da guerra em África e em Europa, nomeadamente durante a primeira fase do conflito bélico, e sofreram influências das negociações entre os líderes políticos envolvidos em torno da situação dos arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde, a comercialização do volfrâmio e, em uma escala bem menor, da dinâmica da população no espaço geográfico luso. A parte económica não teve a relevância esperada, porque Portugal era essencialmente agrícola e a sua indústria sofria com o intervencionismo estatal.

Dentro deste escopo, ficam destacadas as imensas relevâncias das porções portuguesas presentes no Atlântico Lusófono, principalmente os territórios fora do continente europeu, palco de intensos combates de aeronaves e de navios aliados contra os submarinos nazis. Foi o tema mais considerado nas conversações políticas para o atingimento das metas estratégicas e da Grande Estratégia intencionada por Salazar.

Na primeira fase da guerra, durante a hegemonia nazi, Portugal demonstrou ter certa autonomia em relação à Inglaterra e a Espanha manteve-se neutral.

Quando do insucesso alemão em território russo e os aliados passaram à ofensiva, Portugal finalmente cedeu as suas bases nos Açores para os ingleses e, posteriormente, aos norte-americanos.

Assim, a Geopolítica portuguesa manteve o país na situação neutral durante todo o período e fez com que o regime se mantivesse no poder ao final da guerra, bem como a integridade territorial, apesar de que, em muitos momentos, essa neutralidade foi por demais questionada, haja vista que Salazar conseguia encaixar os interesse exógenos com os seus próprios interesses. Portanto, pode-se considerar que a neutralidade foi circunstancial pela capacidade de se adaptar às referidas circunstâncias.

CAPÍTULO 3 – A Geopolítica Brasileira

3.1. Os interesses do Estado Novo brasileiro

Para entender os interesses e os objetivos políticos do ditador brasileiro, é fundamental visualizar que o Estado Novo estava dividido em dois grupos influentes. De um lado estavam os americanófilos, liderados pelo embaixador Osvaldo Aranha (OA) – Ministro das Relações Exteriores, um dos companheiros de Getúlio Vargas desde a consecução do golpe de 1930 –, e, no outro, os militares, cujos expoentes eram os generais Eurico de Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góis Monteiro, respetivamente, Ministro da Guerra e Chefe do Estado-Maior, notórios germanófilos que fizeram parte ativamente da Revolução de 1930, que colocou Vargas no poder, e deram suporte para a instalação do Estado Novo brasileiro em 1937.

A disputa entre os dois lados antagónicos, americanófilos e germanófilos, ficou bem caracterizada quando o General Dutra e o Almirante Aristides Guilhem, então Ministro da Marinha, consideraram pouco expressivos os resultados de uma reunião entre Osvaldo Aranha e autoridades estadunidenses, ocorrida nos EUA, e não compareceram à recepção ao Chanceler brasileiro. Contudo, transformaram o desembarque das peças de artilharia alemãs, fabricadas pela empresa alemã Krupp, em imenso evento cívico (Hilton, 1994)⁵⁵².

Dentro do espectro do Objetivo Político de Getúlio Vargas de permanecer no poder, o grupo dos militares era fundamental. O papel dos militares foi descrito como “grande árbitro da política nacional” (Lira Neto, 2013: 394)⁵⁵³. Reforçavam um governo que se assumiu com características ditatoriais, notadamente após a implementação do Estado Novo, com modelo no Estado Novo português de António Salazar e com matriz no fascismo de Benito Mussolini. Assim, Vargas reconheceu os militares como suportes de seu governo e, ao se dirigir aos integrantes das Forças Armadas (FA), utilizou as seguintes palavras:

O governo, instituído por um movimento que encontrou a maior ressonância na opinião pública do país, sente-se cada vez mais apoiado nas Forças Armadas, reivindicando, como seu mais alto objetivo, o de reaparelhá-las, para que possam exercer a sua grande missão cívica e moral⁵⁵⁴.

Desta forma, fica evidenciado o facto de que Vargas reconhecia que a sua permanência no poder dependia de sua capacidade em reaparelhar as FA, nomeadamente o Exército. E

⁵⁵² Hilton, Stanley E (1994), *Osvaldo Aranha: uma biografia*, ed. Objetiva, Rio de Janeiro.

⁵⁵³ Neto, Lira (2013), *Getúlio: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930 – 1945)*, 1ª ed., ed. Companhia das Letras, São Paulo.

⁵⁵⁴ Vargas, Getúlio Dorneles (1945), *a nova política do Brasil. “Da aliança Liberal às realizações do primeiro ano de governo (1930-1931)”*, 10 vol., ed. José Olympio, Rio de Janeiro.

os soldados tinham consciência dessa estratégica conjuntura e que tal projeto era “[...] de longo prazo, que incluía a prévia instauração de um complexo siderúrgico em território nacional” (Alves,2002: 56)⁵⁵⁵.

Deste modo, o Estado Novo brasileiro se viu diante do imenso tabuleiro montado e a principal personalidade nacional, Vargas, estava atenta aos movimentos de todos os contendores e imaginava como se posicionar para tirar o melhor proveito dos partidos contrários, para a consecução de seu Objetivo Político. O ditador tinha várias peças à sua disposição, inclusive os fatores geográficos brasileiros, sejam eles territoriais e extracontinentais, e lançar mão da Geopolítica, particularmente pelo facto de que o carácter nacionalista de Vargas contribuiu para o desenvolvimento da Geopolítica⁵⁵⁶.

3.2. Os aspetos geográficos brasileiros

A consciência da importância dos aspetos geopolíticos do Governo Vargas, nomeadamente dos recursos naturais e minerais, da posição geográfica do país em relação aos Teatros de Operações em África e em Europa, da dinâmica populacional residente e da extensão territorial, ficou latente já em 1936, durante a Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, reunida em Buenos Aires (Argentina), quando a delegação brasileira enviada pelo ditador apresentou um projeto de Pacto Interamericano de Segurança Coletiva, cuja redação do artigo 1º era a seguinte:

As Altas Partes Contratuais, firmemente dispostas a defender o continente americano contra a tendência expansionista de outros povos, declaram que não terá aplicação na América a doutrina segundo a qual a carência de matérias-primas, o excesso de população ou qualquer outro pretexto dá direitos à aquisição de terras alheias⁵⁵⁷.

No cenário mundial de então, as relações internacionais eram fundamentais, inclusive para organizar o Campo Económico, como Lucaks (1980: 362)⁵⁵⁸ escreveu, que durante a II GM [...]

[...] As relações entre os Estados estiveram acima de todas as questões políticas. Não foi uma guerra de classes; foi uma guerra travada por Estados, não por ideologias; foi uma guerra sustentada

⁵⁵⁵ Obra citada.

⁵⁵⁶ Vlach, Vânia Rubia Farias (2012), *Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros*, Terra Brasilis [Online], URL: <http://terrabilis.revues.org/359>; DOI: 10.4000/terrabilis.359

⁵⁵⁷ Viana, Helio (1958), *História Diplomática do Brasil*, Ed. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, p. 195.

⁵⁵⁸ Lucaks, John (1980), *A última guerra europeia: setembro de 1939 – dezembro de 1941*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro.

pela Alemanha, França e Rússia, não pela democracia, fascismo e comunismo.

Nesse sentido, Alves (2002: 22)⁵⁵⁹ situa os EUA, a Alemanha e o Brasil, ao colocar os brasileiros em uma posição eminentemente subalterna:

Em termos práticos, isso significa que o poder se concentrava em um pequeno grupo de nações industrializadas, detentoras da maior parte da moderna produção manufatureira mundial⁵⁶⁰. Isso significava também que os países onde as populações se encontravam predominantemente em atividades primárias, como a agricultura, o pastoreio e a mineração, eram basicamente objetos⁵⁶¹, peões no tabuleiro da política internacional da época, se não eram colônias *stricto sensu*.

Portanto, o governo de Getúlio Vargas decidiu por conduzir o Estado Novo brasileiro de forma ardilosa e a aproveitar as oportunidades, como Hilton (1977: 339)⁵⁶² afirmou em sua obra que os componentes da equipa do ditador “[...] conseguiram manter firme seu comportamento formal com o livre-comércio em relação aos norte-americanos, ao mesmo tempo em que conservavam e mesmo incrementavam o comércio compensado com a Alemanha”.

Carrazoni (1939: 209) registou o seguinte comentário, feito pelo próprio Getúlio Vargas, que clarifica a sua capacidade de dissimular as suas reais intenções: - Gosto mais de ser interpretado do que me explicar⁵⁶³.

Nessa teia de interesses múltiplos e cruciais para um período de guerra e, portanto, de intenso consumo de insumos e de manufaturas, é presumido que todos os envolvidos tivessem a exata noção de seus papéis e como as ligações dessa teia eram frágeis, posto que [...]

[...] Não trazer um Estado periférico para sua aliança significa perda de recursos dos mais variados para a guerra (humanos, minerais, agrícolas, estratégicos) e, mais grave, em vista da dinâmica global, estes podem, num futuro próximo, ser aproveitado pela coalizão inimiga.⁵⁶⁴

E o papel desempenhado pela equipa de Vargas, diante das delicadas relações envolvendo o Brasil notadamente agropecuário e as duas nações industrializadas e

⁵⁵⁹ Alves (2002: 22), obra citada.

⁵⁶⁰ Caso dos Estados Unidos da América e da Alemanha, notadamente.

⁵⁶¹ Clara situação brasileira.

⁵⁶² Hilton, Stanley E (1977), *O Brasil e as grandes potências (1930-39): os aspectos políticos da realidade comercial*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

⁵⁶³ Carrazoni, André (1939), *Getúlio*, 2. ed. Ed. José Olímpio, Rio de Janeiro.

⁵⁶⁴ Alves (2002: 28), obra citada.

antagônicas, é codificado pelo termo *personalismo*, porque os seus valores e as suas decisões, agregados pelas suas idiossincrasias, foram fundamentais para a atuação do Brasil no então sistema internacional⁵⁶⁵. E a grande personalidade era o próprio ditador Getúlio Vargas, secundado por diplomata influente – Osvaldo Aranha – e por lideranças militares – generais Eurico Gaspar Dutra, Góis Monteiro e João Batista Mascarenhas de Moraes⁵⁶⁶.

Prado Junior delineou em seu livro de referência o cenário econômico brasileiro vivido por Vargas e, por conseguinte, as condições que o ditador tinha para se inserir nas relações internacionais descritas⁵⁶⁷:

- o país vinha de um crescimento expressivo de sua atividade industrial, resultante da necessidade em substituir as importações, em face da I Guerra Mundial e da crise econômica de 1929;
- a produção de bens de consumo era voltada para o pequeno mercado interno. Os principais produtos eram originados na indústria têxtil, farmacêutica, de cimento e de papel;
- apesar do surto industrial, o Brasil era fundamentalmente agrícola, com cerca de 70% da população a residir na zona rural;
- a principal pauta de exportação era o café, que compreendia 50% da exportação brasileira (1934 a 1939);
- outros produtos agropecuários compunham o portfólio de artigos exportados – açúcar, cacau, fumo, couro e peles e algodão (o algodão brasileiro tornou-se importante item comercializado com os alemães); e
- o Brasil importava fontes de energia (petróleo e carvão mineral), bens de capital e de consumo mais elaborados (produtos químicos, veículos automotores, máquinas operatrizes e, particularmente, material bélico pesado).

Quanto ao material bélico pesado, os militares brasileiros tinham consciência da deficiência do país em desenvolvê-los e de produzi-los e sabiam que a sua definitiva solução estava precarizada pelas perspectivas procedentes da Europa em conflagração (Alves,2002: 56)⁵⁶⁸.

No discurso do Diretor-Executivo do Conselho Federal de Comércio Exterior, Diplomata João Carlos Muniz, em reunião realizada em maio de 1939, com público formado por empresários brasileiros e com a presença do Presidente Getúlio Vargas, na abertura dos

⁵⁶⁵ Alves (2002: 23-24), obra citada.

⁵⁶⁶ Posteriormente foi designado como Comandante da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

⁵⁶⁷ Prado Junior, Caio (1972), *História Econômica do Brasil*, 16ª edição, Brasiliense, São Paulo.

⁵⁶⁸ Obra citada.

trabalhos daquele ano do Conselho, ficou retratada a situação econômica nacional e marcadas as condições para a efetiva industrialização do país:

A economia que se baseia só na produção de matérias-primas não passa de uma economia colonial [...] todos nós somos testemunhas dos esforços de V. Exa. para implantar no país as indústrias básicas, sem as quais não poderá o Brasil equipar-se adequadamente nem prosseguir na obra do alargamento de sua economia agrícola e industrial [...] Os acordos concluídos em Washington [...] visam estabelecer a colaboração com a maior potência econômica e financeira do mundo; mediante a concessões de créditos que permitirão criar as indústrias de base e levar avante a industrialização de certas matérias-primas [...] Esses acordos poderão ser, como bem viu V. Exa., uma alavanca potente para o nosso ressurgimento econômico [...] e [para] ampliar cada vez mais nosso aparelhamento industrial. Só desta forma é que podemos criar uma economia estável, que fará a grandeza do Brasil. (CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR, 1944, p. 11-12)⁵⁶⁹.

3.2.1. A posição relativa do espaço geográfico brasileiro

Fundamentalmente, segundo Mahan, conforme destacado por Carmona (2008: 27)⁵⁷⁰, a situação brasileira, no que tange à sua posição geográfica em face do Teatro de Operações do Atlântico, já, por si só, era de imenso relevo diante da importância para o jogo de interesses geopolíticos do próprio Atlântico Sul, tanto para os Aliados, como para os alemães, ao afirmar que:

[...] se a natureza colocou um país em circunstâncias tais que, além de ter acesso fácil ao alto-mar, fez com que ao mesmo tempo domine uma das grandes passagens do tráfego mundial, é evidente que a importância estratégica de sua posição seja muito maior (MAHAN, 1984, p. 37).

Essa posição relativa não apenas foi muito importante para a guerra naval travada em águas atlânticas, como, de igual forma, para as operações terrestres desencadeadas no

⁵⁶⁹ Apud Corsi, Francisco Luiz (2015), *A II Guerra Mundial e a política econômica externa: a questão do financiamento do desenvolvimento*, Rev. Brasileira de Estudos Estratégicos, v. 7, nº 14, Jun. - Dez 2015, Rio de Janeiro, pp. 115 e 116.

⁵⁷⁰ Carmona, Ronaldo Gomes (2012), *Geopolítica clássica e geopolítica brasileira contemporânea: Mahan, Mackinder e a "grande estratégia" do Brasil para o século XXI*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo (USP), 166 p., São Paulo. DOI: 10.11606/D.8.2013.tde-11062013-111229.

ambiente do Teatro de Operações do Norte de África, posto que a região Nordeste brasileira “[...] abre as portas para o Atlântico Sul, que é, sem dúvida, uma área estratégica tanto para os sul-americanos, quanto para os africanos” (Pontes, 2017: 4)⁵⁷¹. Nesse sentido, evidencia-se que o Brasil é o país com maior costa atlântica do mundo, além do que, possui áreas estratégicas relevantes no concerto das nações, como a “Garganta Atlântica”⁵⁷², entre a costa do Nordeste brasileiro e a África ocidental, descrita por Pontes (*ibidem*, 2017: 4) como:

[...] espaço intercontinental de grande importância para o comércio mundial. As passagens ao sul, que ligam o Atlântico ao Pacífico, constituem uma via alternativa ao canal do Panamá, principalmente para os navios de grande porte. A rota do Cabo da Boa Esperança, conectando o Atlântico Sul ao Oceano Índico é uma alternativa ao Canal de Suez e, oferece também, o melhor acesso marítimo à Antártica.

Tal aproximação tinha outra feição: a possibilidade dos alemães em realizarem investidas em território brasileiro, a partir de Dakar, conforme reportagem veiculada, em 1942, no periódico brasileiro *Correio da Manhã*⁵⁷³, onde a população era advertida “[...] para que não subestimasse a possibilidade de ataques da aviação alemã no Rio de Janeiro. Autoridades militares norte-americanas alertaram o governo brasileiro de que o próximo objetivo de Hitler era a invasão do continente americano”. Segundo o autor do artigo, “[...] a aviação alemã poderia transportar tropas, invadindo o nordeste brasileiro e, a partir daí, os Estados Unidos; o que não eliminava a hipótese de um ataque aéreo ao Rio de Janeiro”. Para tanto, se era intenção ou não de Hitler, o Estado Novo criou a Diretoria do Serviço Nacional de Defesa Passiva Antiaérea, cujas instruções à população brasileira eram publicadas metodicamente nos jornais, sob o título de “Conhecimentos indispensáveis a todos os cidadãos”, as quais eram seguidas do alerta “recorte, estude e colecion”, e de orientações detalhadas sobre a conduta no caso de bombardeio nas cidades⁵⁷⁴. Ou seja, se o Promontório Nordestino podia ser útil aos aliados, também o seria para as forças do Eixo.

A preocupação com a porção do Atlântico Sul que banha o Brasil, parte do Atlântico Lusófono, ficou caracterizada pela criação do conceito de “mar continental”, no texto da Resolução XV, também conhecida como Declaração do Panamá⁵⁷⁵, de 3 de outubro de 1939, nos seguintes termos:

⁵⁷¹ Pontes, Beatriz Maria Soares (2017), *As bases geopolíticas para o Atlântico Sul*. Rev. Intellector, nº. 27, Julho/Dezembro 2017. Ed CENAGRI. Rio de Janeiro, p. 4.

⁵⁷² Também conhecida como Saliente Nordestino.

⁵⁷³ A experiência do “blackout”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 10 set. 1942.

⁵⁷⁴ Diretoria do Serviço Nacional de Defesa Passiva Antiaérea. *A Noite*, Rio de Janeiro, 24 out. 1942, p. 2.

⁵⁷⁵ Disponível em <https://www.worldcat.org/title/zona-de-seguranca-continental-declaracao-do-panama/oclc/904037717&referer=brief_results>

Como medida de proteção continental, as repúblicas americanas, enquanto mantiverem sua neutralidade, têm o direito indiscutível de conservar livres de todo ato hostil por parte de qualquer nação beligerante não americana, as águas adjacentes ao continente americano, que consideraram como de interesse primordial e de direta utilidade para suas relações, quer o referido ato hostil seja praticado de terra, do mar ou do ar.

Em face dessa Resolução, a delegação brasileira fez as seguintes declarações⁵⁷⁶, as quais reforçaram a importância do Atlântico Sul para a sua própria segurança e defesa do país:

A segurança continental, contra agressões de ultramar precisa, porém, de ser procurada em bases mais seguras.

[...]

À defesa da integridade territorial continental urge, pois, juntar como parte inseparável de todo político, a segurança dos mares continentais.

[...]

A Reunião do Panamá deve pleitear e receber de todos os beligerantes envolvidos na guerra, de que não participa nenhuma República americana, a segurança de que os países em conflito se absterão de quaisquer atos hostis ou de atos bélicos no mar, dentro do limite das águas adjacentes ao continente americano, consideradas de utilidade e de interesse direto e primacial pelas repúblicas americanas.

E a delegação enviada pelo ditador brasileiro arrematou com as seguintes palavras, que evidenciam ainda mais o Atlântico Sul como fundamental para a sua posição neutral, ao menos inicialmente, bem como para a sua segurança e defesa: “O Brasil não faz, nem nunca fez questão de fórmulas, nem de palavras, mas defenderá a ideia que aventou de um mar continental, porque o considera útil à sua e à existência dos demais povos americanos”⁵⁷⁷.

Assim, Vlach destacou a relevância da posição geográfica do país, no período, ao observar que “Na verdade, a criação do território de Fernando de Noronha, em 1942, em

⁵⁷⁶ Viana, Helio (1958), *História Diplomática do Brasil*, Ed. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, p 196.

⁵⁷⁷ Viana (1958: 196), obra citada.

decorrência do interesse dos Aliados no controle do Atlântico Sul, acentuou o caráter político-estratégico dos territórios brasileiros”.⁵⁷⁸

A posição geográfica do Brasil em relação ao Oceano Atlântico não era a única preocupação do governo. Os brasileiros tinham uma disputa histórica com a Argentina pelo domínio da bacia fluvial do Rio da Prata, desde o período colonial, cujo nome já denotava a sua importância estratégica, posto que servisse de ligação entre as ricas minas de prata em Potosi, na Bolívia, e a Europa havia séculos. Após a decadência das jazidas minerais, Brasil e Argentina passaram a disputar a prevalência regional com a “histórica função de mediador na América do Sul” (McCann, Jr.1995: 96)⁵⁷⁹. Essa situação foi agravada em meados de 1937, quando o governo estadunidense, na percepção dos brasileiros, dobrou-se diante dos argentinos e recuaram em fazer a transferência de três velhos contratorpedeiros de sua Marinha de Guerra para a Armada do Brasil. A impressão que ficou entre os militares brasileiros, dos quais existiam vários germanófilos proeminentes, era que os EUA “[...] haviam desamparado o Brasil e o incidente levou as Forças Armadas brasileiras a não confiar nas intenções americanas” (idem)⁵⁸⁰. A situação regional agravou-se quando o Governo Argentino decidiu, em maio de 1938, adquirir uma certa quantidade de armamentos na Europa, enquanto as forças brasileiras estavam em situação precária. Os militares brasileiros nutriam outra preocupação: a política argentina de não adesão ao pan-americanismo, fato que obrigou o Exército Brasileiro a reforçar as suas fronteiras no Sul (McCann, 1995: 205-206⁵⁸¹; AHI, 17 maio. 1943⁵⁸²), temendo algum movimento de elementos fascistas com o apoio de grupos nacionalistas argentinos (AHI, 07 jun. 1943).

3.2.2. Os recursos naturais e minerais

Sob outro prisma, outra ferramenta geopolítica, o extrativismo vegetal, assumiu dramáticos contornos⁵⁸³, particularmente para os EUA, quando a tomada do controle do Oceano Pacífico pelos japoneses impediu o acesso dos Estados Unidos aos seringais asiáticos. Para suprir a nova demanda estratégica, o governo norte-americano voltou-se para o Brasil em março de 1942. Para concretizar os seus interesses, o governo de Franklin Roosevelt assinou acordos, a fim de obter acesso à produção de borracha nos seringais da Amazônia.

⁵⁷⁸ Vlach (2012: 6), obra citada.

⁵⁷⁹ McCann, Frank D (1995)., *A aliança Brasil – Estados Unidos, 1937-1945*, tradução de Jayme Taddei e José Lívio Dantas, ed. Biblioteca do Exército, 396 p., Rio de Janeiro.

⁵⁸⁰ *Ibidem*.

⁵⁸¹ Obra citada.

⁵⁸² AHI. Telegrama de Oswaldo Aranha a J. de Paula Rodrigues Alves. Buenos Aires, 07 jun. 1943.

⁵⁸³ Ferreira, Jorge (2017), *Brasil, 1942, estado e sociedade contra o Reich*, Rev. Acervo, v. 30, n. 2, p. 106, jul./dez 2017, Rio de Janeiro,

Para a inclusão do fator geográfico “recursos naturais” no escopo desta investigação, lança-se mão à definição estabelecida por Ross (2005: 86): “Considera-se como recurso natural todo e qualquer componente da natureza que o homem pode usar em seu benefício”⁵⁸⁴, particularmente como fonte de alimento. Logo em seguida cita o açúcar, o café e o cacau como recursos naturais originados na agricultura brasileira e “que têm grande consumo em todo o mundo” (idem, 2005: 89).

O Quadro 3.1 explicita a evolução das transações comerciais durante o período, particularmente a dependência do Brasil em relação aos seus produtos que estão sujeitos diretamente à qualidade do solo, à hidrografia, ao clima e à posição geográfica relativa do país:

Quadro 3.1
Principais produtos de exportação

Ano	Café	Açúcar	Algodão	Peles e Couros	Borracha	TOTAL
1931/40	50,03%	0,49%	14,28%	4,39%	1,08%	70,27%
1941/50	46,11%	0,78%	11,35%	3,26%	0,97%	62,47%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1952) – IBGE

Além dos recursos naturais provenientes das atividades agropastoris, o solo brasileiro tinha diversos recursos minerais de grande valor comercial e de relevância para alargar as relações entre o Brasil e os Aliados e, assim como, a Alemanha. O Quadro 3.2 faz uma fotografia das exportações brasileiras dos recursos de origem mineral:

Quadro 3.2
Principais produtos minerais de exportação (meses janeiro a maio)

Mercadorias	Quantidade (Ton)			% Sobre o valor total		
	1939	1940	1941	1939	1940	1941
Ferro em barras, lâminas ou placas.	—	—	13.787	—	—	0,78
Ferro fundido ou gusa	9.405	7.923	16.435	0,13	0,16	0,34
Ferro	225.102	41.758	130.308	0,52	0,11	0,41
Manganês	64.734	74.347	153.099	0,37	0,46	1,05
Outros minérios	16.491	1.727	4.904	0,17	0,07	0,12
Diamantes (gemas)	10.507	19.002	27.652	0,38	1,52	2,38

⁵⁸⁴ Ross, Jurandyr L. Sanches (2005), org., *Geografia do Brasil*, 5ª edição, revista e ampliada, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Cristal de rocha	214	451	517	0,35	0,34	0,76
Mica	171	255	294	0,15	0,21	0,37
Outras matérias primas	860	5.761	13.345	0,08	0,11	0,15
Total na participação nas exportações brasileiras				2,15	2,98	6,36

Fonte: Comércio Exterior do Brasil (1941) – Serviço de Estatística Econômica e Financeira – IBGE.

O crescimento acentuado, perceptível na evolução das exportações brasileiras de 1939 a 1941, quanto à participação dos recursos minerais, é bem traduzido nas palavras de Neto de que “Em época de guerra, o ferro, matéria prima de canhão e outros artefactos bélicos, era mais precioso que ouro”⁵⁸⁵.

Os Quadros 3.3 e 3.4 fornecem dados sobre a evolução do comércio exterior brasileiro, dentro do espaço temporal pertinente a esta investigação, com os principais protagonistas de então:

Quadro 3.3

Comércio Exterior – Importações por procedências

Ano	Argentina	Estados Unidos da América	Europa Ocidental	Japão
1939	7,2%	36,2%	46,0%	8,7%
1940	10,3%	42,3%	33,6%	9,4%
1941	14,4%	57,0%	16,8%	6,4%
1942	23,1%	45,6%	26,0%	0,2%
1943	18,0%	50,6%	20,2%	0,1%
1944	22,1%	53,1%	20,2%	0,2%
1945	21,6%	49,4%	23,0%	0,9%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – IBGE (1937/52)

Quadro 3.4

Comércio Exterior – Exportações por destinos

Ano	Argentina	Estados Unidos da América	Europa Ocidental	Ásia
1939	11,2%	33,6%	46,5%	3,0%
1940	15,1%	51,9%	21,1%	4,3%

⁵⁸⁵ Neto (2015: 384), obra citada.

1941	15,5%	60,3%	13,3%	3,1%
1942	22,2%	54,1%	13,2%	1,7%
1943	25,5%	53,7%	11,2%	0,6%
1944	25,9%	61,2%	5,3%	1,0%
1945	24,9%	54,3%	13,0%	0,7%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - IBGE (1937/52)

No Quadro 3.5 estão explicitados os volumes das relações comerciais do Brasil com os principais envolvidos no tabuleiro do jogo de interesses do Estado Novo, no início da contenda entre os Aliados e os países do Eixo.

Quadro 3.5

Intercâmbio comercial com os principais países — 1939

Países	Exportações Em Libras	Importações Em Libras
Alemanha	4 478 682	6 160 296
Grã-Bretanha	3 587 442	2 950 981
Estados Unidos da América	13 521 066	10 613 220
Argentina	2 044 173	2 688 449
Japão	2 029 583	479 930

Fonte: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. Do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

3.2.3. A dinâmica populacional no espaço geográfico brasileiro

À época dos factos, a população brasileira era fundamentalmente agrícola, portanto, 70% residia nas áreas rurais, e a maior parte era analfabeta⁵⁸⁶. Em 1939, o setor primário da economia respondia por 66% das atividades econômicas⁵⁸⁷, onde a exportação do café representava 50% da pauta dos produtos comercializados no mercado internacional⁵⁸⁸.

⁵⁸⁶ Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1945), Ano VI, 1941-45, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, p. 29, Rio de Janeiro.

⁵⁸⁷ Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1940), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pp. 1294 e 1297-1298, Rio de Janeiro.

⁵⁸⁸ Idem, *ibidem*: 155-156.

Dentro do escopo dos fatores geográficos, a população habitante no território brasileiro, que em 1939 era de 45.002.176 habitantes⁵⁸⁹, torna-se de imensa relevância quando são consideradas as significativas parcelas de imigrantes de origens alemães⁵⁹⁰, japonesas⁵⁹¹ e italianas⁵⁹². Na obra de Gambini⁵⁹³, os alemães concentraram-se na região rural dos três estados da região Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, enquanto os italianos buscaram os principais centros urbanos, nomeadamente em São Paulo. Entretanto, quanto à assimilação cultural e social, os alemães foram muito mais lentos que os italianos (Gambini, 1977: 64-69)

No relato de Karl Löewenstein, fica clarificada a realidade das levas de alemães que chegaram ao Brasil e os motivos da lenta assimilação dos germanos, os quais “[...] não demonstraram interesse pela vida nacional ou política local, enfatizando que todas as instituições culturais e sociais guardaram sua fisionomia alemã, da escola à igreja, da imprensa ao tipo de mercadoria consumida e de vida gregária”⁵⁹⁴. Nesse sentido, Turner afirma que 85% do clero alemão na América do Sul apoiavam os Nazis, que davam a devida cobertura de suas atividades pró Alemanha e exemplifica⁵⁹⁵:

O pastor de Novo Breslau foi apanhado em atividades subversivas. A polícia ordenou sua prisão. Ao ouvir isso, o Consulado Alemão de Florianópolis avisou-lhe por telefone que ele estava contratado como vice-cônsul. Isso lhe propiciou a imunidade diplomática com a qual passou a desafiar que o prendessem. Quando o assunto veio a público, os nazistas mandaram-no de volta à sua paróquia. Desde então o nome da cidade mudou de Novo Breslau para Getúlio Vargas⁵⁹⁶.

⁵⁸⁹ Fonte: Serviços de Estatística, Demografia, Moral e Política – População absoluta e relativa do Brasil, das suas Unidades Federativas e dos Municípios das Respectivas Capitais, calculado para 31 de dezembro – 1937/1939.

⁵⁹⁰ “os imigrantes alemães somava nessa época um milhão de pessoas” (Gambini, 1977: 64).

⁵⁹¹ “Não dispomos de dados sobre atuação dos imigrantes japoneses no período. De qualquer forma, seu comportamento político não se compara com o dos alemães [...]” (Gambini, 1977:62).

⁵⁹² Segundo Gambini (1977: 63), existiam cerca de três milhões de pessoas de origem italiana.

⁵⁹³ Gambini, Roberto (1977), *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*, ed. Símbolo, São Paulo.

⁵⁹⁴ *In* Gambini (1977: 65), obra citada.

⁵⁹⁵ *Ibidem* (1977: 66), obra citada.

⁵⁹⁶ Atualmente Presidente Getúlio, localiza-se no Estado de Santa Catarina, a 214 km da Capital Florianópolis. Disponível em <<https://www.sc.gov.br/index.php/conhecasc/municipios-de-sc/presidente-getulio>>.

Quintaneiro⁵⁹⁷ fez um trabalho minucioso para descrever a população nipônica no Brasil, que elucida o quantitativo e a sua concentração geográfica, na zona rural do Estado de São Paulo:

Em 1940, dos 205.850 japoneses residentes no Brasil, 35.381 dedicavam-se à agricultura, seguidos em importância pelos que trabalhavam no comércio, que perfaziam somente 2.286. Declararam-se sem profissão 161.467, ainda que a atividade econômica exercida pelos migrantes ocupasse em geral mão-de-obra familiar. O estado de São Paulo abrigava 94% desses imigrantes, 87,2% dos quais exerciam atividades agrícolas.

A visão dos países integrantes do Eixo sobre os seus emigrantes que se dirigiram à América Latina era bastante peculiar, posto que lhes reservaram papéis proeminentes em seus respectivos projetos expansionistas (Turner, 1942: 60 e 62)⁵⁹⁸:

A Alemanha, assim como o Japão, considera seus imigrantes na América do Sul como “minorias”, como conterrâneos que convenientemente podem adquirir cidadania estrangeira, mas, que devem reter laços de utilidade cultural e política para com a pátria. [...] De fato, o corpo consular e os agentes comerciais alemães já começaram a penetrar nas colônias brasileiras com seus programas e sua propaganda de “solidariedade racial”.

3.3. Manifestação da Alemanha

3.3.1. Os interesses econômicos alemães e suas manifestações

Para Rahmeier⁵⁹⁹, o III *Reich* tinha fortes interesses comerciais com o Brasil, posto que a Alemanha tinha carência em diversas matérias primas e produtos agrícolas, além da necessidade de um mercado consumidor para as suas manufaturas. Em contrapartida, o Brasil tinha por oferecer um amplo portfólio de insumos e uma população considerável para absorver produtos industrializados. Desta forma, até o início da guerra em 1939, o “comércio era o assunto-chave nas relações diplomáticas” entre as duas nações.

⁵⁹⁷ Quintaneiro, Tania (2006), Plantando nos campos do inimigo: japoneses no Brasil na Segunda Guerra Mundial Estudos Ibero-Americanos, vol. XXXII, nº 2, dezembro de 2006, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, p. 159.

⁵⁹⁸ Turner, Ewart Edmund (1942), *German influence in South Brazil*, in *Public Opinion Quarterly*, Vol. 6, Issue 1, spring 1942, pp. 57–69.

⁵⁹⁹ Rahmeier, Andrea Helena Petry (2013), As relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil, no período de 1937 a 1942, *Rev. História UNISINOS*, vol. 17, Nº 2, maio/agosto de 2013, DOI: 10.4013/htu.2013.172.08. p. 170.

Após os percalços diplomáticos em 1938, protagonizados pelo embaixador alemão Karl Ritter, quando o governo brasileiro decidiu proibir “[...] oficialmente, os encontros dos membros do partido nazista que eram cidadãos alemães, Ritter teve uma atuação muito rígida, que levou a outros complicadores”⁶⁰⁰, houve um incremento nas relações teuto-brasileiras, quando os Nazis sugeriram uma grande compra de café e algodão, com a finalidade de aumentar os estoques em caso de guerra⁶⁰¹.

De facto, as relações comerciais entre o Brasil e a Alemanha eram muito significativas no período 1936-1938, porém, conforme pode ser observado no Quadro 3.6, em 1939 iniciou a retrair. Com efeito, o percentual de 25,0% das importações brasileiras devido pela Alemanha em 1938 desceu para 19,4% em 1939 e despencou para 1,8% em 1940. A Alemanha, que em 1938 comprou 19,1% das vendas brasileiras, em 1939 e 1940 comprou, respetivamente, 12,0% e 2,2%.

Quadro 3.6

Relações Comerciais Brasil - Alemanha — 1936 a 1940 (em porcentagem)

Anos	Exportações	Importações
1936	13,2	23,5
1937	17,0	23,9
1938	19,1	25,0
1939	12,0	19,4
1940	2,2	1,8

Fonte: Diretoria de Estatística Econômica e Financeira do Tesouro Nacional: para 1936 pp.13-15 e para 1936 a 1940, pp. 12-17.

Vale ressaltar que esse comércio numericamente respeitável estava fundado nos marcos de compensação, ou seja, os saldos financeiros eram transformados em créditos depositados nos bancos de referência para o processo, sejam no Brasil ou na Alemanha⁶⁰². Portanto, desde 1936, o *Reich* de Hitler propôs fornecer armas, máquinas e equipamentos, enquanto os brasileiros compensariam com matérias-primas e alimentos, sobretudo café, minério de ferro e algodão. As possibilidades desse tipo de comércio chegaram a quase concretizar uma negociação que atenderia plenamente os interesses do Estado Novo de Vargas, quando a empresa teuta Krupp iniciou negociações para a implantação de uma

⁶⁰⁰ *Idem* (2013: 171).

⁶⁰¹ Seintefuss (2003: 159-163), obra citada.

⁶⁰² Ver páginas 45 e 46.

grande siderurgia no Brasil, a ser paga, em 75% dos recursos necessários à implantação do projeto, na forma de marcos de compensação – bens primários brasileiros⁶⁰³ -.

3.3.2. Quanto ao espaço geográfico do Brasil

Quanto à posição relativa do país, nomeadamente quanto ao Promontório Nordestino brasileiro, a Alemanha contrariava as prospeções dos norte-americanos e dos próprios brasileiros, posto que, segundo o General Friedrich von Boerttincher, Adido Militar alemão nos Estados Unidos, Hitler e seus assessores mais próximos “[...] não tinham uma ideia clara dos requisitos geográficos para uma guerra mundial” e em seguida complementa “[...] também não tinham uma clara ideia do significado estratégico do Oceano Atlântico entre o Brasil e a África”⁶⁰⁴. Desta forma, o provável interesse alemão na Garganta do Atlântico perde substância e, portanto, força.

A partir de 1939, a Alemanha passou a ter um único objetivo: a manutenção da neutralidade dos países latino-americanos, particularmente o Brasil. Assim, a cada nova conquista territorial da *Wehrmacht*⁶⁰⁵, todas as missões diplomáticas na América Latina deveriam averiguar a manutenção da posição neutral dos países, haja vista o medo de que ocorresse uma declaração conjunta de guerra à Alemanha. Para assegurar que isso não ocorresse, o *Auswärtiges Amt* (AA)⁶⁰⁶ enviou, em diferentes momentos, após aquele ano, correspondências diplomáticas, nas quais refirmavam a necessidade de neutralidade dos latino-americanos e amarravam acordos comerciais para o pós-guerra. Dessas promessas futuras, destacavam-se as negociações com o governo brasileiro, em junho de 1940, de implementação da siderurgia e do comércio de manufaturas (Rahmeier, 2013: 173)⁶⁰⁷.

3.3.3. Quanto aos aspetos naturais

Por outra vertente, diante do que já foi escrito neste capítulo, os produtos do extrativismo vegetal e os recursos naturais provenientes do território brasileiro de igual forma tornaram-se pauta e motivo de cobiça pelos alemães.

Tendo em vista isso, o Brasil tornou-se um importante parceiro comercial e ultrapassou os estadunidenses como principal fornecedor de algodão para os alemães ainda no ano de 1937. O Brasil era o único país a produzir todos os tipos de fibras de algodão para o

⁶⁰³ Corsi (2015: 113 – nota de rodapé), obra citada.

⁶⁰⁴ Conn; e Fairchild (2000: 102), obra citada.

⁶⁰⁵ Forças armadas alemãs.

⁶⁰⁶ Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.

⁶⁰⁷ Obra citada.

comércio internacional. Esse novo *status* das relações Brasil – Alemanha teve repercussões no país da América do Norte, que foram traduzidas no seguinte artigo jornalístico⁶⁰⁸:

Discute-se em Washington, a circunstância atual do Brasil haver vendido pela primeira vez, mais algodão à Alemanha do que os Estados Unidos. [...] Este fato está impressionando os círculos de negócios norte-americanos, porque o Brasil é um concorrente novo que se apresenta. Há dois anos os Estados Unidos vendiam à Alemanha cerca de um milhão de fardos, e o Brasil zero.

3.3.4. Quanto à dinâmica populacional no espaço geográfico brasileiro

A mobilização de residentes brasileiros de origem alemã gerou uma considerável movimentação nos Consulados situados em Brasil, em razão da elevação de pedidos de repatriamento por parte daqueles que estavam dispostos a colaborar com os esforços alemães de “reabilitação” da nação. Até junho de 1938, cerca de 2.000 pedidos haviam sido protocolados no Consulado da Alemanha em São Paulo⁶⁰⁹.

Para os Nazis, a população brasileira excedia os simples aspetos numéricos indicados pela população residente no Brasil, posto que a parcela de imigrantes alemães e seus descendentes⁶¹⁰ era bastante apreciável e, aliado a este facto, estava concentrada na porção Sul do Brasil. O Quadro 3.7 mostra que os adeptos da ideologia Nazi residentes em território brasileiro no *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei – Landesgruppe Brasilien* (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães – Grupo Nacional Brasil), era subordinado à *Auslandsorganisation der NSDAP* (AO/NSDAP), a Organização para o Exterior do NSDAP, e compunham a maior congregação de adeptos à ideologia Nazi fora da Alemanha, ao reunir mais de 2.900 associados em 17 Estados da Federação, conforme a investigação realizada por Lucas⁶¹¹.

Quadro 3.7.

Filiação ao NSDAP fora da Alemanha superior a 1.000 associados – 1937.

País ou Região	Número de filiados
Brasil	2.903

⁶⁰⁸ Jornal do Povo, julho de 1937, Itajaí – Santa Catarina.

⁶⁰⁹ Jornal do Povo, ano III, nº 121, 01 de junho de 1938, Itajaí – Santa Catarina.

⁶¹⁰ Sejam os *Reichsdeutsche*, os chamados cidadãos do Reich, no sentido de pertencimento legal à Nação e os que possuem apenas o referencial étnico, o *Volksdeutsche*, em geral descendentes de origem alemã, mas sem o vínculo jurídico pleno com a Alemanha.

⁶¹¹ Lucas, Taís Campelo (2012), *Nazistas pelo mundo: a organização para o exterior do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães*, Rev. OPSIS, Catalão, v. 12, n. 2, p. 281-307 - jul./dez. 2012, ed. Universidade Federal de Goiás, pp. 281-308, Catalão.

Holanda	1.925
Áustria	1.678
Argentina	1.500
Polônia	1.379
Suécia	1.364
Namíbia	1.127
Itália	1.076
Tchecoslováquia	1.006

Fonte: *Statistik der AO*. Berlin, 24 de setembro de 1937.

A importância da população brasileira para o III *Reich* fica muito clarificada diante das palavras de Gaudig e Veitt (1995: 71-72)⁶¹², ao encarar os interesses geopolíticos dos Estados Unidos da América:

[...] o continente latino não era objeto de interesses políticos ou militares por parte do Terceiro *Reich*. Apesar de querer manter e ampliar as relações econômicas bilaterais, esta não era condição imprescindível da política externa nazista. Todo o afã do Terceiro Reich se concentrava nos países da Europa oriental que se aspirava conquistar ou dominar: se considerava a América Latina sob a espera de influência dos Estados Unidos. Ao estourar a Segunda Guerra Mundial, a política alemã estava interessada em manter a neutralidade dos países latino-americanos, sobretudo após a entrada na guerra dos EUA ao final de 1941, mas isso só foi conseguido no caso do Chile.

[...] Os nazistas consideravam a população de origem alemã nos mais importantes países da América Latina como um importante fator econômico no sistema social desses países, ao mesmo tempo, como um vazio ao qual se devia cooptar a fim de estender a soberania do nacional-socialismo sobre todos os alemães no mundo, aquele povo de “cem milhões” que, devido a sua origem nacional e racial, obedecia a uma “vontade comum” encarnada no Partido Nacional-Socialista e na pessoa do *Führer*.

O líder máximo e centralizador dos Nazis no Brasil era o alemão Hans Henning von Cossel⁶¹³, que tinha o cargo de Adido Cultural à Embaixada da Alemanha no Rio de Janeiro,

⁶¹² In Lucas (2012: 301-302), obra citada.

portanto, detinha imunidade diplomática e podia percorrer as representações do partido situadas pelo país. Ficou na função de líder do Grupo Nacional até 1938, quando o partido foi proibido de existir no país, e foi deportado em 1942, quando o ditador do Estado Novo se decidiu pelo alinhamento político e estratégico com os Estados Unidos.

Com a finalidade de evitar dúvidas, é fundamental explicar que apesar de ter ocorrida a adesão de brasileiros de origem alemã ao Integralismo – movimento brasileiro com forte inspiração nazi, porém, de cunho nativista –, o III *Reich* fazia questão de clarificar que tais adesões não eram vistas como oportunas, porque desvirtuavam o *Deutschtum*⁶¹⁴, ao terem o foco na melhoria da raça com a diminuição de negros e de índios e o aumento de europeus. O aspecto positivo do movimento brasileiro, apontado pelos alemães nazis, era o combate contra os comunistas e oposição aos judeus no Brasil. Na seguinte tentativa de entender o fenômeno do Integralismo pelos Nazis, fica explícito o olhar pejorativo alemão sobre o tema⁶¹⁵:

O Integralismo, que se apresenta ao mundo como um nativismo lusitano, engloba o conceito de brasilidade de tal maneira, como se os brasileiros pudessem formar um estado nacional que tem como os europeus do Oeste como modelo, também como um Estado que historicamente, linguisticamente e sociologicamente tivesse formado uma unidade aproximada.

As possibilidades de ações desses simpatizantes ultrapassavam as meras e lúdicas atividades culturais ou tradicionais. Conforme o trabalho de Dietrich (2007)⁶¹⁶, verifica-se que eles tinham objetivos notadamente ideológicos, inclusive antissemitas, e que, para esse esforço de estruturação, utilizavam-se dos jornais, dos rádios e da literatura. Assim, o Partido era capaz de manter no ideário de seus súditos, mesmo distantes geograficamente, a participação na Grande Comunidade Nacional, dever de prestar fidelidade à sua Pátria Mãe, a preservação da raça e a manutenção do *Deutschtum*.

De facto, nos últimos dias do mês de 1938, o Ministro Osvaldo Aranha tomou conhecimento que documentos foram interceptados, os quais indicavam que estava em andamento uma pretensa conspiração da Alemanha Nazi em fomentar uma rebelião não só em Brasil, como, também, em Uruguai e em Argentina. Neles constavam três opções ou três linhas de ação a serem adotadas:

⁶¹³ Nomeado *Landesgruppenleiter* (Chefe do Grupo Nacional do Partido no Brasil), em 1934, quando a sede do partido saiu do Rio de Janeiro e foi para a cidade de São Paulo.

⁶¹⁴ Germanismo.

⁶¹⁵ *Hünsche apud Übersetzung aus der Zeitung "O Radical" in Rio de Janeiro vom 12 nov. 1941, Die Tätigkeit des Nazismus in Südbrasilien* (40 f), Ata R 12506, AA/B, Alemanha, apud Dietrich (2007: 210).

⁶¹⁶ Dietrich, Ana Maria (2007), *Nazismo Tropical? O partido Nazista no Brasil*, tese de doutoramento em História Social apresentado no Departamento de História da Universidade de São Paulo, 301 pp., São Paulo.

Rebelião ampla para justificar intervenção semelhante à da Espanha e/ou assumir o controle de áreas da população germânicas através de 'anchluss do outro lado do Atlântico' ou, se isso se mostrasse inviável, conseguir concessões políticas que permitissem a organizações nazistas operar livremente até que pudessem tomar o poder⁶¹⁷.

3.4. Manifestação dos Aliados

3.4.1. Os interesses económicos dos aliados e suas manifestações

Ao iniciar a guerra na Europa, o governo dos Estados Unidos pôde dimensionar as possibilidades da América Latina. A sua interpretação da conjuntura política baseava-se nos seguintes pontos:

[...] as Américas do Sul e Central já eram, sob muitos aspectos, importantes para o projeto nazista de dominação do mundo. Alguns países da região constituíam campos potenciais de colonização por abrigarem uma considerável população de origem germânica. Esses países tinham sido muito importantes para o esforço alemão de rearmamento, pois forneceram boa parte da matéria-prima adquirida pelo Eixo através do comércio compensado. As forças armadas de muitos países latino-americanos tinham sido treinadas por missões militares alemãs e constituíam um alvo para a propaganda sistemática destinada a despertar antagonismo contra os EUA. Essa posição seria disseminada pelas estações de rádio, centros culturais, clubes de atletismo e cinemas controlados por alemães⁶¹⁸.

O início das hostilidades na Europa, em 1939, levou a um estreitamento econômico maior entre o Brasil e os Estados Unidos, segundo Cervo e Bueno⁶¹⁹. O Quadro 3.8 mostra o crescimento das relações comerciais entre os dois países americanos.

Os Estados Unidos elevaram os 24,2% das importações brasileiras em 1938 para 33,4% em 1939 e 51,9% em 1940. Nesses mesmos anos, os EUA elevaram os 34,3% das compras que fizeram do Brasil em 1938 para 36,3% e 42,3% nos anos de 1939 e 1940, respetivamente.

⁶¹⁷ Documentos sobre a Política Externa. Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. Série D (DGFP-D), apud McCann, 1995:98, obra citada.

⁶¹⁸ *US Government Printing Office, History of the Office of the Co-Ordinator of Inter-American Affairs* (Washington, DC, 1947), p. 1. Apud Moura, 1993: 181, obra citada.

⁶¹⁹ Cervo e Bueno (2001: 277), obra citada.

Quadro 3.8.

Relações Comerciais Brasil – EUA — 1936 a 1940 (em porcentagem)

Anos	Exportações	Importações
1936	22,1	38,8
1937	23,0	36,2
1938	24,2	34,3
1939	33,4	36,3
1940	51,9	42,3

Fonte: Diretoria de Estatística Econômica e Financeira do Tesouro Nacional: para 1936 pp.13-15 e para 1936 a 1940, pp. 12-17.

No mesmo sentido, conforme o Quadro 3.9, as exportações da Inglaterra para o Brasil mantiveram-se num patamar relativamente baixo nos anos considerados: 10,4%, 9,3%, 9,4%, respectivamente. Já as exportações brasileiras para a Inglaterra aumentaram sensivelmente: dos 8,8% de 1938 elevaram-se para 9,6% e 17,3%, em 1939 e 1940, respectivamente, do total das exportações brasileiras.

Quadro 3.9

Relações Comerciais Brasil – Inglaterra — 1936 a 1940 (em porcentagem)

Anos	Exportações	Importações
1936	11,3	11,9
1937	12,1	9,1
1938	10,4	8,8
1939	9,3	9,6
1940	9,4	17,3

Fonte: Diretoria de Estatística Econômica e Financeira do Tesouro Nacional: para 1936 pp.13-15 e para 1936 a 1940, pp. 12-17.

3.4.2. Quanto ao espaço geográfico do Brasil

Ao revisar a obra de Conn e Fairchild⁶²⁰, anteriormente referenciada, depreende-se o esforço do governo de FDR e seu Corpo Diplomático em patrocinar encontros multilaterais, dentre os quais se destacou a I Reunião dos Chanceleres Americanos, realizada no Panamá em setembro de 1939, onde se votou pela neutralidade do continente, além de

⁶²⁰ Obra citada.

estabelecer o princípio da neutralidade das águas territoriais, para reforçar a liderança norte-americana, e Roosevelt começou a usar essa neutralidade para ajudar os britânicos. No ambiente da Conferência de Havana, em julho de 1940, outro encontro multilateral foi marcante, posto que as relações internacionais ultrapassaram o conceito da neutralidade formal, reuniram-se sob a égide da defesa, ao afirmar “[...] que qualquer tentativa de um Estado não-americano de violar a integridade territorial, a soberania ou a independência política de um Estado americano seria considerada um ato de agressão ao continente como um todo”⁶²¹. O sentido de defesa ficou evidente em decorrência do facto de que a Alemanha já havia invadido e derrotado a Holanda e a França⁶²², ao trazer risco às colónias nas Guianas pertencentes aos países europeus ocupados. Portanto, ficou marcado o princípio do não reconhecimento de qualquer tentativa de transferir uma região geográfica do continente, no caso as Guianas holandesa e francesa, de uma nação não americana para outra extracontinental.

Em síntese, a neutralidade estabelecida pelos EUA no Hemisfério Ocidental colidia frontalmente com os interesses do Eixo na região e, em razão da posição restritiva da opinião pública norte-americana e do Congresso de desempenhar um papel ativo na política europeia na década de 30, “Roosevelt abriu espaços de ação na América Latina e forjou a unidade do continente sob sua liderança” (Moura, 1993: 182)⁶²³.

No intervalo entre os encontros multilaterais, em janeiro de 1939, o então Ministro das Relações Exteriores Osvaldo Aranha aceitou o convite de Franklin Roosevelt e foi a Washington a fim de participar de uma rodada de conversas bilaterais. Naquele período, estrategistas estadunidenses estavam preocupados com a posição geográfica do Brasil, nomeadamente com o seu Saliente Nordeste, em razão das oscilações da política externa do Estado Novo brasileiro e a flagrante inferioridade militar do país, factos que podiam ser explorados pelos Nazis e tornavam o Brasil em uma provável porta de entrada do Eixo no Hemisfério Ocidental, ao deixar exposto que era primordial para a Casa Branca a permanência do Brasil no arco da aliança continental⁶²⁴.

Ao final desse encontro, o presidente dos EUA enviou um recado ao ditador brasileiro ao ressaltar que o seu país faria o possível em não se envolver no conflito, contudo, estava a se preparar para o que se apresentava como inevitável, assim sendo, caso o Brasil necessitasse de se defender de qualquer agressão estrangeira, os EUA se empenhariam em apoiá-lo: “Diga ao Vargas que se prepare para uma eventualidade, pois a guerra está realmente próxima e terá repercussão universal”⁶²⁵.

⁶²¹ Conn e Fairchild, 2000: 272-274, obra citada.

⁶²² Em maio de 1940.

⁶²³ Obra citada.

⁶²⁴ Arquivo CPDOC – FGV, documento GV C 1939.01.09.

⁶²⁵ Correspondência da Missão Aranha. Arquivo CPDOC – FGV, documento GV 1939.01.09.

Para a consecução do objetivo estratégico de construir a Companhia Siderúrgica Nacional, o governo brasileiro, em 1940, considerava que estava viabilizada a sua união com a companhia privada norte-americana *United States Steel*. Tal otimismo ficou caracterizado pelo telegrama, de 05 de janeiro de 1940, entre o embaixador nos Estados Unidos, o Embaixador Carlos Martins, e o Major Macedo Soares, futuro integrante da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, nos seguintes termos:

Penteado pede comunicar que Greenwood avisou que a diretoria da *United States Steel*, em Pittsburgo aprovou o projeto, mas que o Comitê financeiro da referida companhia pediu informações adicionais que estão sendo prestadas, devendo a resolução definitiva ter lugar no próximo dia 10. Greenwood muito otimista⁶²⁶.

Entretanto, as pretensões brasileiras foram chumbadas quase que de pronto, em decorrência das ressalvas da *US Steel* diante do movimento pendular da Política Externa do Estado Novo brasileiro e as ações de setores econômicos do próprio Brasil (Oliveira, 2015: 4)⁶²⁷. A frustração brasileira ficou bem desenhada, conforme comunicado entre Macedo Soares e Vargas⁶²⁸:

Para sua Excelência o Senhor Presidente da República. Na presença do Consultor Financeiro do Departamento de Estado conferenciei hoje com o Secretário de Estado, ao qual dei conhecimento do pensamento que Vossa Excelência exprimiu no último telegrama. Disse-lhe a decepção que causou a decisão da 'United Steel', porquanto o relatório técnico é muito mais decisivo e otimista do que as considerações de ordem geral que determinaram a Companhia a enviar seus representantes ao Brasil. Se a 'United Steel' não se interessava pela colaboração oferecida lealmente porque, inicialmente, não manifestara tal pensamento? O Secretário de Estado insinuou a possibilidade de interessar outras empresas de metalurgia. Respondi-lhe que o Brasil não podia esperar indefinidamente pela problemática boa vontade dos capitais norte-americanos para tornar uma realidade a política de boa vizinhança. Ficou combinada uma reunião, quinta-feira próxima, no Departamento de Estado, onde encontrarei os representantes da 'Reconstruction Finance Corporation', 'Export and Import Bank',

⁶²⁶ Telegrama de 05 jan. 1940, De Washington para Macedo Soares. Rio de Janeiro. Comunica informações sobre a negociação para o projeto Siderúrgico brasileiro.

⁶²⁷ Obra citada.

⁶²⁸ Telegrama de 22 jan. 1940, De Washington para Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Comunica informações sobre a negociação para o projeto Siderúrgico brasileiro.

Ministério do Comércio e interessados na metalurgia para procurarmos bases para a cooperação norte-americana.

A posição da *US Steel*, em não participar da empreitada de construção e de funcionamento da CSN, refletia o objetivo de Roosevelt em não empenhar dinheiro público no empreendimento. Esperava-se que o financiamento fosse privado. Em nova tentativa do Embaixador Carlos Martins junto ao Subsecretário de Estado, Sumner Welles, em 31 de janeiro de 1940 “[...] este prometera aclarar sobre consultas que o governo norte-americano estava a realizar a fim de encontrar empresas interessadas na CSN”⁶²⁹.

Todavia, apesar do empenho de representantes do governo norte-americano em colocar em bom termo a causa, os brasileiros não conseguiram obter o pretense financiamento por meio de empresas privadas estadunidenses. Com isso, Roosevelt teve de se dobrar e atender às demandas de Vargas: não só a CSN como, também, o reequipamento das Forças Armadas. A decisão de FDR estava intimamente ligada ao tenso cenário internacional e à possibilidade da entrada dos EU na guerra, portanto, tornou-se necessário o esforço dos Estados Unidos em financiar a CSN. Ao conceder o empréstimo para a construção da Siderúrgica, os EUA conseguiriam consolidar “[...] o objetivo de expandir a influência norte-americana na América Latina, que estava ameaçada em razão da guerra europeia” (Oliveira, 2015: 6)⁶³⁰:

Roosevelt compreendia a gravidade da situação e tinha claro que a não satisfação das reivindicações brasileiras poderia significar o afastamento do Brasil da esfera de influência norte-americana e a política de solidariedade continental ficaria sobremaneira enfraquecida (Oliveira, 2003: 48-49)⁶³¹.

No decorrer da guerra, tanto as exportações como as importações dos Estados Unidos tornaram-se ainda mais significativas. Embora a Grã-Bretanha tenha saltado para o segundo lugar como compradora do Brasil e tenham crescido também as exportações para a Espanha e a União Sul-Africana, a guerra regionalizou as relações comerciais do país. Ainda em 1934, a área americana – nomeadamente os Estados Unidos e a Argentina - representava três quartos do comércio exterior brasileiro.

⁶²⁹ Telegrama de 31 jan. 1940, De Washington para Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Comunica conferência com Subsecretário de Estado norte-americano sobre a negociação para o projeto Siderúrgico brasileiro.

⁶³⁰ Obra citada.

⁶³¹ Oliveira, Irene Rodrigues de (2003). *Missão Cooke – Estado Novo e a Implantação da CSN*, E-Papers Sermos, Rio de Janeiro.

3.4.3 Quanto aos aspetos naturais

O desencadear da Segunda Guerra Mundial evidenciou a importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos, que necessitavam não apenas assegurar as fontes de matéria-prima – ferro, manganês e outros minerais indispensáveis à sua crescente indústria bélica –, como também manter a segurança de sua retaguarda e do Atlântico Sul.

O Brasil fornecia aos Estados Unidos produtos agrícolas, borracha, manganês, ferro e outros minerais estratégicos.

Na obra de Alves (2002: 48)⁶³², pode-se depreender a importância dos aspetos naturais brasileiros para a economia estadunidense:

A Grande Depressão⁶³³ favoreceu a emergência dos Estados-Nação, baseados no nacionalismo e no protecionismo. Paulatinamente, igualmente surgiram blocos, os quais tinham um país centro – industrializado e independente – responsável por uma ampla área circundante [composta] por colônias, protetorados ou Estados-Satélites, que deveriam suprir o centro dos insumos agrícolas e minerais necessários à manutenção de sua população e à sua produção manufatureira, ao mesmo tempo, tornar-se-ia mercado consumidor.

O Estado-Nação eram os Estados Unidos e restava ao Brasil o papel de Estado-Satélite.

Desta forma, os aspetos naturais brasileiros eram fundamentais para o funcionamento da economia norte-americana.

3.4.4 Quanto à dinâmica populacional no espaço geográfico brasileiro

Cabe renovar alguns factos anteriormente revelados, os quais ajudam a perfeita compreensão sobre a posição de protagonista do Brasil em decorrência da interpretação dos norte-americanos: o país tinha o maior efetivo de membros do Partido Nazi fora da Alemanha; presença de imigrantes alemães e seus descendentes no Sul com assimilação cultural lenta; e o Brasil, até então, havia sido um considerável parceiro comercial da Alemanha, ao menos até 1940.

⁶³² Obra citada.

⁶³³ “Resultado do *crash* da Bolsa de Nova Iorque, em 1929” (Alves, 2002: 48).

Agrega-se a todas estas lembranças o facto de que três turmas de oficiais do Exército Brasileiro foram enviadas para estagiar junto ao Exército alemão durante os anos de 1906, de 1908 e de 1910⁶³⁴.

Gambini destaca a relação íntima a envolver as relações comerciais e a presença de descendentes germânicos no território brasileiro, facto que não passou despercebido pelo governo de Roosevelt:

[...] a possibilidade de que o envolvimento econômico se transformasse numa aliança política, dado o caráter autoritário do Estado Novo e a existência de vasta colônia alemã no Sul do Brasil, [...], articulada e potencialmente ativa no caso de uma convocação política; de outro, a incompatibilidade entre dois sistemas comerciais, um representado pelo comércio livre e outro pelos mecanismos de compensação.⁶³⁵

Assim, em consequência da evolução económica da América Latina, as crescentes demandas do poderoso parque industrial dos EUA em matérias primas, muitas delas negadas pelo aumento da zona de controle ou de influência dos países do Eixo, e a necessidade do governo liderado por Roosevelt em manter a segurança no Hemisfério Ocidental, nomeadamente no território brasileiro, exigiam agora um esforço bem maior de coordenação entre os vários setores do governo no contexto da política da "Boa Vizinhança".

Por todas essas razões, o presidente Roosevelt criou, em 16 de agosto de 1940, um órgão com função específica de cuidar dos assuntos económicos e culturais interamericanos, com o objetivo de contrabalançar a influência alemã.

Em toda a América Latina foi lançada uma maciça ofensiva norte-americana nas áreas económica, política e cultural, e o Brasil tornou-se um dos alvos principais dessa ofensiva⁶³⁶ (Moura, 1993: 181)⁶³⁷.

3.5 As decisões políticas do Governo Brasileiro

Conforme Bandeira (2008: 7-35)⁶³⁸, pode-se depreender que os Estados Unidos da América e a Alemanha, ainda no fim do século XIX, haviam se tornado antagónicos no

⁶³⁴ Disponível em <<http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro>>, Acedido em 14 de agosto de 2019.

⁶³⁵ Gambini, 1977: 107. Obra citada.

⁶³⁶ *US National Archives and Records Service, G.S.A., Records of the Office of InterAmerican Affairs* (Washington, DC, 1973).

⁶³⁷ Obra citada.

⁶³⁸ Bandeira, Luiz Alberto Moniz (2008), *A Importância Geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos*, Revista da Escola Superior de Guerra, v.24, n.50, p. 7-35, jul/dez. 2008, Rio de Janeiro.

campo económico, porque se tornaram as duas maiores potências industriais do mundo de então.

Desta forma, Moura⁶³⁹ explicita a dinâmica política do presidente Getúlio Vargas em face das pressões internas, exercidas pelas duas frações dominantes – pró Alemanha e pró EUA, bem como das pressões dos principais protagonistas internacionais:

O resultado dessas divisões e do papel proeminente desempenhado por Vargas no processo decisório durante os anos 30 foi uma disposição permanente para aproveitar as melhores oportunidades criadas pela competição entre a Alemanha e os EUA no sentido de influenciar os rumos do Brasil.

Vargas, então, colocou em prática duas relações comerciais peculiares, assim descritas por Alves (2002: 58)⁶⁴⁰: “[...] o Brasil aproximava-se dos EUA, seu mais importante parceiro comercial [...]”, mas, na “[...] surdina o país procurava pragmaticamente, incrementar seu comércio com a Alemanha”. E Hilton (1977: 71)⁶⁴¹ complementa que as relações com a Alemanha eram pautadas pelo princípio do “[...] máximo de relações comerciais e o mínimo de relações políticas”.

Por um lado, os norte-americanos tinham sob sua influência comercial as Américas Central e do Sul, assim como as Caraíbas, que poderiam ser consideradas como “uma espécie de colónia”, onde não havia séria rivalidade nem contestações das demais grandes potências. O secretário de Estado, Richard Olney escreveu, em 1895, que os “os infinitos recursos” dos Estados Unidos, combinados com sua posição isolada, tornavam-nos “mestre da situação, praticamente invulneráveis diante de quaisquer outras potências”⁶⁴².

Por outro lado, a Alemanha não tinha, em definitivo, zona de influência, nem colónias para se relacionar economicamente. No mesmo sentido, nem os alemães, nem os britânicos, nem os franceses tinham interesse em desafiar a Doutrina Monroe. O lema “a América para os americanos”, passara a funcionar, a partir do final do século XIX, como cobertura ideológica para o objetivo estratégico dos Estados Unidos, que consistia em manter sua hegemonia sobre todo o Hemisfério Ocidental, conquistar e assegurar as fontes de matéria-prima e os mercados da América do Sul para as suas manufaturas, alijando do subcontinente a competição da Grã-Bretanha e das demais potências industriais da Europa, a incluir a Alemanha.

Segundo a correspondência de Góis Monteiro a Getúlio Vargas, sobre seus contatos nos EUA e o interesse americano no fornecimento de material bélico ao Brasil em troca de matérias primas, se o ditador tinha a intenção de modernizar as Forças Armadas do país e

⁶³⁹ Moura, 1993: 179, obra citada.

⁶⁴⁰ Obra citada.

⁶⁴¹ Obra citada.

⁶⁴² *Apud, ibidem.*

viabilizar um projeto de implementação de uma grande siderúrgica, o Presidente Roosevelt planejava instalar bases militares no Saliente Nordestino e em Fernando de Noronha, assim como vislumbrava a possibilidade de que o Eixo atacasse o Hemisfério Ocidental a partir do Senegal⁶⁴³.

Em maio de 1940, após a finalização das negociações em torno do financiamento da construção da CSN, ficou estabelecido que o Brasil receberia o valor de 10 milhões de dólares, bem abaixo das expectativas de Vargas, e a imposição de que o projeto deveria ter a participação de uma corporação norte-americana (Oliveira, 2015: 10)⁶⁴⁴.

Diante do revés, Vargas fez um forte discurso, embarcado no encouraçado Minas Gerais, em 11 de junho de 1940, para exercer pressão aos EUA. O discurso de Getúlio Vargas coincidiu quando a *Wehrmacht* estava às portas de Paris, e indicou que o Brasil daria um apoio formal ao Eixo, a contrariar o pensamento hegemônico ditado pela Doutrina Monroe: “Marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social ou política, e sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio”⁶⁴⁵. E logo em seguida Vargas fez alusão ao nacionalismo e atacou o sistema econômico liberal: “[...], vejo a melhor oportunidade para apontar aos brasileiros o caminho que devemos seguir, e que seguiremos vigorosamente”⁶⁴⁶.

Em face do enfático discurso, verificou-se que os jornais dos EUA noticiaram uma provável aproximação do Estado Novo brasileiro ao Eixo (Lira Neto, 2015: 373-374)⁶⁴⁷. O embaixador norte-americano Jefferson Caffery argumentou que Vargas estava a tentar “apaziguar os líderes militares e a ceder terreno aos germanófilos com assento no governo” brasileiro.

Em decorrência da fala do Presidente Vargas, os italianos comemoraram e Benito Mussolini enviou uma mensagem para externar sua satisfação. Por meio dos jornais argentinos, a Alemanha se congratulou com Getúlio.

Em telegrama de 11 de junho, do embaixador Carlos Martins ao ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, há um comentário sobre o pronunciamento do presidente Roosevelt, realizado exatamente na noite anterior:

O presidente Roosevelt acabou de fazer o seu discurso na Universidade de Virgínia, por ocasião da colação de grau defendendo o espírito e a instituição americanos, ameaçados pela Alemanha e a Itália na presente guerra. Historiando as suas negociações com Mussolini acusou a Itália de aproveitar a ocasião

⁶⁴³ Arquivo CPDOC-FGV, documento GVC 1939.07.07.

⁶⁴⁴ Obra citada.

⁶⁴⁵ Arquivo CPDOC-FGV, documento GVC 1940.06.11.

⁶⁴⁶ *Ibidem*.

⁶⁴⁷ Obra citada.

desfavorável à França para apunhalá-la pelas costas. Disse que os Estados Unidos acompanham com interesse a luta na Europa e darão todo apoio aos aliados e desejam-lhes a vitória final⁶⁴⁸.

A repercussão do discurso de Vargas nos Estados Unidos foi de muita tensão haja vista que o Presidente Roosevelt fizera um discurso, acima referenciado na mensagem transcrita, no qual expressou o seu temor diante das potências do Eixo.

Em outro telegrama, datado de 12 de junho, o Embaixador Carlos Martins fez um relato das diversas interpretações extraídas do discurso de Vargas e os argumentos que usou em conferência com Welles, Subsecretário de Estado, em decorrência dos dois discursos em tese tão opostos, feitos pelos líderes norte-americano e brasileiro:

O discurso do Presidente da República causou sensação nos Estados Unidos, sendo interpretado em alguns tópicos publicados, como encomiástico ao regime totalitário europeu e contrário às opiniões manifestadas no último discurso de Roosevelt. Minha conferência com Welles significou que os apressados comentários dos tópicos isolados do discurso desvirtuaram a intenção do Presidente, encarecendo sua amizade por Roosevelt e apreço à união política americana. O Presidente Getúlio Vargas reafirmou que deseja manter a neutralidade do Brasil e o segundo discurso pronunciado ultimamente em Minas, de que mostrei o texto, nunca entendeu aquela posição isoladamente e só de acordo com as Nações americanas. Hull, em conferência jornalística disse que as relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América eram, no momento atual, as melhores do Novo Mundo. Welles disse-me que, provavelmente, Roosevelt, na primeira conferência com os jornalistas, fará declaração semelhante⁶⁴⁹.

No dia seguinte, o Embaixador Carlos Martins informou ao Ministério das Relações Exteriores brasileiro o seu esforço pessoal para clarificar as palavras do discurso do presidente Vargas e tentar reverter a imagem de que o Brasil estaria com inclinações pró Alemanha:

Na entrevista que hoje tive com Sumner Welles expus as considerações de Vossa Excelência, no telegrama nº. 109. Aos jornalistas tenho exposto o verdadeiro significado do discurso do presidente, buscando corrigir a interpretação errônea das suas

⁶⁴⁸ Telegrama de 11 jun. 1940, de Washington para Osvaldo Aranha, O. Rio de Janeiro. Comentário sobre o pronunciamento do presidente Roosevelt.

⁶⁴⁹ Telegrama de 12 jun. 1940, de Washington para Osvaldo Aranha, O. Rio de Janeiro. Relato sobre a repercussão do discurso do Presidente Vargas.

palavras. Transmitem a circular nº 1435 aos nossos Consulados bem como à 'Brazilian American Association' e ao Escritório de Informações em Nova York, para maior divulgação. Roosevelt, na primeira conferência jornalística, dará seu pensamento, reforçando as considerações de Cordell Hull. Dada a agitação da opinião pública em face da guerra européia o discurso provocou forte reação, oferecendo oportunidade para comentários desagradáveis da imprensa e juízos desfavoráveis de alguns Senadores. Nossa explicação e atitude serena, sem vacilação, desde o primeiro momento, bem como as considerações de Cordell Hull na Conferência da imprensa, muito influíram, para amainar a agitação. Sumner Welles está seguro de que, após a declaração que fará Roosevelt, tudo volverá ao estado normal. Disse-me que, nas demais repúblicas sul-americanas, exploram a situação⁶⁵⁰.

Percebe-se não só o impacto do discurso do presidente Vargas no alto escalão do governo americano, bem como o esforço pessoal do Corpo Diplomático em Washington em clarificar e minimizar um possível abalo nas relações entre Brasil e EUA. Em razão da grande agitação que o discurso causou, o presidente Getúlio Vargas, enviou um telegrama ao presidente Roosevelt, para finalizar a questão. Getúlio Vargas antecipou pessoalmente às muito prováveis repercussões internacionais e afirmou que tal pronunciamento não representava qualquer modificação na Política Externa brasileira; para tanto publicou uma nota oficial com o seguinte teor: "A política externa brasileira é de inteira solidariedade americana na defesa com um continente contra qualquer ataque vindo de fora. O nosso país, por sua vez, não intervém em conflitos europeus, mantendo estrita neutralidade"⁶⁵¹.

Assim, Getúlio também deixou claro que desejava manter o país neutro e a união pan-americana. Posteriormente, em outro pronunciamento, Vargas expressou ideias do mesmo conteúdo.

Na correspondência entre o Embaixador Carlos Martins e o Ministro Oswaldo Aranha, datada de 15 de junho, são clarificados os comportamentos da imprensa e de Roosevelt em face à nota expedida por Getúlio:

A secretaria da Presidência deu conhecimento a toda a imprensa do telegrama do Senhor Presidente da República, dando a verdadeira interpretação do discurso pronunciado em 11 de junho e que deu lugar ao apressado comentário tendencioso. A impressão geral é

⁶⁵⁰ Telegrama de 13 jun. 1940, de Washington para Oswaldo Aranha, O. Rio de Janeiro. Relato sobre a repercussão do discurso do Presidente Vargas.

⁶⁵¹ Documentos a tratar da negociação para a instalação da siderúrgica no Brasil. Arquivo CPDOC-FGV GVC 1940.01.09.

ótima. Sumner Welles disse que o telegrama do Senhor Presidente da República causou a mais viva satisfação ao Presidente Roosevelt, que espera, satisfará plenamente à opinião pública⁶⁵².

Apesar da intensa troca de mensagens e notas para diminuir o impacto do discurso de Vargas, a Administração do Crédito Federal dos EUA decidiu reavaliar a proposta inicial, considerada insuficiente pelo Estado brasileiro e a aumentar o crédito para financiamento da CSN. Segundo Carlos Duarte, “[...] um dos grandes méritos de Vargas seria, então, o fato de ter pronunciado o discurso a bordo do Minas Gerais na ocasião certa e conseqüentemente pressionando os EUA” (Duarte, 1986: 25)⁶⁵³. Contudo, vale acentuar que: “O governo brasileiro manobrava e podia agir com alguma liberdade em certos espaços. Mas estes, não tinham sido por ele criados” (Moura, 1991, p. 25)⁶⁵⁴.

Assim, com o quadro de disputa internacional montado, para a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), tanto norte-americanos como os alemães se manifestaram como interessados. A *United States Steel* e a alemã Krupp se demonstraram interessadas ao governo de Vargas. Lira Neto ressalta que, em decorrência do início das tratativas com o governo nazi, o (Lira Neto, 2015: 385)⁶⁵⁵ [...]

[...] maior triunfo do país decorria justamente da existência do confronto bélico. Em tempos normais de paz, o Brasil não teria uma margem de negociação privilegiada ou argumentos sólidos o suficiente para se impor perante as nações mais poderosas. O momento de excepcionalidade, no qual a posição geográfica vinha sendo tratada como moeda forte, dava ao Catete⁶⁵⁶ um decisivo poder de barganha: trocar a promessa de alinhamento pela siderurgia (Steinfuss, 2003: 228)⁶⁵⁷.

Mesmo negociando com os EUA a implantação da grande siderurgia, Vargas, durante os anos de 1939 e de 1940, não desistiu de travar contato com empresas alemãs. “Esta postura era um dos aspectos de sua política de barganha com os EUA” (Corsi, 2000)⁶⁵⁸.

⁶⁵² Telegrama de 15 jun. 1940, de Washington para Osvaldo Aranha, O. Rio de Janeiro. Relato sobre a repercussão do discurso do Presidente Vargas.

⁶⁵³ Duarte, S. Carlos Sérgio (1986), *Ensaio de História Diplomática do Brasil (1930-1986)*. Cadernos do IPRI, n. 2, Brasília.

⁶⁵⁴ Obra citada.

⁶⁵⁵ Obra citada.

⁶⁵⁶ Palácio do Catete – localizado na cidade do Rio de Janeiro, foi sede do governo federal em Brasil de 1889 a 1960.

⁶⁵⁷ *Apud* Lira Neto (2015: 385), obra citada.

⁶⁵⁸ Corsi, Francisco Luiz (2015), *A II Guerra Mundial e a política econômica externa: a questão do financiamento do desenvolvimento*, Rev. Brasileira de Estudos Estratégicos, v. 7, nº 14, Jun. - Dez 2015, pp. 105-125, Rio de Janeiro.

Como os Estados Unidos permaneciam oficialmente afastados do confronto europeu, a assinatura de um possível acordo com os nazis não comprometia, naquele momento, a política de neutralidade do governo de Getúlio Vargas.

Com a aparente aproximação entre Vargas e Hitler, Osvaldo Aranha passou a persuadir os EUA a ultrapassarem as vagas promessas feitas e passar a ações concretas. Desta feita, Washington decidiu investir na CSN, inicialmente com US\$ 45 milhões e outro tanto, posteriormente. A contrapartida brasileira ficava em US\$ 70 milhões. Pela proposta, Vargas celebrou a decisão norte-americana: “A solução do caso da siderurgia, comunicada de Washington e divulgada pelos jornais, está tendo uma larga e benéfica repercussão” (Vargas, 1995: 424)⁶⁵⁹.

Em torno da questão da futura CSN e, ainda em decorrência do discurso de Getúlio Vargas no encouraçado Minas Gerais, o ditador alemão, Adolf Hitler, autorizou o seu embaixador no Brasil, Curt Prüfer, a oferecer aos brasileiros portentosas propostas de cooperação econômica, dentre as quais: dobrar a compra de café, algodão e outros produtos agrícolas e executar o projeto siderúrgico, que poderia ser pago com matéria primas apenas, com uma só contrapartida: manter a neutralidade, ou seja, se distanciar das influências anglo americanas. Na audiência entre o embaixador alemão e GV, o diplomata nazi relatou queixas quanto às perseguições a imigrantes germânicos em Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (Steinfuss, 2003: 225-231)⁶⁶⁰. Prüfer, em seu relatório ao governo nazi, comunicou o seguinte: “Vargas ressaltou-me sua firme intenção de manter a neutralidade e declarou-me sua simpatia pessoal pelas ações autoritárias, lembrando o discurso que recentemente fizera”. O *Reich* animou-se com o encontro e confirmou o interesse em “[...] colaborar com o desenvolvimento dos grandes recursos naturais do Brasil” (*apud* Steinfuss, 2003: 228-229)⁶⁶¹.

Entretanto, em razão da moratória brasileira em decorrência de sua dívida externa, a Krupp desistiu do negócio.

Com o aceno negativo do governo nazi, Getúlio Vargas enviou uma mensagem ao embaixador brasileiro nos EUA, Carlos Martins, na qual enfatizou “Temos vários oferecimentos da colaboração de outros países que não condicionam o assunto dívida externa ao problema siderúrgico”⁶⁶². Tempos depois, Getúlio foi mais enfático com o governo de Roosevelt, nos seguintes termos: “Se os Estados Unidos desejam o fortalecimento econômico com o Brasil, preferimos contar com a colaboração de capitais norte-americanos. Mas se não encontrarmos apoio, encontraremos outras possibilidades

⁶⁵⁹ Vargas, Getúlio Dorneles (1995), Diário, 2 volumes, ed Siciliano, São Paulo..

⁶⁶⁰ Obra citada.

⁶⁶¹ Obra citada.

⁶⁶² Documentos a tratar da negociação para a instalação da siderúrgica no Brasil. Arquivo CPDOC-FGV GVC 1940.01.09.

que se apresentarem”⁶⁶³. A mensagem do ditador brasileiro logo teve repercussões junto à opinião pública e ao governo estadunidenses (Lira Neto, 2015: 370)⁶⁶⁴.

A considerar a posição relativa do Brasil no ambiente do subcontinente, a América do Sul, revestia-o de maior relevância, devido ao imenso espaço territorial e aos recursos naturais que possuía e ao fato de ter fronteiras com todos os países da região⁶⁶⁵, além de ocupar grande parte do litoral do Atlântico Sul, defrontado com a África Ocidental. Os EUA temiam que as forças da Alemanha, a partir da costa do Senegal, avançassem em direção das Américas, pelo estreito Natal-Dakar, ocupassem o arquipélago de Fernando de Noronha e terminassem por conquistar o estratégico Saliente Nordeste, que abrangia o Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Em razão dessa Garganta do Atlântico, entre o Brasil e a África⁶⁶⁶, a pressão para que Brasil permitisse a implantação de bases navais e aéreas estadunidenses nas principais cidades litorâneas do Nordeste, de onde os aviões da IV Frota Americana, a ficar fundeada em Recife, realizaram voos diários através do Cinturão do Atlântico Sul com a missão de patrulhar o oceano, entre as bases de Natal e Ascensão, com vistas a detetar os submarinos do Eixo e principalmente navios furadores de bloqueio, que transportavam da Ásia, principalmente, matérias-primas estratégicas para o esforço de guerra da Alemanha.

Para minimizar a questão da segurança da América do Norte, o Reino Unido cedeu⁶⁶⁷ aos estadunidenses as suas bases navais nas ilhas de Antígua, Bahamas, Bermudas, Jamaica, Trindade e Santa Lúcia (nas Caraíbas), assim como, as bases navais situadas nos territórios continentais da Guiana Inglesa (a norte da América do Sul) e na Terra Nova (Canadá)⁶⁶⁸, conforme a Figura 3.1. Contudo, a América do Sul permanecia sem um consistente dispositivo defensivo, a indicar um perigo real para o Hemisfério Ocidental no Atlântico Sul.

⁶⁶³ *Ibidem*.

⁶⁶⁴ Obra citada.

⁶⁶⁵ Exceto Chile e Equador.

⁶⁶⁶ Percurso Saliente Nordeste – ilha de Ascensão – África.

⁶⁶⁷ Cessão de cinquenta velhos *destroyers* para a Inglaterra, em troca do arrendamento, por noventa e nove anos, de bases britânicas nas Caraíbas, a incluir a Guiana, e no Canadá (Terra Nova).

⁶⁶⁸ Telegrama circular de Cordell Hull a informar a cessão – Arquivo CPDOC, documento GV C 1940.09.06.

Figura 3.1.



Possessões britânicas cedidas aos EUA

Imagem: Atlas Geográfico do IBGE

Em razão da precariedade defensiva no Atlântico Sul, GV assim manifestou-se, a explicitar imensa preocupação com o andamento da geopolítica de Delano Roosevelt em relação ao território brasileiro:

Os americanos querem construir bases navais e aéreas em nosso território e ocupá-las com tropas suas. Querem nos arrastar à guerra na Europa sob o pretexto de defender a América. Isso dá ao caso um aspecto grave, porque não é uma colaboração, é uma violência (Vargas, 1995: 424)⁶⁶⁹.

Em face da notória relutância do homônimo brasileiro, Roosevelt fez uma generosa proposta, nos campos econômico e militar, a ultrapassar o esperado financiamento da siderúrgica em Brasil, com a promessa de incrementar a compra do algodão, de favorecer o café e de importar toneladas de vários recursos naturais (manganês, níquel, bauxita e cromo), além de enviar cem milhões de dólares em material bélico, por meio do *Lend-Lease Act*⁶⁷⁰ (Steinfuss, 2003: 239-240)⁶⁷¹.

⁶⁶⁹ Obra citada.

⁶⁷⁰ Programa de ajuda de fornecimento de armas e suprimentos bélicos às nações aliadas implementado em 11 de março de 1941.

⁶⁷¹ Obra citada.

Nesse período, em outubro, houve um grave desentendimento entre o Brasil e a Grã-Bretanha, devido ao bloqueio montado pelos britânicos contra os alemães. O navio brasileiro Siqueira Campos, carregado de armas compradas pelo Brasil da Krupp, ainda em 1938, foi aprisionado pela Marinha Real britânica em Gibraltar, apesar do protesto brasileiro.

A intermediação dos Estados Unidos garantiu a entrega do material bélico no país, após Vargas ter expressado o seu incômodo: “[...] o material bélico que encomendamos é nosso e custou nosso dinheiro. Seria uma violência aos nossos direitos querer impedir que ele venha até nós. E quem o tentar não poderá esperar de nós atos de boa vontade e espírito de colaboração amistosa” (Vargas, 1945: 241)⁶⁷².

Em dezembro, o navio brasileiro foi liberado por meio de negociações entre EUA e a Grã-Bretanha. O Brasil apenas recebeu parte da carga adquirida no acordo com a fábrica alemã.

Como a Grã-Bretanha, que mantinha um tradicional comércio com o Brasil, não conseguiu suprir as necessidades brasileiras de produtos manufaturados, os EUA aproveitaram desta deficiência para consolidarem suas hegemonias política e econômica sobre o Brasil. Com a liberação do navio, o Brasil se comprometeu em por fim ao comércio compensado com a Alemanha, para negociar o reaparelhamento militar brasileiro e Getúlio Vargas autorizou a construção de bases militares financiadas pelos Estados Unidos na região do Rio Grande do Norte, precisamente na localidade de Parnamirim (Oliveira, 2015: 16)⁶⁷³.

No final de 1940 e no início de 1941, a posição de neutralidade adotada pelo Brasil, em face dos acontecimentos bélicos no cenário internacional, estava em vias de mudar de rumo. Em outubro de 1940, o Chefe do Estado Maior do Exército brasileiro, Góes Monteiro, viajou para os EUA para participar da Reunião dos Chefes de Estado-Maior dos Exércitos das Repúblicas Sul-Americanas. Embora os militares brasileiros ainda mantivessem uma admiração pela Alemanha, esta reunião sinalizou com uma possível aliança entre as Forças Armadas do Brasil e dos Estados Unidos.

A criação da Comissão Mista Brasil-EUA, para aprimorar medidas comuns de defesa, e a assinatura de um acordo para a criação de uma missão militar dos EUA no Brasil, assinalavam a intenção de aliança militar entre os dois países.

Ainda no início de 1941, a fim de fazer face a qualquer eventualidade que ocorresse devido à guerra, o governo norte-americano tratou com o Brasil sobre a compra de minerais estratégicos brasileiros como manganês, quartzo, mica, diamantes industriais, cristal e, também, borracha. Percebe-se, no contexto bélico, a importância do comércio de produtos brasileiros necessários à defesa do território norte-americano.

⁶⁷² Obra citada.

⁶⁷³ Obra citada.

Como as propostas estadunidenses atendiam a todos os pontos do pleito político brasileiro, Getúlio Vargas respondeu ao embaixador norte-americano Jefferson Caffery, quando este lhe questionou sobre a posição brasileira caso os Estados Unidos decidissem intervir no conflito bélico, com um enfático “Podem contar comigo” (*apud* Seintefuss, 2003: 253)⁶⁷⁴.

Com as pontas aparadas nas relações internacionais entre brasileiros e aliados, em julho de 1941, Franklin Delano Roosevelt finalmente autorizou o financiamento para a construção das bases navais e aéreas no Nordeste brasileiro, com a finalidade de defender o Continente Americano, assim como a preparação para o envio da primeira leva de material bélico produzido no parque industrial norte-americano com destino para o Brasil, para concretizar a promessa de reequipamento das forças militares brasileiras.

Em agosto, o embaixador brasileiro em Londres, Muniz de Aragão, enviou mensagem a Oswaldo Aranha, na qual relatou um artigo publicado no jornal inglês, *South American Journal*, que fazia referência ao Brasil e à guerra⁶⁷⁵. O artigo descrevia a relação entre Vargas e Roosevelt pela causa Pan-americana e a atitude amigável dos brasileiros com os EUA, em consequência do empréstimo para a CSN e, também, à presença de uma relevante população de italianos, japoneses e alemães e seus descendentes, que podia disseminar a influência dos países do Eixo sobre o Brasil.

Em outubro de 1941, o Brasil acordou novos termos *Lend-Lease* para empréstimo e arrendamento de material bélico.

Por fim, em 10 de novembro de 1941, Getúlio Vargas discursou novamente a bordo do encouraçado Mins Gerais, diante de um público composto por militares, e se posicionou de forma oposta ao discurso do dia 10 de junho de 1940, na mesma embarcação:

A nossa posição em face dos problemas internos e em relação aos acontecimentos mundiais está claramente definida. Somos uma democracia estruturada sobre novas bases, aberta à evolução dos princípios de autoridade e liberdade. [...] Já não pode restar dúvidas quanto à unidade de ação das Américas, que passou do domínio das convenções para a realidade. Onde estiver qualquer nação americana, deverão estar as nações irmãs do hemisfério, e nós estamos entre elas, prontos a empenhar-nos na defesa comum⁶⁷⁶.

Logo depois, no dia 7 de dezembro de 1941, os japoneses atacaram a base norte-americana no arquipélago do Havaí denominada de *Pearl Harbour*, facto que levou os EUA a declararem estado de beligerância com o Japão. Com este evento, Vargas emitiu uma

⁶⁷⁴ *Ibidem*.

⁶⁷⁵ Telegrama de 14 ago. 1941, de Londres para Oswaldo Aranha. Rio de Janeiro. Relato sobre um artigo que discutia sobre as relações entre Brasil e EUA.

⁶⁷⁶ Jornal Correio da Manhã, de 11 de novembro de 1941.

nota oficial à imprensa: “O presidente da República reuniu hoje o ministério para examinar a situação internacional à vista dos últimos acontecimentos, ficando resolvido por unanimidade declarar solidariedade aos Estados Unidos, coerente com os nossos compromissos internacionais”⁶⁷⁷. Segundo Lira Neto (2003: 400)⁶⁷⁸, a nota à imprensa não clarificava as reais circunstâncias e pressões internas e externas que o ditador brasileiro estava a enfrentar. De facto, a nota não tinha em seu texto o rompimento das relações diplomáticas entre o Rio de Janeiro e os países do Eixo, que não passou despercebido pelo Encarregado da Comissão Militar Norte-americana no Brasil, Lehman W. Miller. Simultaneamente, os Generais Góis Monteiro e Gaspar Dutra tentavam dissuadir Getúlio de romper as relações diplomáticas com o Eixo, pois o financiamento para o desejado reaparelhamento das Forças Armadas ainda era uma promessa, portanto, o Brasil ainda estava desprotegido diante de uma presumível ação militar do Eixo. Os militares brasileiros ainda desenharam um cenário provavelmente humilhante, no qual soldados estadunidenses desembarcavam no território nacional como se o Brasil fosse “[...] uma mera ilhota perdida no mar [...]” (Lira Neto, 2003:401)⁶⁷⁹. A posição dos generais foi acentuada em decorrência das palavras do Subsecretário de Estado dos EU, Summer Welles, que transmitiu, em 19 de janeiro de 1942, a demanda de Roosevelt em acelerar a instalação de bases militares no litoral do Nordeste brasileiro, a fim de lançar operações de patrulha no Atlântico Sul (Vargas, 1995: 454)⁶⁸⁰.

Idealizada por FDR, instalou-se no Palácio do Itamaraty⁶⁸¹, no Rio de Janeiro, a III Conferência Extraordinária dos Ministros das Relações exteriores das Repúblicas Americanas, com o objetivo político de “[...] arrancar o compromisso de todos os países do continente de romper em conjunto, relações diplomáticas e comerciais com o Eixo” (Lira Neto, 2003: 401)⁶⁸².

De posse de todos os conselhos e pressões internos e externos, no dia 17 de janeiro de 1942, véspera do encerramento da III Conferência Extraordinária, Getúlio Vargas anunciou: “Autorizei o ministro do exterior, Osvaldo Aranha, a declarar o rompimento na sessão de encerramento da Conferência. Tomo sobre os meus ombros a responsabilidade dessa atitude” (Vargas, 1995: 457)⁶⁸³. Dois dias após, o Embaixador Carlos Martins telegrafou a Osvaldo Aranha para descrever a repercussão da III Reunião dos Ministros das Relações Exteriores:

⁶⁷⁷ Jornal A Noite, de 8 de dezembro de 1941.

⁶⁷⁸ Obra citada.

⁶⁷⁹ *Ibidem*.

⁶⁸⁰ Obra citada.

⁶⁸¹ Sede do Ministério das Relações Exteriores brasileiro.

⁶⁸² Obra citada.

⁶⁸³ Obra citada.

Tenho a honra de informar a Vossa Excelência de que a imprensa americana tem manifestado notável atenção para a Reunião dos Ministros das Relações Exteriores. [...]

A proposta da ruptura das relações diplomáticas dos países do hemisfério com respeito aos países do Eixo representava não somente o pensamento dos EUA, como programa essencial da Reunião, mas a própria liderança de Washington nos trabalhos da Conferência.

A atitude refratária e isolada da Argentina dava a impressão de que as nações continentais formavam bloco em torno da República Portenha.

Entretanto a solidariedade era superficial; o Chile dava demonstrações de uma atitude pelo menos reticente. O progresso e a ameaça dessa dissociação, capaz de se desenvolver perante os revezes americanos e britânicos do Palácio, determinou a intervenção eficaz do presidente Getúlio Vargas.

No momento atual, a atitude do Brasil, definida pelo Chefe de Estado, aparece para os EUA como o núcleo de solidariedade continental, em formação perante a guerra.

Os jornais atribuem hoje a verdadeira liderança da Conferência ao Chefe do Executivo brasileiro⁶⁸⁴.

Em outro telegrama dias depois, o embaixador Carlos Martins comunicou a Oswaldo Aranha sobre a política de Roosevelt frente à ameaça nazista:

A política de Washington é a da mobilização diplomática do continente a favor da causa aliada. Um eventual ataque nazista contra a América do Sul teria menos gravidade em face de um continente unido do que de nações dispersas e sujeitas às correntes intensas capazes de facilitar enormemente a agressão inimiga.

Essa política é de longo alcance e dentro do espírito da mensagem do presidente Roosevelt.

Sobre o Estado da União, funda-se da capacidade invencível dos EUA de se tornarem a maior potência militar do mundo⁶⁸⁵.

Em 17 de abril de 1942, o Embaixador Muniz de Aragão enviou novo telegrama a Oswaldo Aranha, para comentar a imagem que os jornais britânicos estavam a fazer sobre o

⁶⁸⁴ Telegrama de 19 jan. 1942, de Washington para Oswaldo Aranha. Rio de Janeiro. Relato sobre a repercussão da III Reunião dos Ministros das Relações Exteriores.

⁶⁸⁵ Telegrama de 22 jan. 1942, de Washington para Oswaldo Aranha. Rio de Janeiro. Relato sobre a ameaça nazista.

Brasil. O título “Liderança na América do Sul” fazia referência ao relevo que o Brasil havia adquirido, em razão da atitude assumida na conjuntura internacional naquele período⁶⁸⁶.

Após o rompimento das relações entre o Brasil e o Eixo, submarinos alemães passaram a realizar torpedeamentos deliberados de navios brasileiros. O navio mercante Buarque foi o primeiro em 16 de fevereiro de 1942, pelo *U-boot* 432, próximo à costa da Carolina do Norte (EUA). Durante um mês, seguiram-se o Olinda, o Cabedelo, o Arabutã e o Cairu. A reação imediata, em 11 de março, Getúlio Vargas decidiu por meio de decreto que alemães, italianos e japoneses residentes no Brasil deviam ressarcir os prejuízos advindos das ações dos *U-boot* – Decreto Lei nº. 4166, de 11 de março de 1942 (Anexo B)⁶⁸⁷.

A partir do Decreto citado, o governo brasileiro desencadeou ações para caçar elementos que podiam ser pertencentes à famigerada “Quinta Coluna”, indivíduos que supostamente trabalhavam a fazer sabotagens, tráfico de informações sigilosas, difusão de boatos e quaisquer outras ações em favor dos nazis e dos fascistas (Lira Neto, 2003: 412).

Por outro lado, o III *Reich* alegou “legítima defesa”, diante das violações dos interesses dos súditos alemães e italianos no Brasil, que confiscou bens e efetuou prisões consideradas arbitrárias, como justificativa para intensificar os torpedeamentos, que passaram a acontecer no litoral brasileiro (Hilton, 1994: 397)⁶⁸⁸. Diante do incremento dos torpedeamentos indiscriminados e das centenas de mortes, Getúlio orientou o Ministro Osvaldo Aranha a circular um comunicado, em 22 de agosto de 1942, às missões diplomáticas:

À vista disso, o governo brasileiro fez saber aos governos da Alemanha e da Itália que, a despeito de sua atitude sempre pacífica, não há como negar que esses países praticaram contra o Brasil atos de guerra, criando uma situação de beligerância que somos forçados a reconhecer na defesa de nossa dignidade⁶⁸⁹.

A marcar definitivamente a posição neutral do Estado Novo brasileiro, facto reconhecido pelo anterior Embaixador nazi no Brasil, Curt Ritter, que, em 24 de agosto de 1942, enviou um telegrama de Buenos Aires ao Corpo Diplomático alemão na Argentina e no Chile: “O Brasil, com isso, perdeu a amizade das potências decisivas na Europa. A Europa estará fechada para o Brasil, e para sempre” (*apud, ibidem*: 391)⁶⁹⁰.

Em 31 de agosto de 1942, Getúlio Vargas formalizou a declaração de guerra contra a Itália e a Alemanha (Anexo A).

⁶⁸⁶ Telegrama de 17 abr. 1942, de Londres para Osvaldo Aranha. Rio de Janeiro. Relato sobre a imagem do Brasil.

⁶⁸⁷ Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4166-11-marco-1942-414196-publicacaooriginal-1-pe.html>>, Acedido em 12 de agosto de 2019.

⁶⁸⁸ Obra citada.

⁶⁸⁹ *Apud* Silva (1972: 376-377), obra citada.

⁶⁹⁰ Obra citada.

Já com a situação definida em relação ao conflito mundial, em 28 de janeiro de 1943, cercado de grande sigilo, os presidentes brasileiro e norte-americano encontraram-se em Parnamirim⁶⁹¹, localidade a cerca de 12 quilômetros da cidade de Natal, no Saliente Nordeste, nas instalações oficialmente construídas pela *Pan American Airways* supostamente em benefício da aviação civil. Durante o almoço, Franklin Roosevelt tentou persuadir Getúlio Vargas a negociar com António Salazar, do Estado Novo português, o envio de soldados brasileiros ao arquipélago dos Açores e à ilha da Madeira, com a finalidade de permitir que os militares lusos se voltassem exclusivamente para defender Portugal continental (Silva, 1974: 55). Vargas por sua vez, admitia enviar tropas para a guerra em África, dentre outros assuntos listados para discutir com FDR, tais como “Que pretendemos nós. Nosso apoio, considerações sobre outros países da América. O Brasil, em primeiro lugar, estamos ao seu lado, possibilidade de mandarmos tropas para a África”⁶⁹².

Na obra de Silva⁶⁹³, consta que a correspondência diplomática estadunidense indicava que as principais intenções de Roosevelt era garantir que o Saliente Nordeste permanecesse como base de seus aviões e navios, que o Brasil fosse parceiro na América do Sul diante das posições dúbias da Argentina e do Chile.

A partir do alinhamento do Brasil com os Estados Unidos da América, foi possível viabilizar outra empreitada de imensa relevância do Estado Novo de Vargas: a constituição da Cia Vale do Rio do Doce em junho de 1942, por meio de financiamento e das importações de mercadorias necessárias, em um contexto de escassez de compras para uma série de projetos importantes, quais sejam: ampliação do transporte ferroviário, construção de usinas hidrelétricas e termoelétricas e instalação de fábricas de alumínio, motores, celulose, álcalis e vidro plano. Este processo não seria nada fácil, sobretudo à medida que a guerra pendia para os aliados, posto que a Alemanha não mais representava uma grave ameaça à segurança da América Latina e ao controle do Atlântico Sul, embora as bases militares norte-americanas no Brasil continuassem importantes rotas de abastecimento das tropas aliadas no Norte da África e na Itália. A CVRD foi organizada para impulsionar a exploração das riquezas minerais do subsolo brasileiro, principalmente o ferro⁶⁹⁴.

Entretanto, na noite de 30 de junho de 1944, cinco mil efetivos brasileiros embarcaram no navio de transporte de tropa USS General W. A. Mann e seguiram destino para o Teatro

⁶⁹¹ Em setembro de 1942, foi dado início à construção de Parnamirim *Field*. O *Headquarter* da Força Aérea dos Estados Unidos no Atlântico Sul funcionou de agosto de 1943 até julho de 1945.

⁶⁹² Documentos sobre a conferência entre Getúlio Vargas e Franklin Roosevelt, em Natal. Arquivo CPDOC – FGV, documento GV C 1943.01.04/I.

⁶⁹³ Silva, 1974: 57 – obra citada.

⁶⁹⁴ Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/CVRD>>. Acedido em 12 de agosto de 2019.

de Operações da Itália. Naquela muito significativa noite, Getúlio Vargas dirigiu pessoalmente uma mensagem aos embarcados e asseverou:

Sei o quanto nos custa, a todos, este momento transcendente em que vos separais dos vossos lares, do calor e do carinho dos entes amados. O destino vos escolheu para a missão histórica de fazer tremular, nos campos de luta, o pavilhão auriverde e responder com a presença do Brasil às ofensas e humilhações que nos tentaram impor (Brayner, 1968: 88)⁶⁹⁵.

Na observação de Arguelhes, “Vargas soube negociar e se impor perante os Estados Unidos, siderúrgicas, armas modernas, novos fluxos de investimentos”⁶⁹⁶ e que a “[...] permanente imagem ambígua, que contribuiu para o não-alinhamento brasileiro até 1942, e deu a Getúlio Vargas uma relativa margem de manobra para negociar [...], aliados à percepção de que as “[...] colônias de alemães no sul do Brasil, por exemplo, poderia ser usadas como cabeça de ponte de uma anexação territorial considerável”, assinalam que o estado Novo brasileiro pode atuar com certa desenvoltura na primeira fase, Fase da Supremacia do Eixo (de 1939 a 1942), ao maximizar a urgência dos EUA em buscar apoio no Brasil, em face da crescente possibilidade de tropas norte-americanas intervirem no conflito armado estabelecido. O acordo sobre a CSN foi assinado em setembro de 1940 e, em 7 de janeiro de 1942, Roosevelt assegurou que os EUA forneceriam material bélico ao Brasil para o provimento da defesa nacional (AGV, 1942:42.01.07/2)⁶⁹⁷, tudo em decorrência da cessão das bases nordestinas no Saliente Nordeste. Argueles assegura que “A cessão das bases nordestinas não foi conseguida sem esforço, sendo o resultado de um longo processo de negociação entre os dois governos” (*Ibidem*).

A fim de clarificar a importância do Saliente Nordeste, na Garganta do Atlântico, diante da assertiva de Macêdo Soares, que colocou em suspeição a relevância do acidente geográfico para a construção e funcionamento da Companhia Siderúrgica Nacional, o Sr. Trajano escreveu o seguinte:

Quando os Diretores da CSN, logo após a sua fundação, foram aos Estados Unidos, em 1941, para concluírem o contrato de financiamento, já assegurado através entendimentos diplomáticos, o Banco declarou-lhes que não o faria sem anuência da “United States Steel Co.” E os diretores foram encaminhados à “holding” da

⁶⁹⁵ Brayner, Floriano de Lima (1968), *a verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado Maior na campanha da Itália*, ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

⁶⁹⁶ Arguelhes, Delmo de Oliveira (2015), A III Conferência dos chanceleres americanos 1942: o ponto decisivo da Política Externa Getulista, *Rev. Brasileira de Estudos Estratégicos*, v. 7, nº 14, Jun. - Dez 2015, pp. 73-103, Rio de Janeiro.

⁶⁹⁷ Arquivo Getúlio Vargas.

siderurgia norte americana, que os recebeu em reunião de sua Diretoria, a qual declarou que o empréstimo não seria realizado pelo Banco, o qual levou os diretores da CSN a telegrafarem para o Rio comunicando que iam voltar ao Brasil. Tal comunicado foi levado a Getúlio Vargas num sábado, imediatamente ele expediu telegrama direto ao nosso então Embaixador Martins em Washington, determinando que fosse pessoalmente ao Presidente Roosevelt para declarar-lhe que se os E.U. não concedessem o empréstimo, o Governo brasileiro não concordaria em continuar a permitir o pouso de aviões norte-americanos em Natal (para a travessia do Atlântico que então não podia ser feito dos E.U. para a Europa). E na segunda-feira, pela manhã, Getúlio Vargas recebia telegrama do Embaixador comunicando que o Presidente Roosevelt telefonara pessoalmente para o Presidente do Banco determinando que fizesse imediato empréstimo à CSN, para compra de equipamentos.

Certamente o General Macêdo Soares não teve conhecimento dessa admirável ação de Getúlio Vargas, e por isso suponha que o Banco tinha voltado a conceder empréstimo sem explicar por que assim procedeu⁶⁹⁸.

Apesar de aparentemente resolvido em outubro de 1941, o acordo definitivo sobre o fornecimento dos armamentos só foi assinado em 03 de março de 1942. No acordo, os norte-americanos se comprometeram a fornecer duzentos milhões de dólares em armas e munições ao Brasil, até 1948, e o governo brasileiro pagaria apenas setenta milhões de dólares pelo material. Após a III Reunião dos Chanceleres e a declaração brasileira de rompimento das relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo, as bases estratégicas do Nordeste brasileiro e de Fernando de Noronha começaram a ser utilizadas efetivamente pelos norte-americanos. Ainda foram assinados acordos sobre três pontos, que foram denominados Acordos de Washington: 1) as minas de minério de ferro de Itabira, propriedade da Grã-Bretanha; 2) financiamento para o fornecimento de material estratégico para os norte-americanos; e 3) absorção do excedente de borracha brasileira pelo mercado norte-americano (MRE, 1944c: 33)⁶⁹⁹, além do empréstimo de US\$ 14 milhões para a melhoria do transporte ferroviário e marítimo do minério, a fim de que o Brasil desenvolvesse a “produção de materiais básicos e estratégicos e outros recursos naturais”

⁶⁹⁸ Arquivo CPDOC-GV, documento 1977.07.19. Carta de Trajano Furtado Reis ao serviço de Reportagem do “Jornal do Brasil” tratando do depoimento de Macêdo Soares a esse jornal, no qual declara a inexistência de qualquer relação entre a construção da CSN e a instalação da base aérea dos EU na cidade de Natal.

⁶⁹⁹ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

(MRE, 1944c: 35). Também foram assinados outros acordos, durante o ano de 1942, sobre o café, cacau, babaçu, mamona e algodão, entre outros. (MRE, 1944c:40).

Portanto, quando a II Guerra Mundial entrou na segunda fase, Fase do Equilíbrio de Forças (de 1942 a 1943), os interesses brasileiros estavam sendo atendidos pelo governo de Franklin Roosevelt.

Entretanto, a partir da terceira fase, Fase da Supremacia Aliada (de 1943 a 1945), a importância do Brasil para os Estados Unidos [...]

[...] se resumia basicamente ao apoio deste à política norte-americana na América do Sul. O valor estratégico do nordeste brasileiro diminuiu bastante após o sucesso da Operação Tocha, no fim de 1942, e graças a isso, os técnicos norte-americanos pensavam que não fosse necessário enviar mais armamentos para o Brasil, nos termos do *Lend Lease*, para a defesa do Nordeste de um eventual ataque do Eixo⁷⁰⁰.

Desta forma, a constituição e o deslocamento da FEB para a Itália serviu para, dentre outras coisas, não só continuar, mas aumentar o envio de armamentos norte-americanos para o Brasil. No entanto, o embarque dos efetivos brasileiro à guerra esbarrava na hesitação do governo dos Estados Unidos. Posteriormente, o envio da Força Expedicionária Brasileira foi concretizado em 1944, depois de muita negociação. Em troca, os estadunidenses obtiveram o direito de manterem o uso das bases do Nordeste após o término do conflito.

Assim sendo, compreende-se que as intenções dos americanos-do-norte em relação ao Promontório Nordestino, nomeadamente com a ilha de Fernando de Noronha e com as referidas bases, constante nos Planos Rainbow 1, 4 e 5, foram percebidas por Getúlio Vargas, que passou a conduzir a Política Externa do Estado Novo brasileiro com os olhos na Política Interna. A parte brasileira do Atlântico Lusófono tornou-se uma peça valiosa no tabuleiro das Nações, principalmente nas relações entre os dois países americanos.

As tratativas que envolveram o Estado Novo brasileiro, os EUA, a Grã-Bretanha e a Alemanha foram intensas, pontilhadas por confrontos políticos e diplomáticos, mas que demonstraram que o Estado Novo brasileiro usou habilmente os interesses do Eixo e dos Aliados em relação aos aspetos geográficos atinentes ao território brasileiro para a consecução dos seus objetivos estratégicos (construção e instalação da Companhia Siderúrgica Nacional e o reaparelhamento das Forças Armadas), que favoreceram parcialmente o objetivo político do ditador Getúlio Vargas de se manter no poder.

As Políticas Externa e de Defesa do Estado Novo de Vargas modificaram-se conforme o andamento da guerra em África e em Europa, nomeadamente durante a primeira fase do

⁷⁰⁰ Argelhes, 2015: 96, obra citada.

conflito bélico, e sofreram influências das negociações entre os líderes políticos envolvidos em torno da posição relativa (Saliente Nordeste) e da dinâmica da população no espaço geográfico brasileiro, bem como dos interesses económicos dos partidos antagónicos nos recursos naturais e minerais do país.

Dentro deste escopo, fica destacada a imensa relevância da porção brasileira do Atlântico Lusófono, palco de intensos combates de aeronaves e de navios brasileiros e norte-americanos contra os submarinos nazis, e foi o tema mais considerado nas conversações políticas para a concretização da Companhia Siderúrgica Nacional. Todavia, a Geopolítica brasileira conduziu o país da situação neutral, de 1939 a 1942, à beligerância ao lado dos Aliados, em 1943, tornado efetivo no Teatro de Operações italiano em 1944 e 1945.

CONCLUSÃO

A II Guerra Mundial foi uma fase muito rica da História da humanidade. De um lado estavam os países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão – e do outro, ficaram os Aliados, que tinham como principais líderes ocidentais a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América.

O conflito armado iniciou-se em 1939, enquanto Portugal e Brasil estavam sendo governados por líderes fortes, respetivamente, António de Oliveira Salazar e Getúlio Dornelles Vargas. Os dois governos se autodenominavam com o mesmo título: Estado Novo.

Destarte, este trabalho foi estruturado com a finalidade de atender à principal questão de pesquisa, a lembrar:

- Em que medida as Políticas Externas e de Defesa de Portugal e de Brasil, as quais refletiram a hesitação entre a neutralidade e a beligerância dos seus governantes, foram influenciadas pelos interesses geopolíticos dos Aliados e do Eixo, nomeadamente no conjunto lusófono presente no Oceano Atlântico, de forma a caracterizar uma Geopolítica da Lusofonia ou evidenciaram geopolíticas distintas?

Assim sendo, inicialmente, foram definidos os termos essenciais para o pleno entendimento da questão posta.

Para o substantivo feminino influência, foi necessária a sua compreensão no léxico e no semântico para o estabelecimento de um significado que norteasse esta análise.

Como este estudo tem como foco os dois países lusófonos, foram pesquisadas em fontes portuguesas e brasileiras para se chegar a uma definição mais adequada para o termo Geopolítica, portanto, que se fundamentasse em pesquisadores das duas nações. Feita a definição e utilizando-se dos mesmos critérios binacionais, foram elencados os basilares Fatores Geopolíticos, baseados nos Fatores Geográficos.

Em seguida, foi realizada uma pesquisa no Direito Internacional, com a intenção de clarificar os conceitos e as diferenças entre as situações de neutralidade e de beligerância, a fim de se perceber até aonde Portugal e Brasil chegaram com suas políticas Externas e de Defesa, naquele período de conturbação mundial.

Ainda foi fundamental parametrizar e estabelecer geograficamente uma porção do Oceano Atlântico na qual os países lusófonos entendiam como área apropriada para exercerem seus direitos e fazerem valer os seus interesses. Com a finalidade de nomear essa área, este autor aproveitou-se de um termo composto, já citado por diversos outros estudiosos: Atlântico Lusófono.

Concretizados os conceitos de grande relevância para esta investigação, foi realizada uma retrospectiva das anciãs relações bilaterais, que remontam ao ano de 1353, que envolvem a Inglaterra e Portugal.

Por sua vez, o Brasil também estava vinculado a acordos regionais guiados por outro líder dos Aliados, os Estados Unidos, que tinham como fundamento a doutrina americana-do-norte batizada com alicerce no nome de seu idealizador: Doutrina Monroe. Além dos laços diplomáticos e ainda sob o foco do referido princípio americano, foi de grande valia realizar uma análise nos Planos *Rainbows*, nos quais constavam os planeamentos para a defesa do Hemisfério Ocidental e as conseqüentes hipóteses de emprego do poder militar norte-americano diante das possibilidades das forças do Eixo, que deu forma à sua Grande Estratégia.

Após a análise de todos esses estudos de então, verificou-se que os estrategistas estadunidenses consideravam viável que parte do seu território, nomeadamente o Canal do Panamá, poderia sofrer um ataque aéreo pelos alemães, cujas aeronaves, até então sem autonomia para realizar voos diretos da Europa ou do norte da África, fariam escalas em território brasileiro, facto, este, que alçou o Saliente Nordeste à situação de imensa relevância para os interesses defensivos norte-americanos, haja vista que era a região com reais condições de ser o ponto americano a ser tocado pelos alemães. Situada na Garganta do Atlântico, essa parte do território brasileiro chegou a ser cogitada ser ocupada militarmente, sem autorização do governo brasileiro, por tropas provenientes dos Estados Unidos.

Feita a análise das relações dos Estados Novos com os países aliados, tornou-se imperativo compreender como Portugal e Brasil se relacionavam com a Alemanha nazi e com a Itália fascista, países europeus do outro partido antagónico aos Aliados. Na oportunidade, achou-se por bem enfatizar que simpatias pessoais não foram suficientes para que se afirmasse que os países lusófonos eram nazis ou fascistas ou seguissem uma combinação das duas ideologias. Sendo assim, considera-se que houve um salazarismo e um varguismo, que deram forma aos respetivos Estados Novos.

Para chegar ao cerne desta investigação, foi realizado um estudo sobre a evolução do conflito armado e seus reflexos para Portugal e para Brasil. Partiu-se do planeamento alemão e da corolária Grande Estratégia nazi, que deu início às ações militares ao invadir a Polónia e os países próximos; que posteriormente tentou ocupar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas; e que tencionava invadir a Península Ibérica, operação que os nazis batizaram como Félix. A importância desta operação revestiu-se pelo facto de que foi a única vez em que, por um período, a Alemanha se sentiu tentada a inverter a sua Grande Estratégia planeada e, antes de atacar a URSS, virar os seus consideráveis recursos para o Atlântico e para o Mediterrâneo. Caso a operação arrancasse, as hipóteses mais prováveis de se concretizarem eram de que Portugal seria ocupado de imediato, com a parte continental invadida pela Espanha/Alemanha, por forças isoladas ou combinadas; de que, em consequência, os Açores e a Madeira fossem ocupados pela Grã-Bretanha e pelos

Estados Unidos; de que o Arquipélago do Cabo Verde, por sua vez, seria disputado entre os aliados ocidentais e a Alemanha, sendo esta apoiada pela França de Vichy; e de que o Saliente Nordestino (Brasil) seria ocupado preventivamente pelos EUA. Tudo isto mudaria todo o contexto futuro do Atlântico Lusófono. A parte que salta aos olhos é que aconteceria ao mesmo tempo em Portugal e em Brasil. Esta sequência de possibilidades mostrou como o futuro do Atlântico Lusófono dependia dos planos dos grandes poderes.

Da avaliação das ações dos submarinos (*U-boat*) alemães e italianos, durante a Batalha do Atlântico, retirou-se que elas tiveram grandes reflexos para o Brasil, que teve muitos dos seus navios mercantes afundados nos ataques furtivos, e para Portugal, posto que o Arquipélago dos Açores entrou na esfera dos interesses dos EUA e, por conseguinte, na pauta das ações diplomáticas dos ingleses.

Assim, duas áreas do Atlântico Lusófono tornaram-se cruciais para as ações militares e, por conseguinte, diplomáticas para todos os protagonistas: os Açores português e o Saliente Nordestino e a ilha de Fernão de Noronha brasileiros.

Portanto, ficou clarificado que os dois líderes, tanto Salazar, como Vargas, possuíam importantes aspetos geográficos pertencentes aos dois Estados Novos lusófonos para se utilizarem, no intuito de atender os próprios fins e agirem conforme os factos evoluíam, ou seja, inicialmente penderam favoravelmente para os países do Eixo, nomeadamente para a Alemanha; depois houve uma estabilização no *front*; e, por fim, chegaram ao predomínio das forças dos Aliados, para conduzirem as suas Políticas Externa e de Defesa. Tudo isso sem descuidar dos seus laços regionais, ou seja, Portugal e Inglaterra, por um lado, e Brasil e Estados Unidos da América, por outro.

Sendo assim, Portugal permaneceu neutral, mas variou a sua neutralidade entre a absolutamente imparcial e a assimétrica, enquanto o Brasil saltou da neutralidade assimétrica para a beligerância.

Posta a questão central, apareceram duas subquestões semelhantes, haja vista tratar-se de uma investigação comparativa, na qual os Fatores Geopolíticos de Portugal e do Brasil deviam ser estudados de forma paralela. Sendo assim, no estudo prévio, com a finalidade de se mapear os fatores geográficos comuns aos dois países, foram selecionados os físicos, os recursos minerais e os humanos:

- Quais eram os fatores geográficos em Portugal de interesse dos dois partidos antagónicos? Existiram possíveis vantagens políticas a serem obtidas pelo Estado Novo português?

- Quais eram os fatores geográficos em Brasil de interesse dos dois partidos antagónicos? Existiram possíveis vantagens políticas a serem obtidas pelo Estado Novo brasileiro?

Para o Estado Novo europeu, verificou-se que, dentro dos Fatores Geopolíticos elencados, foram fundamentais para descrever os interesses de ambos partidos em contenda: a posição relativa (Fator Físico), nomeadamente o próprio território europeu continental, as ilhas europeias e o Arquipélago de Cabo Verde, na África Ocidental; a extração e a comercialização do Volfrâmio (Fator Recurso Mineral); e a presença de funcionários alemães nos arquipélagos europeus e as ações diplomáticas nazis para influenciar parte da população portuguesa (Fator Humano).

De maior ou de menor valia, estes fatores foram peças no tabuleiro do jogo político para Hitler e para os dois líderes ocidentais dos Aliados. A manutenção da integridade do território continental português estava no contexto da antiga aliança luso-inglesa, enquanto a ocupação da Península Ibérica por tropas alemãs, com ou sem apoio militar da Espanha, deveria retirar a influência dos britânicos na porção europeia. Os arquipélagos lusos-europeus demonstravam-se importantes para o controlo do Espaço Atlântico, principalmente em face da Batalha do Atlântico. A utilização do Volfrâmio na indústria militar não era apenas crítica para a Alemanha, no seu esforço de mobilização para a consecução de sua Grande Estratégia, mas, também, para norte-americanos e britânicos, exatamente em função desse enriquecimento das ligas metálicas nazis que eram usadas contra os próprios Aliados. O esforço de germanização da população portuguesa, conduzido pelo próprio Embaixador alemão em Lisboa, e a presença de funcionários do *Reich* nas estratégicas ilhas atlânticas tiveram a sua importância, basicamente para os interesses nazis, mas que precisavam ser mitigadas.

Salazar tinha consciência dos interesses dos dois lados pelos aspetos geográficos de Portugal. Pode não ter tido conhecimento de tudo que acontecia nos bastidores de os Estados envolvidos, porém, utilizou tais interesses em proveito de seus objetivos políticos e de seus objetivos estratégicos de manter a estabilidade do regime, da conservação do Império Colonial e da revisão da aliança com a Grã-Bretanha.

No outro lado do Atlântico, o Estado Novo de Vargas tinha a percepção de que, segundo os Fatores Geopolíticos já estabelecidos, os seguintes foram capitais para suscitar os interesses dos dois blocos de países em luta: a posição relativa, nomeadamente o Saliente Nordestino, e a própria extensão territorial do Brasil (Fatores Físicos); as jazidas minerais de ferro e de manganês, dentre outras (Fator Recurso Mineral), e os produtos agrícolas, tais como algodão e o látex (Fator Recursos Minerais – Alimentares); e a presença de uma considerável colônia de alemães e descendentes, grande parte concentrada na Região Sul do país, que poderia se conjugar com as próximas, localizadas em Argentina e em Uruguai (Fator Humano).

Com valores diferentes, estes fatores compunham o jogo político de Hitler, de um lado, e de Roosevelt e Churchill, do outro lado. De qualquer maneira, Getúlio Vargas não estava

insensível quanto às possibilidades de se utilizar de todos estes fatores geográficos para o atingimento da Grande Estratégia por ele traçada, de equipar as suas Forças Armadas com meios e material modernos e adequados e de incrementar a industrialização brasileira, por meio da instalação e funcionamento da Companhia Siderúrgica Nacional.

Feito o inventário dos Fatores Geográficos e as suas qualificações como Fatores Geopolíticos, em razão de se apresentarem como peças nos jogos políticos de Salazar como de Vargas, cada um em seu respetivo tabuleiro, a jogarem com a Alemanha e com os EUA e a Grã-Bretanha, posta-se uma outra questão:

- Como Portugal e Brasil utilizaram a Geopolítica para estimular os partidos antagónicos de acordo com os seus objetivos políticos?

Como escrito anteriormente, as políticas do Estado Novo de Salazar flutuaram de acordo com evolução da própria guerra.

Durante a primeira fase do conflito bélico, as ações políticas lusas sofreram influências das negociações tabuladas entre os líderes políticos envolvidos em torno da situação dos arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde, a comercialização do volfrâmio e, em uma escala bem menor, da dinâmica da população no espaço geográfico luso.

Dentro do período, ficaram destacadas as imensas relevâncias das porções portuguesas presentes no Atlântico Lusófono, principalmente os territórios fora do continente europeu, palcos de intensos combates de aeronaves e de navios aliados contra os submarinos nazis. Foi o tema mais considerado nas conversações políticas para o atingimento das metas estratégicas e da Grande Estratégia intencionada por Salazar.

Destarte, Portugal demonstrou ter certa autonomia em relação à Inglaterra, particularmente quanto à comercialização do volfrâmio, e a Espanha manteve-se neutral. Desde o princípio, o Presidente do Conselho nutria fortes ressalvas em relação à penetração da influência da democracia norte-americana no Continente Europeu e na hipótese dessa influência atingir mortalmente o seu regime autoritário.

Na fase de estabilização, o ditador português manteve-se equidistante dos partidos oponentes e, do mesmo modo, permaneceu em relação aos interesses deles em relação aos arquipélagos atlânticos e à comercialização do Volfrâmio.

Na última fase, quando do insucesso alemão em território russo, na Operação *Barbarossa*, que afastou por completo a hipótese da invasão alemã na Península Ibérica, e os aliados passaram à ofensiva, com a entrada dos EUA nas campanhas militares, Portugal finalmente cedeu as suas bases nos Açores para os britânicos e colocou ingleses e estadunidenses em confronto diplomático.

Entretanto, posteriormente, cedeu as bases açorianas aos norte-americanos, particularmente, em decorrência do fim da Batalha do Atlântico e da invasão da Europa, após expulsarem o Eixo do Norte africano, factos que fizeram decair o valor estratégico das

ilhas. Destaca-se o facto de que Salazar apenas cedeu os Açores exatamente nesse momento, no qual o arquipélago teve o seu valor como peça estratégica diminuído sobremaneira e que os EUA decidiram por entrar na guerra, inicialmente no TO africano e, posteriormente, no Teatro de Operações Europeu.

Desta forma, Salazar conseguiu a integridade do Império Colonial e do próprio território continental.

Destarte, Salazar tratou as suas políticas Externa e de Defesa, que envolveram os Aliados e a Alemanha, de maneira que chegaram, em vários momentos a ser tensas e carregadas de embates políticos e diplomáticos, de tal monta que ações militares foram planeadas pelas potências militares para a ocupação do espaço geográfico português e, outras, foram aventadas para derrubar o ditador.

Portanto, em razão das circunstâncias da efetiva evolução da guerra, a Geopolítica defendida por Salazar conseguiu manter o país na situação neutral durante todo o período, nomeadamente em decorrência de Hitler ter optado pela Operação *Barbarossa* ao invés da Félix e da Espanha ter se mantido na situação de neutralidade, e fez com que o regime se mantivesse no poder ao final da guerra, bem como a integridade do império.

Essa neutralidade lusa foi colocada em causa nas duas primeiras fases, posto que Salazar alinhou os interesses exógenos com os seus próprios interesses.

Portanto, pode-se considerar que a neutralidade portuguesa e da Península foi circunstancial, se for considerada a capacidade de Salazar se adaptar às próprias circunstâncias.

Pelo exposto, o Estado Novo português usou habilmente os interesses do Eixo e dos Aliados em relação aos aspetos geográficos atinentes ao território luso para a consecução dos seus objetivos estratégicos (manutenção da integridade do Império Português e da estabilidade da Península Ibérica e o fortalecimento da Aliança com a Inglaterra), que favoreceram a consecução do objetivo político do ditador António de Oliveira Salazar de se manter no poder ao final do período.

Por sua vez, as Políticas Externa e de Defesa do Estado Novo de Vargas de igual forma modificaram-se conforme o andamento da guerra em África e em Europa, principalmente durante a primeira fase do conflito bélico, e estiveram à mercê das negociações entre os líderes políticos envolvidos em torno do Saliente Nordeste e da dinâmica da população no espaço geográfico brasileiro, bem como dos interesses económicos dos partidos antagónicos nos recursos naturais e minerais do país.

Dentro deste escopo, ficou destacada a imensa relevância da porção brasileira do Atlântico Lusófono, palco de intensos combates de aeronaves e de navios brasileiros e norte-americanos contra os submarinos nazis e italianos, e foi o tema mais relevante nas conversações políticas para a concretização da Companhia Siderúrgica Nacional.

A Geopolítica brasileira conduziu o país da situação neutral, de 1939 a 1942, à beligerância ao lado dos Aliados, em 1943, com o devido apoio dos EUA, concretizado nos anos de 1944 e 1945.

As intenções do governo de Roosevelt em envolver forças militares brasileiras remontam ao planejamento do *Joint Chiefs of Staff* para a ocupação pacífica dos Açores, de 1943 (Anexo C).

Vargas administrou as tratativas que envolveram o Estado Novo brasileiro, os Aliados ocidentais e a Alemanha de maneira intensa, pontilhadas por confrontos políticos e diplomáticos, mas, que demonstraram que o ditador brasileiro usou habilmente os interesses do Eixo e dos Aliados em relação aos aspetos geográficos atinentes ao território brasileiro para a consecução dos seus objetivos estratégicos.

O discurso de Vargas, a bordo de um dos mais significativos navios da Marinha do Brasil, o encouraçado Minas Gerais, no ano de 1940. foi o momento mais contundente desses embates, pois, aos olhos de Roosevelt e de seus assessores, o Brasil indicou que poderia aliar-se ao Eixo e, desta feita, que poderia comprometer decisivamente a defesa do Hemisfério Ocidental, diante das possibilidades do acesso a bases e a facilidades no Nordeste e no Sul, bem como, a imensas riquezas naturais do Brasil pelos nazis. O discurso surtiu o efeito desejado ao ressaltar os Fatores Geopolíticos brasileiros para os, até então, americanos-do-norte, titubeantes em atender os anseios do Estado Novo sul-americano de financiamento da CSN.

O ano de 1940 também marcou a alteração da estratégia do governo de Vargas, ao iniciar o movimento pendular de se distanciar gradualmente da Alemanha nazi e da neutralidade e de se aproximar definitivamente dos Estados Unidos e da beligerância.

As possibilidades das comunidades germânicas no Sul brasileiro, mapeadas e sob suspeitas dos norte-americanos, de formação de um enclave nazi e de se aliarem aos teutos moradores na vizinha Argentina para ações de espionagem e de sabotagem, agregaram-se ao Saliente Nordestino para valorizarem, ainda mais, os Fatores Geopolíticos disponíveis nas mãos de Getúlio Vargas. Essa conjugação serviu de base para os argumentos do ditador, que buscava o reaparelhamento das forças militares brasileiras, em razão dos Estados Unidos não saírem do campo das promessas de concretizar as transações, por meio de *Lend-Lease*, para empréstimo e arrendamento de material bélico, suficientes para atender aos anseios da porção militar dos aliados nacionais do ditador.

O deslocamento da Força Expedicionária Brasileira, composta por forças terrestres e aéreas, além de meios navais, em direção à Itália, decorrente da declaração de guerra assinada por Vargas, simbolizou que os meios militares chegaram às tropas deslocadas.

A construção e a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional e o reaparelhamento, mesmo que em parte, das Forças Armadas brasileiras favoreceram parcialmente o objetivo

político do ditador Getúlio Vargas de se manter no poder. Vargas foi apeado do poder em 1945 por motivos de insucessos na Política Interna, apesar de, paradoxalmente, buscar apoio na principal liderança do Novo Mundo, a democracia dos Estados Unidos da América.

Investigações anteriores, conduzidas em Portugal e em Brasil, indicaram que existiram coincidências entre os regimes adotados por Salazar e por Vargas em outros setores, a ultrapassar a compartilhada denominação de Estado Novo. Portanto, para esta investigação, surgiu outra questão:

- Existiram ou não coincidências nas Políticas Externas e de Defesa adotadas pelos dois Estados Lusófonos, em resposta às grandes estratégias de Aliados e do Eixo?

O contexto mundial era comum para todos os protagonistas durante os anos de 1939 a 1945. A II Guerra Mundial colocou em oposição dois grupos de países, os Aliados e os membros do Eixo. Os primeiros tinham como líderes ocidentais os EUA e a Grã-Bretanha, os componentes do outro partido eram a Alemanha e a Itália, na Europa, e o Japão, na Ásia.

Portugal tinha laços centenários com a Inglaterra e o Brasil estava sob os efeitos da Doutrina Monroe, implementada pelos Estados Unidos, e que se renovava com os sucessivos acordos – de cooperação pan-americana, de neutralidade e, por fim, de beligerância – todos conduzidos por Franklin Roosevelt.

Apesar dos acordos diplomáticos e regionais, os dois países lusófonos mantinham consideráveis relações comerciais com a Alemanha, principalmente pelo facto de que tais transações comerciais prescindiam de dinheiro em espécie, que estava em falta nas economias dos dois Estados, substituindo-o por marcos de compensação (*Reichsmark*).

Por sinal, as duas nações tinham respeito, uma contida admiração, restrita a frações das sociedades em questão, e, porque não afirmar, medo das possibilidades da portentosa máquina militar nazi, caso esta se decidisse por realizar ações bélicas contra os respetivos territórios nacionais. Em face destas possibilidades desagradáveis e inoportunas para as duas ditaduras, as respetivas alianças com forças poderosas (inglesas e estadunidenses) eram cruciais para aqueles momentos belicosos.

Os Estados Unidos da América eram percebidos de maneiras diferentes pelos dois ditadores. Portugal temia pela entrada da poderosa democracia norte-americana, nomeadamente pelo potencial estrago que poderia fazer sobre os governos ditatoriais europeus, a incluir o próprio Estado Novo português. Para Vargas, a proximidade e o conhecimento das intenções do vizinho de norte não eram de assustar, particularmente em razão da política da Boa Vizinhança, conduzida como Política Externa para as Américas durante o governo do Presidente Roosevelt, durante os anos de 1939 a 1945.

Assim sendo, Portugal e Brasil não tinham poderes económicos necessários e suficientes, haja vista serem países essencialmente agrícolas, nem poderes psicossociais de vulto e, muito menos, poderes militares capazes de se imporem como Estados

soberanos e de se manterem como Estados Novos. Restavam-lhes o poder político e o diplomático. Para exercê-los habilmente e com o vigor necessário, eram necessárias ferramentas adequadas e fortes.

Ficou claro que ambos optaram pela intensa manipulação dos próprios fatores geográficos, levando-os ao patamar de Fatores Geopolíticos, ao se dedicarem na consecução dos objetivos políticos traçados e seus desdobramentos estratégicos.

À medida em que as citadas ferramentas eram empregadas, de acordo com as circunstâncias de cada evolução da guerra, as Políticas Externa e de Defesa das duas nações de língua portuguesa alteravam-se, cada uma a seu modo.

Nitidamente, os Fatores Geopolíticos que ficaram em maiores evidências foram o Humano, os Recursos Minerais e o Territorial, a considerar os dois países de língua portuguesa.

Nos dois casos, o fator humano foi secundário e complementar. Tanto em Portugal, como em Brasil, grupos de germanófilos e de cidadãos de origem germânica não eram de grande monta. Funcionários do *Reich* no Arquipélago dos Açores, membros de uma seção do NASDP em São Paulo e colônias teutas no Sul do Brasil serviram apenas para alargar e evidenciar o Fator Geopolítico do Território.

O fator recursos minerais exerceu papéis de maior importância, em comparação ao fator humano, haja vista que se refletiram de formas diferentes nos dois países em tela. A questão do Volfrâmio chegou a tomar formas dramáticas, dentre as quais uma quase se concretizou na aventada derrubada de António Salazar, que se mostrava relutante em parar de comercializar com a Alemanha. A crise foi tamanha, que o facto de que a ideia de tirar o Presidente do Conselho do poder partiu de Londres, ilustra bem o extremo que poderia ter sido atingido. Enfim, a decisão de Salazar em não mais exportar o estratégico metal, praticamente selou a sua permanência no poder em Lisboa, ao menos no entendimento dos britânicos.

No Brasil, em decorrência da proximidade com os EUA, acentuada a partir de 1940, a comercialização dos recursos naturais, minerais e alimentares com os nazis foi substituída pela exportação para os aliados do Norte. Se, por um lado, tais itens não tiveram uma função direta para efetivar maior poder ao país, serviram indiretamente para dar maior destaque aos potenciais estratégicos do território brasileiro.

Desta forma, verificou-se que o Fator Geopolítico Território foi muitas vezes explorado pelos líderes dos Estados Novos, diante das circunstâncias da guerra e dos estímulos dos partidos antagônicos.

De maneira global, o prévio entendimento das grandes estratégias dos contendores ocidentais para o Atlântico naqueles anos belicosos, a destacar a forma como os principais

beligerantes tinham uma visão conjunta do espaço Atlântico de Portugal e do Brasil, deixam clarificada a imensa importância da posição relativa dos territórios portugueses e brasileiros.

Destaca-se que na Grande Estratégia dos Estados Unidos, ao incluir o Arquipélago dos Açores na zona de defesa do Hemisfério Ocidental, em abril de 1941, acabou por congregiar no mesmo espaço geoestratégico as porções lusa e brasileira do Atlântico Lusófono.

Os arquipélagos atlânticos lusos estavam estrategicamente situados entre a Europa e a América (Açores), na entrada do Mediterrâneo (Madeira) e entre o Norte africano e a América (Cabo Verde); além do território continental europeu estar no extremo ocidental do Velho Continente e junto à entrada do Mar Mediterrâneo. Tal posição relativa do território, por si só, já se tornava evidente para ambos os partidos, inclusive para servir como ponte para a entrada dos portentosos meios e da democracia norte-americanos na Europa. O Estado Novo salazarista tinha consciência disso.

Angola era uma possibilidade de abrigar o governo português, em caso de extrema necessidade, nomeadamente em caso de arranque da Operação Félix pela Alemanha.

Portugal apostou na aliança com a Inglaterra, de tal forma que contava com os ingleses para a sua segurança territorial, para as suas decisões estratégicas e para se interpor em face às pressões exercidas pelos americanos-do-norte, em razão dos interesses geoestratégicos destes.

Inicialmente, Salazar manifestou uma certa independência na execução da Política de Defesa portuguesa. Contudo, diante das imensas limitações de seus meios militares, particularmente por ter dado ênfase ao Exército, em detrimento da sua Marinha, passou a ser mais tolerante quanto aos territórios extracontinentais, contudo, manteve-se intransigente quando se tratava em defender o seu território continental na Europa.

Para a Política Externa, reforçavam-se a aliança anciã, o distanciamento em relação aos EUA e a conservação da sua neutralidade. Em relação à Alemanha nazi, as afinidades passaram a ser fundamentadas no campo económico, no comércio bilateral.

Ficou evidente que as Políticas Externa e de Defesa tomaram forma e se modificavam conforme o andamento da guerra. Ou seja, durante a primeira fase do conflito bélico, sofreram influências das negociações entre os líderes políticos envolvidos em torno da situação dos arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde. Durante a hegemonia nazi, Portugal demonstrou ter certa autonomia em relação à Inglaterra e, por sua vez, a Espanha manteve-se neutral. Na segunda fase, Portugal manteve a neutralidade equidistante, a esperar a definição do partido vencedor, que poderia apoiá-lo na defesa dos arquipélagos atlânticos, nomeadamente os Açores, cada vez mais próximos da Grande Estratégia dos Estados Unidos. A última fase, com a avassaladora presença do poder americano, as políticas em causa definiram-se pelos Aliados e as bases dos Açores foram cedidas, haja

vista que os interesses aliados estratégicos foram deslocados e, portanto, deixaram de ter o peso desejável para as conversações políticas.

Em função das circunstâncias, a Alemanha não atravessou os Pirenéus para invadir a Península Ibérica; situação que manteve a integridade de Portugal continental e a neutralidade espanhola, factos que, conseqüentemente, que auxiliaram na conservação do regime do Estado Novo em segurança.

Assim, o Estado Novo português usou habilmente os interesses do Eixo e dos Aliados em relação ao fator território para a consecução dos seus objetivos estratégicos (manutenção da integridade do Império Português, da neutralidade da Península Ibérica e o fortalecimento da Aliança com a Grã-Bretanha), que favoreceram a consecução do objetivo político do ditador António de Oliveira Salazar de se manter no poder.

Para o Estado Novo varguista, o Fator Geopolítico Território, nomeadamente a sua posição relativa, foi percebida pelo ditador, que passou a conduzir as Políticas Externa e de Defesa do Estado Novo com os olhos na Política Interna, posto que a parte brasileira do Atlântico Lusófono era uma peça valiosa no tabuleiro das Nações, principalmente nas relações com os Estados Unidos.

Os interesses dos Estados Unidos em relação ao Saliente Nordestino eram tão intensos, em razão das hipóteses e possibilidades da Alemanha nazi em seus planeamentos para a defesa do Hemisfério Ocidental (Planos *Rainbow*), que o trânsito de aeronaves pela Garganta do Atlântico era, plausivelmente, uma via de duas mãos.

Se era possível os aliados passarem da América para a África, os alemães poderiam fazer o sentido inverso e levar perigo ao território americano. Mesmo que a segunda opção não tenha sido planeada ou nem mesmo tenha sido cogitada por Hitler, o Estado Novo brasileiro utilizou este temor norte-americano, aliado à intenção de Roosevelt de transitar por Parnamirim *field* para acessar o Norte da África, ao intuito de neutralizar possíveis influências germânicas no psicossocial dos habitantes do cone sul das Américas e ao acesso do mercado consumidor estadunidenses aos produtos de origens mineral e alimentar do território brasileiro, para possibilitar a construção e a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional e o reaparelhamento das Forças Armadas, que favoreceram parcialmente o objetivo político do ditador Getúlio Vargas de se manter no poder.

Desta feita, a Política de Defesa inicial foi de defender o território brasileiro, em decorrência das possibilidades de sua violação, sejam por forças nazis, sejam por militares estadunidenses.

Por sua vez, a Política Externa era oficialmente voltada para o alinhamento com os EUA, contudo, conservou as relações comerciais com a Alemanha.

Se a Geopolítica conduzida por Getúlio Dornelles Vargas manteve o Brasil neutral durante a primeira e a segunda fases da guerra, a sua Política Externa de estrito

alinhamento aos Estados Unidos da América levou o país à alteração da sua Política de Defesa, inicialmente essencialmente defensiva, para a mobilização de uma força expedicionária e, finalmente, para uma política ofensiva, quando parte de suas forças militares atravessaram o Atlântico, entraram no Mediterrâneo e desembarcaram na Itália, a fim de combaterem as forças do Eixo, compostas por alemães e por italianos, ao lado dos Aliados.

O peso político da entrada dos Estados Unidos da América na guerra, em 1941, quando se percebeu que eles seriam os grandes vencedores, tanto Salazar como Vargas, que estavam preocupados principalmente com a legitimação dos seus regimes no pós guerra, adaptaram-se aos novos rumos da Geopolítica Mundial. Vargas resolveu o problema com a beligerância e com a concessão das bases em Natal, em 1942, para demonstrar o seu absoluto alinhamento, enquanto Salazar aquiesceu com a cedência de bases nos Açores, em 1943.

Desta forma, fica notório o uso dos fatores geográficos pelos dois Estados Novos lusófonos, cada um a seu modo e a obedecerem aos seus interesses específicos, para atingirem os seus objetivos políticos.

Não há como determinar se Salazar e Vargas confabulavam ou combinavam que assim deviam atuar no concerto das Nações. Nem durante o folhear dos vários estudos comparativos elencados na introdução, nem na investigação levada a cabo na leitura dos discursos de Salazar e nas citadas fontes e obras de referência, muito menos no debruçar sobre os Diários de Vargas, foi possível constatar que o uso da geopolítica foi combinada ou vinculada.

No entanto, diante do exposto, pode-se afirmar que as atuações dos dois líderes foram deliberadas, entretanto, foram autónomas, no rigor da palavra, posto que não existe sequer um esforço documentado que indique um entendimento conjunto no campo da defesa ou da política externa.

Os dois ditadores utilizaram-se das ferramentas contidas nos Fatores Geopolíticos para obterem as vantagens procuradas de forma intencional. Este uso foi de tal forma levada aos limites políticos, que os dois principais aliados de Portugal e do Brasil, concomitantemente Grã-Bretanha e Estados Unidos da América, chegaram a planear o emprego das respetivas forças militares para se apossarem daquilo que achavam ser úteis para a condução da guerra em melhores condições, pertencentes aos espaços geográficos de Portugal e do Brasil.

Salazar e Vargas foram influenciados direta e imediatamente pela Geopolítica, a fim de consubstanciarem as proposições de as diretrizes políticas e de a Grande Política de cada Estado Novo, para a consecução de seus objetivos políticos, dentro do espectro de

conflitos de interesses regionais e globais, com o intuito da utilização adequada das suas capacidades nacionais. No caso brasileiro, inclusive a bélica.

Por fim, parece claro que a evolução das Políticas Externa e de Defesa de Salazar e de Vargas, tendo como cenário o Teatro de Operações do Atlântico, em decorrência do jogo de interesses geopolíticos dos líderes das forças aliadas e do Eixo nos fatores geográficos continentais e insulares de Portugal e de Brasil, foi determinante para que os ditadores dos Países Lusófonos escolhessem deliberadamente a neutralidade portuguesa e a neutralidade, seguida pela beligerância, brasileira, tudo com a finalidade de trazer vantagens aos países por eles liderados e da manutenção e sobrevivência dos próprios Estados Novos, de forma a concretizar uma lusofonia nessas políticas e decisões, particularmente em face do imenso poder económico e militar da democracia norte-americana, que saiu do seu isolacionismo e foi levada a liderar os Aliados para pôr termo à Segunda Guerra Mundial.

Tudo teve algo em comum, a Lusofonia. Estados Novos lusófonos, criados por ditadores que se expressavam na língua portuguesa e que se utilizaram de Fatores Geopolíticos localizados no Atlântico Lusófono. Não cabe outro título que não seja a *Geopolítica da Lusofonia*.

FONTES

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE), Lisboa – Fundos diversos.

Arquivo Azeredo da Silveira (AAS), Centro de Estudo de História Contemporânea (CPDOC) / Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro.

Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Rio de Janeiro.

Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores (AHMRE), Brasília – Fundos Diversos.

Arquivo Histórico Nacional (AHN), Rio de Janeiro – Fundo Divisão de Segurança a Informação (DSI) do Ministério da Justiça do Brasil.

Biblioteca da Presidência da República, Brasília. Site: www.biblioteca.presidencia.gov.br.

Biblioteca Nacional, arquivos do Jornal “A Noite” – Rio de Janeiro.

Biblioteca Nacional, arquivos do Jornal “Correio da Manhã” – Rio de Janeiro.

Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE). Dez anos de atividade, Imprensa Nacional, 1944, Rio de Janeiro.

Franklin D. Roosevelt Presidential Library & Museum. Site: <https://fdrlibrary.org>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Anuário Estatístico do Brasil (1940), IBGE, Rio de Janeiro.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Anuário Estatístico do Brasil (1945), Ano VI, 1941-45, IBGE, Rio de Janeiro.

Instituto Nacional de Estatística, Anuário demográfico (estatística do movimento fisiológico da população de Portugal) – ano de 1935, publicado em 1936, Imprensa Nacional, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística, Anuário demográfico (estatística do movimento fisiológico da população de Portugal) – ano de 1936, publicado em 1937, Imprensa Nacional, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística, Anuário demográfico (estatística do movimento fisiológico da população de Portugal) – ano de 1937, publicado em 1939, Imprensa Nacional, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística, Anuário demográfico (estatística do movimento fisiológico da população de Portugal) – ano de 1938, publicado em 1940, Imprensa Nacional, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística, Anuário demográfico (estatística do movimento fisiológico da população de Portugal) – ano de 1939, publicado em 1941, Imprensa Nacional, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística, Anuário estatístico – ano de 1950, publicado em 1951, Imprensa Nacional, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística, Anuários Estatísticos, das Estatísticas do Comércio Externo (comércio especial), INE, Lisboa, 6 das Séries Longas para a Economia Portuguesa, Banco de Portugal, Lisboa, 1997

Message of President James Monroe at the commencement of the first session of the 18th Congress (Mensagem do Presidente James Monroe na primeira sessão do 18º Congresso, de 2 de dezembro de 1823). Disponível em <<https://catalog.archives.gov/id/306420>>.

The National Archives, Kew, Inglaterra.

The US National Archives and Records Administration (NARA), EUA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdenur, Adriana Erthal, Neto, Danilo Marcondes de Souza (2014), O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul, *Revista Brasileira de Política Internacional* [On line], 57 [Consulta: 18 de outubro de 2018]. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35831639001>> ISSN 0034-7329>
- Afonso, Óscar; Aguiar, Álvaro (2004), Comércio externo e crescimento da economia portuguesa no Século XX, *working paper*, trabalhos em curso nº. 146, Centro de Estudos Macroeconómicos e Previsão, ed. Universidade do Porto, Porto.
- Alves, Vágner Camilo (2002), *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*, ed. PUC-Rio, Rio de Janeiro.
- Andrade, L. (1992), *Os Açores, a II Guerra Mundial e a NATO*, Ed. Impraçor S.A., Ponta Delgada.
- Arguelhes, Delmo de Oliveira (2015), A III Conferência dos chanceleres americanos 1942: o ponto decisivo da Política Externa Getulista, *Rev. Brasileira de Estudos Estratégicos*, v. 7, nº 14, Jun. - Dez 2015, pp. 73-103, Rio de Janeiro.
- Bandeira, Luiz Alberto Moniz (2008), A Importância Geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos, Artigo Revista da Escola Superior de Guerra, v.24, n.50, jul/dez. 2008. ed. ESG. Rio de Janeiro.
- Barros, Júlia Leitão de (1989), Anglofilia e germanofilia em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial, in Maria Carrilho (ed.), *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma reavaliação*, Publicações D. Quixote Lisboa.
- Beevor, Antony (1999), *Stalingrad*, Penguin Books, London.
- Berbém, António (2001), *O Atlântico (a) Sul como questão estratégica mundializada*, Lisboa: ISCSP.
- Bispo, A. (1990), A importância estratégica dos Açores no quadro das Relações Euro-Atlânticas, in *Congresso Internacional de História Militar*, Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 108-111, Madrid.
- Bonfim, Uraci Castro (2005), *Geopolítica*, Escola de Comando e Estado Maior: Rio de Janeiro.
- Brayner, Floriano de Lima (1968), *A verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado Maior na campanha da Itália*, ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Caetano, Marcello (1977), *Minhas memórias de Salazar*, Ed Record, Rio de Janeiro.
- _____ (1993). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, Tomo I, 6.^a Edição, Coimbra.
- Cardoso, António Barros (2003), Portugal e a Inglaterra nos tempos modernos, *Revista da Faculdade de Letras, História*, III Série, vol.4, pp. 037-057. Universidade do Porto, Porto.

- Cardoso, Luiz Antonio Fernandes; Santos, Joaquim Manuel Rodrigues dos (2013), Estado Novo Português e Estado Novo Brasileiro: afinidades e divergências nas relações com o patrimônio Arquitetônico (Décadas de 1930 e 1940), *Anais do IV Encontro Internacional sobre a Preservação do Patrimônio Edificado Arqui-memória*. Acedido em 19/12/2017. Disponível em < <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20221>>
- Carmona, Ronaldo Gomes (2012), *Geopolítica clássica e geopolítica brasileira contemporânea: Mahan, Mackinder e a "grande estratégia" do Brasil para o século XXI*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo (USP), 166 p., São Paulo. DOI: 10.11606/D.8.2013.tde-11062013-111229.
- Carvalho, Estevão Leitão de (1946), Colaboração militar Brasil-Estados Unidos, *Revista A Defesa Nacional*, n. 381, p. 181-202, fev., Rio de Janeiro
- Casella, Paulo Borba; Accioly, Hildebrando; Silva, G. E. Do Nascimento e (2012), *Manual de Direito Internacional Público*, Ed. Saraiva. São Paulo.
- Carrazoni, André (1939), *Getúlio*, 2. ed. Ed. José Olímpio, 212 pp, Rio de Janeiro.
- Castilho Costa, Maria Cristina. (2008), Brasil e Portugal - Afinidades eletivas no trato da política e da cultura, Teatro: *Revista de Estudios Culturales / A Journal of Cultural Studies*: Número 22, pp. 63-74.
- Cervo, Amado Luiz; e Bueno, Clodoaldo (2001), *História da política exterior do Brasil*, 4ª. Edição, Ed. Universidade de Brasília. 595 p. Brasília.
- Conn, Stetson; e Fairchild, Byron (2000), *A estrutura de defesa do hemisfério ocidental*, Ed. Biblioteca do Exército, 522 p., Rio de Janeiro.
- Correia, Pedro de Pizarat (2012), Geopolítica e Geoestratégia, *Rev. Nação e Defesa*, N.º 131 – 5.ª Série, pp. 229-246, Lisboa.
- Corsi, Francisco Luiz (2015), A II Guerra Mundial e a política econômica externa: a questão do financiamento do desenvolvimento, *Rev. Brasileira de Estudos Estratégicos*, v. 7, nº 14, Jun. - Dez 2015, pp. 105-125, Rio de Janeiro.
- Costa, Wanderley Messias da (2008), *Geografia política e geopolítica*, Ed. Edusp, São Paulo.
- Coutinho, Lourival (1956), *o General Góes depõe*, ed. Coelho Branco, Rio de Janeiro.
- Daveau, Suzanne (1995), *Portugal Geográfico*, 4.ª Edição, Edições João Sá da Costa, Lisboa.
- Dicionário da Língua Portuguesa (2016), *Dicionários Acadêmicos*, 1ª. Edição: julho de 1960. Reimpresso em julho de 2016, Ed. Porto Editora. Porto.
- Dietrich, Ana Maria (2007), *Nazismo Tropical? O partido Nazista no Brasil*, tese de doutoramento em História Social apresentado no Departamento de História da Universidade de São Paulo, 301 pp., São Paulo.

- Drumond, Maurício (2011), O Esporte nos Estados Novos de Salazar e Vargas (1933-1945): um estudo comparado, *Artigo Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo. 15 p.
- Duarte, António Paulo (2010), *A Política de Defesa Nacional, 1919-1958*. ICS: Lisboa.
- _____ (2015), Portugal na Segunda Guerra Mundial: da neutralidade à co-beligerância, *Rev. Brasileira de Estudos Estratégicos*, v. 7, nº 14, Jun. - Dez 2015, pp. 45-72, Rio de Janeiro.
- Duarte, S. Carlos Sérgio (1986), *Ensaio de História Diplomática do Brasil (1930-1986)*, *Cadernos do IPRI*, n. 2, Brasília.
- Falcon, Francisco José Calazans (1991), Fascismo: autoritarismo e totalitarismo, In: Silva, José Luiz Werneck da (Org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*, v.1, *O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*, Jorge Zahar Editor, p. 29-43, Rio de Janeiro.
- Fausto, Boris (2000), *História do Brasil*, São Paulo: Ed. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. 600 p.
- Feijó, Ricardo Luís Chaves (2009), Uma interpretação do Primeiro Milagre Econômico Alemão (1933-1944), *Rev. de Economia Política*, vol. 29, nº 2 (114), pp. 245-266, abril-junho/2009, São Paulo.
- Fernandes, João Paulo Santos de Castro (2016), *A política externa portuguesa e a neutralidade peninsular na II Guerra Mundial (1939-1942)*, Tese [Doutoramento em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa]. Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa.
- Fernandes, José Pedro Teixeira (2003), A Geopolítica Clássica Revisitada, *Artigo Revista Nação e Defesa do Instituto da Defesa Nacional*, Nº 105, 2ª Série, Lisboa.
- Ferreira, Jorge (2017), Brasil, 1942, estado e sociedade contra o Reich, *Rev. Acervo*, v. 30, n. 2, p. 89-109, jul./dez 2017, Rio de Janeiro,
- Ferreira, José Manuel Medeiros (1980), O espaço estratégico e defensivo ibérico, *Artigo Revista Nação e Defesa do Instituto da Defesa Nacional*, Lisboa.
- _____ (2011), *Os Açores na política internacional*, Ed. Tinta da China, Lisboa.
- Furtado, Celso (1971), *Formação Econômica do Brasil*, 11ª ed Rev., Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- Gilbert, Martin (2015), *Atlas Histórico da Segunda Guerra Mundial*, Ed. Clube do Autor, 579 pp., Lisboa.
- Gutier, Murillo Sapia (2011), *Introdução ao Direito Internacional Público*, Ed. BH Editora, 290 p. São Paulo.
- Gambini, Roberto (1977), *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*, ed. Símbolo, São Paulo.

- Garcia, Eugênio Vargas (2005), *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil. Ed Contraponto*. Rio de Janeiro.
- Gomes, Adildo Soares (2011). *Cabo Verde e a Segunda Guerra Mundial. A importância Geoestratégica do Arquipélago na Política Externa Portuguesa (1939-1945)*, Dissertação [Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, Especialização em Relações Internacionais], Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/5934/1/Dissertação_Adildo%20Soares%20Gomes_03_2011.pdf.
- Hilton, Stanley E (1977), *O Brasil e as grandes potências (1930-39): os aspectos políticos da realidade comercial*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- _____ (1994), *Oswaldo Aranha: uma biografia*, ed. Objetiva, Rio de Janeiro.
- Hull, Cordell (1948), *Memoirs*, The Maximilian Company, New York, NY.
- Iscte – Instituto Universitário de Lisboa (n/d), *Proposta de normas de apresentação e harmonização gráfica para dissertação ou trabalho de projeto de mestrado e tese de doutoramento*, Iscte/IUL, 10 pp., Lisboa.
- Jordan, David (2011), *História da Segunda Guerra Mundial – a maior e mais importante guerra de todos os tempos*, M. Books do Brasil Editora Ltda, 292 p., São Paulo.
- Kershaw, Ian (2000). *Hitler. 1936-1945*, Nemesis. Allen Lane / The Penguin Press: London /New York (NY).
- Lacoste, Yves (1988), *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra*, Ed Papirus, 263 pp., Campinas.
- Leal, João Luís Rodrigues (2007), *Análise Geopolítica e Geoestratégica de Portugal. Factores Físico, Humano e Circulação*, Revista Militar N.º 2463 - Abril de 2007, Lisboa.
- Leitz, Cristian (2000), *Nazi germany and neutral Europe during the second world war*, Ed. Manchester University Press, pp 144-174, Manchester.
- Li, K.C. e Wang, Chung Yu (1955), *Tungsten*, Ed. Reinhold Publishing Corporation, 3ª edição, Nova Iorque.
- Lochery, Neill (2011), *Lisbon: War in the Shadows of the City of Light 1939-45*, Public Affairs Books, Nova Iorque.
- _____ (2015), *Brasil: os frutos da guerra*, tradução Lourdes Sette, Ed Intrínseca, Rio de Janeiro.
- Lopes, Nuno (2015), *O parlamento nas grandes decisões da política externa portuguesa. Portugal face à Segunda Guerra Mundial: a questão da neutralidade*, Rev. Portuguesa de Ciência Política, nº. 5, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Observatório Político, pp. 63-76, Lisboa.
- Louçã, António (2000), *Hitler e Salazar, comércio em tempos de guerra, 1940-1944*, ed. Terramar, Lisboa.

- Lucas, Taís Campelo (2012), *Nazistas pelo mundo: a organização para o exterior do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães*, Rev. OPSIS, Catalão, v. 12, n. 2, p. 281-307 - jul./dez. 2012, ed. Universidade Federal de Goiás, Catalão.
- Martins, Monteiro (1991), *Significado da posição geoestratégica de Portugal para a defesa do Mundo Ocidental*, in *Estratégia*, Volume II, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 233-260, Lisboa.
- Mateus, Abel Moreira (2006), *Economia portuguesa – crescimento no contexto internacional (1910-2006)*, Editorial Verbo, Lisboa.
- McCann, Frank D. (1995), *A aliança Brasil – Estados Unidos, 1937-1945*, tradução de Jayme Taddei e José Lívio Dantas, ed. Biblioteca do Exército, 396 p., Rio de Janeiro.
- MDN (1986), *Livro Branco da Defesa Nacional*, 2.^a Edição, Ministério da Defesa Nacional, Lisboa.
- Mesplé, Antônio de Moraes (1989), *A política externa brasileira numa era de conflito (1935-1942)*, In: Cadernos do IPRI, n. 2, p.29.
- Meneses, Filipe Ribeiro de (2010), *Salazar. Uma Biografia Política*. D. Quixote, Lisboa.
- Menezes, Wagner (2015), *O direito do mar*, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília.
- Minayo, Maria Cecília de Souza (org.) (2010), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*, 29. ed. Vozes, Petrópolis, RJ.
- Miyamoto, Shiguenoli (1981), *Os Estudos Geopolíticos no Brasil: uma contribuição para a sua avaliação*, Ed Perspectivas. São Paulo.
- _____ (1999), *O Estudo das Relações Internacionais no Brasil: O Estado da Arte*, Rev. de Sociologia e Política Nº 12: 83-98 jun. São Paulo.
- Moura, Gerson (1993), *Neutralidade Dependente: o caso do Brasil, 1939-42*, Rev. Estudos Históricos, Vol. 6, Nº. 12, p. 177 – 189. ed Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- Mustafá, Izani (2012), *Usos do rádio pelos governos ditatoriais de Getúlio Vargas (Brasil) e Antônio Salazar (Portugal) no período de 1935 a 1945*, Artigo Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Fortaleza.
- Ninhos, Cláudia (2007), *Portugal e os Nazis – Histórias e segredos de uma aliança*, Ed A Esfera dos Livros. 326 p. Lisboa.
- _____ (2012), *Com luvas de veludo – a estratégia cultural alemã em Portugal (1933-1945)*, Rev. Relações Internacionais, setembro, pp. 103-118, Lisboa.
- _____ (2016), *A política cultural alemã em Portugal e o intercâmbio acadêmico (1933-1945)*, Tese [Doutorado em História, área de especialização em História Contemporânea], Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Nogueira, Franco (s/d), *Salazar. Vol. III. As Grandes Crises (1936-1945)*, Livraria Civilização Editora, Porto.

- Nogueira, J. Freire (coord.) (2005), *Pensar a segurança e defesa*, ed Cosmos/IDN. Lisboa.
- Neto, Lira (2013), *Getúlio: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930 – 1945)*, 1ª. Ed., ed. Companhia das Letras, São Paulo, 594 pp.
- Nunes, Isabel Ferreira, (1993), *Delimitação de uma Estratégia Diplomática Portuguesa. Portugal na II Guerra Mundial*, in *Estratégia*, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Vol. XI, Lisboa.
- Nunes, João Paulo Avelãs, (1995), *As organizações de juventude do Estado Novo (1934-1939)*, in *Do Estado Novo ao 25 de Abril*, Revista de História das Ideias, vol. 17, pp. 167-227, Coimbra.
- _____ (2010), *O volfrâmio e o Estado Novo (1933 a 1947): atividade mineira, “Grande Depressão” e Segunda Guerra Mundial*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra. DOI: <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0198-4>. Acedido em: 9 de jan. 2020.
- Ogley, Richard (1970), *The Theory and Practice of Neutrality in the Twentieth Century*, Routledge, Londres.
- Oliveira, Camila Ferreira Pureza de (2015), *A política externa do Governo Vargas durante o Estado Novo e a construção da Companhia Siderúrgica Nacional*, Revista História e Cultura, vol. 4, n. 1, p. 5-21, Franca.
- Oliveira, Irene Rodrigues de (2003), *Missão Cooke – Estado Novo e a Implantação da CSN*, E-Papers Sermos, Rio de Janeiro.
- Pandolfi, Dulce (1999) (Org), *Repensando o Estado Novo*, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 345 p. Rio de Janeiro.
- Paxton, Robert O (2007), *A anatomia do fascismo*, Editora Paz e Terra, São Paulo.
- Payne, Stanley G (1980), *El fascismo*, Alianza Editorial, Madrid.
- Paulo, Heloisa (1994), *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Livraria Minerva. Coimbra.
- Pereira, Bernardo Futscher (2012), *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*, Publicações Dom Quixote, Edição do Kindle, Alfragide.
- Philby, Kim (2002), *My Silent War*, *The Modern Library*, Nova Iorque.
- Pinski, Jaime (1990), *O Brasil nas Relações Internacionais: 1930 – 1945*, In Mota, Carlos Guilherme (Org), *O Brasil em perspectiva*, 19 ed. Bertrand. Rio de Janeiro. pp 339 – 351.
- Pontes, Beatriz Maria Soares (2012), *O Valor Estratégico do Promontório Nordestino*, Revista de Geopolítica, vol. 3, nº 2, p. 04-36. Jul./Dez. Natal.
- _____ (2017), *As bases geopolíticas para o Atlântico Sul*, Rev. Intellector, nº. 27, julho/Dezembro 2017. Ed CENAGRI. Rio de Janeiro.
- Prado Junior, Caio (1972), *História Econômica do Brasil*, 16ª edição, Brasiliense, São Paulo.

- Quintaneiro, Tania (2006), *Plantando nos campos do inimigo: japoneses no Brasil na Segunda Guerra Mundial*, Estudos Ibero-Americanos, vol. XXXII, nº 2, dezembro de 2006, pp. 155-169 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/1346/134618635009.pdf>>
- Rahmeier, Andrea Helena Petry (2013), *As relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil, no período de 1937 a 1942*, Rev. História UNISINOS Vol. 17 Nº 2 - maio/agosto de 2013, pp. 168-178 DOI: 10.4013/htu.2013.172.08.
- Rezek, José Francisco (2011), *Direito internacional público: curso elementar*, 13. ed. rev., aumen. e atual. Ed Saraiva. São Paulo.
- Rocha, Alexandre Luís Moreli (2009), *As pressões dos Aliados e a evolução da política externa portuguesa entre 1942 e 1943: da neutralidade à colaboração*, Revista de História 161 (2º semestre de 2009), pp.113-144.
- Rodrigues, Luís Nuno (2004), *George Kennan e as negociações luso-americanas sobre os Açores*, Rev. Relações Internacionais, pp 053-063, Lisboa.
- Rosas, Fernando (1991), *Um estudo comparado do fascismo: o “autoritarismo moderno” do Estado Novo português*, In: Silva, José Luiz Werneck da, O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo. v.1. O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica, Jorge Zahar Editor, p. 57-69, Rio de Janeiro.
- Rosas, Fernando, Leitão de Barros, Júlia, e Oliveira, Pedro de (org.) (1996), *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar: Correspondência Política, 1926-1955*, Ed. Estampa, Lisboa.
- _____ (2012), *Salazar e o Poder. A arte de saber durar*, 1ª. ed. Ed Tinta da China. Lisboa.
- Ross, Jurandyr L. Sanches (2005), org., *Geografia do Brasil*, 5ª edição, revista e ampliada, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Rota, Alesson (2013), *Estado(s) novo(s): um estudo de educação comparada entre Brasil e Portugal (1936-1945)*, Revista Latino-Americana de História Vol. 2, nº. 6 – Agosto de 2013 – Edição Especial.
- Sá, Tiago Moreira de (2015), *Política Externa Portuguesa*, Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS): Lisboa.
- Salazar, António de Oliveira (1943), *Discursos e Notas Políticas*, vol. III, 1ª. ed, Coimbra Editora, Coimbra.
- Santos, Paula Marques dos (2006), *The Portugal-Brazil Relations (1930-1945) - the relationship between the two national experiences of the Estado Novo*, In E-journal of Portuguese History. Vol. 4, number 2, winter 2006. In http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph.
- Santos, José Loureiro dos (2003), *O Atlântico na Independência de Portugal*, Revista Militar, 55º volume, N.º 12, p. 1247-1255

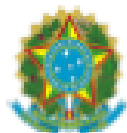
- _____ (2009), *A Região Geopolítica do Atlântico e Portugal*, Texto relativo à comunicação proferida pelo Senhor General José Loureiro dos Santos, no IDN, a 9 de março de 2009, no âmbito do ciclo de conferências intitulado Que Visão para a Defesa? Portugal-Europa-NATO.
- Schiavon, Carmem G. Burgert (2008), *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*, 2008. 304 f. Tese [Doutorado em História], Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Seintenfuss, Ricardo (2003), *o Brasil vai à guerra: o processo de desenvolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*, 3ª ed., Ed Manole, São Paulo.
- Silva, Antonio Ruy de Almeida (2017), *The Enabling Power of the Oceans*, Rev. Contexto Internacional, vol.39 no.2, Rio de Janeiro May/Aug. 2017, Epub May 08, Disponível <<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-8529.2017390200002>>.
- Silva, Tiago Henrique Magalhães da (2010), *Operação Açores – 1941*, Dissertação (Mestrado em História Contemporânea, Universidade do Porto, Porto.
- Silva, Hélio (1972a), *1939: véspera da guerra*, ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- _____ (1972b), *1942: guerra no continente*, ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- _____ (1974), *1944: o Brasil na guerra*, ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Skidmore, Thomas (1982), *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro.
- Smith, Woodruff D. (1980), *Friedrich Ratzel and the Origins of Lebensraum*, German Studies Review, vol. 3, No. 1, pp. 51-68
- Sousa, Fernando; Santos, Paula (org.) (2010), *As Relações Portugal – Brasil no século XX*, CEPESE/Fronteira do Caos, Porto.
- Tiscar, Maria José (2014), *O Pacto Ibérico, a NATO e a Guerra Colonial*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Instituto da Defesa Nacional, Lisboa.
- Teixeira, Nuno Severiano (Coord); Monteiro, João Gouveia; Domingues, Francisco Contente (2017), *História Militar de Portugal*, ed. A Esfera dos Livros. 1ª. Edição, Lisboa.
- Telo, António José Barreiros (1987a), *A Armada (e as ilhas) na Formação do Portugal Contemporâneo*, in: O Papel das Ilhas do Atlântico na Criação do Contemporâneo, V Colóquio Internacional de História das Ilhas do Atlântico, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 2000.
- _____ (1987b), *Portugal na Segunda Guerra*, Perspectivas & Realidades, Lisboa.
- _____ (1990), *Propaganda e Guerra Secreta em Portugal (1939-1945)*, Ed. Perspectivas e Realidades, Lisboa.

- _____ (1991), *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1939-1945)*, vol. I e II, Edições Veja, Lisboa.
- _____ (1993), *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898-1948)*, Edições ASA, Porto.
- _____ (1996), *Portugal e a NATO, o reencontro da tradição atlântica*, Edições Cosmos, Lisboa.
- _____ (1997), *Treze teses sobre a disfunção nacional*. *Análise Social*, nº 142, Lisboa.
- _____ (2000a), *A neutralidade portuguesa na Segunda Guerra Mundial*, [Online]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/11144/2048>>
- _____ (2000b), *A Neutralidade Portuguesa e o Ouro Nazi*, Quetzal Editora.
- Turner, Ewart Edmund (1942), *German influence in South Brazil*, Turner, Ewart Edmund (1942), German influence in South Brazil, in *Public Opinion Quarterly*, Vol. 6, Issue 1, spring 1942, pp. 57–69.
- Valério, Nuno (coor), *Estatísticas históricas portuguesas*, vol. I, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- Vargas, Getúlio Dorneles (1945), *a nova política do Brasil, “Da aliança Liberal às realizações do primeiro ano de governo (1930-1931)”*, 10 vol., ed. José Olympio, Rio de Janeiro.
- _____ (1995), *Diário*, 2 volumes, ed Siciliano, São Paulo.
- Viana, Helio (1958), *História Diplomática do Brasil*, Ed. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro.
- Vlach, Vânia Rubia Farias (2003), *Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros*, ed Terra Brasilis, [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 Novembro 2012, Disponível em <<http://terrabrasilis.revues.org/359>; DOI : 10.4000/terrabrasilis.359>

ANEXO A

Declaração do estado de guerra em todo o território nacional – Brasil

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D10358impressao.htm



Presidência da República

Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 10.368 DE 31 DE AGOSTO DE 1942

Revogado pelo Decreto nº 11, de 1991

Declara o estado de guerra em todo o território nacional.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, inciso I, e o artigo 171 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º É declarado o estado de guerra em todo o território nacional.

Art. 2º Na vigência do estado de guerra deixam de vigorar desde 18 as seguintes partes da Constituição:

Art. 122, ns. 2, 6, 8, 9, 10, 11, 14 e 16;

Art. 122, n. 13, no que diz respeito à irrelocalidade da lei penal;

Art. 122, n. 15, no que concerne ao direito de manifestação de pensamento;

Art. 136, final da alínea;

Art. 137;

Art. 138;

Art. 155, letras c e h;

Art. 175, primeira parte, no que concerne ao curso do prazo.

Parágrafo Único – Ressaltados os atos decorrentes de delegação para a execução do estado de emergência declarado no artigo 166 da Constituição, só o Presidente da República tem o poder de, diretamente ou por delegação expressa, praticar atos fundados nestes lei.

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1942, 121ª da Independência e 54ª da República.

GETÚLIO VARGAS,

Alexandre de Gusmão Filho,

A. de Souza Costa,

Eurico G. Dutra,

Henrique A. Goulart,

João de Menabrga Lima,

Osvaldo Aranha,

Apolinário Sales,

Gustavo Caporale,

J. P. Salgado Filho.

ANEXO B

“DECRETO-LEI Nº 4.166, DE 11 DE MARÇO DE 1942

Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, combinado com o artigo 166, § 2º da Constituição;

CONSIDERANDO que atos de guerra são praticados contra o continente americano;

CONSIDERANDO que, ao passo que o Brasil respeitava, com a máxima exatidão e lealdade, as regras de neutralidade universalmente aceitas no direito internacional, o navio brasileiro "Taubaté" foi atacado, no mar Mediterrâneo, por forças de guerra da Alemanha;

CONSIDERANDO que, assumindo solenemente a obrigação de reparar o dano causado por esse ato o Governo alemão até hoje não cumpriu esse compromisso;

CONSIDERANDO que, após a conjugação dos esforços das Repúblicas americanas para a defesa da sua soberania, da sua integridade territorial e dos seus interesses econômicos, unidades desarmadas da marinha mercante brasileira, viajando com fins de comércio pacífico, foram atacadas e afundadas com infração de normas jurídicas consagradas;

CONSIDERANDO que tais atos constituem uma agressão não provocada de que resultam ameaça à navegação brasileira e prejuízo direto a interesses vitais do Brasil;

CONSIDERANDO que as informações que possuem o Governo denotam que a responsabilidade dos atentados deve ser atribuída às forças armadas alemãs, mas que, por outro lado, a aliança, para fins de guerra, existente entre a Alemanha, o Japão e a Itália, torna estas potências necessariamente solidárias na agressão;

CONSIDERANDO que, durante mais de um século, o Brasil ofereceu aos nacionais daqueles Estados, uma íntima participação na sua economia;

CONSIDERANDO que, nas condições da guerra moderna, as populações civis se acham estreitamente ligadas à sorte das armas e que a sua atividade é, mais do que em qualquer outra época da história, um elemento determinante do êxito das operações de guerra;

DECRETA:

Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália.

Art. 2º Será transferida para o Banco do Brasil, ou, onde este não tiver agência, para as repartições encarregadas da arrecadação de impostos devidos à União, uma parte de todos os depósitos bancários, ou obrigações de natureza patrimonial superiores a dois contos de réis, de que sejam titulares súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas.

A parte dos depósitos ou obrigações, à qual se refere este artigo será:

10% dos depósitos e obrigações até 20:000\$0;

20% dos depósitos e obrigações até 100:000\$0:

30% dos depósitos e obrigações cuja importância exceda de 100:000\$0.

§ 1º O depósito a que se refere este artigo será da totalidade, quando se tratar de obrigação do Governo Brasileiro para com súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas.

§ 2º O recolhimento será feito mediante recibo isento de selo, ficando as importâncias recolhidas em depósito, que terá escrituração especial e só poderá ser levantado mediante ordem do Governo Federal.

Art. 3º O produto dos bens em depósito servirá de garantia ao pagamento de indenizações devidas pelos atos de agressão a que se refere o artigo 1º, caso o governo responsável não as satisfaça cabalmente.

Parágrafo único. As indenizações pela forma desta lei serão pagas segundo o plano que o Governo estabelecer e tendo em vista o valor dos bens em depósito, avaliados previamente.

Art. 4º Os súditos alemães, japoneses e italianos, e quem possuir bens a eles pertencentes comunicarão, dentro de quinze dias após a publicação desta lei, às repartições incumbidas do recolhimento, a natureza, a qualidade e o valor provável daqueles bens.

Art. 5º A ação ou omissão, dolosa ou culposa, de que resultar diminuição do patrimônio de súdito alemão, japonês ou italiano ou tendente a fraudar os objetivos desta lei, é punida com a pena de 1 a 5 anos de reclusão e multa de 1 a 10 contos de réis, se outra mais grave não couber.

§ 1º A redução, em contrário aos usos e costumes locais, do valor das prestações devidas a tais súditos, é considerada ação dolosa, para os fins deste artigo.

§ 2º Pelas pessoas jurídicas responderão solidariamente os seus administradores e gerentes.

§ 3º Para a caracterização do crime o juiz poderá recorrer à analogia.

Art. 6º Em qualquer pagamento, superior a 2:000\$0, feito a súdito alemão, japonês e italiano, far-se-á menção do depósito previsto no artigo 2º.

Art. 7º Quando a prestação em favor de súdito alemão, japonês ou italiano não for devida em moeda corrente, a repartição incumbida da arrecadação, estimará o seu valor em espécie, segundo os critérios de que se serve o fisco para a imposição de tributos.

Art. 8º As execuções contra, o patrimônio dos súditos alemães, japoneses e italianos só poderão fundar-se em dívidas contraídas em virtude de prova constituída na forma da lei, anteriormente à data desta lei, salvo quando a responsabilidade civil decorrer de ato ilícito.

Art. 9º Ressalvado o caso de execução judicial fundada em título constituído antes da data desta lei, fica proibida a alienação, ou oneração, por qualquer forma, de bens imóveis, títulos e ações nominativas, e dos moveis em geral de valor considerável, pertencentes a súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, sendo nula de pleno direito qualquer alienação, ou oneração, feita a partir da data desta lei.

Parágrafo único. Excluem-se da proibição os atos de comércio usualmente praticados no interesse da manutenção e da prosperidade do estabelecimento. Dos lucros líquidos verificados em balanços trimestrais será, porem, recolhida em depósito a parte indicada no artigo 2º.

Art. 10. Os súditos alemães, japoneses e italianos não poderão recusar doações, heranças ou legados não onerosos.

Art. 11. Passam à administração do Governo Federal os bens das pessoas jurídicas de direito público que praticarem atos de agressão a que se refere o artigo 1º desta lei, bem como dos seus súditos, pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas no estrangeiro e que, não estejam na posse de brasileiros.

Parágrafo único. Os bens das sociedades culturais e recreativas formadas de alemães, japoneses e italianos poderão ser utilizados, no interesse público, com autorização do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 12. Os Ministérios da Justiça e Negócios Interiores e da Fazenda expedirão as instruções que se tornarem necessárias para a execução desta lei.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de março de 1942; 121º da Independência e 54º da República.

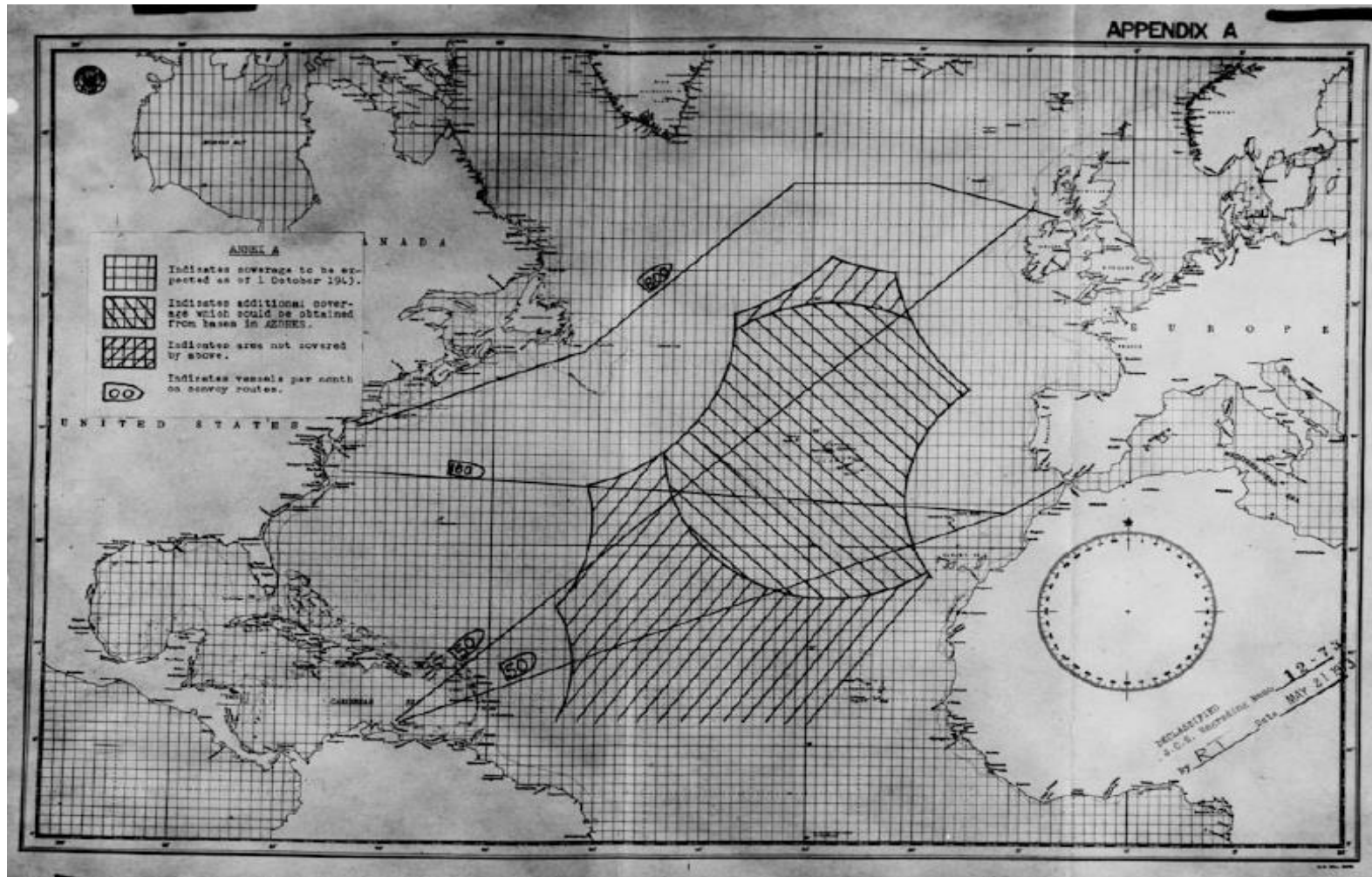
GETÚLIO VARGAS
Vasco T. Leitão da Cunha
Romero Estelita
Eurico G. Dutra
Henrique A. Guilhem
Victor Tamm
Oswaldo Aranha

Apolonio Sales
Gustavo Capanema
Alexandre Marcondes Filho
J. P. Salgado Filho”

Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4166-11-marco-1942-414196-publicacaooriginal-1-pe.html>>, Acedido em 12 de agosto de 2019.

ANEXO C

Apêndice “A” ao Planeamento do *Joint Chiefs of Staff* – (Ocupação pela força ou pacífica dos Açores)



Seizure or peaceful occupatio of the Azores

Fonte: *US Joint Chiefs of Staff*, de 16 de maio de 1943.

ANEXO D

Boyd PSF Safe: South America

THE UNDER SECRETARY OF STATE
WASHINGTON

June 14, 1941

My dear Mr. President:

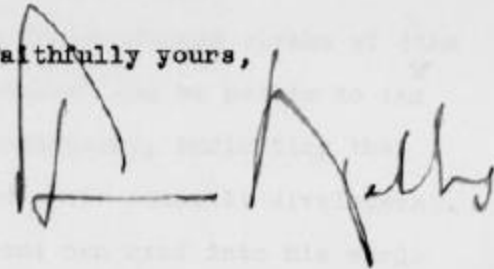
I wish to bring the attached telegram personally to your attention.

It seems to me that the attitude of the Brazilian Government with regard to the Azores question could not be more satisfactory and that, consequently, you may find the cooperation of the Brazilian Government valuable whenever we have to ask for it.

Believe me

Faithfully yours,

Enclosure.
No. 660, June 13, 4 p.m.
from Rio de Janeiro.



The President,
The White House.

ANEXO E

RS
This telegram must be
closely paraphrased be-
fore being communicated
to anyone. (C)

Rio de Janeiro
Dated June 13, 1941
Rec'd 4:47 p.m.

Secretary of State,
Washington.

660, June 13, 4 p.m. (SECTION TWO)

Aranha repeats that if at any time you want
him to take any steps with the Portuguese in con-
nection with a threat from European sources against
the sovereignty of the Portuguese islands he will
be delighted to cooperate. (END OF MESSAGE)

CAFFERY

GW

ANEXO F

AMT
This telegram must be
closely paraphrased be-
fore being communicated
to anyone. (SC)

Rio de Janeiro
Dated January 18, 1942
Rec'd 6:45 p.m.

Secretary of State,
Washington.

TRIPLE PRIORITY

21, January 18, 6 p.m. (SECTION ONE)

~~STRICTLY CONFIDENTIAL~~ FOR THE PRESIDENT

The highlights of the situation are approximately
as follows: two days before my arrival in Rio de Janeiro
President Vargas called together his Cabinet and his
highest military and naval authorities and told them
that he had reached the decision that, both from the
standpoint of the highest interests of Brazil as well
as from the standpoint of the commitments which Brazil
had previously made, Brazil must stand or fall with
the United States. He stated that any member of the
Government who was in disagreement with this policy
was at liberty to resign his position. He received
a unanimous vote of approval though the chief of the
General Staff and the Minister of War both of whom
had during the earlier months of the war been un-
questionably under the belief that Germany would

DECLASSIFIED
State Dept. Letter, 1-11-72

By J. Schauble Date _____

FEB 7 1972

triumph

*Answered
3 p.m. Jan 19
FWR*

Continuação ANEXO F

-2- #21, January 18, 6 p.m. (SECTION ONE) from Rio de Janeiro.

triumph stated that Brazil's ability to defend herself was very limited and one of the chief reasons for this was the fact that notwithstanding the repeated efforts which the Brazilian Army had made to obtain armaments and munitions from the United States and notwithstanding the repeated assurances which had been given by the United States Government that such help would be forthcoming, up to the present time nothing but token shipments from the United States had been made.

WELLES

JRL

ANEXO G

Telegrama relatando a preocupação de Vargas com a possibilidade de ações subversivas, a incluir, ações conduzidas por ítalos-alemães e simpatizantes.

WM
This telegram must be
closely paraphrased be-
fore being communicated
to anyone. (SC)

Rio de Janeiro
Dated January 18, 1942
Rec'd 12:30 a.m., 19th.

Secretary of State,
Washington.

TRIPLE PRIORITY.

21, January 18, 6 p.m., (SECTION TWO).

They stressed particularly the point that even the few small tanks which had been sent without armament and were consequently practically useless. Both the Minister for War and General Goes Monteiro, however, stated that in their considered opinion the policy announced by President Vargas was the only correct policy for Brazil to follow. (I know from outside sources that both Generals have made statements to exactly the same effect to representatives of the Axis powers and to representatives of the Argentine and Chilean Governments.)

In the course of his statement of policy to his Cabinet, President Vargas emphasized significantly that his Government did not have to depend upon the armed forces of the Republic for the control of subversive activities, even including any attempt at a local uprising by German or Italian sympathizers.

He told his

ANEXO H

Informação sobre possível equipamento de rádio alemão na então Capital Federal (Rio de Janeiro)

Box

~~SECRET~~
WAR DEPARTMENT
WAR DEPARTMENT GENERAL STAFF
MILITARY INTELLIGENCE DIVISION G-2
WASHINGTON

Safe: S. American

March 16, 1942.

MEMORANDUM FOR GENERAL WATSON:

Subject: Secret German radio stations.

With reference to our telephone conversation a few minutes ago, I discovered this morning that:

a. F.B.I. prepared a study in February 1942, giving the exact location of one station (including street address in Rio de Janeiro) and the approximate locations of the four other operating stations (one in the vicinity of Santiago, Chile; three in the vicinity of Rio de Janeiro). The study includes names and locations of agents, types of information transmitted, etc.

b. The U. S. Navy is furnishing the equipment for a party being arranged for by the State Department to go to Brazil and assist the Brazilian Government to locate stations accurately in preparation for their elimination.

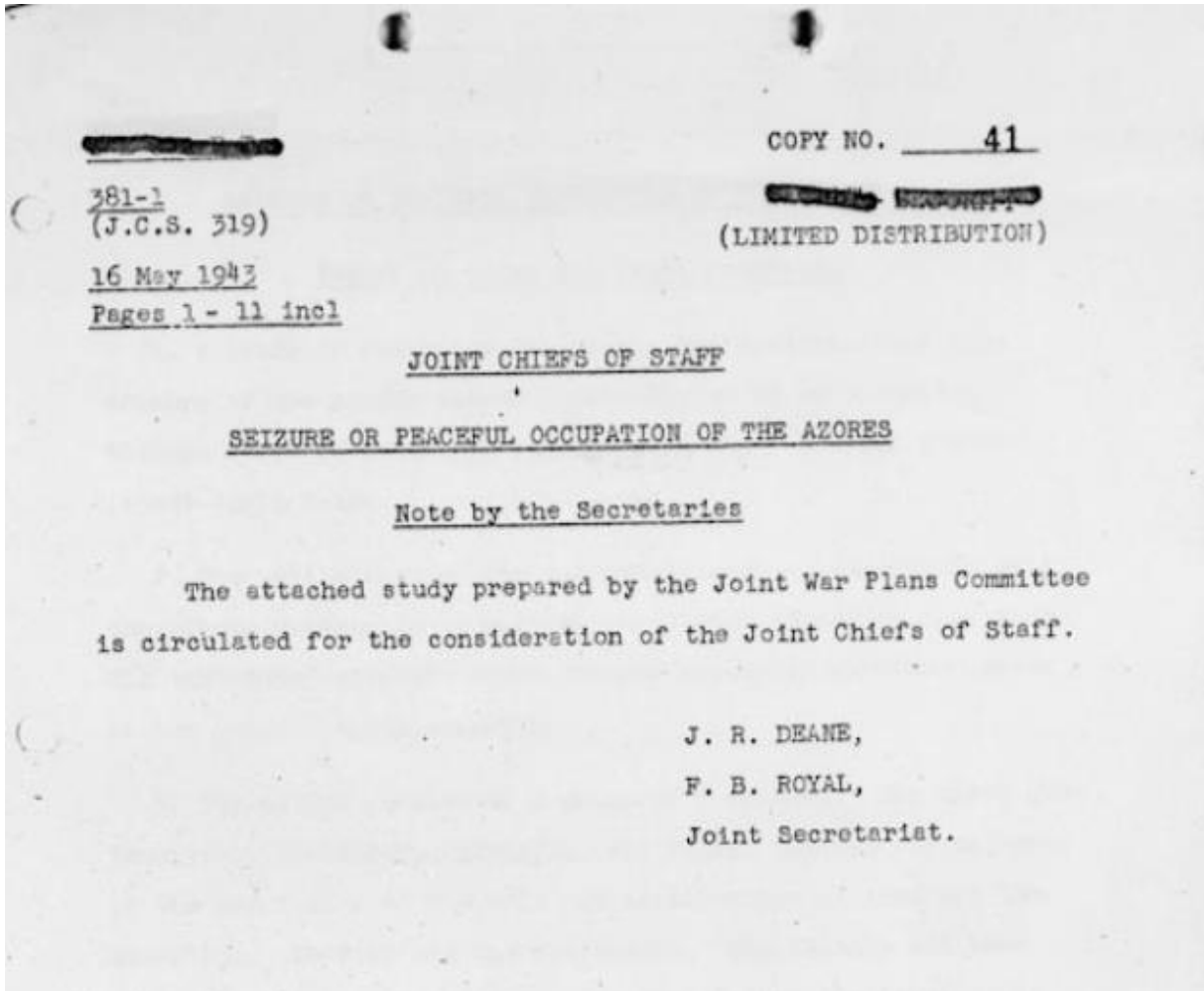
Raymond E. Lee
RAYMOND E. LEE,
Brigadier General,
Assistant Chief of Staff.

CLASSIFIED
E. O. 11652, Sec. 3(E) and 5(D) or (E)
NND 760111
By SLB Date APR 22 1976

~~SECRET~~

ANEXO I

Planeamento do *Joint Chiefs of Staff* – Capa (Ocupação pela força ou pacífica dos Açores)



ANEXO J

Planeamento do *Joint Chiefs of Staff* – Folha 1 (Ocupação pela força ou pacífica dos Açores)

SEIZURE OR PEACEFUL OCCUPATION OF THE AZORES

Report by Joint War Plans Committee

1. A study to determine the merits and possibilities of a seizure of the AZORES either peacefully or by an occupation through force is contained in Enclosure "A." A brief thereof is set forth below.
2. The utilization of air and naval bases in the AZORES will contribute materially to meeting the U-boat threat by providing VLR land-based aircraft cover for the presently uncovered areas of the central North ATLANTIC.
3. The AZORES consist of a group of 9 islands. The three most important, SAN MIGUEL, TERCEIRA, and FAYAL, contain the majority of the population of 260,000. Level stretches of land are the exception. Landing beaches are scarce. The islands all have circumferential road systems but movement over the interior in most areas must be on foot.
4. There are two artificial harbors, PONTA DELGADA on SAN MIGUEL ISLAND, and HORTA on FAYAL ISLAND, which accommodate a limited number of vessels. Anchorage, exposed to the seaward, for large vessels can be found at PONTA DELGADA, HORTA, and ANGRA. It is estimated that the addition of the necessary floating maintenance and repair facilities sufficient to support 20 DE's would tax all port capacities to the maximum.
5. Two military airfields now exist on the islands, which should be capable of supporting VLR aircraft operations within 15 days of occupation. Additional sites are available for development.
6. Average weather conditions present no bar to the operation of land-based aircraft from the AZORES.
7. Portuguese armed forces in the AZORES are the best of the nation, but are lightly armed and equipped with obsolete aircraft. It is felt that their resistance to a well-balanced aggressive

ANEXO K

Planeamento do *Joint Chiefs of Staff* – Folha 8 (Ocupação pela força ou pacífica dos Açores)

Possibilidade do uso da força e emprego de tropas brasileiras.

OCCUPATION BY FORCE

12. General.

a. The Military occupation of the AZORES, as an alternative to acquiring the desired bases by negotiations, will require that an amphibious force be in readiness for an immediate seizure. This step will require a larger garrison force than would a peaceful entry.

b. The traditional British friendship and alliance with PORTUGAL might be severed if British forces were employed in the seizure of the AZORES. The UNITED NATIONS will desire to retain certain privileges in PORTUGAL. To insure the retention of diplomatic relations with at least one member of the UNITED NATIONS it would seem desirable for an occupation in force to be made by the UNITED STATES. The use of Brazilian troops with the UNITED STATES forces does not appear sound. The ethnological ties between BRAZIL and PORTUGAL might

ANEXO L

Planeamento do *Joint Chiefs of Staff* – Folha 9 (Ocupação pela força ou pacífica dos Açores)
Conceito da Operação.

13. Concept of the Operation.

a. Simultaneous ship-to-shore landings under carrier-based air cover with naval gun support to be effected on FAYAL and TERCEIRA ISLANDS with objectives as follows (See Appendix "B"):

(1) On FAYAL:

To seize the cable and radio facilities and secure the harbor at HORTA.

(2) On TERCEIRA:

To seize, secure, and place in operation the airfield at LAGENS.

b. Subsequent to the above, to eliminate resistance on and occupy SAN MIGUEL ISLAND, to secure and place in operation the airfield at RABO de PEIXE, and the harbor at PONTA DELGADA.

14. Forces required.

a. It is estimated that the following will be required for an occupation of the AZORES by force:

Ground:	1 Division, Reinforced (amphibiously trained).
Air:	1 Carrier Group, 36 fighters, 36 dive bombers.
Naval:	2 BB, 1 CV, 2 CA or CL, 23 DD, 15 APA, 5 AKA.

ANEXO M

Planeamento do *Joint Chiefs of Staff* – Folhas 10 e 11 (Ocupação pela força ou pacífica dos Açores)
Vantagens e Desvantagens da Operação.

ADVANTAGES

15. The UNITED NATIONS will have a base from which anti-submarine air protection can be provided for the remaining portions of the presently unprotected areas of the principal ATLANTIC convoy routes.

16. The occupation by the UNITED NATIONS will deny the islands to the enemy as possible minor clandestine submarine refueling stations.

DISADVANTAGES

17. Reaction to the occupation of the AZORES without PORTUGAL'S consent will possibly result in unfavorable political repercussions in that country and in SPAIN.

18. Occupation of the AZORES with PORTUGAL'S consent might invite AXIS reprisals resulting in demands by PORTUGAL upon the UNITED NATIONS for anti-submarine and anti-aircraft protective measures and material.

- 10 -

19. Occupation of the AZORES with PORTUGAL's consent will probably invite unfavorable political repercussions in SPAIN.

ANEXO N

Planeamento do *Joint Chiefs of Staff* – Folha 11 (Ocupação pela força ou pacífica dos Açores)
Conclusões.

CONCLUSIONS

20. The utilization of air and naval bases in the AZORES will contribute materially to meeting the U-boat threat by providing VLR land-based aircraft cover for the presently uncovered areas of the central north ATLANTIC.

21. The UNITED STATES should proceed immediately to prepare a force to seize the AZORES in the face of armed resistance.

22. If the negotiations for a peaceful entry fail, the UNITED STATES should proceed at once to occupy the AZORES and establish air and naval bases thereon required to meet the submarine menace.

23. If permission is granted for a peaceful occupation, the required construction and garrison forces should be immediately dispatched to prepare and secure the necessary air and naval bases in the AZORES.

